Mensagem à Assembleia Legislativa 2017

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Apresentação do Governador

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Conforme disposto no art. 89 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, encaminho à egrégia Assembleia Legislativa mensagem em que presto contas das ações executadas pela administração pública estadual durante o ano de 2016.

Com o apoio desta Casa Legislativa, o Poder Executivo Estadual mantém o seu propósito de transformar nosso Estado em "Um bom lugar para viver e investir, com qualidade de vida e prioridade nas pessoas". Conservando o espírito democrático, do qual não abrimos mão, e equilibrando a aplicação de recursos regionalmente e em todas as áreas de políticas públicas, podemos afirmar que Mato Grosso do Sul está melhor em saúde, educação, segurança, assistência social, cultura, desenvolvimento sustentável, infraestrutura e gestão pública.

O ano de 2016 foi demasiadamente desafiador para o setor público brasileiro. Acirrou-se o distanciamento entre governo e sociedade, e hoje enfrentamos uma crise de representação e legitimidade das instituições. Um ambiente político muito crítico está presente em nosso país. A gravíssima crise econômica, que ainda assola a nação brasileira, escancarou diversos problemas sociais. Resultado: todos os Estados brasileiros sentiram e alguns, infelizmente, chegaram ao caos financeiro.

Em vez de lamentar a queda de arrecadação e todo o histórico que levou a um inchaço nos gastos do Estado, principalmente de folha de pagamento, nossa equipe resolveu aprimorar a governança e a gestão no Poder Executivo Estadual, não só como forma de atravessar esse momento, que há de passar, mas com a ambição de criar uma verdadeira cultura voltada para resultados. Buscamos alternativas para aliviar o caixa, seja na captação de outras formas de financiamento, seja na ação rápida para reduzir gastos.

Conseguimos! No encerramento do exercício de 2016, somente Mato Grosso do Sul e mais seis Estados da Federação estavam com seus salários em dia, inclusive com o pagamento integral do 13º salário a seus servidores ativos e inativos. Esse foi um grande e importante feito, mas, evidentemente, não estamos aqui somente para "gerir" folha de pagamento, afinal a máquina pública não pode ser um fim em si mesma.

Conseguimos manter um nível satisfatório e equilibrado regionalmente de investimentos: 71% dos compromissos assumidos pelas Secretarias, nos 14 contratos de gestão de 2016, foram cumpridos. Foram 145 iniciativas prioritárias e muitas outras pontuais, convertidas em projetos e melhoria de processos e serviços públicos, executadas com muita disciplina e qualidade, mostrando que técnica e política não podem se separar na gestão pública.

Agradecemos a todos os Secretários, seus líderes e, principalmente, aos servidores de Mato Grosso do Sul por tal performance. As pessoas, que atuam nesta máquina chamada Estado de Mato Grosso do Sul, entenderam a necessidade de participar do processo de gestão, como forma de garantir a sustentabilidade desta instituição, que pertence a toda a sociedade.

Não podemos nos acomodar com os bons resultados. Sabemos que a cada dia seremos desafiados, pois as demandas sociais só fazem crescer. A mudança na pirâmide demográfica gera grande pressão nos serviços públicos. O envelhecimento da população, por exemplo, nos faz enfrentar maiores demandas em saúde e previdência. Além disso, o pacto federativo está muito comprometido e desequilibrado depois de quase três décadas de ações fragmentadas de seus entes, principalmente a União. A pressão sobre os gastos públicos, no arranjo atual brasileiro, não se sustenta e os riscos são enormes, não só para Mato Grosso do Sul, como para os outros Estados e para os nossos municípios.

A abertura do ano Legislativo é um evento muito especial para a democracia. E é o momento perfeito para que todo o setor público estadual firme compromisso com nossos cidadãos para garantir a sustentabilidade do Estado, mantendo nossas mentes e os braços na construção do nosso presente, mas nossa visão absolutamente aberta para futuro de um Estado, não só de um governo.

Mesmo com tantas incertezas, fica em nossos pensamentos o desejo de que 2017 seja o primeiro ano de um ciclo de pujança econômica. Quanto à certeza, a que temos é o compromisso deste Governo de sempre trabalhar pela prioridade de nossos cidadãos.

Que tenhamos um ano muito produtivo e de muitas conquistas para nossa sociedade.

Reinaldo Azambuja Silva

Governador

Lista de Autoridades

GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Reinaldo Azambuja

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Rose Modesto

SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA - SEGOV
Eduardo Correa Riedel

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL - SECC
Sérgio de Paula

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ
Marcio Campos Monteiro

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO – SAD
Carlos Alberto de Assis

SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SED
Prof.ª Maria Cecilia Amendola da Motta

SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE - SES
Nelson Tavares

SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP
José Carlos Barbosa

SECRETÁRIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO - SEDHAST
Elisa Cleia Pinheiro Rodrigues Nobre

SECRETÁRIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO - SEHAB
Maria do Carmo Avezani Lopez

SECRETÁRIO DE ESTADO CULTURA, TURISMO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO - SECTEI
Athayde Nery de Freitas Junior

SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEMADE
Jaime Verruck

SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA
Ednei Marcelo Miglioli

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR – SEPAF
Fernando Lamas

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO - PGE
Adalberto Neves Miranda

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MS - AGEPAN
Youssif Domingos

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE DESPORTO E LAZER DE MS - FUNDESPORTE
Marcelo Ferreira Miranda

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL JORNALISTA LUIZ CHAGAS DE RÁDIO E TV EDUCATIVA DE MS - FERTEL
João Bosco de Castro Martins

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO DE MS - ESCOLAGOV
Wilton Paulino Junior

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MS - AGEPREV MS
Jorge Oliveira Martins

REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS
Prof. Dr. Fábio Edir dos Santos Costa

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MS - FUNSAU
Justiniano Vavas

COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL - PMMS
Cel. QOPM Jorge Edgard Judice Teixeira

COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MS - CBMMS
Cel. QOBM Esli Ricardo de Lima

DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DE MS - DGPC
Dr. Marcelo Vargas Lopes

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - AGEPEN
Ailton Stroppa Garcia

DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL – DETRAN
Gerson Claro Dino

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO TRABALHO DE MS – FUNTRAB
Antônio Vaz Neto

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE MS – AGEHAB
Maria do Carmo Avezani

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE CULTURA DO ESTADO DE MS – FCMS
Andrea Escobar Freire

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MS - FUNDTUR
Nelson Cintra Ribeiro

DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA DE MS - FUNDECT
Davi José Bungenstab

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE METROLOGIA DE MS - AEM/MS
Nilton Pinto Rodrigues

DIRETOR-PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - JUCEMS
Augusto César de Castro

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE GESTÃO DE RECURSOS MINERAIS
Jaime Verruck

DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL - IMASUL
Jaime Verruck

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MS - AGESUL
Ednei Marcelo Miglioli

DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA DE SANEAMENTO DE MS S/A - SANESUL
Luiz Carlos Rocha Lima

DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MS S/A - MSGÁS
Rudel Espíndola Trindade Junior

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL – IAGRO
Luciano Chiochetta

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL - AGRAER
Enelvo Iradi Felini

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Elaboração

GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Reinaldo Azambuja

SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA
Eduardo Riedel

SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Thaner Castro Nogueira

COORDENADORA DE GESTÃO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL
Marley Pettengill Galvão Serra

ANÁLISE JURÍDICA
Dr. Felipe Mattos – Superintendência de Legislação (Casa Civil)

REVISÃO, DESIGN E PUBLICAÇÃO
Francisco Carlos Victório da Silva – Subsecretaria de Comunicação (Casa Civil)

EQUIPE TÉCNICA
Adauto de Lima
Adriele Stéfani Oliveira dos Santos
Breno Resende Coelho
Bruno de Paula Lopes
Celso Fabrício Correia de Souza
Elizangela Lima Franco Vicari
Gisele Fior
Geová Ferreira Queiroz
Luis Cezar Ribeiro
Luiz Hideo Shimabucuro
Luciene Ferreira da Silva Soares
Marcos Roberto dos Santos Barbosa
Vanessa Prado
Vitor Knöbl Moneo Chaves
ESTAGIÁRIOS
Adriana Carmo dos Santos
Marcos Miranda de Souza
Rodrigo da Rocha

COLABORADORES
Clauber Aguiar
Fernanda Macários
Redel Neres
Renata Vilhena
Rodrigo Camargos Vaz de Almeida

PONTOS FOCAIS
Carlos Henrique Lemos Lopes e Antônio de Souza (SEPAF)
Cristiane Müller Dantas e Fernando Zanele (PGE)
Diego Abud (Casa Civil)
Ecleine Santos Amarília (SES)
Edson Genova e Amanda Irie (SEMADE)
Francisco Olazar e Rafael Oliveira (SEINFRA)
Hosilene Lubacheski e Berenice Domingues (SAD)
Luiz Carlos Garcia, Marcos Takeshita e Neusivan Fonseca (SEJUSP)
Luiz Hideo Shimabucuro e Marcos Barbosa (SEGOV)
Maria Teresa Palermo e Helena Nicareta (SEHAB)
Selma Rocha e Leda Moura (SEDHAST)
Silvana Maria Batista (SED)
Tadeu Ferreira e Lorivaldo de Paula (SEFAZ)
Valdecir Alves (SECTEI)

Sumário

Quadro Macroeconômico 9
Realizações 2016 31
Secretaria de Estado de Educação - SED 33
Secretaria de Estado de Saúde - SES 43
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP 63
Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho - SEDHAST 81
Secretaria de Estado de Habitação - SEHAB 97
Secretaria de Estado de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação - SECTEI 109
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEMADE 123
Secretaria de Estado de Produção e Agricultura Familiar - SEPAF 131
Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA 147
Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica - SEGOV 163
Secretaria de Estado da Casa Civil - SECC 179
Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização - SAD 187
Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ 199
Procuradoria Geral do Estado - PGE 215

Mensagem à Assembleia Legislativa **2017**

Quadro Macroeconômico

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÔMICA
CONJUNTURA NACIONAL

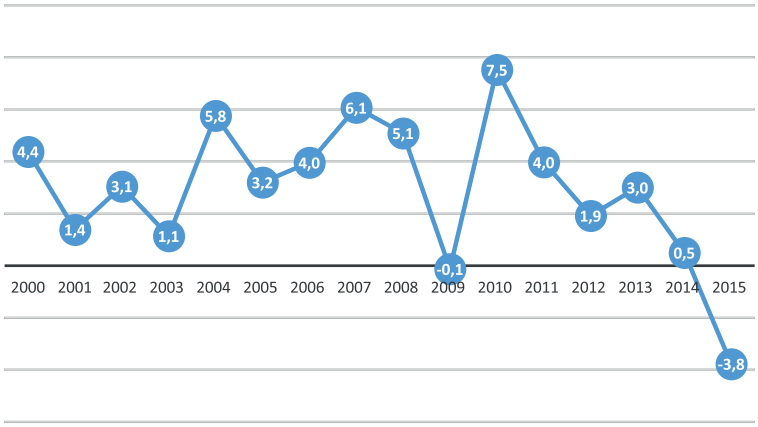
PIB Nacional

As estimativas para o crescimento do PIB brasileiro em 2017 giram em torno de 0,58%. Esse valor corresponde à mediana das expectativas dos analistas ouvidos pelo Banco Central e publicadas no Boletim Focus de 16 de dezembro de 2016. Alguns economistas apostam em variação zero ou mesmo contração do PIB no ano que vem.

A retomada do crescimento econômico será lenta, pois a renda do consumidor está em queda, o índice de desemprego em alta e o endividamento elevado. Além disso, todas as esferas do governo estão sendo pressionadas a reduzir gastos. E mais, o setor produtivo apresenta índices elevados de capacidade ociosa e estoques, está bastante endividado e com dificuldade de obter crédito. A instabilidade política, o ambiente de negócios não favorável e o marco regulatório falho são elementos que contribuem para o desestímulo aos investimentos. O comércio internacional, dominado cada vez mais por medidas protecionistas, não estimula o aumento das exportações e a alta de juros nos EUA provoca a transferência de capital investido nos países em desenvolvimento para os EUA.

Para 2016, os especialistas ouvidos pelo Bacen preveem retração do PIB de 3,48%, valor também previsto pelos técnicos do governo federal e um pouco menor do ocorrido em 2015, de -3,8%. O gráfico abaixo mostra a gravidade da situação da economia brasileira, pois nem em 2009, ano da grande crise internacional, verificamos um crescimento tão baixo do PIB.

Gráfico 1. Variação Percentual Real do PIB – 2000 a 2015

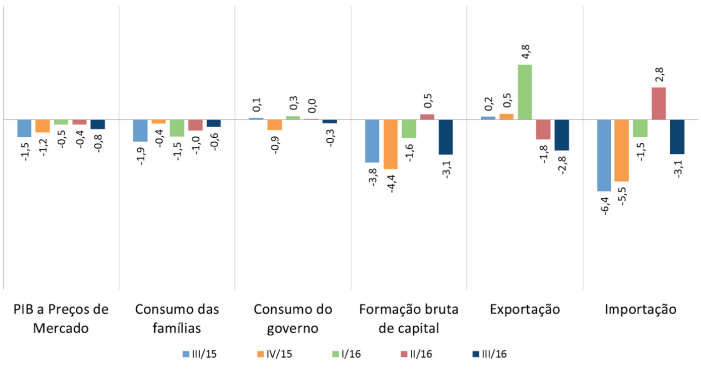


Fonte: IBGE

Quando analisamos o comportamento do PIB pelo lado da demanda, observamos o crescimento negativo no consumo das famílias em todo o período que vai do terceiro trimestre de 2015 ao terceiro trimestre de 2016. O consumo do governo oscilou entre positivo em dois trimestres (0,1% e 0,3%), nulo em um e negativo em dois (-0,9% e -0,3%). A formação bruta de capital apresentou resultado positivo em apenas um dos trimestres do período (0,5%) e resultados negativos (entre -1,6% e -4,4%) em todos os outros. As exportações, que vinham apresentando resultado positivo e crescente nos três primeiros semestres do período analisado (entre 0,2% e 4,8%), despencaram nos dois últimos (-1,8% e -2,8%). As importações também foram negativas no lapso de tempo analisado (entre -1,5% e -6,4%), com exceção do segundo semestre de 2016 (2,8%).

Gráfico 2

PIB - Variação % no Trimestre com Relação ao Trimestre Anterior - Com Ajuste Sazonal



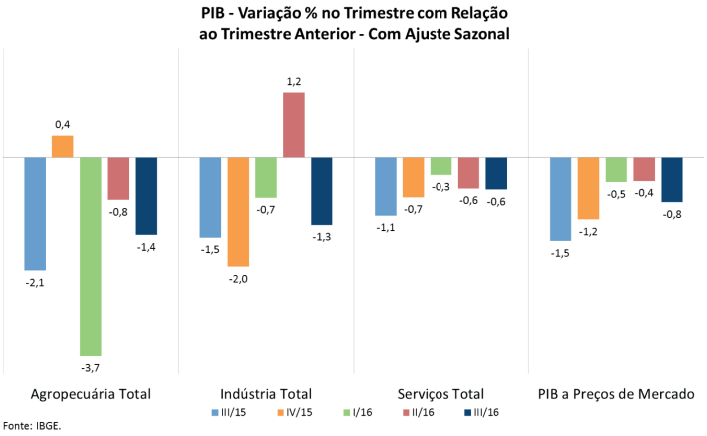
Fonte: IBGE.

Elaborado pelo IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

Analisando o PIB pelo lado da oferta, verificamos que todos os setores da economia estão apresentando crescimento negativo do PIB no período que abrange o terceiro trimestre de 2015 até o terceiro trimestre de 2016, com exceção da agropecuária que cresceu 0,4% no quarto trimestre de 2015 e os serviços que aumentaram em 1,2% no segundo trimestre de 2016.

O que mais preocupa é a piora dos resultados no terceiro trimestre de 2016. A agropecuária, que havia sofrido uma retração de 0,8% no segundo trimestre, foi para -1,4% no terceiro. Para a indústria, a situação é ainda pior, passando de elevação de 1,2% para queda de 1,3% na mesma base de comparação. Os serviços permaneceram com o mesmo resultado negativo de 0,6%.

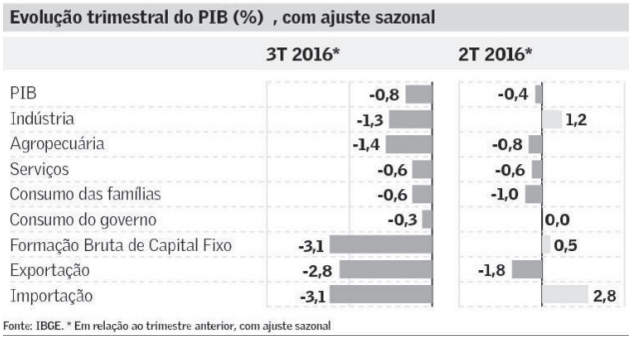
Gráfico 3



Elaborado pelo IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

O gráfico abaixo compara os resultados do segundo e do terceiro bimestres de 2016 e deixa transparente a acentuada queda no desempenho da economia brasileira.

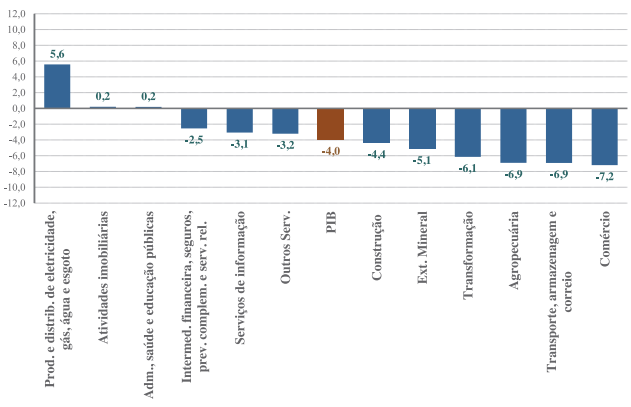
Gráfico 4



Elaborado pelo Valor Econômico

Os dados de janeiro a setembro de 2016 apontam para uma queda do PIB em nove dos doze subsetores de atividade econômica. O comércio (-7,2%) foi o que mais sofreu, seguido de transporte, armazenagem e correio (-6,9%), agropecuária (-6,9%), indústria de transformação (-6,1%), extração mineral (-5,1%), construção civil (-4,4%), outros serviços (-3,2%), serviços de informação (-3,1%), intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados (-2,5%), administração, saúde e educação públicas (0,2%), atividades imobiliárias (0,2%) e produção e distribuição de eletricidade, gás, água e esgoto (5,6%).

Gráfico 5. Crescimento do PIB e Subsetores (%).
Acumulado 2016 (Jan-Set) em relação ao mesmo período do ano anterior

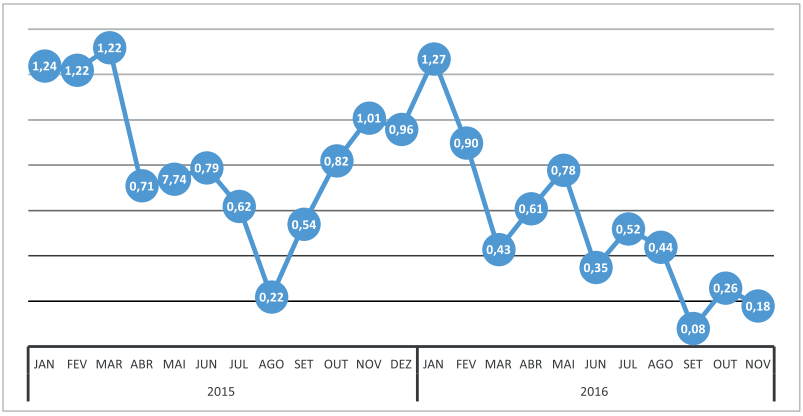


Fonte: IBGE

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA

O Boletim Focus do Banco Central (16.12.2016) prevê IPCA de 4,9% em 2017, bastante próximo do centro da meta que é de 4,5%. Para 2016, a previsão é de que o ano termine com IPCA de 6,49%, abaixo dos 6,5%, que é o teto da meta. A inflação está sob controle, o que permite ao Comitê de Política Monetária prosseguir com a queda da Selic, propiciando uma redução nos juros dos empréstimos, o que estimulará a retomada do crescimento econômico.

Gráfico 6. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Variações Mensais (%)



Fonte: IBGE

O principal instrumento do BC para conter as pressões inflacionárias é a taxa básica de juros da economia, que atualmente está em 13,75% ao ano (Dez/2016).

Tabela 1. Índices da taxa SELIC: 2014 a 2016 (%)

Reunião		Período de vigência	Meta SELIC	Taxa SELIC	
Nº	Data		% a.a.	%	% a.a.
203ª	30/11/2016	01/12/2016 -	13,75		
202ª	19/10/2016	20/10/2016 - 30/11/2016	14	1,46	13,9
201ª	31/08/2016	01/09/2016 - 19/10/2016	14,25	1,75	14,15
200ª	20/07/2016	21/07/2016 - 31/08/2016	14,25	1,59	14,15
199ª	08/06/2016	09/06/2016 - 20/07/2016	14,25	1,59	14,15
198ª	27/04/2016	28/04/2016 - 08/06/2016	14,25	1,53	14,15
197ª	02/03/2016	03/03/2016 - 27/04/2016	14,25	2,02	14,15
196ª	20/01/2016	21/01/2016 - 02/03/2016	14,25	1,48	14,15
195ª	25/11/2015	26/11/2015 - 20/01/2016	14,25	2,02	14,15
194ª	21/10/2015	22/10/2015 - 25/11/2015	14,25	1,27	14,15
193ª	02/09/2015	03/09/2015 - 21/10/2015	14,25	1,75	14,15
192ª	29/07/2015	30/07/2015 - 02/09/2015	14,25	1,32	14,15
191ª	03/06/2015	04/06/2015 - 29/07/2015	13,75	2	13,65
190ª	29/04/2015	30/04/2015 - 03/06/2015	13,25	1,18	13,15
189ª	04/03/2015	05/03/2015 - 29/04/2015	12,75	1,81	12,65
188ª	21/01/2015	22/01/2015 - 04/03/2015	12,25	1,28	12,15

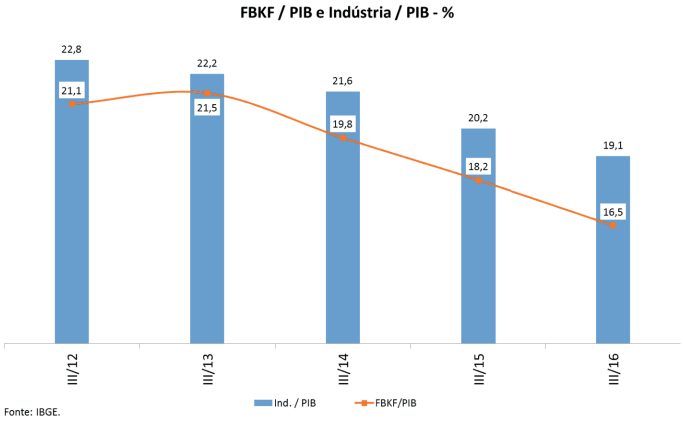
Fonte:BACEN

Para o fim de 2017, a mediana das estimativas do Boletim Focus para o juro básico é de 10,5%.

INDÚSTRIA

A queda de 0,8% no PIB brasileiro no terceiro trimestre de 2016 deveu-se em grande medida ao comportamento do setor industrial. Depois de ter voltado a crescer 1,2% no segundo trimestre, o PIB industrial recuou para -1,3% no terceiro. A indústria de transformação foi a que mais sofreu, queda de -2,1%, sendo que havia apresentado resultados positivos de 0,7% no primeiro trimestre e 0,1% no segundo. O que preocupa é a disseminação da queda do PIB industrial que atingiu 20 dos seus 24 ramos e 11 das 14 localidades pesquisadas pelo IBGE.

Gráfico 7



Elaborado pelo IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

Com a queda na formação bruta de capital fixo, a taxa de investimento do Brasil recuou para 16,5% no terceiro trimestre de 2016, sendo que chegou a 21,5% no terceiro trimestre de 2013.

A produção industrial, que vinha despencando nos últimos anos, sofreu uma leve recuperação no primeiro semestre de 2016 e voltou a cair no terceiro trimestre.

Gráfico 8

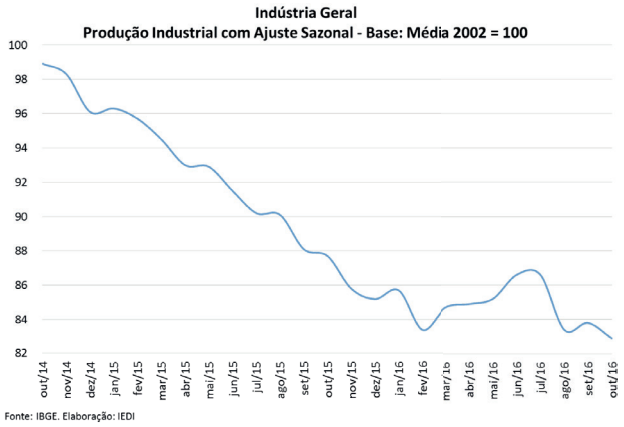
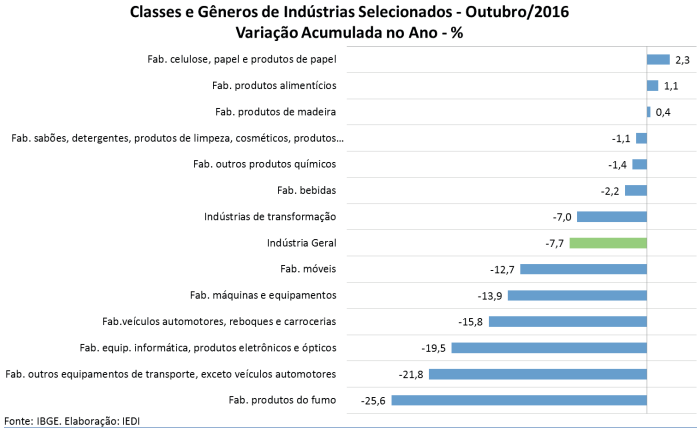


Gráfico 9

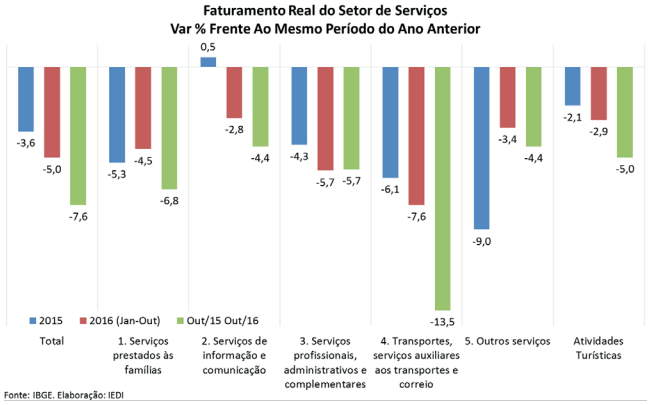


Até outubro de 2016, a indústria brasileira acumulou uma retração de 7,7% em relação a igual período do ano anterior. O pior desempenho ficou com a fabricação de produtos do fumo (-25,6%), seguido pelos equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (-21,8%), pelos equipamentos de informática, produtos eletrônicos e óticos (-19,5%), pelos veículos automotores, reboques e carrocerias (-15,8%), pelas máquinas e equipamentos (-13,9%), pela fabricação de móveis (-12,7%), pela fabricação de bebidas (-2,2%), pela fabricação de outros produtos químicos (-1,4%), pela fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos (-1,1%), pela fabricação de produtos de madeira (0,4%), pela fabricação de produtos alimentícios (1,1%) e pela fabricação de celulose, papel e produtos de papel (2,3%).

SERVIÇOS

O setor de serviços apresentou variação do faturamento real de -3,6% em 2015, quando comparado ao ano de 2014, e de -5,0% no acumulado de janeiro a outubro de 2016, em relação ao mesmo período do ano anterior. Quase todos os segmentos do setor de serviços apresentaram desempenho negativo nesses dois períodos na mesma base de comparação, a exceção foi os serviços de informação e comunicação que teve faturamento positivo (0,5%) em 2015. Em outubro de 2016, a queda se acentuou com o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio apresentando a maior retração (-13,5%), seguido dos serviços prestados à família (-6,8%), dos serviços profissionais, administrativos e complementares (-5,7%), das atividades turísticas (-5,0%), dos serviços de informação e comunicação (-4,4%) e outros serviços (-4,4%).

Gráfico 10

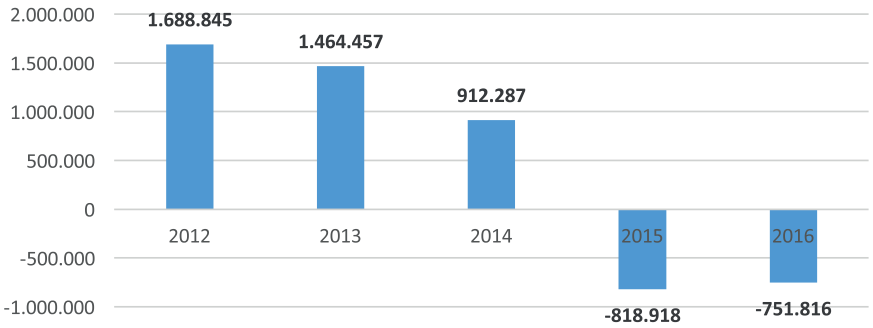


COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO BRASIL

A previsão para a taxa de desemprego em 2017 é de 13%, maior do que os 11,5% esperados para 2016, algo em torno de 12 milhões de pessoas. Análise do IPEA mostra que mesmo o mercado informal está escasso, fazendo com que muitos brasileiros saiam do mercado de trabalho, impactando ainda mais o consumo já bastante debilitado. No terceiro trimestre de 2016, houve uma redução de 1,7% no emprego por conta própria, quando comparado a igual período do ano anterior. Caso essa saída não tivesse ocorrido, o desemprego seria de 12,4% no terceiro trimestre deste ano.

Segundo dados do CAGED, de janeiro a outubro de 2016, o saldo de empregos formais (admitidos – desligados) foi de -751.816 para o Brasil. Em 2015, para o mesmo período, esse número representou -818.918 postos de trabalho. O gráfico abaixo mostra o impacto da recessão brasileira no mercado de trabalho.

Gráfico 11. Evolução do Emprego no Brasil de 2012 a 2016 (janeiro a outubro)

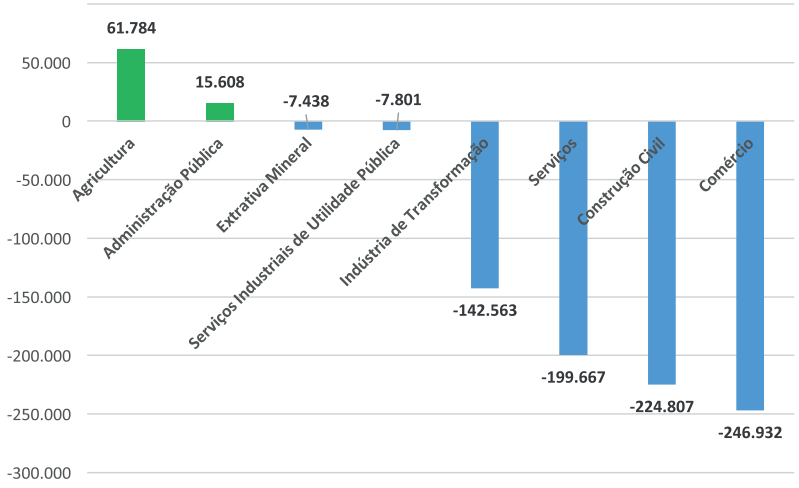


Fonte: CAGED

Os dados de janeiro a outubro de 2016 mostram a perda de postos de trabalho em seis dos oito setores de atividade econômica.

O comércio (-246.932) foi o que mais sofreu, seguido da construção civil (-224.807), serviços (-199.667), indústria de transformação (-142.563), serviços industriais de utilidade pública (-7.801), extrativa mineral (-7.438), administração pública (-15.608) e agricultura (61.784).

Gráfico 12. Evolução do Emprego no Brasil por Setor de Atividade Econômica em 2016 (janeiro a outubro)

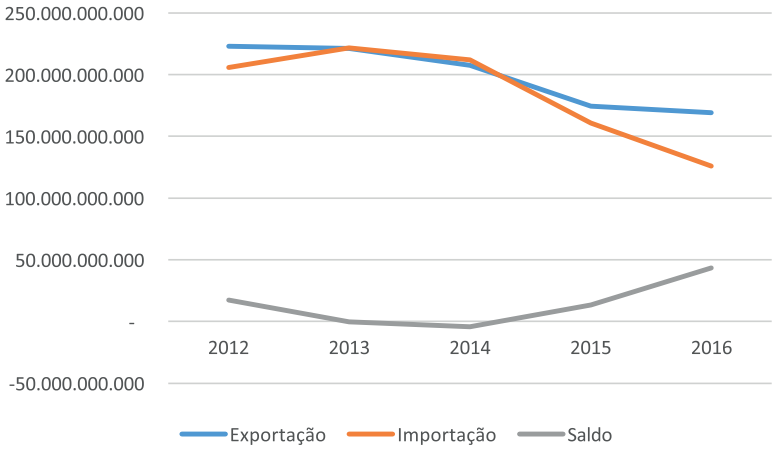


Fonte: CAGED

COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações e as importações brasileiras, em US$ FOB, estão em queda desde 2013. Como as importações estão caindo mais do que as exportações, o saldo tem ficado cada vez mais positivo, chegando a mais de US$ 43 bilhões no período de janeiro a novembro de 2016.

Gráfico 13. Balança Comercial Brasileira jan. a nov. 2012 a 2016 (U$ FOB)



Fonte: MDIC

No acumulado de janeiro a novembro de 2016, as exportações somaram US$ 169 bilhões e as importações US$ 126 bilhões, valores 2,9% e 27,72% menores, respectivamente, que os registrados no mesmo período do ano passado.

Tabela 2. Balança Comercial Brasileira jan. a nov. 2012 a 2016 (U$ FOB)

Ano	Exportação	Importação	Saldo
2012	222.829.722.456	205.678.225.834	17.151.496.622
2013	221.187.737.231	221.541.265.927	-353.528.696
2014	207.610.147.926	211.961.836.244	-4.351.688.318
2015	174.351.093.265	160.905.817.148	13.445.276.117
2016	169.302.939.179	126.026.018.232	43.276.920.947

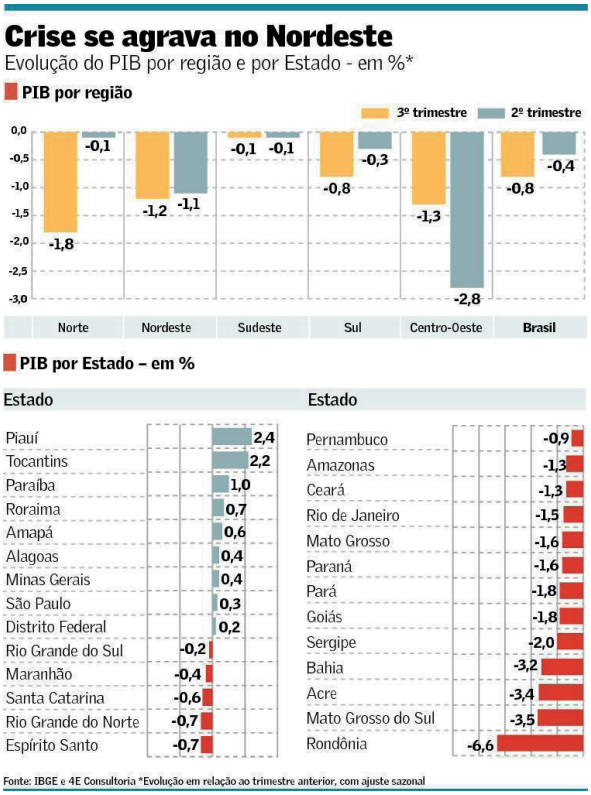
Fonte: MDIC

CONJUNTURA REGIONAL

PIB Regional

Conforme artigo publicado pelo Jornal Valor Econômico, baseado em estudo da 4E Consultoria, o PIB da região Centro-Oeste cresceu -1,3% no segundo trimestre de 2016, quando comparado ao primeiro trimestre e -2,8% no terceiro, quando comparado ao segundo. No segundo trimestre, apenas a região Norte (-1,8%) teve resultado pior do que a do Centro-Oeste. Já no terceiro trimestre nenhuma região brasileira apresentou desempenho tão ruim.

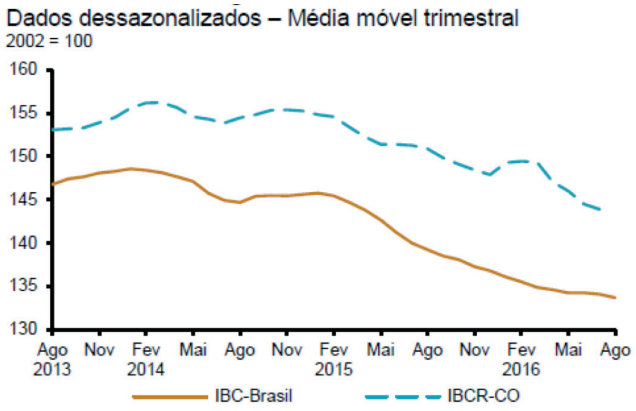
Gráfico 14. Evolução do PIB por Região e por Estado (%) – 2º e 3º trimestres de 2016



Mato Grosso do Sul amargou o penúltimo lugar no Brasil em desempenho do PIB (-3,5%) no terceiro trimestre, quando comparado ao segundo. No Centro-Oeste, apenas o Distrito Federal apresentou resultado positivo (0,2%), enquanto Goiás (-1,8%) e Mato Grosso (-1,6%) ficaram no negativo.

Os dados levantados pela 4E Consultoria para a região Centro-Oeste não são muito diferentes dos disponibilizados pelo Banco Central no IBCBRCO, presentes no Boletim Regional de outubro. No levantamento da 4E, o trimestre se encerra em outubro, enquanto no IBCBR, o trimestre termina em agosto. Como a situação da economia piorou no mês de outubro, podemos entender a diferença nos resultados das duas fontes. O IBCBRCO diminui 2,1% no semestre encerrado em agosto e havia caído 1,5% no trimestre encerrado em maio.

Gráfico 15. Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Centro-Oeste



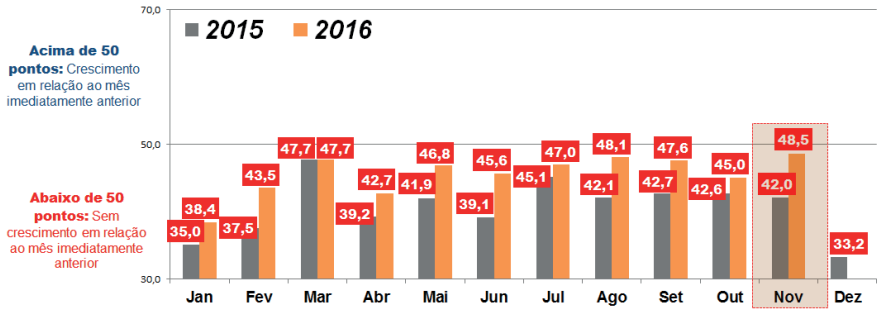
Fonte: BACEN

INDÚSTRIA

No ano de 2015 e no período de janeiro a novembro de 2015 e de 2016, não houve crescimento na produção industrial de MS em relação ao mês imediatamente anterior.

Gráfico 16

Índice de Evolução da produção - Mato Grosso do Sul (Novembro)

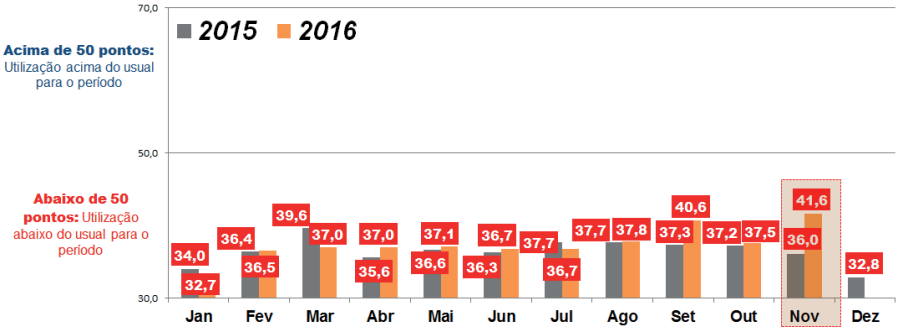


Fonte: FIEMS

Nesse mesmo período, a utilização da capacidade instalada da indústria do MS esteve abaixo do usual para o período.

Gráfico 17

Índice de Utilização da Capacidade Instalada Mato Grosso do Sul (Novembro)

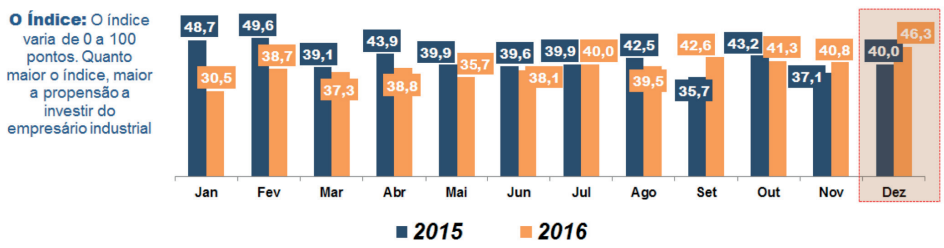


Fonte:FIEMS

A intenção de investimento, em um índice que varia de 0 a 100 ficou em 46,3 em dezembro de 2016, resultado melhor do que os 40,0 do mesmo mês do ano passado.

Gráfico 18

Intenção de investimento nos próximos 6 meses



Fonte: FIEMS

COMÉRCIO

De janeiro a outubro de 2016, MS acumulava -7,2% no volume de vendas no varejo, quando comparado a igual período do ano anterior (tabela 3). Esse resultado foi pior do que a média brasileira de -6,7%. Quando comparado aos outros estados do Centro--Oeste, MS ficou na melhor posição, já que MT retraiu 9,1%, Goiás 10,1% e DF -10,9%.

Já em outubro de 2016, MS teve uma queda no volume de vendas no varejo de 11% em relação ao mesmo mês do ano anterior, resultado pior do que o da média do Brasil (-8,2%), do que a do DF (-10,2%), do que GO (-10,5%), mas melhor do que MT (-14,3%).

Tabela 3

Índice de Volume de Vendas no Varejo - Brasil – Outubro/2016

Região	Mesmo mês ano anterior	No Ano	Doze meses
Brasil	**-8,2**	**-6,7**	**-6,8**
Rondônia	-15,4	-12,6	-12,7
Acre	-7,3	-9,8	-10,2
Amazonas	-12,0	-11,7	-11,4
Roraima	5,1	1,2	0,9
Pará	-18,7	-13,1	-12,0
Amapá	-16,9	-19,7	-20,9
Tocantins	-11,2	-9,6	-9,3
Maranhão	-8,7	-7,7	-8,3
Piauí	-13,8	-8,9	-8,8
Ceará	-8,8	-6,9	-6,9
Rio Grande do Norte	-10,4	-9,7	-9,5
Paraíba	0,8	-3,2	-5,3
Pernambuco	-9,2	-10,6	-10,8
Alagoas	-4,8	-6,7	-7,3
Sergipe	-7,2	-11,6	-11,6
Bahia	-13,7	-13,0	-13,0
Minas Gerais	-6,0	-1,5	-1,7
Espírito Santo	-12,0	-11,5	-11,6
Rio de Janeiro	-10,6	-8,2	-7,7
São Paulo	-6,4	-5,0	-5,2
Paraná	-6,9	-6,3	-7,0
Santa Catarina	-6,0	-6,8	-7,6
Rio Grande do Sul	-6,6	-5,5	-6,2
Mato Grosso do Sul	-11,0	-7,2	-6,8
Mato Grosso	-14,3	-9,1	-9,2
Goiás	-10,5	-10,1	-10,3
Distrito Federal	-10,2	-10,9	-10,2

Fonte: IBGE.

Elaborado pelo IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

SERVIÇOS

De janeiro a outubro de 2016, MS acumulava -7,0% no volume de serviços, quando comparado a igual período do ano anterior (tabela 4). Esse resultado foi pior do que a média brasileira de -5,0%. Quando comparado aos outros estados do Centro-Oeste, MS ficou melhor do que MT (-7,9%) e Goiás (-8,4%), mas pior do que o DF (0,3%).

Tabela 4

Taxa de Variação do Volume Serviços por Unidade da Federação

	Mês/Igual Mês do Ano Anterior Taxa de Variação (%)			Acumulado no Ano (%)
	Ago	Set	Out	Jan- Out
Brasil	**-3,9**	**-4,9**	**-7,6**	**-5,0**
Mato Grosso	-13,1	-19,0	-33,3	-7,9
Rondônia	-21,2	-15,2	-19,7	-4,9
Amazonas	-16,1	-11,8	-16,3	-14,8
Amapá	-12,5	-15,2	-16,1	-15,4
Mato Grosso do Sul	-11,7	-11,5	-14,7	-7,0
Goiás	-9,5	-11,9	-13,3	-8,4
Rio de Janeiro	-3,1	-9,0	-12,7	-5,3
Maranhão	-7,8	-11,8	-11,8	-10,6
Santa Catarina	-8,1	-8,5	-10,3	-7,7
Bahia	-12,1	-11,6	-10,0	-9,3
Pará	-5,7	-10,0	-9,7	-4,8
Paraná	-3,9	-6,5	-9,4	-4,6
Espírito Santo	-13,9	-10,1	-8,7	-8,3
Pernambuco	-10,0	-8,7	-8,3	-9,2
Minas Gerais	-4,2	-2,7	-8,2	-5,3
Paraíba	-6,4	-6,3	-8,1	-8,5
Roraima	-6,1	-0,5	-6,7	2,2
Tocantins	-4,3	-3,0	-6,5	-0,2
Sergipe	-10,7	-5,0	-6,2	-8,3
Distrito Federal	-3,5	-8,7	-6,2	0,3
Rio Grande do Sul	-3,6	-3,9	-5,3	-5,0
Ceará	-2,0	-3,5	-5,2	-1,7
Alagoas	-4,6	-6,1	-5,1	-1,4
São Paulo	-1,3	-1,2	-4,3	-3,9
Rio Grande do Norte	-11,2	-5,1	-3,9	-6,2
Piauí	-3,5	-3,7	-2,7	-3,9
Acre	-2,7	-6,1	-1,9	-2,9

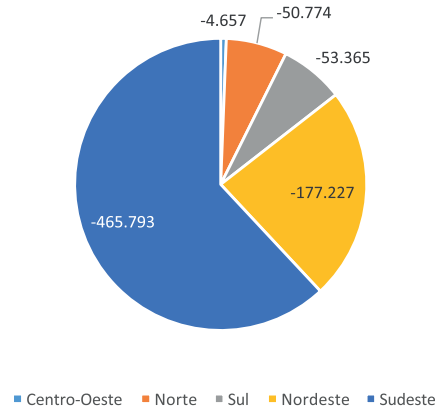
Elaborado pelo IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

Já em outubro de 2016, MS teve uma queda no volume de vendas no varejo de 14,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior, resultado pior do que o da média do Brasil (-7,6%) e do DF (-6,2%), mas melhor do que MT (-33,3%).

Comportamento do Mercado de Trabalho Formal

A região que teve menor saldo de empregos foi a Sudeste (-465.793), seguida da Nordeste (-177.227), da Sul (-53.365), da Norte (-50.774) e da Centro-Oeste (-4.657). Mato Grosso do Sul foi o único Estado do Centro-Oeste que teve saldo positivo de 1.010 postos de trabalho. No Brasil, apenas oito estados conseguiram escapar do saldo negativo.

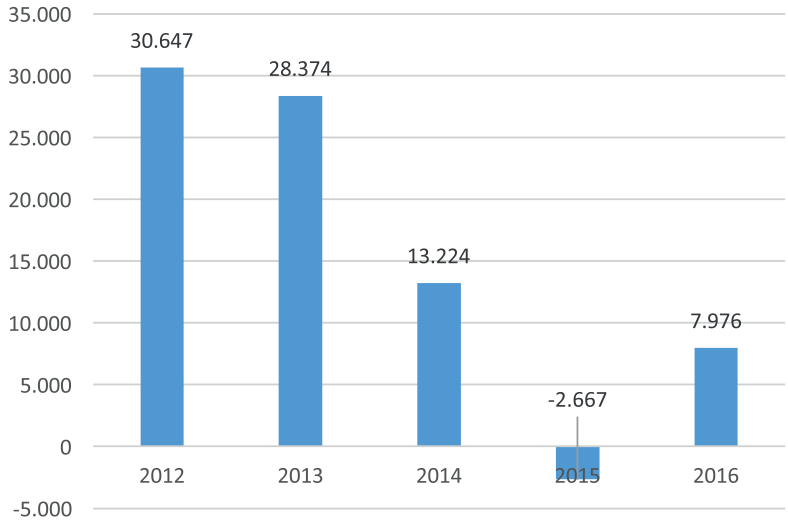
Gráfico 19- Saldo de Empregos por Nível Geográfico em 2016 (janeiro a outubro)



Fonte: CAGED

Segundo dados do CAGED, de janeiro a outubro de 2016, o saldo de empregos formais (admitidos – desligados) foi de 7.976 para o Mato Grosso do Sul. Em 2015, para o mesmo período, esse número representou -2.667 postos de trabalho. Quando comparamos esses dados com os obtidos nos anos anteriores (30.647 em 2012, 28.374 em 2013 e 13.224 em 2014) temos ideia da dimensão da crise que atravessamos.

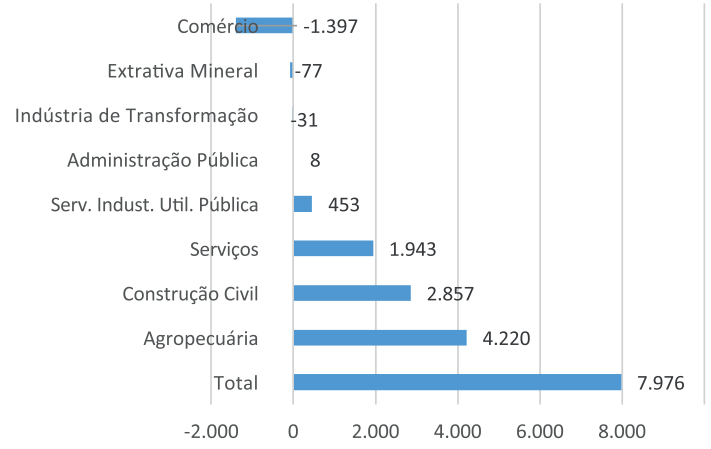
Gráfico 20- Saldo de Empregos no MS 2012 a 2016 (janeiro a outubro)



Fonte: CAGED

De janeiro a outubro de 2016, Mato Grosso do Sul teve um saldo positivo de 7.976 empregos no mercado formal. A agricultura gerou um saldo de 4.220 postos de trabalho, seguida da construção civil (2.857), dos serviços (1.943), dos serviços de utilidade pública (453) e da administração pública (8). Perderam postos de trabalho a indústria de transformação (-31), a extrativa mineral (-77) e o comércio (-1.397).

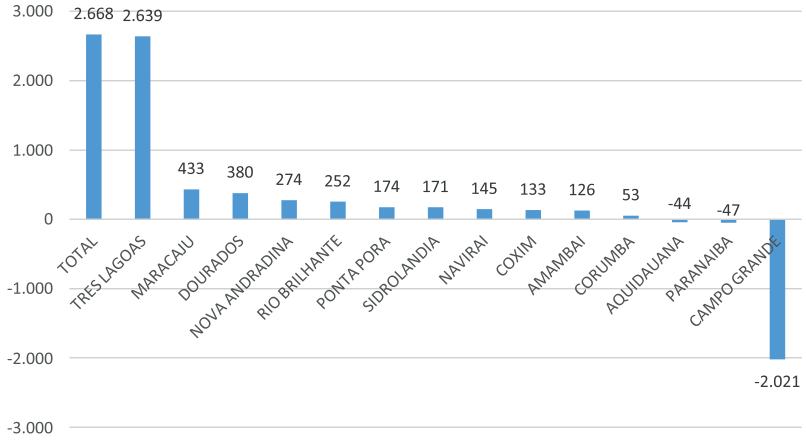
Gráfico 21- Saldo de Empregos por Setor em 2016 (janeiro a outubro)



Fonte: CAGED

O CAGED disponibiliza apenas os dados dos municípios com mais de 30 mil habitantes. Os 14 do MS que estão nessa condição apresentaram um saldo positivo de 2.668 postos de trabalho. Campo Grande (-2.021) foi o município que mais sofreu, seguido de Paranaíba (-47) e Aquidauana (-44). Três Lagoas teve o melhor desempenho (2.639), acompanhado por Maracaju (433), Dourados (380), Nova Andradina (274), Rio Brilhante (252), Ponta Porã (174), Sidrolândia (171), Naviraí (145) e Corumbá (53).

Gráfico 22- Saldo de Empregos por Município do MS em 2016 (janeiro a outubro)

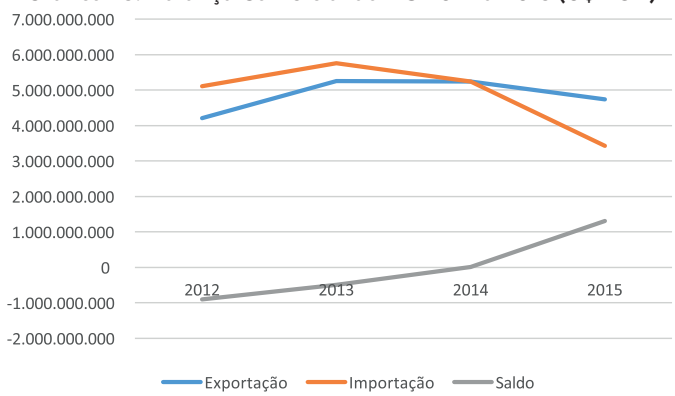


Fonte: CAGED

Comércio Exterior

As exportações e as importações de MS, em US$ FOB, estão em queda desde 2013. Como as importações estão caindo em ritmo superior ao das exportações, o saldo tem ficado cada vez mais positivo, chegando a mais de US$ 1,7 bilhão no período de janeiro a novembro de 2016.

Gráfico 23. Balança Comercial do MS 2012 a 2015 (U$ FOB)



Fonte:MDIC

Tabela 5. Balança Comercial do MS 2012 a 2015 (U$ FOB)

Ano	Exportação	Importação	Saldo
2012	4.212.756.213	5.113.970.906	- 901.214.693
2013	5.256.284.227	5.753.054.417	- 496.770.190
2014	5.245.499.753	5.237.139.718	8.360.035
2015	4.735.117.462	3.422.452.184	1.312.665.278

Fonte:MDIC

No acumulado de janeiro a novembro de 2016, as exportações somaram US$ 3,8 bilhões e as importações US$ 2,1 bilhões, valores 11,7% e 34,6% menores, respectivamente, do que os registrados no mesmo período do ano passado. Em volume (kg) exportado, a redução foi de apenas 1,3%, ou seja, estamos conseguindo menos dinheiro pelo nosso produto. A exportação de soja reduziu em 17,5%, a de milho em 24,5%, e a de carne bovina em 20,3%. A importação de gás natural sofreu uma queda de 45,7%. O saldo da balança comercial aumentou 55% na mesma base de comparação.

Taxa de inflação – Índice de Preços ao Consumidor (IPC-CG)

Em 2015, a inflação acumulada no município de Campo Grande - MS atingiu 6,16%, dentro do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 6,5%, porém, um pouco acima do centro da meta que é de 4,5%. A alta de 0,33% no mês de outubro foi puxada principalmente pelo setor de transportes (1,60%) e de vestuário (1,21%). Soma-se a valorização do dólar frente ao real, favorecendo as exportações e encarecendo os produtos importados, muito comuns no final do ano, além da elevação nos preços dos combustíveis.

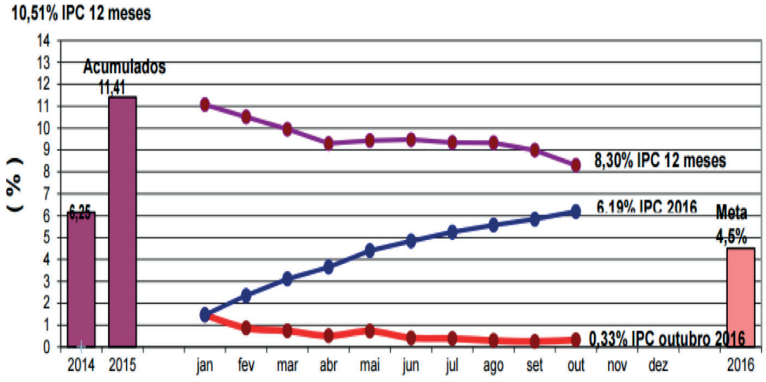
Tabela 6. Índices e valores acumulados dos sete grupos que compõem a inflação da cidade de Campo Grande, em 2016 e nos últimos 12 meses:

Grupos	Ponderação (%)	Taxas de variação mensal (%)												Acumulada	
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2016	12 meses
Geral	100	1,47	0,87	0,74	0,52	0 ,73	0,42	0,39	0,30	0,26	0,33			6,19	8,30
Habitação	32,25	1,29	1,16	-0,42	0,81	0,29	0,41	0,34	0,16	0,44	0,11			4,67	5,37
Alimentação	20,50	1,34	1,06	3,20	0,32	0,25	-0,04	0,73	0,88	-0,31	0,07			7,71	13,43
Transportes	14,90	0,02	0,44	0,61	0,00	1,44	-0,20	-0,46	-0,58	1,37	1,60			4,66	8,25
Educação	9,10	9,91	0,09	0,04	-0,05	0,18	0,00	1,05	0,03	0,00	-1,00			10,02	10,23
Desp.Pessoais	8,80	0,17	1,19	0,80	1,23	0,68	2,80	0,54	0,32	-0,11	0,39			7,96	9,19
Saúde	7,50	0,96	1,88	-0,06	-0,12	3,95	-0,07	0,00	0,30	-0,02	0,17			7,13	7,52
Vestuário	6,95	-0,18	-0,47	0,63	1,11	-0,05	0,90	0,50	-0,02	-0,17	1,21			3,85	4,30

Fonte: Universidade Anhanguera Uniderp

No ano de 2016 (até outubro), as maiores inflações acumuladas na Capital, por grupo, foram: Educação (10,02%), Despesas Pessoais (7,96%) e Alimentação (7,71%), Saúde (7,13%). Esses grupos tiveram inflações acumuladas superiores à inflação acumulada no ano, de 6,19%. Os setores com inflação acumulada superior à acumulada nos últimos 12 meses (8,30%) são o setor de Alimentação (13,43%), Educação (10,23%) e Despesas Pessoais (9,19%). A inflação acumulada dos últimos 12 meses do Setor de Alimentação (13,43%) muito acima da inflação do setor acumulada no ano (7,71%) denuncia a alta inflação de alimentos nos últimos meses do ano anterior.

Gráfico 24. IPC/CG Índices mensais (%)



Fonte: Universidade Anhanguera Uniderp

FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

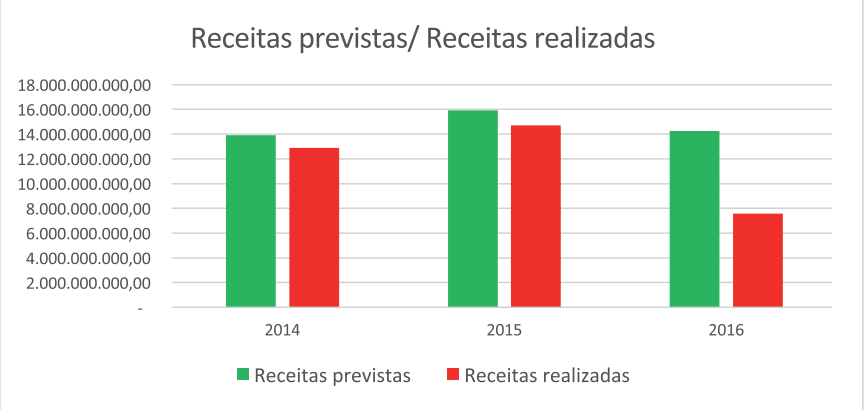
RESPONSABILIDADE FISCAL

Receitas previstas e receitas realizadas

Ano	Receitas Previstas	Receitas Realizadas	Diferença	Erro
2014	13.908.413.855,04	12.893.411.150,16	-1.015.002.704,88	-7,30%
2015	15.938.583.346,71	14.692.780.785,33	-1.245.802.561,38	-7,82%
2016*	14.252.860.106,43	7.574.981.710,32	-6.677.878.396,11	-46,85%

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – SCGE. * Meses de referência: Janeiro – Outubro

O Estado vem arrecadando menos que o previsto, demonstrando a recessão econômica que todo o Brasil vem sofrendo nos últimos anos. O ano de 2016 deve-se obter um erro ainda maior (que 7% verificado nos anos de 2014 e 2015) dado à queda na arrecadação do ICMS apontado pelo Boletim FOCO do Observatório Socioeconômico do Governo de Mato Grosso do Sul, principalmente pelo setor de Petróleo, Combustíveis e Lubrificante (que aborda o gás natural importado da Bolívia) da qual representou 34,71% do ICMS total de 2015.

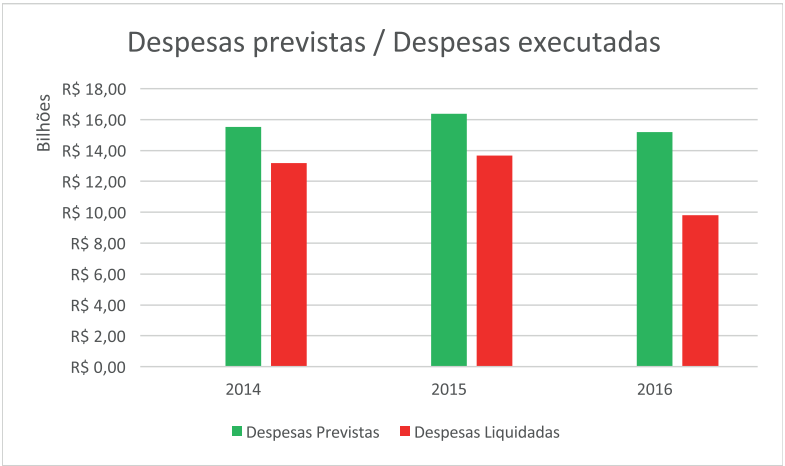


Despesas previstas e despesas liquidadas

Ano	Despesas Previstas	Despesas Liquidadas	Diferença	Erro
2014	15.511.488.968,37	13.172.158.459,68	-2.339.330.508,69	15,08%
2015	16.358.951.572,19	13.662.153.689,54	-2.696.797.882,65	16,49%
2016*	15.192.104.220,00	9.791.625.116,46	-5.400.479.103,54	35,55%

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – SCGE. * Meses de referência: Janeiro – Outubro

As despesas abordadas na tabela acima demonstram valores menores que o previsto, o que representa a recessão optada pelo Governo (responsabilidade dos gastos) de acordo com o cenário econômico.



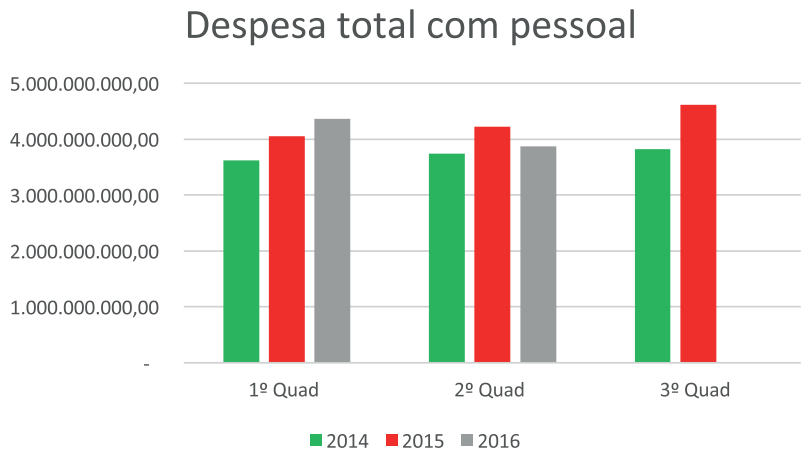
Despesa total com pessoal

Despesa com Pessoal (Poder Executivo)					
	2014	2015	Incremento 15/14	2016	Incremento 16/15
1° Quad	**2.961.555.656,64**	**3.296.814.629,54**	11,32%	**3.548.384.165,32**	7,63%
2° Quad	**3.045.307.582,91**	**3.467.602.506,22**	13,87%	**3.868.129.301,77**	11,55%
3° Quad	**3.124.403.016,68**	**3.813.758.133,58**	22,06%		

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – SCGE

	DTP/RCL 14	DTP/RCL 15	DTP/RCL 16
1° Quad	39,71%	40,57%	40,57%
2° Quad	39,69%	41,89%	42,85%
3° Quad	38,58%	45,83%	

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal



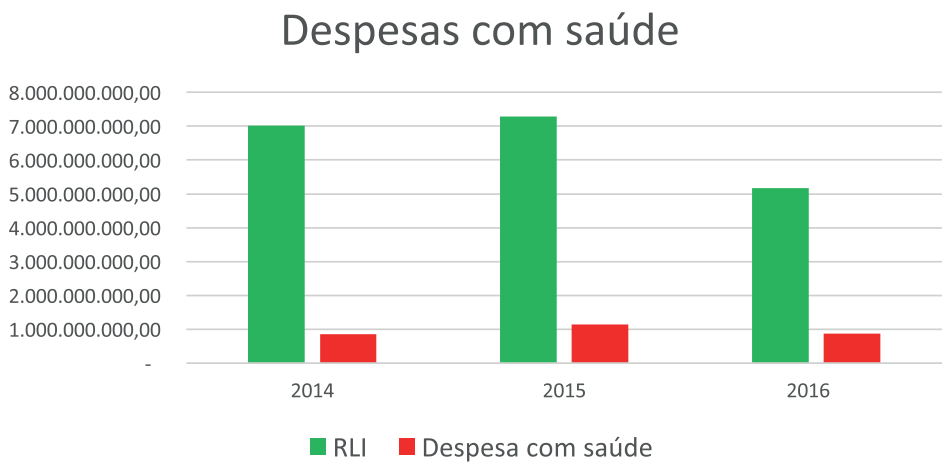
Despesas com saúde

Ano	RLI	Despesa com Saúde	% Despesa com Saúde / RLI
2014	7.010.892.635,19	849.077.097,32	12,11%
2015	7.288.925.440,40	1.139.555.940,61	15,63%
2016*	5.173.708.868,50	862.690.938,33	16,64%

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – SCGE. * Meses de referência: Janeiro-Outubro

*Mínimo a ser aplicado 12% da RLI (Receita Líquida dos Impostos)

Notamos que até outubro de 2016 o Estado alcançou o mínimo exigido.

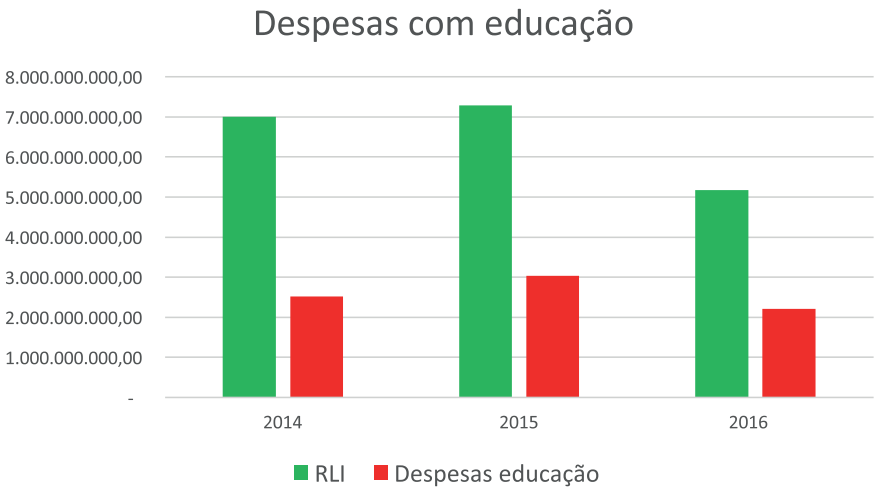


Despesas com educação

Ano	RLI	Despesa com Educação	% Aplicado
2014	7.010.892.635,19	2.524.295.276,06	36,01%
2015	7.288.925.440,40	3.030.508.092,65	41,58%
2016*	5.173.708.868,50	2.213.747.472,06	42,79%

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – SCGE. * Meses de referência: Janeiro-Outubro
*Mínimo a ser aplicado 25% da RLI
*RLI- Receita Líquida dos Impostos

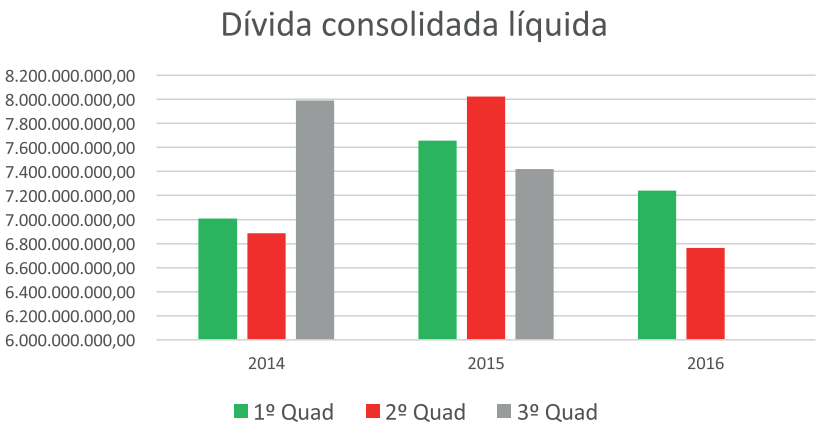
No Estado de Mato Grosso do Sul em 2016, a despesa enfrentou um aumento com pessoal de 18,35% (entre janeiro e novembro) em relação ao ano anterior, somando um valor de R$ 1.300.978,433,71 no período. Dessa forma, podemos verificar um gasto de R$ 8.715,69 per capita, ou, uma média de R$ 726,30 até novembro.



Dívida Consolidada Líquida

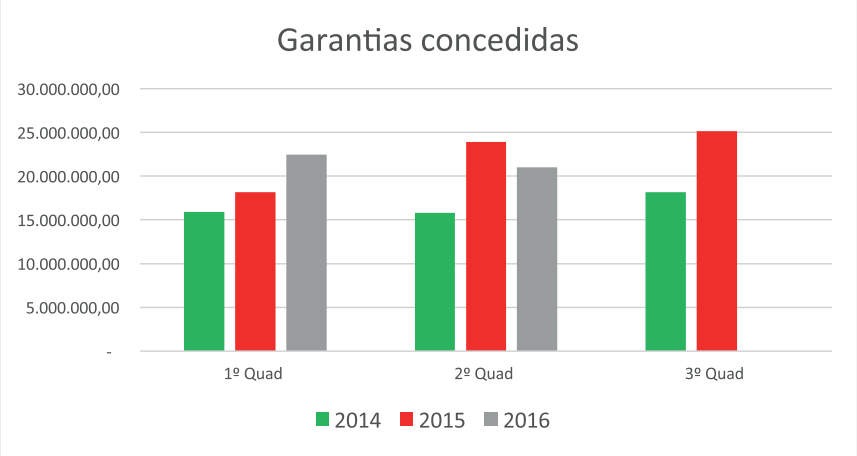
Dívida Consolidada Líquida						
	2014	% sobre a RCL	2015	% sobre a RCL	2016	% sobre a RCL
1° Quad	**7.009.758.019,48**	**93,99%**	7.654.767.855,32	**94,20%**	7.238.953.198,81	82,76%
2° Quad	**6.884.250.877,96**	**111,45%**	8.024.450.089,39	**96,94%**	6.762.481.861,09	74,91%
3° Quad	**7.992.420.669,33**	**98,68%**	7.421.093.279,93	**89,18%**		

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal – SCGE
*Limite 200%



Garantias concedidas

Garantias Concedidas						
	2014	% sobre a RCL	2015	% sobre a RCL	2016	% sobre a RCL
1° Quad	**15.918.395,64**	**0,21%**	18.190.989,49	**0,22%**	22.459.008,71	0,26%
2° Quad	**15.813.840,33**	**0,21%**	23.929.467,61	**0,29%**	21.020.090,20	0,23%
3° Quad	**18.190.989,49**	**0,22%**	25.144.132,65	**0,30%**		



Acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF)

Introdução

Os Programas assinados pelas unidades federativas passam por uma avaliação anual do cumprimento de metas e compromissos estabelecidos. Este relatório consolida os resultados alcançados por todos os membros participantes do programa em 2015 e panorama 2016 para Mato Grosso do Sul.

Situação dos Entes Federativos em 2015

O difícil cenário econômico que aflige o país neste período também refletiu o desempenho dos estados no cumprimento de suas metas que são apresentadas a seguir:

I - Dívida financeira em relação à receita líquida real (RLR);

II - Resultado primário, entendido como a diferença entre as receitas e despesas não financeiras;

III - despesas com funcionalismo público;

IV - Arrecadação de receitas próprias;

V - Privatização, permissão ou concessão de serviços públicos, reforma administrativa e patrimonial;

VI - Despesas de investimento em relação à RLR.

Situação Mato Grosso do Sul

Mato Grosso do Sul | Resultados Alcançados 2015			
Meta 1: Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real		**Meta 2: Resultado Primário - R$ Milhões**	
Meta Estabelecida	Resultado Alcançado	Meta Estabelecida	Resultado Alcançado
≤ 1,00	0,99	1.187	1.250
Meta 3: Relação Despesa com Pessoal / Receita Corrente Líquida		**Meta 4: Receita de Arrecadação Própria - R$ Milhões**	
Meta Estabelecida	**Resultado Alcançado**	**Meta Estabelecida**	**Resultado Alcançado**
≤ 60,00	73,49	9.121	8.967
Meta 5: Reforma do Estado		**Meta 6: Relação Investimentos / Receita Líquida Real**	
Não cumpriu		Meta Estabelecida	Resultado Alcançado
		6,91	5,36

Fonte: STN – Avaliação do cumprimento de metas e compromissos do exercício de 2015 (PAF).

A avaliação do cumprimento das metas do Programa de Ajuste Fiscal referente ao exercício de 2016 encontra-se em estágio de consolidação e fechamento. Por esse motivo, apresentamos abaixo uma síntese da avaliação referente ao exercício de 2015, que apontou pelo cumprimento das duas principais metas estabelecidas pelo PAF (relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real e Resultado Primário).

As fontes de recursos PAF (fontes de recursos consideradas na elaboração e avaliação do Programa de Ajuste Fiscal) são as seguintes:

Fonte de Recursos	Especificação
100	Recursos Ordinários do Tesouro
102	Adicional do ICMS – Fundo de Combate à Pobreza
103	Fundo de Investimentos Sociais – FIS – Lei Estadual nº2105/2000
108	Salário-Educação – Cota Parte Estadual
109	Recursos de Depósitos Judiciais
112	Convênios e Outras Transferências Federais
113	Operações de Crédito Internas e Externas
115	Alienação de bens e direitos – Administração Direta
118	Transferências de Recursos da CIDE
120	Fundeb – Lei nº 11.494/2007
240	Fundos Estaduais FIC, FIE e FUNTUR
241	Fundo de Desenvolvimento Rodoviário de Mato Grosso do Sul – FUNDERSUL

No decorrer de cada exercício, a aplicação de recursos das fontes PAF é acompanhada.

Avaliação da Meta 1 - Dívida Financeira/ Receita Líquida Real

A Receita Líquida Real (RLR) utilizada para comparação com o estoque da dívida financeira alcançou R$7.731,8 milhões (preços de 31 de dezembro de 2014), tomando-se por base as RLRs de janeiro a dezembro de 2015.

A Dívida Financeira total do Estado (D), posição em 31 de dezembro de 2014, atingiu R$7.639,9 milhões. Assim, a relação D/RLR no final do exercício de 2015 correspondeu a 0,99, inferior à unidade, implicando cumprimento da meta 1.

Avaliação da Meta 2 - Resultado Primário

A meta 2 da 14ª revisão do PAF estabeleceu superávit primário de R$1.187 milhões e suficiência financeira de R$ 94 milhões para o exercício de 2015. O Estado apresentou superávit primário de R$ 1.250 milhões e suficiência financeira de R$ 154 milhões, o que indica cumprimento da meta 2.

Avaliação da Meta 3 - Despesas de Pessoal

As despesas de pessoal totalizaram R$ 5.730,1 milhões em 2015, patamar inferior ao projetado pelo Programa para o exercício, de R$ 5.916,7 milhões. Por seu turno, a Receita Corrente Líquida (RCL), fonte Tesouro, atingiu o montante de R$ 7.796,9 milhões em 2015. A meta nº 3 estipula limite máximo de 60% para a relação Despesas de Pessoal/RCL, sendo que em 2015 a relação avaliada foi de 73,5%. Portanto, a meta nº 3 resultou descumprida.

Avaliação da Meta 4 – Arrecadação Própria

A arrecadação própria atingiu R$ 8.967,1 milhões em 2015, inferior em R$ 154 milhões o estabelecido na meta 4 (R$9.121,1 milhões). Portanto, a meta de receitas de arrecadação própria para o exercício de 2015 não foi cumprida.

Avaliação da Meta 5 – Reforma do Estado

A meta de Reforma do Estado desdobra-se em cinco compromissos, analisados abaixo:

1) Ampliar estrutura técnico-institucional no âmbito do Poder Executivo Estadual para realizar a adequada gestão contábil, de forma a possibilitar:

- A observância integral às normas contidas na edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP nos prazos previstos nos arts. 11 a 13 da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013. As normas contábeis foram implantadas nos prazos previstos.
- A instituição ou a coordenação de Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado (GTCON). O GTCON foi criado no âmbito da Superintendência de Contabilidade Geral do Estado. (SCGE/SEFAZ)
- A elaboração e a observância de um plano de ação visando a identificação, avaliação e o registro dos bens do ativo imobilizado e intangível do Estado. Existe plano de ação apresentado em Nota Técnica da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização (SAD), prevista no documento "Termo de Referência".
- A elaboração e a observância de um plano de ação visando a integração do sistema contábil com os sistemas tributário, arrecadação, gestão da dívida ativa, patrimônio, gestão de pessoas, gestão de contratos, previdência, gestão de fornecedores e demais sistemas que possuem relação com os registros contábeis, de forma a garantir a tempestividade e integridade do registro contábil. Com a implantação do Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), a partir do exercício de 2015, existe perspectiva de integração futura com os demais sistemas em utilização pelo Estado.

- O envio das contas anuais previstas no art. 51 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI. As contas anuais foram enviadas e encontram-se disponíveis no SICONFI para consulta e consolidação.
- A observância dos padrões mínimos de qualidade para o sistema integrado de administração financeira e controle estabelecidos pelo Poder Executivo da União, por meio do Decreto 7.185 de 27 de maio de 2010, nos termos do art. 48 da LRF. O SPF atende aos padrões de qualidade estabelecidos pela legislação, a partir dos quais será objeto de constante aprimoramento.
- A observância das regras e procedimentos constantes da edição vigente do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF. Os demonstrativos fiscais previstos pela LRF são publicados de acordo com as regras e procedimentos previstos no MDF.
- A observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T SP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A implantação das novas normas contábeis no Estado é compatível com as normas estabelecidas pelo CFC.
- A atualização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, conforme publicações anuais da STN. A atualização do PCASP no Estado levou em conta as determinações da STN.
- A observância às regras de contabilização do RPPS, conforme orientações conjuntas da STN e do Ministério da Previdência Social – MPS. A contabilização no âmbito do RPPS atende às orientações da STN e do MPS.

2) Manter atualizado o SICONFI, de acordo com os normativos vigentes. O SICONFI encontra-se atualizado quanto aos dados e informações do Estado.

3) Implementar sistema de custos que permita avaliar e evidenciar os resultados da gestão, mensurar os custos dos programas e das unidades da administração pública estadual e forneça informação comparável com outras unidades da federação. O sistema de custos encontra-se em implantação, particularmente no que se refere à apropriação direta de custos, dependendo para tanto do pleno funcionamento do sistema gerenciador de centros de custos.

4) Limitar as outras despesas correntes (ODC) aos percentuais da RLR de 23,88% em 2015, 28,45% em 2016 e 27,39% em 2017, conforme o Anexo I. Em 2015, a relação ODC/RLR atingiu 24,93%, superior à meta estabelecida, indicando descumprimento de compromisso.

5) Manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes. As empresas estatais dependentes são: a Empresa de Gestão de Recursos Minerais, vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico – SEMADE, e a Empresa de Serviços Agropecuários de MS (Agrosul), que encontra-se em processo de liquidação. A esse respeito, ver notas explicativas.

6) Maanter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes da Secretaria de Estado de Fazenda, da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização, e da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica, conforme Decreto nº 11.476, de 14 de novembro de 2003. A estrutura de acompanhamento do Programa encontra-se mantida.

7) Encaminhar à STN, até o dia 31de maio de 2016, relatório sobre a execução do Programa relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas. O Relatório do Programa será enviado dentro do prazo estipulado

8) Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da LRF. Os dados e informações do Programa são publicados por meio do site: www.scge.ms.gov.br

Avaliação da Meta 6 – Investimentos

A meta 6 da 14ª revisão do PAF estipulou relação máxima entre investimentos e RLR de 6,91% para o exercício de 2015. Os investimentos realizados em 2015 com recursos das fontes PAF totalizaram R$ 439,5 milhões, correspondentes a 5,36% da RLR. Portanto, a meta 6 foi cumprida.

MODELO DE GESTÃO PARA RESULTADOS DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

GESTÃO PARA RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo demonstrar o modelo de gestão vigente no Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – o qual serviu de fio condutor para a execução das atividades em 2016 e para a elaboração da própria Mensagem.

A exemplo da experiência ocorrida no Governo do Estado de Minas Gerais durante os governos de Aécio Neves (2003-2010) e Antonio Anastasia (2010 – 2014), o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul tem adotado desde 2015 um modelo de gestão por resultados, inspirado nas reflexões da corrente do New Public Management (NPM).

Em linhas gerais, o modelo de gestão para resultados tem como objetivo orientar a administração pública estadual sob a lógica

gerencial, ou seja, ter como foco do Governo do Estado as entregas realizadas à população.[1] A administração pública gerencial surgiu como contraponto à administração pública burocrática, a qual corre o risco de tornar-se autocentrada em procedimentos burocráticos, em detrimento da entrega de melhores resultados à população.

A EXPERIÊNCIA DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Ao longo dos anos de 2015 e 2016, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul desenvolveu um modelo de gestão inspirado na experiência mineira, porém com adaptações necessárias à realidade do estado.

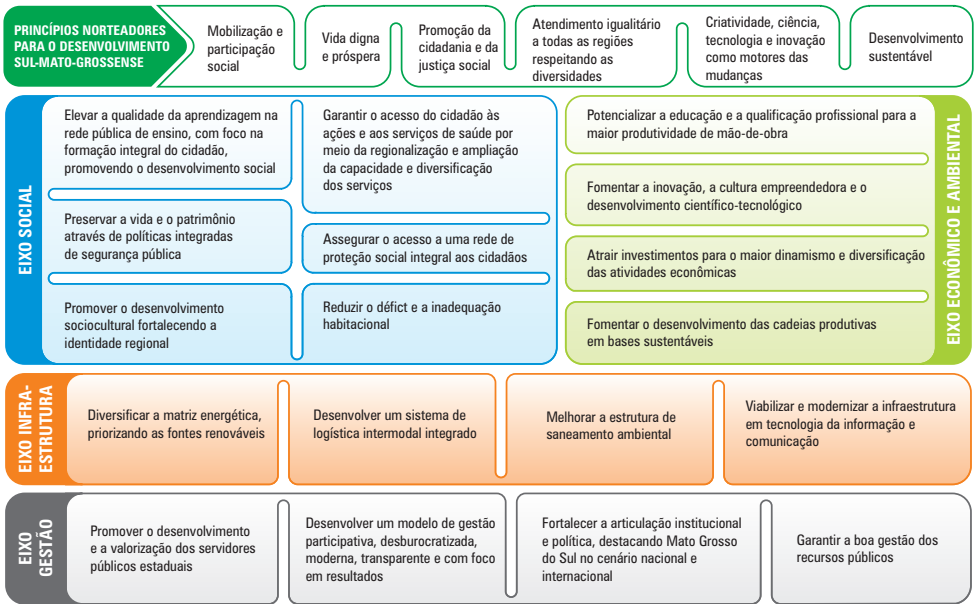
O modelo de gestão tem como principal orientador o mapa estratégico do governo, construído em 2015 com a participação do Governador e de todos os Secretários de Estado. Além da participação de mais de 200 servidores públicos que ocupavam cargos de liderança ou técnicos, em diversos encontros que culminaram na definição da estratégia de governo e na elaboração dos programas temáticos do PPA 2016-2019.

Desse trabalho estabeleceu-se como visão do estado "Um bom lugar para viver e investir, com qualidade de vida e prioridade nas pessoas". Essa frase sintetiza as propostas do Plano de Governo para o futuro próximo (médio prazo) do Estado. Nela são encontrados elementos que mostram que as ações de governo devem ser direcionadas para aprimorar todos os aspectos sociais, econômicos e ambientais do nosso Estado, tais como: educação de qualidade, bons serviços de saúde em todas as regiões, assistência social na medida certa, qualificação de nossos trabalhadores, mercado de trabalho capaz de absorver nossos cidadãos, economia pujante, infraestrutura moderna e setor público realizador de políticas públicas prioritárias. Como a visão de futuro foi o ponto de partida para a elaboração da estratégia de governo e do Plano Plurianual (PPA 2016-2019), a sua consolidação deverá ser apurada no final de 2019.

Os Eixos estratégicos são temáticas centrais nas quais foram distribuídas as diretrizes estratégicas de Governo: Gestão, Infraestrutura, Econômico e Ambiental e Social. Os eixos estratégicos facilitam a integração das ações governamentais e ajudam a entender as inter-relações das diversas áreas administrativas. A divisão nessas temáticas também ajuda no monitoramento e na avaliação dos resultados por eixo, o que permite agir pontualmente e corrigir o curso das políticas públicas ainda a tempo de gerar bons resultados para a sociedade.

As diretrizes, por sua vez, são a expressão literal de como o Governo do Estado pretende entregar à sociedade cada uma de suas áreas prioritárias de atuação. Apenas como exemplo, na área de educação, nossas lideranças expressaram o desejo de "elevar a qualidade da aprendizagem na rede pública de ensino, com foco na formação integral do cidadão, promovendo o desenvolvimento social". O mapa estratégico do Estado, a seguir, possui 18 diretrizes, sendo 6 no eixo social, 4 no eixo econômico e ambiental, 4 no eixo de infraestrutura e 4 no eixo gestão.

Por fim, os princípios norteadores são conceitos tratados como essenciais na condução das políticas públicas do Estado. Os princípios norteadores devem estar presentes nas ações de Governo de forma integrada e transversal com o intuito de garantir que a forma de fazer seja tão importante quanto a ação realizada ou o resultado obtido.



Contratos de Gestão

O Contrato de Gestão pode ser definido como um instrumento gerencial que busca o alinhamento das instituições com a estratégia governamental a partir da pactuação de resultados, mediante a negociação de metas entre os dirigentes dos órgãos e entidades do Poder Executivo. Ele representa, também, uma ferramenta de mobilização e incentivo para os servidores em torno

[1] Para mais informações, analisar o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, lançado em 1995 pela Presidência da República.

das prioridades estabelecidas. Em contrapartida à assinatura desse Contrato de Gestão, são concedidas ao(s) contratado(s)[2], em caso de desempenho satisfatório, reconhecimento público.

São objetivos do Contrato de Gestão:

- Melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados à sociedade;
- Melhorar a qualidade do gasto público;
- Alinhar o planejamento e as ações do contratado com o planejamento estratégico do Governo, com as políticas públicas instituídas e os demais programas governamentais, viabilizando a sua implementação;
- Dar transparência às ações das instituições públicas envolvidas e facilitar o controle social sobre a atividade administrativa;
- Auxiliar na implementação de uma cultura voltada para resultados, estimulando, valorizando e destacando servidores, dirigentes e órgãos que cumpram suas metas e atinjam os resultados pactuados.

Desta forma, após a definição das prioridades em cada área de atuação, expostas no mapa estratégico e no PPA 2016-2019, o Governador estabeleceu com o Secretário de cada pasta um contrato de gestão.

No caso do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, em 2016, o contrato de gestão foi firmado apenas com órgãos da administração direta, mais especificamente com Secretarias. Além do mais, estes não preveem a cessão de autonomias de quaisquer formas aos órgãos, ou a aplicação de sanções no caso de descumprimento. Em contrapartida, há o estabelecimento de iniciativas estratégicas a serem realizadas pela Secretaria, além de indicadores de desempenho definidos para avaliar o desempenho de cada órgão – os quais representam a prioridade da gestão.

O conteúdo dos contratos de gestão foi negociado entre o Governador e o Secretário de cada pasta, com o intermédio da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV), a qual teve a incumbência de organizar e redigir os contratos, para posterior assinatura do Governador e dos Secretários. A assinatura dos contratos de gestão ocorreu em 7 de março de 2016.

As iniciativas estratégicas que compõem o contrato de gestão são projetos e processos, previstos no PPA 2016-2019 a serem implantados por cada Secretaria, a fim de entregar novos serviços públicos – ou aperfeiçoar os já existentes à população e melhorar o desempenho do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

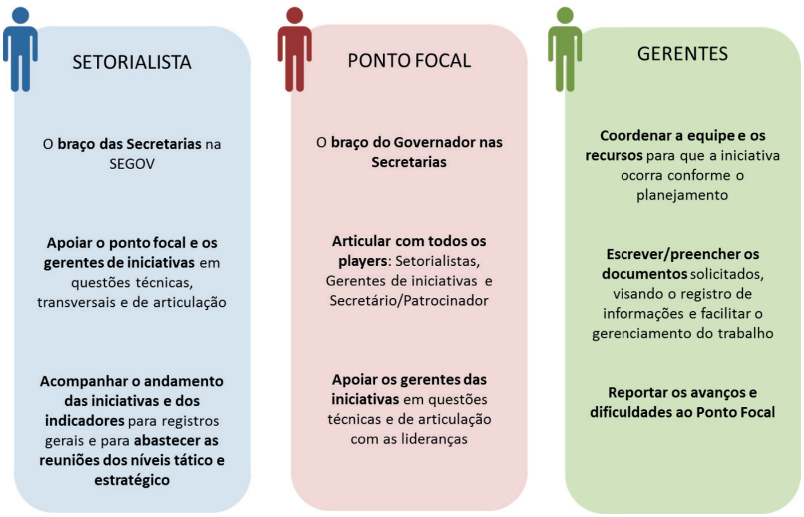
Tais projetos e processos tiveram seu planejamento documentado e formalizado no início do ano, por meio de Termos de Abertura de Projeto (TAPs), Planos de Projeto e Fichas de Processo. Tanto os contratos de gestão quanto os documentos de planejamento de cada iniciativa são públicos e podem ser solicitados por qualquer cidadão por meio do Portal da Transparência e do Serviço de Acesso à Informação (SIC). Os documentos de planejamento foram baseados na metodologia do Project Management Body of Knowledge (PMBOK).

Monitoramento do contrato de gestão

O Monitoramento por sua vez, é fundamental para a conquista dos objetivos pactuados. Um processo de acompanhamento e monitoramento sistemático, com apurações parciais dos resultados, possibilita ajustes e correções de rumos ao longo do ano, direcionando as ações gerenciais em função das metas estabelecidas. Isso envolve tanto reuniões periódicas de monitoramento, quanto a utilização de ferramentas simples pelos gestores e sua equipe, a exemplo do cronograma de execução, dos gráficos de controle e dos Planos de Ação para correção dos desvios.

Ao longo do ano, o cumprimento do contrato de gestão de cada uma das Secretarias foi acompanhado pela Superintendência de Planejamento e Gestão (SPGE), da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV).

O modelo de monitoramento adotado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e desenvolvido pela SPGE/SEGOV tem duas frentes: 1) o preenchimento do Status Report; e 2) a agenda de reuniões de monitoramento e conta com três atores principais além dos Secretários e Governador, são eles: Gerente, Ponto Focal e Setorialista.



[2] Contratado é o órgão, entidade ou equipe que se compromete a atingir os resultados pactuados.

O Status Report consiste em um relatório de acompanhamento do projeto ou processo. O relatório contém informações financeiras, os prazos de cumprimentos das entregas, possíveis riscos e dificuldades a serem resolvidas.

A cada mês, o gerente de projeto ou processo deve preencher o Status Report e enviá-lo ao ponto focal de sua Secretaria. O ponto focal é o servidor responsável por acompanhar o portfólio de projetos e processos na Secretaria, além de ser o canal de comunicação da equipe da SPGE/SEGOV com a pasta.

O ponto focal repassa os Status Reports de todas as iniciativas para o respectivo setorialista. O setorialista é o servidor da SPGE/SEGOV com a atribuição de monitorar e auxiliar as Secretarias, com o objetivo de antecipar riscos e atuar na resolução de problemas. Cabe ao setorialista analisar o Status Report de cada iniciativa e avaliar se é preciso tomar medidas de correção de rumo.

Após a análise dos Status Report, é agendada uma reunião de feedback, cujo objetivo é reunir setorialista, ponto focal e gerentes para discutir o andamento das iniciativas e definir a pauta da reunião mensal da secretaria.

Na sequência da reunião de feedback, há a reunião mensal por Secretaria com a presença do Secretário da pasta, além do setorialista, do ponto focal e dos gerentes de iniciativa. O foco da reunião é informar ao Secretário o andamento das iniciativas e repassar situações a serem resolvidas.

As reuniões de Eixo e Subeixo, que ocorrem normalmente a cada dois meses, reúnem o Secretário de Governo e Gestão Estratégica, os Secretários das respectivas pastas e outras lideranças do governo, caso seja necessário. O sentido desta etapa de reuniões é, além de acompanhar o desempenho de cada Secretaria, identificar riscos e dificuldades a serem resolvidas, cuja resolução esteja fora do alcance dos órgãos ou em que haja necessidade de articulação com outros órgãos e entidades.

O ponto culminante da agenda de reuniões, que representa o final do ciclo de monitoramento, é a Reunião de Gestão Executiva, que ocorre aproximadamente de quatro em quatro meses. A Reunião de Gestão Executiva conta com a presença do Governador e dos Secretários de Estado, além de outros possíveis convidados, como diretores e presidentes de entidades e fundações. Nesta reunião, é repassada ao Governador a situação das iniciativas estratégicas de todas as Secretarias e as principais entregas do governo (agenda positiva), assim como os principais pontos de dificuldades a serem solucionados.

Mensagem à Assembleia Legislativa **2017**

Realizações 2016

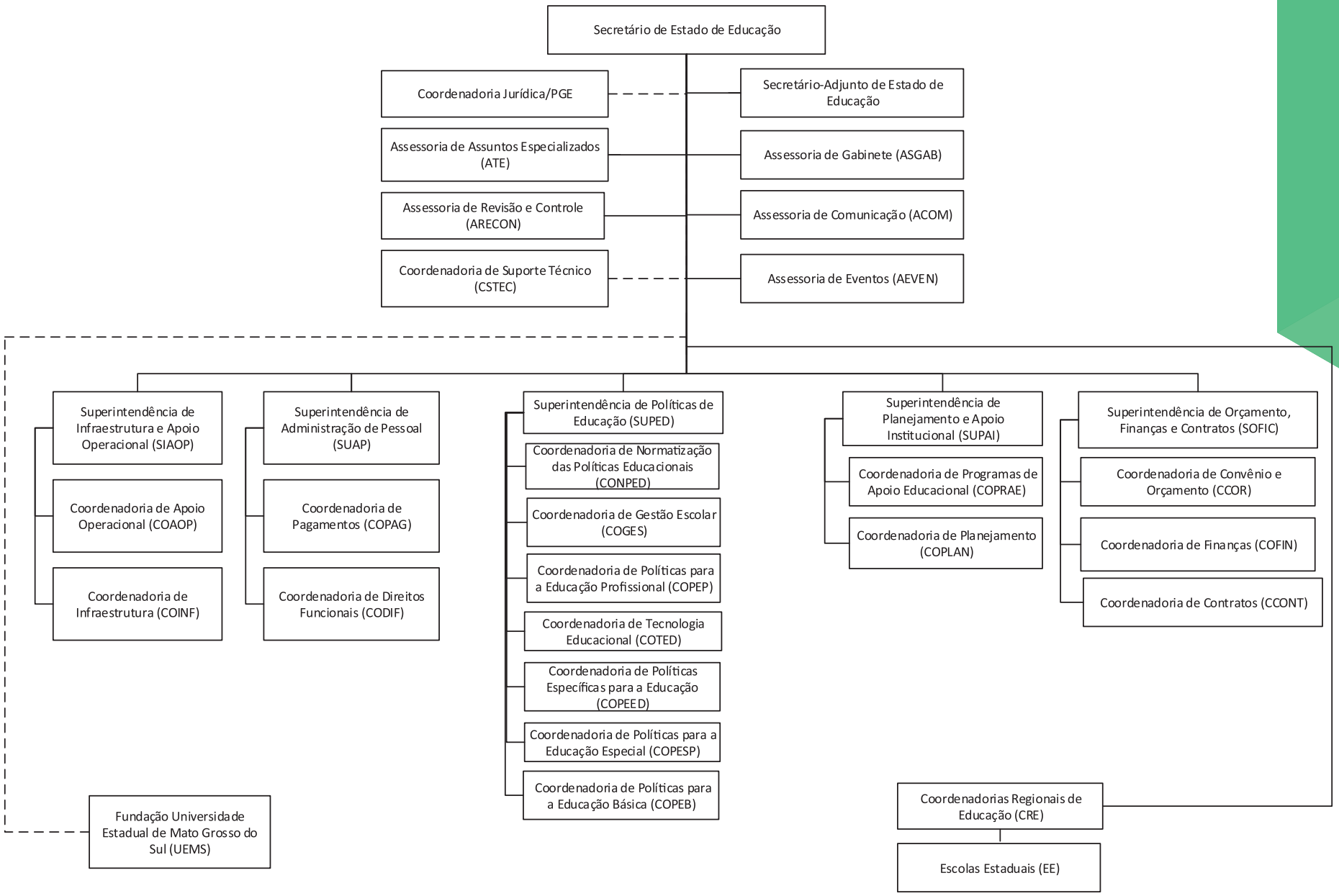
GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Mensagem à Assembleia Legislativa **2017**

Secretaria de Estado de Educação
SED

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Organograma



O relatório Educação para Todos coloca que o grande objetivo de um Sistema de Ensino é o êxito educacional e relaciona o alcance desse resultado ao desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Desta forma, "o êxito alcançado por um Sistema com relação a esse objetivo é um dos indicadores de sua qualidade" (UNESCO, 2004, p.4).

A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS) é gestora do Sistema Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e sua Missão Institucional é garantir a qualidade de ensino e da aprendizagem das escolas da Rede de Ensino Estadual (REE), que tem por competência a formulação e execução da política educacional do Estado em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, por meio de programas e ações educacionais.

Além disso, busca permanente qualidade dos serviços educacionais prestados à população sul-mato-grossense, visando potencializar as ações inovadoras para o desenvolvimento de um ensino de referência, valorizando e respeitando os servidores da Educação nos aspectos profissional e humano, sem deixar de cumprir com os princípios legais, garantido a equidade no atendimento com eficiência às escolas.

Atribuições

- Elaboração das Políticas Educacionais;
- Formação continuada dos profissionais de Educação;
- Normatização e fiscalização de estabelecimentos públicos e particulares.

Direcionadores Estratégicos

- Elevar a qualidade do ensino na rede pública estadual (IDEB);
- Diminuir a evasão e repetência escolar;
- Melhorar a proficiência do aluno;
- Maximizar os recursos per capita;
- Valorizar o profissional efetivo da educação pública estadual;
- Ampliar a educação profissional;
- Articulação com a UEMS nos processos de formação continuada;
- Ampliar a oferta de escolas de tempo integral nas regiões mais vulneráveis do estado;
- Estimular a participação da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico das escolas;
- Implantar escolas especializadas no atendimento de jovens entre 15 e 17 anos;
- Implementar o uso das tecnologias pelos docentes, visando o sucesso do ensino e da aprendizagem.

Entidades vinculadas

- UEMS- Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Políticas Educacionais

Na gestão da rede estadual de ensino REE/MS, a SED incentiva a autonomia das unidades escolares na tomada de decisões administrativas, pedagógicas e financeiras com vistas à efetividade das ações desenvolvidas nas escolas. Dentre as estratégias para o alcance destes objetivos, destacam-se a oferta da formação continuada para os profissionais da educação; expansão de cursos de educação profissional e de escolas de educação integral em tempo integral e a implantação de projeto para correção de fluxo. Este último visa a corrigir as distorções idade/ano dos estudantes. Essas políticas públicas estão voltadas para implementação da qualidade educacional na rede estadual de ensino.

Os resultados das políticas educacionais implementadas por um sistema de ensino se materializam nos seus indicadores educacionais. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é o indicador proposto pelo Ministério da Educação (MEC) para aferir a qualidade educacional das redes públicas e privadas do Brasil. Este indicador sintetiza duas importantes referências educacionais: a proficiência (escrita e leitura) dos estudantes na Prova Brasil e o fluxo escolar de etapa de ensino avaliada.

De acordo com os resultados da Prova Brasil edição 2015, é visível constatar que a REE/MS se destacou em âmbito nacional na aprendizagem, uma vez que o Ensino Médio ficou classificado em 1° lugar na disciplina de Língua Portuguesa e 2º na matemática. Esses resultados representam a materialidade da eficiência das políticas implementadas na REE.

O desafio no momento é melhorar o fluxo escolar.

Iniciativas presentes no Contrato de Gestão 2016:

- Realizar Avaliação Institucional nas Unidades da REE.
- Expandir Oferta de Projetos de Correção de Fluxo.
- Acompanhamento de Gestores Escolares.

Ensinos Fundamental, Médio e Profissional

Para buscar a excelência da aprendizagem dos estudantes e professores nas atividades de gestão das escolas da Rede Estadual de Educação, cabe destacar, ações para minimizar a evasão escolar, a reprovação, a fim de fortalecer o tripé família, escola e estudante como uma ferramenta na efetivação da aprendizagem e, nesse sentido promover reuniões periódicas com os pais na comunidade escolar.

Para garantir a igualdade de direitos dos estudantes, a matrícula digital representou um ganho para o estado fortalecendo a democratização do acesso à escola, que por intermédio da conectividade possibilita aos pais realizar e acompanhar o processo de matrícula de seus filhos de qualquer lugar do país, recurso ímpar para agregar valor às ações da educação básica.

A Secretaria de Estado de Educação possui um Programa de financiamento de Educação Profissional, em consonância com as estratégias do Plano Estadual de Educação (PEE-MS), o qual proporciona a oferta de cursos profissionalizantes à população sul-mato-grossense em regime de gratuidade institucional.

Atualmente, encontram-se disponíveis na Rede Estadual de Ensino (REE/MS) 28 cursos técnicos distintos e um curso de Qualificação Profissional. Em 2016, foram disponibilizadas mais de dez mil vagas de cursos, englobando as formas de oferta integrada, concomitante e subsequente ao ensino médio.

Além dos cursos presenciais, são operacionalizados cursos na modalidade EAD por meio da Rede e-Tec Brasil e do Programa Profuncionário.

- Títulos de Cursos em operacionalização em 2016:

Açúcar e Álcool, Administração, Agricultura, Agronegócio, Agropecuária, Biblioteca, Comércio, Comunicação Visual, Cozinha, Eletrônica, Eletrotécnica, Eventos, Hospedagem, Informática, Informática para Internet, Logística, Manutenção e Suporte em Informática, Meio Ambiente, Recursos Humanos, Rede de Computadores, Serviços Jurídicos, Transações Imobiliárias, Análises Clínicas, Enfermagem, Gerência em Saúde, Saúde Bucal, Agente Comunitário de Saúde e Vendas.

Para 2017 há previsão de expansão da oferta de Educação Profissional com mais títulos de cursos técnicos e de formação inicial.

- Proposta de Cursos novos para 2017:

Química, Condomínio, Imobilização Ortopédica, Jogos Digitais, Assistente Administrativo Agroindustrial, Assistente de Recursos Humanos, Assistente Administrativo e Agroecologia.

Iniciativas presentes no Contrato de Gestão 2016

- Cursos técnicos na área da saúde.
- Contratação de professores.
- Contratação de servidores administrativos.
- Estudo para alocação de funcionários.

Formação Continuada dos Profissionais de Educação

Para melhorar a qualidade da educação a Secretaria de Estado de Educação promove atividades de atualização e formação continuada para os professores da REE visando melhorar a qualificação dos servidores. No ano de 2016, foram formados mais de 17 mil professores em 304 ações de capacitação promovidas pela Secretaria.

Iniciativas presentes no Contrato de Gestão 2016:

- Pós-graduação gratuita para professores.
- Formação continuada para professores.

Normatização e Fiscalização de Estabelecimentos Públicos e Particulares

A Coordenadoria de Normatização das Políticas Educacionais - CONPED - verifica as condições pedagógicas, estruturais e de funcionamento das instituições de ensino que oferecem etapas e modalidades da educação básica e superior, por meio do Supervisor de Gestão Escolar e, também, verifica e analisa internamente, os processos da educação básica e superior, com vistas a atos autorizativos e ao processo avaliativo de cursos, bem como avaliação institucional.

A SED tem também por finalidade zelar, manter e fiscalizar os estabelecimentos educacionais públicos, como reforma e conservação das escolas, as construções de novas unidades e a avaliação técnica de estrutura física das escolas da REE.

Entre as ações de melhoria, manutenção e acessibilidade realizadas pela SED em 2016, consta a intervenção em mais de 40 escolas com manutenção e reparos nas instalações elétricas, hidrossanitárias, colocação de caixas d'agua, entre outras.

Foram realizadas ainda, ações de acessibilidade em 12 escolas , Processo de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) em 28 prédios escolares, reforma de 10 escolas, bem como o término da construção de escolas em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), sendo duas escolas com seis salas de aula em áreas indígenas nos municípios

de Miranda (Aldeia Lalima) e Tacuru (Aldeia Sassoró) assim como duas escolas com 13 salas de aula no município de Dourados (distrito de Indápolis e Vila Roma).

Iniciativas presentes no Contrato de Gestão 2016:

- Reforma, manutenção e acessibilidade das escolas.
- Construir novas escolas.

Expansão da oferta dos projetos de correção de fluxo

Iniciativa: expandir a oferta de projetos de correção de fluxo

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Fabiana Aparecida Cáceres Borges

Assistente: Éverton Paulino Damasceno

Setor responsável: Coordenadoria de Políticas de Educação Básica (COPEB)
(67) 3318-2313

Pesquisas recentes da rede estadual de Mato Grosso do Sul sinalizaram que milhares de jovens se encontram em distorção idade/escolaridade ou fora da escola. Nesse sentido, a Secretaria de Estado de Educação elaborou os projetos de correção de fluxo AJA-MS e Conectando Saberes que representam propostas pedagógicas diferenciadas, articulando desenvolvimento humano, social, educacional e a conclusão nas etapas do ensino fundamental e médio.

A iniciativa é composta por dois projetos: o Avanço do Jovem na Aprendizagem (AJA-MS) e o Conectando Saberes. O Projeto AJA-MS atende os adolescentes de 15 a 17 anos que não concluíram o ensino fundamental, possibilitando a conclusão do ensino fundamental em até quatro anos. O projeto contempla metodologias específicas para a formação de sujeitos ativos e participativos, promovendo o protagonismo juvenil, orientação para o desenvolvimento científico, crescimento cultural, social e atendendo às perspectivas iniciais para o mundo do trabalho.

O Projeto Conectando Saberes – trabalha com jovens a partir de 18 anos nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio que não concluíram seus estudos. Sendo organizado por módulos facilitando a trajetória do estudante trabalhador. O projeto privilegia a prática interdisciplinar, por meio da organização de eixos temáticos, por meio de um currículo flexível.

Público-alvo:

- AJA-MS: adolescentes de 15 a 17 anos nas etapas do ensino fundamental.
- Conectando Saberes: jovens a partir de 18 anos nas etapas do ensino fundamental e do ensino médio.

Custos

Custo executado: R$ 2.371.170,10

Estudantes do Projeto AJA-MS

Resultados

O Projeto AJA-MS está em funcionamento em 37 Escolas Estaduais da Rede de Ensino de Mato Grosso do Sul, localizadas em 35 municípios. Atualmente, 4.190 adolescentes que não tiveram a oportunidade finalizar o ensino fundamental realizam o curso.

O Projeto Conectando Saberes é operacionalizado em 12 Escolas Estaduais da Rede de Ensino de Mato Grosso do Sul. No momento, 2.316 jovens frequentam as aulas para finalizar o ensino fundamental e o ensino médio.

Estudantes do Projeto Conectando Saberes

Próximos passos

Para o ano de 2017, a Secretaria de Educação planeja expandir o Projeto AJA-MS para 51 escolas. Chegando a um total de 39 municípios. A expectativa é que o número de estudantes chegue a 5.200. O Projeto Conectando Saberes será operacionalizado em 50 escolas da Rede Estadual de Ensino, em 30 municípios, beneficiando aproximadamente 8.000 estudantes.

Cursos Técnicos na Área de Saúde

A Secretaria de Estado de Educação/SED, na busca pela qualidade do ensino no Estado de Mato Grosso do Sul e fortalecimento da Educação Profissional, propôs a expansão da oferta dos cursos técnicos nas escolas e centros de educação profissional da Rede, previstos no Plano Plurianual. Essa expansão envolve a implantação de cursos voltados à área de saúde, são eles: curso Auxiliar de Saúde Bucal e os cursos técnicos em Agente Comunitário de Saúde, Análises Clínicas, Enfermagem e Gerência de Saúde. Tais cursos promoverão a formação profissional necessária às demandas do mercado de trabalho, bem como atenderão à expectativa de escolarização da população sul-mato-grossense. A meta estabelecida inicialmente foi de matricular mil alunos nos cinco cursos profissionais.

Iniciativa: Implantar a educação profissional na área de saúde

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Alessandra Ferreira Beker Daher

Assistente: Marilaine Maciel Pracz

Setor responsável: Coordenadoria de Políticas para a Educação Profissional (COPEP) (67) 3318-2203

Parceiros:

Termos de cooperação assinados com as Prefeituras Municipais de:

- Três Lagoas
- Corumbá

Hospitais:

- Sociedade Beneficente Hospital Santa Casa - Campo Grande;
- Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul/CASSEMS;
- Associação Beneficente de Corumbá;
- Sociedade Beneficente Hospital Auxiliadora-Três Lagoas;
- Fundação de Saúde de Dourados.

Próximos Parceiros:

- Prefeitura Municipal de Campo Grande
- Prefeitura Municipal de Dourados

Público-alvo: Comunidade, preferencialmente estudantes oriundos da rede pública de ensino.

Custos

Custo executado: R$ 775.653,88

Resultados

Os Cursos Técnicos da Área da Saúde foram oficialmente implantados na REE/MS no dia 31 de agosto de 2016, sendo que o início das aulas ocorreu no dia 19 de setembro de 2016.

Com 36 turmas, compostas por 1.140 alunos matriculados.

Os cursos têm duração de até 18 meses e são estruturados em módulos que contemplam aulas teórico-práticas.

Alunos no curso técnico em Enfermagem

Número de vagas por curso e município – COPEP		
MUNICÍPIO	CURSOS	VAGAS
CAMAPUÃ	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	30
CAMPO GRANDE	ANÁLISES CLÍNICAS	60
	ENFERMAGEM	90
	SAÚDE BUCAL	60
	GERÊNCIA DE SAÚDE	180
	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	30

CORUMBÁ	ANÁLISES CLÍNICAS	30
	SAÚDE BUCAL	30
	ENFERMAGEM	30
	GERÊNCIA DE SAÚDE	30
	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	30
DOURADOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	30
	GERÊNCIA DE SAÚDE	30
	ENFERMAGEM	30
	SAÚDE BUCAL	30
	ANÁLISES CLÍNICAS	30
JARDIM	GERÊNCIA DE SAÚDE	30
NAVIRAI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	30
NOVA ANDRADINA	GERÊNCIA DE SAÚDE	30
PONTA PORÃ	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	30
	ANÁLISES CLÍNICAS	30
	GERÊNCIA DE SAÚDE	30
	ENFERMAGEM	30
	SAÚDE BUCAL	30
TRÊS LAGOAS	GERÊNCIA DE SAÚDE	30
	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	30
	ANÁLISES CLÍNICAS	30
	ENFERMAGEM	30
	SAÚDE BUCAL	30
TOTAL		1140

Reforma, manutenção e acessibilidade das escolas

Esta iniciativa do contrato de gestão refere-se à realização de reformas, manutenção e obras de acessibilidade nas escolas da rede estadual de ensino. Além disso, está previsto no contrato a elaboração de Planos de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIPs). Tais ações procuram oferecer espaço físico adequado aos alunos matriculados na rede, a fim de prover um melhor ambiente de aprendizagem às crianças e jovens, o que vai ao encontro da situação identificada na avaliação externa das escolas – na qual a infraestrutura foi a dimensão com a menor nota.

Foram estabelecidas as seguintes metas para o ano de 2016: reforma de 10 prédios; manutenção de 40 unidades; obras de acessibilidade em 20 espaços escolares; e elaboração de 50 PSCIPs.

Iniciativa: Implantar obras de reforma, manutenção e de acessibilidade nas unidades escolares da rede.

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Roberto Rodrigues Cardoso

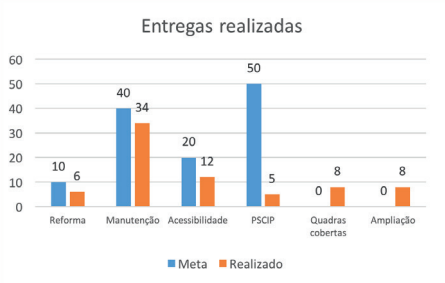
Assistente: Claudilene Santos

Setor responsável: Coordenadoria de Infraestrutura, Fiscalização e Gestão de Obras Públicas (COGESP) (67) 3318-2268

Público-alvo: Escolas da Rede Estadual de Ensino/MS.

Custos

Custo executado: R$ 14.106.239,11



Fonte: Secretaria de Estado de Educação (SED/MS)

Resultados

O ano de 2016 foi finalizado com a realização de reformas em seis escolas finalizadas, quatro ainda em andamento. A manutenção foi realizada em 34, sendo que seis ainda estão ocorrendo. Quanto às obras de acessibilidade, em 12 escolas foram concluídas e ainda há oito em andamento.

Há, ainda, duas entregas não previstas inicialmente: a cobertura de quadras de oito escolas, assim como a ampliação de oito unidades.

Construir novas escolas

A criação de novas escolas e a oferta de vagas são uma das principais funções da Secretaria de Educação. Logo, foi pactuado, no contrato de gestão, a construção de três novas escolas para o ano de 2016. São elas: a E.E. Vila Roma (Dourados); a E.E. Indápolis (Dourados); e a E.E. Assentamento Santo Antônio (Itaquiraí). A motivação para a construção dessas unidades é atender a uma demanda reprimida existente nos municípios escolhidos.

Parceiros: Governo Federal repassou um total de R$ 2.724.377,65 dos R$ 3.590.505,63 autorizados

Iniciativa: Construir novas unidades escolares

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Roberto Rodrigues Cardoso

Setor responsável: Coordenadoria de Infraestrutura, Fiscalização e Gestão de Obras Públicas (COGESP) (67) 3318-2268

Público-alvo: comunidade e potenciais alunos das localidades onde as escolas serão construídas

Custos

Custo executado: R$ 1.745.039,65

Resultados

As obras de construção das escolas estão com a seguinte porcentagem de andamento:

E.E. Indápolis (Dourados) 89%

E.E. Vila Roma (Dourados): 83%

E.E. Assentamento Santo Antônio (Itaquiraí): 73%

Devido à impossibilidade de realizar o pagamento das obras tendo em vista o Governo Federal não ter repassado os valores acordados, a escola de Vila Roma será entregue este ano, enquanto as de Indápolis e Itaquiraí serão entregues em 2017.

FOTO DA E.E. JOAQUIM VAZ DE OLIVEIRA, DISTRITO DE INDÁPOLIS, DOURADOS
Fonte: Secretaria de Estado de Educação (SED/MS)

Entregas relacionadas

Embora não estejam pactuadas no contrato de gestão, a Secretaria de Educação entregou as seguintes novas escolas em 2016: Escola Padrão Indígena com seis salas de aula na Aldeia Lalima, no município de Miranda/MS e Aldeia Sassoró, no município de Tacuru.

Ampliar o contingente de Professores Concursados

A iniciativa é relevante para o Governo, devido ao número de vagas puras para professores nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e posterior chamada de concurso, com intuito de ampliar o contingente dos professores concursados.

Foi pactuado no Contrato de Gestão a chamada de 500 novos professores para a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

Público-alvo: Escolas da Rede Estadual de Ensino/MS.

Iniciativa: Ampliar o contingente de professores concursados

Tipo de iniciativa: processo

Gerente: Paula Araújo dos Santos

Setor responsável: Coordenadoria de Pagamentos (COPAG) (67) 3318-2335

Custos

A estimativa é que o gasto em salários e benefícios com os professores convocados em 2017 seja da ordem de R$ 12 milhões

Resultados

Foram chamados para assumir o concurso público 360 professores em 2016. Posteriormente, ficou acordado com a Federação dos Trabalhadores em Educação – FETEMS, que no primeiro trimestre de 2017, sejam chamados mais 140 professores, totalizando 500 professores concursados.

Fonte: Secretaria de Estado de Educação (SED/MS)

Ampliar o Contingente de Servidores Administrativos Concursados

Foi realizado um estudo em que se verificou defasagem no quadro de servidores administrativos nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, desse modo, constatou-se a necessidade de ampliar o contingente de servidores administrativos concursados, por meio da chamada de concurso público. A iniciativa é relevante para o Governo, pois melhora a qualidade do serviço prestado nas unidades escolares

Iniciativa: Ampliar contingente de servidores administrativos concursados

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Paula Araújo dos Santos

Setor responsável: Coordenadoria de Pagamentos (COPAG) (67) 3318-2335

Foi pactuado, no Contrato de Gestão, a chamada de 300 novos servidores administrativos para a Rede Estadual de Ensino a serem lotados nas escolas para melhorar a prestação do serviço e beneficiar os alunos.

Público-alvo: Escolas da Rede Estadual de Ensino/MS.

Custos

A estimativa é que o gasto em salários e benefícios com os professores convocados em 2017 seja da ordem de R$ 4,5 milhões

Fonte: Secretaria de Estado de Educação (SED/MS)

Resultados

Foram chamados para assumir o concurso 300 servidores administrativos no início de 2016, destes somente 226 quiseram assumir o concurso público.

Portanto, a meta de ampliação do quadro de servidores administrativos foi alcançada.

Formação continuada para professores

Os desafios da escola contemporânea e a necessidade de elevar a qualidade da educação na Rede Estadual de Ensino de MS pressupõe o envolvimento de todos os atores envolvidos no processo educativo. Nesse contexto, ações de formação continuada aos profissionais da educação contribuem significativamente para o aprimoramento do fazer pedagógico e profissional, justificando-se, assim, a importância da iniciativa e do impacto positivo na promoção da aprendizagem.

Iniciativa: Formação para profissionais da área de educação

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Joseley Adimar Ortiz

Setor responsável: Coordenadoria De Políticas para a Educação Básica (COPEB) (67) 3318-2341

Objetivo da ação é formar 20 mil profissionais da educação em cursos de formação continuada.

Parceiros: Ministério da Educação e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Público-alvo: Profissionais da educação da Rede Estadual de Ensino - MS

Custos

Custo executado: R$ 1.475.623,72

Fonte: Secretaria de Estado de Educação (SED/MS)

Resultados

Foram realizadas 561 ações de formação continuada, compreendendo 288 atividades formativas de orientação profissional com carga horária inferior a 20 horas. Foram feitas 257 atividades ou cursos de atualização com carga horária de 20 a 80 horas. Também realizou-se 16 atividades formativas, com carga horária superior a 80 horas. Nesse contexto, foram atendidos 54.088 profissionais, dos quais 23.552 com ações de carga horária inferior a 20 horas, 29.581 com carga horária entre 20 e 80 horas e 955 com carga horária superior a 80 horas.

Avaliação Institucional Externa das Escolas

Iniciativa: Avaliação Institucional Externa nas escolas do Sistema Estadual de Ensino de MS

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Ana Paula Almeida de Araújo Sorrilha

Setor responsável: Coordenadoria de Planejamento (COPLAN) (67) 3318-2383

A Avaliação Institucional Externa (AIEMS) trata-se de um importante processo avaliativonas escolas do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul pela Secretaria de Estado de Educação realizado desde 2003. A finalidade é avaliar a qualidade das escolas em todos os seus aspectos na percepção daqueles que vivenciam o seu dia a dia. Esta avaliação ocorre com a participação dos diretores, coordenadores pedagógicos/técnicos, professores, secretário escolar, funcionários administrativos, estudantes, pais ou responsáveis e supervisor de gestão escolar.

A avaliação é composta por questionários específicos, disponibilizados por meio de um sistema online próprio. São aplicados censitariamente à direção, coordenação pedagógica/técnica, professores, secretário escolar e funcionários administrativos. Os estudantes e pais ou responsáveis, participam de forma amostral (percentual de 25%). O supervisor de gestão escolar participa como avaliador externo.

Para a execução desse processo é instituída uma Comissão de Coordenação e Acompanhamento da Avaliação Institucional Externa, com um representante de cada segmento da comunidade escolar, com o objetivo de coordenar, acompanhar e divulgar os trabalhos. O(a) diretor(a), é o presidente da Comissão.

Neste ano, estavam previstas serem avaliadas 297 escolas do Sistema Estadual de Ensino de MS, sendo 154 escolas estaduais, 56 escolas municipais e 87 escolas privadas.

Público-alvo: Escolas do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul com enfoque nas escolas da Rede Estadual de Ensino/MS.

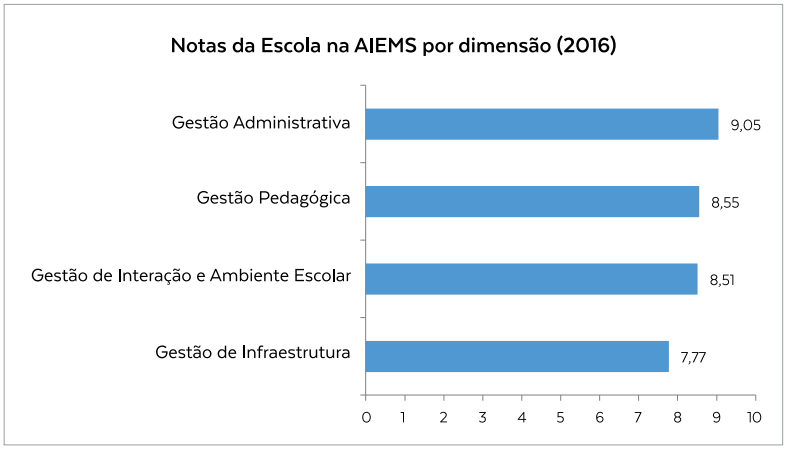
Custos

Iniciativa sem custos de aquisições, diárias e passagens.

Resultados

Foram avaliadas 300 escolas, sendo 154 estaduais, 59 municipais, e 87 privadas. Os questionários foram respondidos por 300 diretores, 100 diretores adjuntos, 808 coordenadores pedagógicos, 88 coordenadores técnicos, 10.346 professores, 300 secretários escolares, 4.268 funcionários administrativos, 26.994 estudantes e 27.708 pais ou responsáveis.

Quanto às notas, pode-se ver no gráfico ao lado as notas de cada dimensão analisada, sendo a Gestão Administrativa a mais bem avaliada, enquanto a pior avaliação ficou com a infraestrutura.



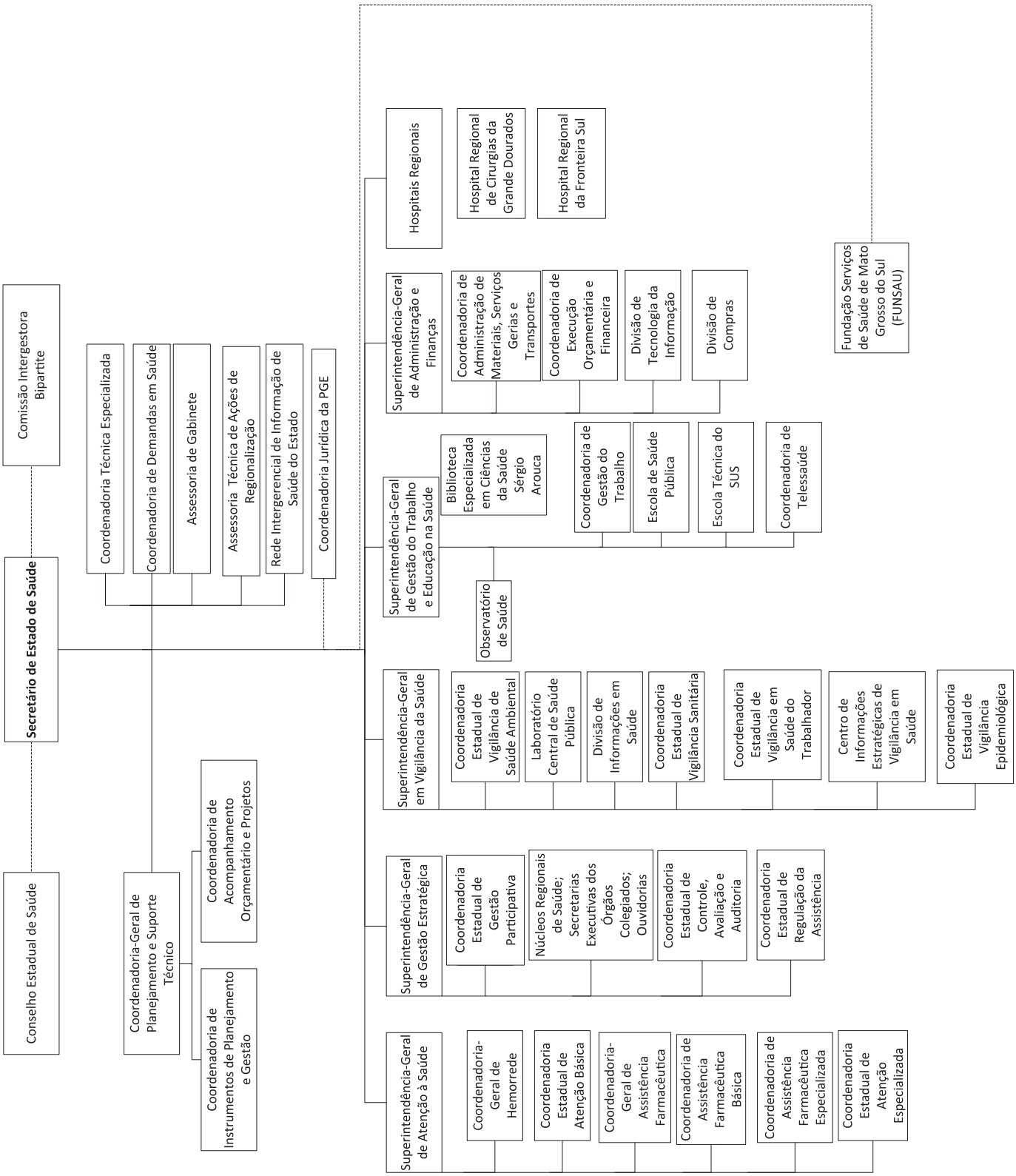
Fonte: Secretaria de Estado de Educação (SED/MS)

Mensagem à Assembleia Legislativa **2017**

Secretaria de Estado de Saúde
SES

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Organograma



Entidades vinculadas:

FUNSAU- Fundação de Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul

A SES tem por competências a coordenação do Sistema Único de Saúde, no âmbito do Estado, em articulação com o Ministério da Saúde e com as Secretarias e os órgãos municipais de Saúde e a formulação, em articulação com os Municípios, das políticas públicas estaduais de saúde, contemplando a universalização da assistência, pela integração, da regionalização e da hierarquização dos serviços de saúde, e a descentralização dos serviços e das ações de saúde pública;

Atribuições

- Coordenação estadual do SUS
- Políticas públicas de saúde
- Controle e fiscalização de hospitais públicos e particulares
- Epidemias
- Farmácia

Direcionadores estratégicos

- Ser a grande organizadora do sistema de saúde e formuladora de políticas de saúde pública do estado
- Criar um sistema de regulação da saúde estadual
- Desenvolver políticas para a desjudicialização da saúde, melhorando a qualidade do atendimento e reduzindo custos ao mesmo tempo
- Melhorar e humanizar o atendimento em saúde
- Regionalizar a saúde e aumentar oferta de médicos especialistas
- Ampliar a quantidade de leitos
- Reduzir a mortalidade materna e infantil
- Reduzir as filas de internações, cirurgias, exames e procedimentos eletivos

o Mutirão de saúde com reestruturação do sistema em todas as microrregiões do estado

- Capacitar e orientar os municípios para captarem recursos federais,

A atuação do Governo Estadual tem como pauta precípua garantir atendimento às necessidades da população nos serviços de saúde de menor ou maior nível de complexidade, sempre com o compromisso de buscar o fortalecimento das Regiões de Saúde através da reorganização das redes regionais, uma questão estruturante na política de saúde estadual.

Para o fortalecimento da regionalização, modelo de atenção à saúde adotado pelo Estado, ações estratégicas para a reorganização das redes regionais e a efetiva regulação da atenção à saúde estão começando a ser efetivadas. Para isto, estamos reestruturando as pactuações intermunicipais, visando maior resolutividade e qualidade nos serviços de saúde, bem como a finalização da implantação de um sistema de regulação que contemple toda lógica do estado, por meio de fluxos que atendam as peculiaridades de cada região de saúde.

Em 2015, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Estado de Saúde assumiram integralmente a responsabilidade de reestruturação do sistema de saúde.

Cumprindo um compromisso do programa de governo, originou-se a Caravana da Saúde, pautada na proposta de resolutividade para os problemas que atingem a estrutura de atendimento da média e alta complexidade, cujos serviços, em sua maioria, estão concentrados na capital do estado, bem como a redução das filas para a realização de cirurgias.

Nos anos de 2015 e 2016, a Caravana da Saúde esteve presente nas 11 microrregiões de saúde do estado, o que possibilitou uma análise da situação de saúde regional e, consequentemente, o início da resolução das principais demandas de saúde nos possíveis gargalos assistenciais existentes e redução das filas de espera para procedimentos ambulatoriais especializados e hospitalares.

A corresponsabilidade de todos os municípios, através da restruturação das pactuações intermunicipais, busca reorganizar e

tornar a rede de saúde regional mais resolutiva e com serviços de qualidade.

Em 2016, a Caravana da Saúde atendeu quatro microrregiões de saúde do estado: Aquidauana, Campo Grande, Jardim e Dourados. Totalizando um investimento de aproximadamente 23 milhões de reais.

Dentro do Plano Plurianual Estadual (PPA 2016-2019), na diretriz estratégica "Garantir o acesso do cidadão às ações e aos serviços de saúde por meio da regionalização e ampliação da capacidade e diversificação dos serviços", destacamos para o ano de 2016 as seguintes ações:

Atenção à Saúde de forma regionalizada por meio da qualificação da assistência, com destaque para os Hospitais Regionais, estratégicos e de apoio em Mato Grosso do Sul.

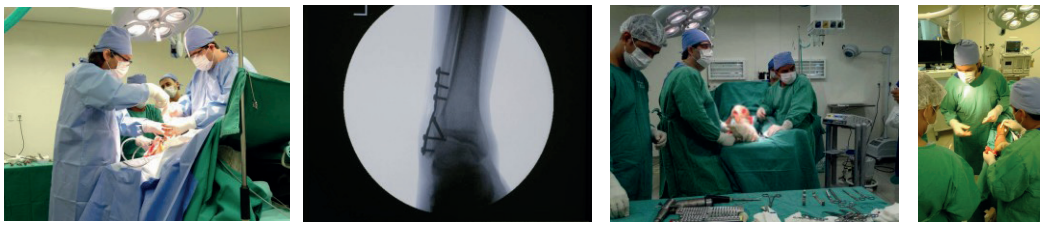
- O Governo, reconhecendo a necessidade de ampliar o serviço de Diálise no estado, implantou em 11 de abril de 2016, no Hospital Regional de Coxim, 18 máquinas de hemodiálise que passaram a atender os pacientes da região norte, evitando o deslocamento dos mesmos a Campo Grande, contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos.

Destaca-se que o estado implementou no município de Coxim os serviços de anestesiologia e ortopedia, onde foram atendidos 726 pacientes entre avaliação cirúrgica e retorno pós-operatório, com média de 30 consultas por cada dia de ambulatório, o dobro da meta original. Estima-se que tal medida reduziu em 85% os encaminhamentos de pacientes nas áreas ortopédicas e 50% de redução em todas as áreas para Campo Grande oriundos da região Norte.

Foram realizadas 233 cirurgias nos finais de semanas e 124 cirurgias durante a semana, num total de 357 cirurgias ortopédicas de pequena, média e alta complexidade.

Ressalte-se a realização, em Coxim, de Cursos de Qualificação Técnica – ATLS (Advanced Trauma Life Support).

Em parceria com o Estado, equipes da Fundação Centro de Estudos "Dr. Willian Maksoud" da Santa Casa de Campo Grande – MS, realizaram curso de ATLS gratuitamente à maioria dos médicos da região norte, que teve como objetivo capacitar os profissionais de saúde do Pronto Socorro nos atendimentos de suporte e estabilização de pacientes de trauma. O curso fortaleceu os atendimentos do Pronto Socorro no primeiro contato com o paciente de trauma.



Fotos de cirurgias Ortopédicas em Coxim-MS

Os resultados obtidos na área da ortopedia e anestesia superaram em muito as melhores expectativas, cumprindo as metas iniciais quanto ao volume cirúrgico, quanto ao nível de complexidade dos casos operados. Pacientes de toda região norte, outras regiões como Figueirão, Campo Grande e Maracaju e até de outros Estados como Mato Grosso e São Paulo foram tratados no Hospital Regional de Coxim-MS.

O Governo do Estado, buscando desafogar o sistema de saúde, em especial a ortopedia em Campo Grande, está oferecendo as cirurgias em parceria também com outros municípios: Amambai, Ivinhema e Jardim.

- Com base na estratégia de contribuir com o fortalecimento da regionalização, realizou-se o credenciamento de unidades hospitalares para a prestação de serviço de cirurgias eletivas, sendo a prestação de serviço por produção e com cumprimento de metas a serem atingidas com tempo e custo estipulados. As áreas das cirurgias eletivas são cirurgia geral, vascular, ortopedia, traumatologia, ginecologia e oftalmologia.

O credenciamento dessas unidades trouxe mais celeridade e eficiência à prestação de serviço, com a organização de processos, orientados por resultados e sustentados por estruturas enxutas e flexíveis, fundamentais para a utilização racional dos recursos tecnológicos e assistenciais disponíveis e otimização dos recursos financeiros, aumentando a eficiência econômica e gerencial da Rede de Atenção à Saúde no Estado de Mato Grosso do Sul.

No atendimento à Microrregião de Campo Grande foram credenciados o Hospital Adventista do Pênfigo (dois contratos), Hospital São Julião (dois contratos) e Hospital Santa Marina (um contrato) para prestação de serviços de cirurgias eletivas nas áreas de cirurgia geral, vascular, ortopedia, traumatologia, ginecologia e oftalmologia.

Hospital Adventista do Pênfigo (2 contratos)

Procedimentos	Quant.
Geral	307
Ginecologia	196
Ortopedia	62
Urologia	25
Vascular	113
TOTAL	703

Procedimentos	Quant.
Artroscopia simples - sem lesão ligamentar	1
Artroscopia simples - sem lesão ligamentar 2x	6
Artroscopia simples - sem reapro manguito	1
Hallux Valgo	1
Prótese Total de Quadril cimentada Metal/Polietileno	1
Prótese Total de Quadril não cimentada Cerâmica/Cerâmica	1
Prótese Total de Quadril não cimentada Ceramica/Polietileno	6
Prótese Total de Quadril não cimentada Metal/Polietileno	2
Reconstrução do ligamento cruzado	1
Tenodese/Tenoplastia de outros tendões	1
TOTAL	10

Fonte: CECAA/SES/MS

Obs.: Dados preliminares

Hospital Associação de Auxilio e Recuperação dos Hansenianos - Hospital São Julião (2 contratos)

GERAL

Procedimentos	Quant.
Varizes - Espuma	19
Varizes - Convencional	12
Colecistectomia	57
Herniorrafia	17
Tireóide	3
TOTAL	108

Fonte: CECAA/SES/MS

Obs.: Dados preliminares

Com relação ao Contrato da Oftalmologia, os dados referem-se somente aos pacientes que compareceram ao agendamento. Ainda não foram contrarreferenciados os atendimentos dos pacientes submetidos a tratamento cirúrgico, bem como os encaminhados a outras subespecialidades e/ou exames.

Consultas avaliativas por sub-especialidades	Quant.
Pterígio	41
Estrabismo> 20 anos	12
Estrabismo < 13 anos	19
Catarata	136
Glaucoma	20
TOTAL	228

Exames Complementares	Quant.
Capsulotomia	3
Topografia	1
Fotocoagulação	2
TOTAL	6

Fonte: GMSO/CERA/SGGI/SES/MS

Obs.: Dados preliminares

Hospital Santa Marina

Procedimentos	Quant.
Artroscopia simples - sem lesão ligamentar	1
Artroscopia simples - sem lesão ligamentar 2x	6
Artroscopia simples - sem reapro manguito	1
Hallux Valgo	1
Prótese Total de Quadril cimentada Metal/Polietileno	1
Prótese Total de Quadril não cimentada Cerâmica/Cerâmica	1
Prótese Total de Quadril não cimentada Ceramica/Polietileno	6
Prótese Total de Quadril não cimentada Metal/Polietileno	2
Reconstrução do ligamento cruzado	1
Tenodese/Tenoplastia de outros tendões	1
TOTAL	**21**

Fonte: GMSO/CERA/SGGI/SES/MS

Obs.: Dados preliminares

Ainda sobre a realização de cirurgias eletivas, na Microrregião de Dourados evidenciam-se os atendimentos que foram realizados em Dourados e Fátima do Sul no exercício de 2016.

Hospital Regional de Cirurgias Eletivas da Grande Dourados

PROCEDIMENTO CIRÚRGICO			
ORTOPEDIA	TOTAL	UROLOGIA	TOTAL
TÚNEL DO CARPO	33	POSTECTOMIA	183
NÓDULO PALMAR	2	HIDROCELECTOMIA	14
DEDO BIFIDO	1	CISTOLITOTOMIA	1
DEDO EM GATILHO	3	VASECTOMIA	22
CISTO SINOVIAL	13	**TOTAL POR ESPECIALIDADE**	**220**
TOTAL POR ESPECIALIDADE	**52**	CIRURGIA GERAL	TOTAL
VASCULAR	TOTAL	COLECISTECTOMIA	187
VARIZES	124	HERNIORRAFIA/PLASTIA	147
HEMANGIOMA	1	PEQUENA CIRURGIA	1
TOTAL POR ESPECIALIDADE	**125**	**TOTAL POR ESPECIALIDADE**	**335**
GINECOLOGIA	TOTAL	OTORRINO	TOTAL
LAQUEADURA	12	ADENOIDECTOMIA	6
PERINEOPLASTIA	78	AMIDALECTOMIA	1
HISTERECTOMIA	2	**TOTAL POR ESPECIALIDADE**	**7**
CURETAGEM SEMIOTICA	4	**PRODUÇÃO TOTAL**	**829**
BARTOLINECTOMIA	1		
TOTAL POR ESPECIALIDADE	**97**		

Fonte: HRCGD/MS Obs.: Dados preliminares

PRODUÇÃO AMBULATORIAL	
ESPECIALIDADE	**TOTAL**
UROLOGIA	365
ORTOPEDIA	114
VASCULAR	462
CARDIOLOGIA/RISCO CIRÚRGICO	372
OTORRINO	150
VIDEONASOFIBROSCOPIA	15
GINECOLOGIA	486
CIRURGIA GERAL	1.567
TOTAL GERAL	**3.531**

Fonte: HRCGD/MS Obs.: Dados preliminares

Obs.: Realizado mutirão de consultas ambulatoriais de cirurgia geral no mês de agosto: 146 atendimentos.

Sociedade Integrada de Assistência Social de Fátima do Sul – Hospital da Sias

GERAL

Procedimentos	Quant.
Cirurgia geral: Colecistectomia Convencional, Herniorrafia dentre outras	185
Cirurgia vascular	68
Ginecológicas: Laqueadura	15
Cirurgias urologia: Postectomia e Vasectomia	23
Ginecológicas: Histerectomia, Perineoplastia e Ooforectomia	30
Cirurgias urologia: Prostatectomia, Biopsia/Drenagem de abcesso de prostata	0
Artroscopias: minisco e artropscopia de joelho	35
Ortopedia: Sindrome de'Quervain, dedo em gatilho, cisto cinoviais e lesões tendinosas	4
TOTAL	**360**

Fonte: SES/MS Obs.: Dados preliminares

Hospital Regional de Amambai

Procedimentos	Quant.
Cirurgia Ortopédica	38
Cirurgia Geral	17
TOTAL	**55**

Fonte: SES/MS Obs.: Dados preliminares

• É importante salientar que em 2016 foi implantada a Rede Digital de Imagens Estadual – REDIME – com a instalação de equipamentos objetivando a estruturação e regionalização dos serviços de saúde nas macrorregiões do Estado, sendo beneficiadas unidades de saúde com softwares médicos licenciados e equipamentos de informática para infraestrutura de TI – Tecnologia da Informação.

MUNICÍPIO	LOCAL	EQUIPAMENTO
Nova Andradina	CRSM - Centro de Referência da Saúde da Mulher	Mamografia e Digitalizadora de Exames Raio-X e Mamografia
	Hospital Regional	Digitalizadora de Exames Raio-X
Campo Grande	HRMS - Hospital Regional de Mato Grosso do Sul	Ressonância Magnética, Hemodinâmica (Sistema para Angiografia Digital), 02 Arcos Cirúrgicos, ultrassom com doppler colorido para radiologia geral; ultrassom e ultrassom portátil
	HC - Hospital do Câncer Alfredo Abraão	Mamógrafo, Conjunto Radiológico Fixo (Raio-X) e Digitalizadora de Exames Raio-X e Mamografia
	CER APAE	Digitalizadora de Exames Raio-X e Mamografia
	CENTRAL DE LAUDOS	Softwares licenciados: 2 Módulos de reconhecimento de voz, Módulos de laudos Médicos e de Visualização
Fátima do Sul	CEM - Centro de Especialidades Médicas	Mamógrafo, Digitalizadora de Exames Raio-X e Mamografia e 2 Conjuntos de Cassetes e placas de leitura de Mamografia
Ponta Porã	CRE - Centro Regional de Especialidades	Mamógrafo e Digitalizadora de Exames Raio-X e Mamografia
	Hospital Regional	Conjunto Radiológico Fixo (Raio-X), Ultrassom com doppler colorido para radiologia geral e Digitalizadora de Exames de (Raio-X)
Jardim	Hospital Marechal Rondon	Mamógrafo, Conjunto Radiológico Fixo (Raio-X) e Digitalizadora de Exames Raio-X
	UBS Nestor Pereira	Mamógrafo, Digitalizadora de Exames Raio-X e Mamografia, 2 Conjuntos de Cassetes e placas de Leitura de Mamografia

Dourados	Hospital da Vida	Tomografia Computadorizada 2 canais, Arco Cirúrgico, Conjunto Radiológico Fixo (Raio-X), Raio-X móvel, Digitalizadora de Exames de Raio-X
	CAM - Centro de Atendimento à Mulher	Digitalizadora de Exames Raio-X e Mamografia, 12 Conjuntos de Cassetes e placas de Leitura Mamografia
	UPA	Software licenciado: Módulos de integração e Laudo
Rio Verde	Hospital Municipal	Ultrassom Portátil
Bataguassu	ESF Central	Digitalizadora de Exames Raio-X e Mamografia, 12 Conjuntos de Cassetes e placas de Leitura Mamografia.
	Pronto Socorro	Digitalizadora de Exames Raio-X e Mamografia
Aquidauana	CEM - Centro de Especialidades Médicas	Digitalizadora de Exames Raio-X e Mamografia
	Hospital Regional	Tomografia Computadorizada 2 canais, Conjunto Radiológico Fixo (Raio-X) e Digitalizadora de Exames de Raio-X
Paranaíba	Santa Casa	Mamógrafo e Digitalizadora de Exames Raio-X e Mamografia, Conjunto Radiológico Fixo (Raio-X) e 2 Conjuntos de Cassetes e placas de Leitura de Mamografia
Corumbá	Santa Casa	Tomografia computadorizada 2 canais
	Pronto Socorro	Conjunto Radiológico Fixo (Raio-X) e Digitalizadora de Exames de (Raio-X)
	UPA 24H	Software licenciado: Módulos de integração e Laudo
Coxim	Hospital Regional	Tomografia Computadorizada 2 canais e Digitalizadora de Exames de Raio-X
	Policlínica	Digitalizadora de Exames de Raio-X e Mamografia
Naviraí	Hospital Municipal	Tomografia Computadorizada, Arco Cirúrgico, Conjunto Radiológico Fixo (Raio-X) e Digitalizadora de Exames de Raios-X
	CEM - Centro de Especialidades Médicas	Digitalizadora de Exames de Raio-X e Mamografia
	Centro de Saúde	Equipamento de Infraestrutura TI

Com foco no fortalecimento da regionalização, o Governo do Estado investiu nas seguintes ações:

- Repasse de incentivo mensal como cofinanciamento aos Hospitais de Pequeno Porte, Filantrópicos e Contratualizados;
- Repasse financeiro à SESAU/Campo Grande e Dourados para melhoria da rede hospitalar de referência estadual e aos municípios que exercem o papel de referência em atenção especializada ambulatorial e hospitalar, apoio este como incentivo estadual à regionalização e fortalecimento às redes de atenção à saúde.
- O Estado repassa mensalmente ao município de Campo Grande como custeio para o diagnóstico precoce das patologias da gestação do Programa Estadual de Proteção à Gestante (PEPG) que define o Instituto de Pesquisas, Ensino e Diagnóstico - IPED APAE como Serviço de Referência Estadual do aludido Programa.
- É importante destacar o apoio do estado para a manutenção de atendimentos aos pacientes que necessitam de aplicação de injeção intravítreo antiagênico LUCENTIS, aos portadores de Doença Macular Relacionada à Idade (DMRI) e Retinopatia Diabética prestados pelo serviço de Oftalmologia do Hospital São Julião.
- Foram implantados 60 novos leitos de Unidade de Tratamento Intensiva (UTI) para hospitais de Campo Grande e do interior, sendo 30 na capital e 30 no interior. Sendo que, na capital foram 20 leitos no Hospital de Câncer de Campo Grande - Alfredo Abrão (HCAA) - Fundação Carmem Prudente de Mato Grosso do Sul (FCPMS) e 10 no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul – HRMS. Já no interior, foram 10 leitos no Hospital da Vida em Dourados, 10 no Hospital Regional Francisco Dantas Maniçoba em Nova Andradina e aguardando implantação de mais 10 leitos no Hospital Regional de Ponta Porã.

A entrega dos leitos é uma ação direta de reestruturação não só para Campo Grande como também para os municípios do interior e uma forma de oferecer melhores condições de acesso aos atendimentos de urgência para a população. Os novos leitos reafirmam o compromisso do Governo do Estado de implantar uma política de saúde voltada para a regionalização, fortalecendo os serviços de saúde dos municípios.

Adequação de Unidades da Rede de Atenção Especializada em Saúde

- Durante o biênio de 2015/2016 foram desenvolvidos projetos para a captação de recursos provenientes de EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL, projetos estes que serão fundamentais para a estruturação das ações de saúde no Estado de MS.

Foram captados aproximadamente R$101 milhões, com projetos que possibilitarão novas unidades de saúde, obras de ampliação e reforma em unidades já existentes, aquisição de equipamento para reposição, ampliação e implantação de serviços, além de recurso para custeio dos serviços existentes, gerando postos de trabalho e renda.

Também serão realizadas reformas que beneficiarão o atendimento ao cidadão, no caso do Hemocentro de Dourados e do Laboratório Central em Campo Grande-LACEN, sanando dificuldades existentes e oferecendo uma estrutura que possibilite maior qualidade do serviço prestado.

Qualificação das ações e serviços da Rede de Atenção Especializada

Em 2016, até o mês de novembro, foram realizados 150 transplantes no Estado (143 de córneas, dois de rins e seis de ossos); 219 captação/disponibilização ao Sistema Nacional de Transplantes de órgãos/tecidos (coração, córnea, rim, fígado e pâncreas); foram cadastrados até o mês de outubro 7.130 doadores voluntários de medula óssea; foi realizada a Campanha Não é Preciso ser Super-Herói para Salvar Vidas "Sou Doador de Órgãos"; a 1ª Corrida e Caminhada da Central Estadual de Transplantes; e o 2º Passeio Ciclístico - Pedalada Viva na Semana Nacional da Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes em parceria com a Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa.

Importante destacar que no tocante ao atendimento à pessoa com deficiência, por meio da parceria entre Governo do Estado, APAE e Hospital Universitário, estão sendo iniciados os serviços de tratamento de pacientes com a patologia Osteogênese Imperfeita (OI) que é uma doença genética e hereditária que apresenta a fragilidade óssea como principal manifestação clínica.

Às Unidades de Pronto Atendimento credenciadas, o Estado realiza mensalmente repasse aos municípios de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá como contrapartida de custeio. Ao Serviço de Atendimento Móvel a Urgências, o Estado repassa mensalmente incentivo aos municípios de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas. E ainda, faz repasse financeiro aos municípios de abrangência do SAMU 192 Estadual (Corumbá, Coxim e Aquidauana).

Na área de Atenção Especializada Ambulatorial destaca-se, a ampliação dos cuidados continuados em Mato Grosso do Sul. Foi criada uma unidade nas instalações do Hospital São Julião, com implantação de 22 novos leitos que são totalmente adequados para reabilitação dos usuários alinhados ao conceito CCI – Cuidados Continuados Integrados. Com isso, o São Julião é um hospital de retaguarda na rede de atendimento às urgências e emergências, passando a receber pacientes para convalescência e/ou reabilitação, vindos dos hospitais Regional, Universitário e Santa Casa.

Otimização da Gestão Hospitalar

Em sua estrutura, o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - HRMS conta com profissionais de saúde e administrativos qualificados, com capacidade atual de 419 leitos, sendo 77 de Pronto Atendimento e, conforme descrição, 342 atendendo 100% SUS.

DESCRIÇÃO		LEITOS
Cirúrgicos	(Cardio,Cir. Geral,Gastro,Nefro, Uro)	66
Clínicos	(Cardio, Cl.Geral,Neuro,Onco)	130
Obstétricos	(Obst. Cirúrgica e Clínica)	30
Pediátricos	(Ped Cirúrgica e Clínica)	30
Outras Especialidades	(PSIQUIATRIA, Pneumologia Sanitária)	14
Complementares	(UTIN, UTI Adulto, UTI Pediátrica, UCINca, UCINco, UCO)	72
TOTAL		**342 leitos**

Em relação ao CTI adulto são 19 leitos em funcionamento
Em processo de habilitação para mais 10 leitos

No ano de 2016, o Governo do Estado alcançou os seguintes avanços na Gestão do HRMS:

(1) Implantação da Gestão de Risco e o Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente;

(2) Implantação da Classificação de Risco – Protocolo de Manchester – no PAM Adulto, Pediatria e Centro Obstétrico;

(3) Realizado o 1º Congresso Estadual do HRMS (8 e 9 de abril de 2016 no Palácio Popular da Cultura)

(4) Publicada a Revista Científica do HRMS

No HRMS alguns serviços estão em processo de habilitação: Rede Cegonha; Gestação de Alto Risco; Unacon com Serviço de Hematologia; Unidade de Alta Complexidade em Neurologia; Centro de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular.

Na produção de serviços hospitalares utilizando um referencial comparativo - Janeiro a Outubro identifica-se:

ATENDIMENTOS PAM

Atendimentos 2015	31.547	**Média de 2015**	3.155
Atendimentos 2016	33.350	**Média de 2016**	3.335
NÚMERO DE INTERNAÇÕES			
Internações 2015	12.688	**Média de 2015**	1.269
Internações 2016	12.758	**Média de 2016**	1.276
HEMODIÁLISE			
Exames 2015	7.342	**Média de 2015**	734
Exames 2016	7.810	**Média de 2016**	781
LABORATÓRIO			
Exames 2015	559.528	**Média de 2015**	55.953
Exames 2016	637.914	**Média de 2016**	63.791

Fonte: DEPQI

Em 2016, no cumprimento de Convênio de Concessão de Estágio Curricular Obrigatório, no intuito de propiciar a oportunidade de execução de ações e serviços na área de saúde hospitalar, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o HRMS contou com 1.353 acadêmicos e estagiários.

Aperfeiçoamento da Assistência Hematológica e Hemoterápica

O Hemosul, conta hoje com mais de 225 mil doadores de sangue cadastrados no sistema Hemovida, dos quais, 60% podem ser considerados doadores fidelizados, e ainda, produz anualmente, em média, 150 mil hemocomponentes, realiza 490 mil testes sorológicos e 79 mil testes imunohematológicos.

Dando ainda, continuidade às ações de expansão e interiorização, o Governo Estadual reativou o Hemonúcleo do município de Paranaíba.

Durante a realização das Caravanas da Saúde, o Hemosul realizou sensibilização da população para doação de sangue e cadastro para doador de medula óssea, por meio da imprensa local, divulgação da realização da caravana, de panfletos e abordagem corpo a corpo. Na edição de Jardim, foram coletadas 74 bolsas. Em Aquidauana o saldo foi de 97 bolsas. Já em Dourados foram 124 e em Campo Grande 281.

Implementação de Ações, Programas e Estratégias de Atenção à Saúde

No ano de 2016, o Governo do Estado repassou aos fundos municipais de saúde, apoiando a Atenção Básica em Saúde, recursos para custeio das equipes de Estratégia de Saúde da Família com Saúde Bucal e aos Agentes Comunitários de Saúde da ordem de mais de R$ 27 milhões.

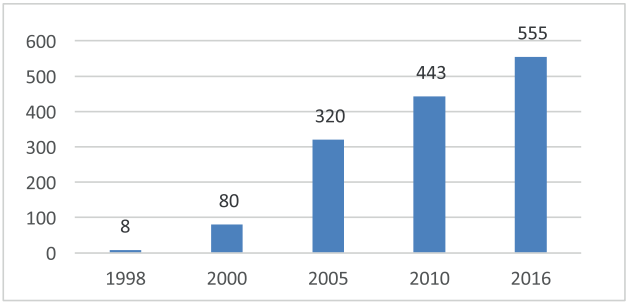
Destaca-se ainda, em 2016, a criação da Lei Estadual 4.841, de 14 de abril de 2016, que dispõe sobre o repasse do Incentivo Estadual aos Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Controle de Endemias, Agentes de Saúde Indígena, Agentes de Saúde Pública, Agentes de Vigilância Epidemiológica e aos Guardas de Endemias, com a finalidade de qualificar e intensificar o trabalho dos mesmos no combate ao vetor Aedes aegypti.

O repasse desse incentivo é condicionado ao cumprimento de indicadores de produção, cujos critérios são estabelecidos em resolução do titular da Secretaria de Estado de Saúde. O valor do Incentivo Estadual será elevado de forma gradual, e até janeiro de 2018 equivalerá a 50% do valor fixado para o salário mínimo nacional vigente.

Em 2016, o adicional, que hoje é de R$ 128,00 foi incorporado ao piso nacional dos profissionais (R$ 1.090,00). Com a nova Lei Estadual, esses R$ 128,00 passaram para R$ 300,00 que correspondeu a 34,09% do salário mínimo nacional vigente (R$ 880,00 * 34,09% ≅ R$ 300,00).

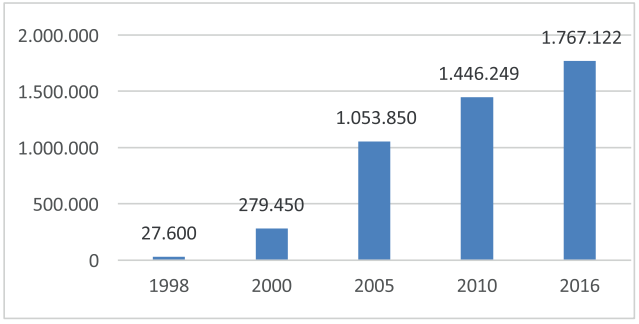
Hoje, o Estado de Mato Grosso do Sul conta com 555 equipes de Saúde da Família, nos 79 municípios do estado, com cobertura populacional de 69,64% e, com 4.257 Agentes Comunitários de Saúde, cobrindo 90,79% da população. (Dados do Ministério da Saúde/Departamento de Atenção Básica, Agosto de 2016).

Evolução do Número de Equipes de Saúde da Família MS (1998 - 2016)



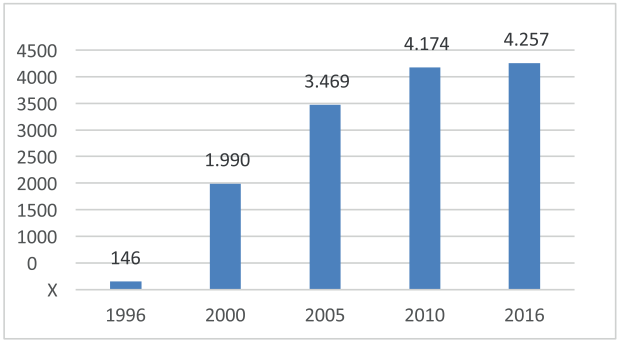
Fonte: SES/MS

Evolução do Número de Equipes de Saúde da Família MS (1998 - 2016)



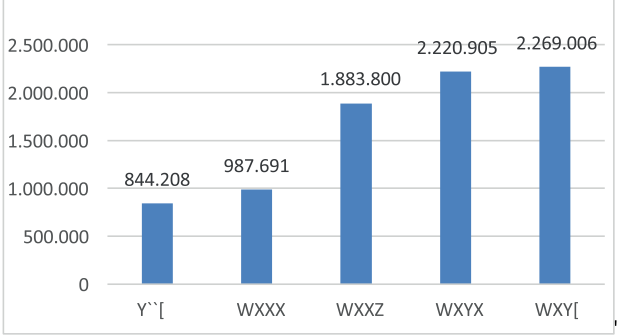
Fonte: SES/MS

Evolução do Número de Agentes Comunitários de Saúde MS (1998 - 2016)



Fonte: SES/MS

Evolução da População Assistida por Agentes Comunitários de Saúde MS (1998 - 2016)



Fonte: SES/MS

Ainda como ação de reestruturação da assistência, foi realizada oficina "Política de Ação Integral à Saúde da Mulher, Criança e Alimentação e Nutrição, à luz da Rede Cegonha" como uma ação estratégica de apoio à implementação e fortalecimento da Rede Cegonha e Iniciativa Hospital Amigo da Criança, objetivando verificar a assistência prestada à gestante, puérpera e recém-nascido nas unidades de saúde existentes no município, assim como na maternidade/hospital em que esta gestante e bebê serão atendidos. Com base nas ações realizadas pelos municípios/hospitais e em tudo que é normatizado pelo Ministério da Saúde são levantadas propostas para que a assistência prestada esteja conforme as normas.

Foi realizado, também, o 1º Fórum Perinatal de Mato Grosso do Sul: para darmos início às discussões sobre o parto e nascimento em Mato Grosso do Sul. Este Fórum aconteceu em Sidrolândia para que, além das discussões, inaugurássemos o primeiro Centro de Parto Normal (CPN) do Estado, o CPN Magdalena Targa do Nascimento, lá localizado.

No que diz respeito à saúde da população masculina e à grande prevalência das doenças crônicas entre homens, os gestores do SUS avaliaram e monitoraram, ao longo do ano, as ações realizadas nos serviços e estabelecimentos de saúde de seus territórios, a fim de subsidiar as pactuações regionais.

Em 2016, foi realizada uma campanha para estimular o autoexame nos homens, por meio do slogan "Autoexame é coisa de homem!", fomentando, por um lado, o autocuidado na população masculina e, por outro, o diagnóstico de outras duas patologias que geram consequências bastante devastadoras na vida destes homens: o câncer de testículo e o câncer de pênis. Outras afecções e agravos que podem atingir os órgãos genitais dos homens também podem ser observados com o autoexame, como lesões de infecção por sífilis, HPV, dentre outras. Foram distribuídos folhetos com material informativo e houve acompanhamento das ações municipais em comemoração ao Novembro Azul.

Quanto à Saúde Bucal, além dos repasses mensais que o Estado realiza em forma de incentivo aos municípios, foram realizados atendimentos odontológicos na Caravana da Saúde em parceria com os municípios e com Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso do Sul e Associação Brasileira de Odontologia. Procedimentos realizados nos municípios na Caravana da Saúde:

* procedimentos odontológicos: 475;

* escovações supervisionadas com entrega de kits de escovação: 2.952;

* curso de capacitação em diagnóstico de câncer bucal para todos os cirurgiões dentistas da Atenção Básica realizado para as regiões de saúde de Naviraí, Jardim, Dourados, Aquidauana e Campo Grande;

* exames para diagnóstico: 483, sendo 60 encaminhados para o Centro de Especialidades Odontológicas;

* biópsia para diagnóstico de câncer bucal: 9 em Aquidauana;

* exames de diagnóstico de câncer bucal: 758 pacientes da região de Campo Grande;

Aprimoramento das Estratégias nutricionais de promoção à Saúde

Em relação ao Programa de Alimentação e Nutrição, foram executadas ações de promoção da qualidade de vida, por meio da alimentação saudável aos servidores que atuam na Secretaria de Estado de Saúde com os projetos "ALI+MENTE+AÇÃO" e com a distribuição de mudas de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC's) e mudas de condimentos durante a comemoração da Semana Mundial da Alimentação Saudável.

Quanto à população em geral, foi realizada uma ação em comemoração à Semana Mundial da Alimentação Saudável, juntamente com o CONSEA, CAISAN, CRN3, ASMAN, produtores da agricultura familiar, SESI/SESC e com os cursos de nutrição das Universidades: UFMS, UNIDERP e FCG.

Aperfeiçoamento da Rede de Assistência Farmacêutica

Na área de assistência farmacêutica, o Estado firmou acordos de parceria com várias unidades. Destacamos as parcerias com a UFMS por meio da Farmácia Escola, ampliando a gama de patologias atendidas pela unidade, passando a assistir, além dos pacientes de Esclerose Múltipla, aos pacientes de Esclerose Lateral Amiotrófica e Asma. O Hospital Dia e CEDIP no atendimento aos pacientes de Hepatite C, o CER/APAE aos pacientes de Displasia e Distonia e incluindo o cuidado aos pacientes Ostomizados da macrorregião de Campo Grande e, também, a ratificação das parcerias com as Unidades de Terapia Renal de todo o estado.

Foi implantado na Casa da Saúde um moderno sistema gerenciador de filas que atende em média 8 mil pacientes por mês.

Em 2016, os 79 municípios do Estado receberam, mensalmente, a contrapartida estadual para aquisição de medicamentos e insumos da Farmácia Básica.

No mesmo ano, foi adquirido um caminhão para transporte de medicamentos da Central Estadual de Medicamentos até as Regionais de Saúde - freezers, carros abastecedores para almoxarifado, lixeiras para adequação às exigências sanitárias e demais itens necessários à boa conservação dos medicamentos disponibilizados à população.

Saúde digital

O Serviço de TELESSAÚDE tem a cobertura em 100% dos municípios sul-mato-grossenses. Esse serviço tem o objetivo de aumentar a capacidade diagnóstica/terapêutica dos médicos/enfermeiros/dentistas/ACS/ACE entre outros, que tenham dúvidas, não só referentes à clínica médica, assim como as relativas aos processos de trabalho.

Durante o ano de 2016, a Equipe do Telessaúde Brasil Redes de Mato Grosso do Sul, realizou 114 teleconsultorias, que geraram 193 respostas. As especialidades mais solicitadas foram: Enfermagem PSF, Medicina de Família e Comunidade, Infectologia, Neurologia, Cirurgia Geral e Vascular e Obstetra.

O Sistema de Teleconsultoria tem em seus registros, como possíveis solicitantes de serviços: 859 Agentes Comunitários de Saúde/ACS (2726%), 399 Médicos (12,66%), 722 Enfermeiros (22,90%), 300 Cirurgiões-Dentistas/CD (9,52%), 109 Auxiliares de Saúde Bucal/ASB (3,46%), 308 Técnicos/Auxiliares de Enfermagem (9,78%) e 455 outros (14,44%) que incluem profissionais, membros de equipes dos NASF, Coordenadores, Diretores/Gerentes de Unidade de Saúde, Farmacêuticos, servidores da Vigilância em Saúde, atendente, assistente administrativo, entre outros.

74% dos casos encaminhados para a regulação são sensíveis à Atenção Primária à Saúde – APS.

Quanto ao acesso ao site, foram realizadas 58.353 visualizações, e 2.302 Web Aulas.

Dos 79 municípios do estado, os que mais visualizaram os vídeos foram: Campo Grande (588), Ponta Porã (126), Figueirão (110) e Dourados (101). As atividades vinculadas a teleducação de forma síncrona (em tempo real), totalizaram 25 Web Aulas, com 454 participantes durante todo ano de 2016.

Desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde do Trabalhador

A área de saúde do trabalhador do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Centro de Referência Estadual em Saúde do Trabalhador – CEREST realizou em 2016 o 1º CONGRESSO ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR com resultados promissores de valoração, humanização e qualificação do servidor com a criação de setores de atenção à saúde do servidor nas instituições públicas do estado;

Aperfeiçoamento das Ações de Vigilância Sanitária

Vigilância Sanitária é um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, na produção e circulação de bens e na prestação de serviços de interesse da saúde.

Em 2016, foram realizadas capacitações aos profissionais de saúde em vigilância sanitária e segurança do paciente consoante à legislação em vigor estabelecendo critérios de avaliação de Estabelecimento Assistencial de Saúde – EAS, e aos que implantaram Núcleo de Segurança do Paciente – NSP com notificação de eventos adversos passaram a constar da Lista de Adesão da ANVISA os hospitais qualificados;

Destacam-se na área as seguintes ações:

NOTIVISA (módulo assistência à saúde): 497 notificações de eventos adversos em 2016, sendo 21 eventos adversos graves ou com óbito;

QUALI ÁGUA: monitoramento da qualidade da água nos hospitais com UTI de Campo Grande onde foram analisadas 91 amostras, sendo 15,4% de resultado insatisfatório;

PRO DIÁLISE: monitoramento da qualidade da água tratada em serviços de hemodiálise, onde foram analisadas 845 amostras, sendo 5,4% de resultado insatisfatório;

Programa Monitoramento da Qualidade da Imagem em Serviços de Mamografia: foram inspecionados 58 mamógrafos no estado, sendo que em 36 deles foi realizada a reinspeção;

Monitoramento da qualidade dos saneantes utilizados em hospitais com UTI: foram analisadas 16 amostras, sendo oito de hipoclorito de sódio e oito de álcool 70%.

Programas coordenados pela Vigilância Sanitária Estadual em 2016

- Quali Água – análise da qualidade da água em hospitais com UTI.
- Pro diálise – análise da qualidade da água em serviços de terapia renal substitutiva.
- Saneantes
- Monitoramento da qualidade Sanitária de Alimentos (PEMQSA):
  - Qualidade do Leite Pasteurizado (PRO-LEITE);
  - Teor de Iodo no Sal para consumo humano (PRO-IODO);
  - Qualidade Sanitária de Vegetais Minimamente Processados (PMVMP);
  - Resíduos de Agrotóxicos em merenda escolar de escolas públicas;
  - Parâmetros de adulteração / fraude em Leite Pasteurizado e UHT;
  - Nacional de Monitoramento do Perfil Nutricional de Alimentos (PATEN);

- de Aditivos e Corantes em Alimentos (PROMAC);
- Programa de micotoxinas em Alimentos (PROMIC);
- Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA).

Ações de Vigilância em Saúde, Prevenção e controle de doenças e agravos à saúde.

O Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN) realizou em 2016 os exames para diagnóstico laboratorial dos vírus Zika e Chikungunya. Os exames entraram na rotina de análises de amostras, que antes eram encaminhados para laboratórios de referência como o Instituto Adolfo Lutz em São Paulo para casos de Zika e ao Instituto Evandro Chagas no Pará para casos de febre Chikungunya. Com isto, a população de Mato Grosso do Sul passou a contar com diagnóstico mais rápido e em tempo oportuno.

No ano de 2015 o LACEN realizou 22.030 exames de Dengue e 852 de Influenza, enviou aos Laboratórios de Referência cinco exames de Zika e 204 de Chikungunya, enquanto que em 2016 realizou 36.076 exames de Dengue, 3.168 de Influenza, 2.392 de Zika e 589 Chikungunya.

O número de exames foi ampliado para contribuir com as ações de vigilância epidemiológica no aumento do controle e bloqueio da circulação do vírus Zika e da febre Chikungunya.

O Estado de Mato Grosso do Sul realizou, em 2016, capacitações e atualizações de combate ao Aedes aegypti aos Agentes de Endemias, Comunitários e colaboradores para o enfrentamento da sazonalidade do mosquito. O Governo disponibilizou equipamentos, veículos, insumos para subsidiar os municípios na execução das ações de monitoramento, levantamento situacional e prevenção das doenças causadas pelo vetor e realizou também, debates durante três dias com mais de 150 profissionais dos 79 municípios.

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul instituiu a Sala Estadual de Combate ao Aedes aegypti – Sala de Situação, incorporada a Secretaria de Estado de Saúde (Resolução nº 06/SES/MS).

A Sala de Situação é um projeto para ampliar as ações de fiscalização dos locais com possíveis focos do mosquito. Além dos trabalhos da Secretaria de Estado de Saúde, a Sala de Situação conta com a parceria de 39 instituições, atuando como agentes colaboradores, realizando ações de combate a focos do mosquito em suas instituições. Entre elas estão Tribunal de Justiça, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Ministério Público Estadual, Exército Brasileiro, Marinha, entre outras.

Em 2016, avaliamos os resultados iniciais obtidos com o monitoramento de focos do mosquito em municípios através da Sala de Situação. O projeto está inicialmente em seis municípios (São Gabriel do Oeste, Maracaju, Bataguassu, Bonito, Costa Rica, Taquarussu), cinco deles já passaram pela capacitação realizada pela Coordenadoria Estadual de Controle Vetores.

O Departamento de Tecnologia e Informática da SES desenvolveu um aplicativo que foi instalado em tablets utilizados pelos agentes de endemias dos municípios para que os agentes fornecessem, em tempo real, os dados sobre os imóveis visitados.

Ainda em 2016, foi lançado o Plano Emergencial de Combate ao Vetor Aedes Aegypti na transmissão da Dengue, Chikungunya e Zika, com diretrizes visando reduzir e/ou erradicar a transmissão dos agravos à saúde da população. (Decreto n 14.437 de março/2016).

Ao mesmo tempo, foi instituído o Comitê Estadual de Combate ao Vetor Aedes aegypti no Estado de Mato Grosso do Sul, (Decreto n 14.370 de janeiro/2016), de caráter interinstitucional, designando parceiros internos e externos ao Governo, constituído no âmbito do Poder Executivo Estadual, por Instituições Governamentais, Sociedade Civil com o compromisso de atuar como parceiros na organização e acompanhamento do combate ao vetor.

Incrementando e fortalecendo as ações de combate e controle do mosquito Aedes aegypti, o Governo do Estado instituiu por meio da Lei n 4.841, de 14 de abril/2016, o Incentivo Financeiro Estadual aos agentes de saúde estadual que atuam de forma integrada nas ações de combate ao mosquito.

O Centro de Informações Toxicológicas (CIVITOX) completou 35 anos de criação em 2016. Órgão que é especializado no atendimento às ocorrências de intoxicações medicamentosas, acidentes com animais peçonhentos entre outros, salvando vidas.

Foram implementadas, no último ano, ações de forma integrada à Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA), a fim de responder aos anseios e necessidades de vigilância bem como minimizar os efeitos do agrotóxico na saúde da população.

Na área de Vigilância em Saúde, a Vigilância Epidemiológica é responsável pelo estudo da frequência, da distribuição e dos determinantes dos estados ou eventos relacionados à saúde em específicas populações e a aplicação desses estudos no controle dos problemas de saúde.

Em 2016, foi realizado o "Treinamento em Serviço de Profissionais da Saúde para Diagnóstico, Tratamento, Acompanhamento e Avaliação Sensitivo Motora para Ações de Controle da Hanseníase". Participaram deste treinamento 224 profissionais dentre médicos, enfermeiros, bioquímicos, fisioterapeutas, terapeuta ocupacional, psicólogos, assistente social, agentes comunitários de saúde, técnicos de laboratório e técnicos de enfermagem dos municípios de Aral Moreira, Laguna Carapã, Bodoquena, Caracol, Nioaque, Costa Rica, Camapuã, Paraíso das Águas, Rio Verde e Coxim.

Foi realizada a "Campanha Mundial de Luta contra AIDS", celebrada no dia 1º de dezembro, com o tema "Todos na Luta Contra a AIDS", reforçando os trabalhos de informação e prevenção executados pelo Estado em parceria com as secretarias municipais.

Em Mato Grosso do Sul, a rede de assistência nesta área conta com 11 Unidades Dispensadoras de Medicamentos assim como 12 unidades com Serviço de Atendimento Especializado para o acompanhamento e tratamento de AIDS. Em sua grade de medicamentos, o estado já conta com a Dose Fixa Combinada (DFC) que traz em um único comprimido, três medicamentos. Esta combinação faz parte do Protocolo Clínico de Tratamento de Adultos com HIV e AIDS do Ministério da Saúde, publicado em 2013.

De acordo com o boletim epidemiológico da Secretaria de Estado de Saúde, em 2015, foram registrados 455 casos de AIDS e 604 casos de HIV positivo em adultos. Em 2016, foram registrados até 21 de novembro, 246 casos de AIDS e 436 casos de HIV em adultos.

Foi realizada, também, a atualização para os técnicos de vigilância epidemiológica, laboratório, médicos e enfermeiros dos 79 municípios e nove Núcleos Regionais de Saúde, voltada à assistência dos casos suspeitos e confirmados dos agravos de Influenza, Dengue e Zika.

Para tanto, o Estado conta com uma Divisão de Informação em Saúde, que ordena todo o Sistema de Informações em Saúde das Unidades de Saúde do Estado; elabora e divulga, trimestralmente e anualmente, as informações de saúde processadas; divulga dados estatísticos dos sistemas de informações em saúde (SIM, SINAN, SINASC) referentes à área de saúde do Estado; informa imediatamente o Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde e a Coordenadoria Estadual de Vigilância Epidemiológica o evento de saúde pública, inesperado ou incomum notificado, para que possa constituir emergência de saúde pública de importância nacional e internacional;

Foram cumpridos os prazos definidos para encerramento de investigação de óbitos e agravos de saúde registrados nos sistemas, subsidiando todos os planejamentos de ações e serviços de saúde da vigilância em saúde no Estado de Mato Grosso do Sul.

Educação e Formação em Saúde

Qualificando profissionais para o fortalecimento do SUS em Mato Grosso do Sul, o Governo do Estado, por meio da Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, desde 1989, vem capacitando profissionais de todas as Regiões de Saúde: Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá, pertencentes às diversas áreas da saúde que atuam diariamente prestando seus serviços à população sul-mato-grossense.

Em 2016 foram realizados 63 cursos com a participação de 1.529 pessoas, onde se destacam alguns:

CURSO	CURSOS	PARTICIPANTES	MUNICÍPIO DE REALIZAÇÃO DO CURSO
Capacitação em atendimento em urgência e emergência para os profissionais do compenente intra-hospitalar (Pronto Socorro / PAM) e pré-hospitalar fixo (APS / UPA).	13	340	Jardim, Aquidauana, Dourados, Campo Grande (HUMAP, HRMS e Associação de Amparo Materno Infantil), Sidrolândia, Fátima do Sul, Três Lagoas, Corumbá e Sidrolândia
Atendimento Pré-Hospitalar nas Urgências e Emergências para os profissionais do componente Pré-hospitalar Móvel - SAMU 192	5	141	Aquidauana, Coxim, Bela Vista, Corumbá, Três Lagoas.
Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde EAD (UFRN)	1	175	Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas
Especialização em Saúde Pública (UFGD)	1	30	Dourados
Especialização em Gestão da Assistência Farmacêutica (UFMS)	1	30	Campo Grande
Especialização em Regulação em Saúde (IEP / HSL)	1	40	Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas

Especialização em Gestão Clínica (IEP / HSL)	1	40	Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas
Especialização em Gestão da Vigilância Sanitária (IEP / HSL)	1	40	Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas
Residência Médica em Medicina da Família e da Comunidade (UFMS e UFGD)	1	4	Campo Grande e Dourados
Residência Médica em Clínica Médica (HSJ)	1	4	Campo Grande
Residência Médica em Oftamologia (HSJ)	1	4	Campo Grande
Residência Multiprofissional em Cuidados Continuados Integrados (HSJ)	1	14	Campo Grande
Residência em Enfermagem Obstétrica (UFMS)	1	12	Campo Grande

Foram qualificados profissionais na Escola Técnica do SUS "Prof.ª Ena de Araújo Galvão", centro de referência na formação profissional técnica de nível médio e de educação permanente na área da saúde.

Em 2016, destaca-se a qualificação profissional de Cuidador de Pessoas Idosas com Dependência envolvendo os municípios de: Batayporã, Campo Grande, Coxim, Coronel Sapucaia, Chapadão do Sul e Deodápolis atendendo cerca de 100 alunos da comunidade e a qualificação de 400 horas para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) na Região de Saúde de Dourados, qualificando cerca de 900 trabalhadores. Saliente-se a Especialização pós-técnica de nível médio em Urgência e Emergência em Dourados com a certificação de 21 técnicos e a Especialização pós-técnica de nível médio em Atenção Primária em Saúde em Aquidauana certificando 20 técnicos.

Em 2016 foram aplicados com recursos próprios mais de R$900 milhões em ações e serviços de saúde.

Unidade do Trauma da Santa Casa de Campo Grande

A Unidade do Trauma da Santa Casa de Campo Grande é, atualmente, uma das obras mais emblemáticas da Capital, que terá grande representação na rede atendimento de todo Estado. A conclusão da Unidade do Trauma reflete diretamente na expectativa de atendimentos às demandas de acidentes de trânsito registradas em Campo Grande. O reinício das obras da Unidade do Trauma é resultado de um esforço não só da Santa Casa, mas também de diversos parceiros.

A conclusão da unidade faz parte do Programa Obra Inacabada Zero e a população aguarda há cerca de 25 anos.

Iniciativas: Retomada das obras para conclusão da Unidade do Trauma da Santa Casa

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Patrícia Vanuchi

Setor responsável: Superintendência Geral de Atenção à Saúde (3318-2020)

Parceiros: Ministério da Saúde e Ministério Público Estadual e Federal

Público-alvo: todas pacientes vítimas de traumas

Custos

Custo executado: R$ 1.694.980,75

Resultados

O Hospital do Trauma contará com 128 leitos, sendo 100 leitos de enfermaria, 18 de observação e dez de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), cinco salas de cirurgia e três salas de isolamento.

Em torno de 65% das adequações já foram realizadas e a expectativa é de que seja entregue em junho de 2017.

Após a conclusão das obras, a unidade do Trauma entrará na fase de operacionalização, que envolverá um novo esforço entre as instituições envolvidas para a reativação da unidade. Já existe compromisso por parte do Governo do Estado no direcionamento de recursos para o custeio e compra de equipamentos, além da construção de uma cozinha e lavanderia para o novo prédio.

Governador em visita a Santa Casa

Unidade de Terapia Renal em Coxim

A implantação da unidade de terapia renal em Coxim no Hospital Regional de Coxim Dr. Álvaro Fontoura Silva trata-se de um serviço intra-hospitalar que atenderá pacientes do SUS que até então se deslocavam a Campo Grande para relaizar o atendimento.

Iniciativas: Implantação da Unidade de Terapia Renal Substitutiva em Coxim

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Salim Cheade

Público-alvo: pacientes da região de Coxim

Custos

Custo executado: R$ 1.600.000,00

Governador em visita ao Hospital Regional de Coxim

Resultado

O serviço foi inaugurado em abril de 2016 atendendo aproximadamente 40 pacientes por mês de Coxim e região (Rio Verde de Mato Grosso, Pedro Gomes, Alcinópolis e Sonora)

O serviço conta com a assistência de dois médicos, sendo um nefrologista, responsável pelo serviço, dois enfermeiros e nove técnicos de enfermagem. Em relação à equipe multi-profissional, contará com a assistência de nutricionista, psicólogo e dois assistentes sociais.

A unidade possui 18 máquinas para tratamento dialítico que vai atender somente pacientes adultos. Para a confecção de fístulas, será realizada na própria estrutura do centro cirúrgico do hospital.

Além dos resultados diretos, a implantação dessa unidade na região de Coxim contribui para diminuir filias e facilitar o tratamento de outros pacientes na capital do estado.

Hospital de Câncer Alfredo Abraão

A conclusão do Hospital de Câncer Alfredo Abraão - HCAA é prioridade do governo do Estado por ser o hospital que atende mais pessoas que vem do interior. Com uma soma de esforços, estamos ampliando os nossos espaços para melhor atender nossos pacientes. Buscamos aprimorar os serviços e proporcionar qualidade, além de celeridade e humanização - fundamentais no tratamento oncológico.

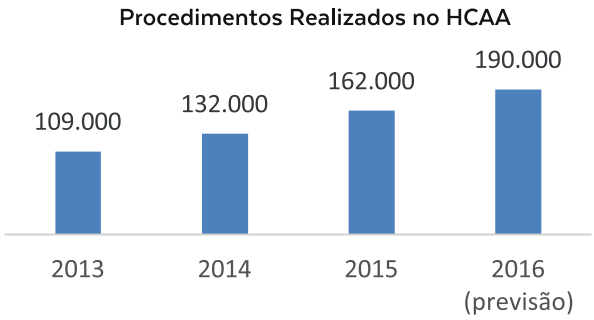
A ampliação do atendimento no HCAA se faz necessária para que o hospital suporte o crescente número de procedimentos que vem sendo realizados nos últimos anos, conforme pode-se observar no gráfico abaixo.

Iniciativas: Concluir as obras das instalações físicas do Hospital de Câncer Alfredo Abraão

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Patricia Vanuchi

Setor responsável: Superintendência Geral de Atenção à Saúde



Público-alvo: Hospital de Câncer Alfredo Abrão - HCAA realiza atendimentos voltados ao diagnóstico (consultas e exames), tratamento (cirurgias, quimioterapias, radioterapias, braquiterapias, hormonioterapias) e reabilitação (psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, nutrição) e a prevenção (palestras e campanhas) relacionadas à doença

Custos

Custo executado: R$ 1.200.000,00

Resultados

Nos dois novos setores (subsolo e térreo), estarão em funcionamento desde salas para exames e laudos até consultórios. Integrada a essa estrutura está a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto que recebeu mais oito leitos. O hospital totaliza agora 20 UTI's que serão destinadas ao atendimento de urgência e emergência de diversas especialidades e aos pacientes de oncologia. Foi entregue ao hospital equipamentos de raios-x, mamógrafos digitais e ultrassons.

Inauguração das novas alas

Os novos pavimentos são importantes para que o hospital suporte o crescimento no número de procedimentos, cerca de 80% registrado nos últimos três anos e meio.

Organização Social no Hospital de Ponta Porã

Iniciativas: Implantar novo modelo no Hospital Dr. José Simone Netto em Ponta Porã

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Edelma Lene Peixoto Tibúrcio

O modelo de gestão por meio de Organizações Sociais de Saúde (OSS) tem se tornado mais frequente nos três níveis de governo. A OSS consiste em contratar uma organização sem fins lucrativos habilitada como OSS para gerir o hospital e remunerá-la com base em indicadores e metas de desempenho previamente definidas. As vantagens deste modelo consistem em que as OSS possuem regras mais flexíveis para realizar aquisição de equipamentos, medicamentos e pessoal, possibilitando uma gestão mais ágil.

A implantação das Organizações Social está no planejamento do Governo do Estado para a saúde como uma das alternativas para melhorar a qualidade dos serviços e atendimentos à população

Público-alvo: população de Ponta Porã e região

Custos

Custo mensal: R$ 1.944.000,00

Resultados

O contrato que oficializa a implantação de uma Organização Social (OS) para a gestão do Hospital Regional Dr. José Simone Neto em Ponta Porã foi assinado em agosto de 2016.

Assinatura do contrato

O acordo foi firmado com o Instituto Gerir, responsável pela gestão de outros seis hospitais em Goiás, Maranhão e Paraíba.

A empresa ficará responsável pela gestão da unidade de saúde com o objetivo de otimizar os atendimentos e atingir as metas como referência para 8 municípios da microrregião de Ponta Porã (Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru).

Como resultados tem-se que os custos antes da contratação da OSS eram de R$ 3 milhões, atualmente o valor é R$ 1.944.000,00, dos quais 60% é fixo e os demais 40% são variáveis condicionados ao atingimento de metas.

Há, ainda, uma iniciativa que prevê a implantação de outros 10 leitos de UTI. Com a consolidação desses novos leitos o custo mensal passará para R$ 2.394.000,00.

Caravana da Saúde

Iniciativas: Realizar Caravanas da Saúde

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Marcelo Mello

Em 2015, o governo estabeleceu como estratégia de ação para fortalecimento regional o projeto idealizado como Caravana da Saúde, visando à reestruturação do sistema de saúde, com o objetivo de proporcionar melhor assistência à população, em consonância às necessidades de saúde existentes em nosso em estado.

No primeiro ano, foram realizadas Caravanas da Saúde em sete das 11 sedes de microrregiões de saúde (Coxim, Ponta Porã, Três Lagoas, Paranaíba, Nova Andradina, Corumbá e Naviraí). Já o ano de 2016 a Caravana passou pelas 4 microrregiões restantes (Jardim, Aquidauana Dourados e Campo Grande)

Público-alvo: toda a população sul-mato-grossense

Custos

Custo executado: R$ 23.000.000,00

Resultados

Ações Realizadas (QTD)	Microrregião				TOTAL
	Jardim (1)	Aquidauana (2)	Dourados (3)	Campo Grande	
Consultas realizadas (diversas especialidades)	1.150	1.300	4.650	49.210	**56.310**
Consultas oftalmológicas	4.973	5.600	10.330	36.233	**57.136**
Cirurgias oftalmológicas	1.775	2.200	4.552	19.749	**28.276**
Cirurgias realizadas (Hospital)	252	500	1.900	1.800	**4.452**
Exames realizados (Mamografia, Papanicolau e PSA)	600	600	1.000	1.217	**3.417**
Exames (Tomografia)	-	230	1.200	-	**1.430**
Exames (RNM) Ressonância	-	-	500	-	**500**
Exames (USG) Ultrassom	500	1.200	3.200	950	**5.850**
Exames (Eletroencefalograma)	100	100	100	-	**300**
Exames (Endoscopia)	100	100	100	1.000	**1.300**
Colonoscopia	-	-	-	450	**450**
Teste ergométrico	100	-	-	-	**100**
Pessoas capacitadas (Agente Comunitário de Saúde e Agente Endêmico)	136	397	335	400	**1.268**

Fonte: SES/MS

Dados sujeitos a alterações - Pós caravana.

(2) Instalação de aparelho de RX (digitalizado), Mamógrafo (digitalizado), Eletrocardiograma com laudo, serviço de exame de Endoscopia Digestiva Alta.

(3) Instalação de aparelho de RX (digitalizado), Mamógrafo (digitalizado), Eletrocardiograma com laudo, serviço de exame de Endoscopia Digestiva Alta.

(4) Instalação de aparelho de RX (digitalizado), Mamógrafo (digitalizado), Tomógrafo computadorizado, Eletrocardiograma com laudo, serviço de exame de Endoscopia Digestiva Alta. O Hospital de Fátima do Sul está realizando as cirurgias da microrregião de Dourados.

A Caravana da Saúde realizou atividades de capacitação aos trabalhadores da saúde, ações de assistência à saúde, cirurgias nos hospitais locais e nas unidades móveis especializadas contratadas e, em parceira, consultas especializadas e exames objetivando redução das filas e garantia de resolubilidade e a reestruturação da rede de serviços de saúde com a qualificação dos serviços e dos profissionais.

Conforme o mote da Caravana da Saúde: **"A Caravana passa, mas a saúde fica"**, as cirurgias e procedimentos realizados são acompanhados, mas também há a reestruturação do parque tecnológico, a estruturação da teleconsultoria, a formação dos digitadores nas ferramentas SISVAN, SISCAN, SISPRENATAL e o monitoramento e avaliação das condições sanitárias dos hospitais.

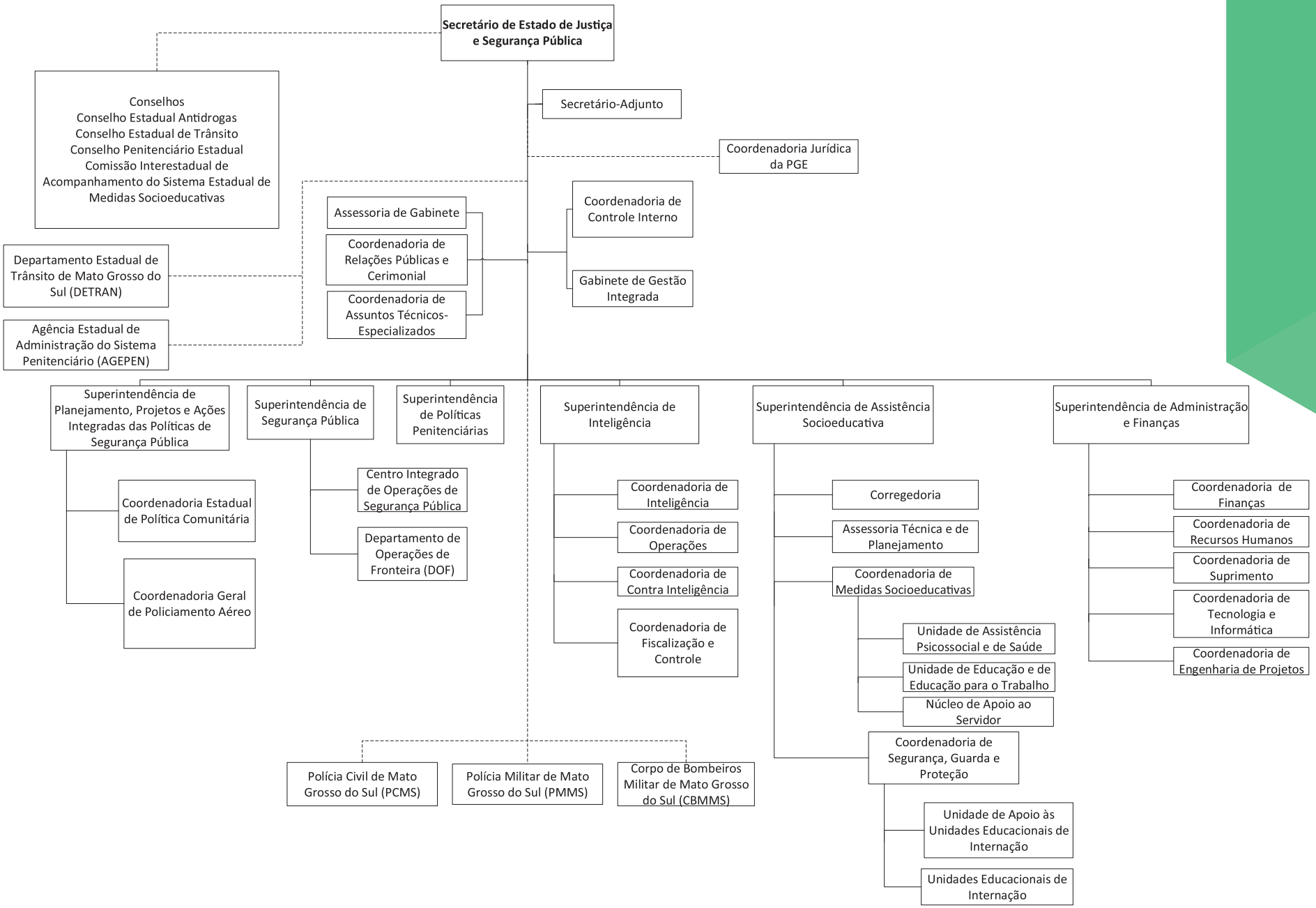
Todas as ações e os procedimentos realizados durante as Caravanas da Saúde, e posteriormente, tiveram como objetivo o fortalecimento das redes de atenção em todo o estado, estruturação dos Centros de Especialidades em saúde, fortalecimento das redes cegonha, de urgência e emergência, de atenção às pessoas com deficiência e da rede de atenção às pessoas com doenças crônicas, sempre com o compromisso de reestruturação do sistema de saúde, com o objetivo de proporcionar uma melhor assistência à população sul-mato-grossense.

Mensagem à Assembleia Legislativa **2017**

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SEJUSP

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Organograma



Entidades vinculadas:

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul

AGEPEN – Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul.

PMMS - Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

CBMMS - Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul

PCMS - Polícia Civil de Mato Grosso do Sul

A SEJUSP tem como competência a promoção das medidas necessárias à preservação da ordem e da segurança públicas, à defesa dos direitos humanos e à incolumidade da pessoa e do patrimônio, por meio de suas unidades e órgãos subordinados.

Atribuições

- A promoção e a aplicação de medidas necessárias à preservação da ordem e da segurança pública;
- A repressão criminal e a ressocialização dos condenados pela justiça, tendo por diretriz o respeito aos direitos e às garantias fundamentais.

Direcionadores Estratégicos

- Preservar a vida e o patrimônio através de políticas integradas de segurança pública;
- Valorizar, e promover a maior integração nas polícias civil e militar no estado
- Investimentos em inteligência;
- Promoção da cidadania e da justiça social;
- Melhorar qualidade do atendimento ao cidadão através da criação de delegacias especializadas, postos móveis e serviços via internet;
- Promover uso intensivo de tecnologia de informação e serviços de inteligência para maior eficácia no combate ao crime organizado no Estado;
- Fortalecer os serviços de inteligência na Corregedoria com caráter preventivo;
- Manter os crescentes índices de apreensão de drogas no estado;
- Fortalecer o policiamento das fronteiras e nas Divisas a segurança no campo;
- Reduzir os índices de violência urbanas nas comunidades de fronteira;
- Trabalhar de forma integrada com outras secretárias em programas de combate ao crime organizado;
- Buscar parcerias e referências com outros Estados e Governos Federal a fim de aumentar e otimizar investimentos no setor;
- Na questão indígena, operacionalizar convênio com o Governo Federal e desenvolver mecanismo de inteligência para promover maior segurança nas aldeias e nas áreas de conflitos.

A violência é um dos temas que mais preocupam os brasileiros. Há grande incerteza sobre o que pode ocorrer no futuro tanto em termos da criminalidade quanto em relação às políticas públicas. O ambiente instável e turbulento aumenta a percepção de que o futuro é múltiplo e incerto. Entretanto, os tempos atuais não trazem somente desafios, mas, principalmente, nos leva a crer da relevância de se planejar com base em projeções, inteligência e tecnologia. Nesse sentido é necessário estar atento às oportunidades e ser criativo para enxergá-las. Não é por outro motivo que a utilização de cenários como subsídio ao planejamento e à formulação de estratégias cresce no mundo.

Vale destacar que MS contribui significativamente com a Segurança Pública de outros Estados da Federação, especialmente aqueles com quem tem divisas, evitando que grandes volumes de armas e entorpecentes cheguem aos consumidores finais nos grandes centros, entretanto, elevando sua população carcerária e os custos de manutenção do sistema prisional estadual, tendo que arcar sozinho sem contrapartida desses Estados ou Governo Federal, transferindo, dessa forma, ao Governo de MS, uma obrigação constitucional de responsabilidade da União. Sendo assim, esse tema é um dos grandes desafios na agenda governamental da Segurança Pública de MS para os próximos anos.

O Estado de Mato Grosso do Sul neste segundo ano de gestão estadual do Governador Reinaldo Azambuja, priorizou investimentos no setor, com objetivo de reduzir a criminalidade e garantir a segurança da população através de programas e projetos voltadas à manutenção da ordem, da tranquilidade e da salubridade pública. O foco foi a redução dos índices de criminalidade, violência, vulnerabilidade da população, maior sensação de segurança social, fortalecimento da democracia, garantia dos direitos humanos e da eficiência das instituições de segurança pública.

Nesse propósito, a Secretária de Estado Justiça e Segurança Pública, pensando MS a partir do “mapeamento estratégico” das principais demandas por parte da sociedade dentro do “eixo social” e em alinhamento com as necessidades institucionais, teve o “contrato de gestão” como uma de suas principais ferramentas para garantia da realização de ações estratégicas do governo

para o alcance dos resultados almejados visando a promoção de entregas controladas e com eficiência à sociedade de Mato Grosso do Sul.

Mudanças consideráveis na forma de gerir a segurança pública estão em pleno curso, onde o modelo de Gestão tem o planejamento e o monitoramento coordenados pela Secretária de Estado de Governo e Gestão Estratégica. Cabendo a execução à SEJUSP com o apoio técnico da Coordenadoria de Gestão do Desempenho Institucional, Escritório de Projetos - SEGOV/SPGE e Escritório de Processos da SAD. Além dos agentes de gestão: ponto focal, setorialista, gerentes de programas, gerentes de projetos e gerentes de processos.

Polícia Militar - PMMS

A Polícia Militar, órgão permanente, constitucionalmente encarregado das missões de preservação da ordem pública e o policiamento ostensivo em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, cujo território possui uma área de 358.158,7 km², com uma população atualmente estimada em 2.651.540 de habitantes e uma faixa de fronteira com 1.517 km de extensão, sendo 1.131 km com o Paraguai e 386 km com a Bolívia.

O esforço desenvolvido pela Instituição Polícia Militar, além de assegurar a ordem pública ou sua restauração, realizou considerável trabalho no combate ao crime organizado, especialmente contra o tráfico de drogas, estimando prejuízos a essas organizações criminosas na ordem de mais de R$ 500 milhões de reais. Outros resultados apurados com a realização de diversas operações policiais, no Estado, são: 2.184 veículos recuperados; 511.694 pessoas abordadas, 432.188 veículos abordados, 3.671 embarcações abordadas; 15.717 veículos removidos ao DETRAN: 832 armas de fogo apreendidas; 3.192 mandados de prisão cumpridos: 16.464 de escoltas de presos; 13.017 prisões em flagrante; 112.150 Kg de maconha e 838 kg de cocaína de apreensão de entorpecentes; 628.251 pacotes de apreensão de contrabando de cigarros: 626 multas aplicadas e notificações ambientais: 71.427 notificações de trânsito aplicadas.

Com o objetivo de apresentar um retrato das atividades desenvolvidas pela corporação durante o presente ano e, que estas sejam analisadas pela equipe estratégica do Governo do Estado, para que os recursos que venham ser destinados à segurança pública possam contribuir para a continuidade das atividades desenvolvidas, seja no campo repressivo (viatura, armamentos, coletes etc.), seja no campo preventivo (projetos sociais da PMMS).

Polícia Comunitária

Com o intuito de difundir a filosofia de Polícia Comunitária, objetivando a aproximação entre os profissionais da Segurança Pública e as comunidades para a construção da segurança pública mais efetiva, a SEJUSP promoveu os cursos de Promotor de Polícia Comunitária e Multiplicador de Polícia Comunitária. Estiveram presentes nos cursos Policiais Militares do município de Campo Grande, além de operadores da Segurança Pública do município de Dourados.

Ainda buscando a participação comunitária, bem como o envolvimento de órgãos de outras esferas da sociedade, foi implantado o Conselho Comunitário de Segurança nos municípios de Sidrolândia, Ladário, Jaraguari e Campo Grande, nas regiões Lagoa e Universitário. Nos municípios de Bandeirantes, Jardim, Terenos e Japorã, a implantação do Conselho encontra-se em fase final, assim como na comunidade do Pioneiros, em Campo Grande.

Corpo de Bombeiros - CBMMS

Entre janeiro e setembro de 2015 o CBMMS atendeu a 72.837 ocorrências e em 2016, no mesmo período, foram 80.744 atendimentos, o que representa um aumento de 11% no atendimento das ocorrências. Tal crescimento foi possível graças à aquisição de novas viaturas, o que gerou aumento da sensação de segurança da população.

Departamento de Operações de Fronteira - DOF

O DOF, com o objetivo de garantir a preservação da ordem pública nas rodovias Federais, Estaduais, estradas vicinais e zona rural que cruzam sua área, visando ainda, combater os delitos típicos dessa região, promoveu o policiamento ostensivo motorizado itinerante na faixa de fronteira com o Paraguai e a Bolívia e em alguns pontos nas divisas com os Estados de São Paulo e Paraná. O intuito foi o de combater as práticas delituosas do tráfico de drogas e de armas de fogo, roubo/furto de veículos, cargas, contrabando/descaminho, crime ambiental, entre outros. As operações resultaram na apreensão de mais de 48 mil kg de entorpecentes, além de 680 prisões, das quais 318 foram por tráfico de drogas. Foram recuperados ainda 134 veículos, bem como foram apreendidas 54 armas de fogo e mais de 1.800 munições de calibres diversos.

Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS

Já no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MS houve ações de Desenvolvimento de Tecnologia e aplicações para vídeo-monitoramento das provas práticas de direção e pilotagem, além de ações de educação e capacitação de professores, alunos, examinadores, instrutores e agentes de fiscalização, resultando em mais de 20.000 pessoas atendidas. O DETRAN/MS desenvolveu ainda programas de melhoria na estrutura para suporte no atendimento ao usuário, além de programas especiais de melhorias internas, gerando agilidade e qualidade nos serviços prestados, melhoria nos procedimentos de emplacamento de

veículos, expansão da prova online e (suporte ao usuário interno).

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) é desenvolvido nas escolas públicas e particulares, no 5º e 7º ano do Ensino Fundamental, na educação infantil (PROERD Kids) e para adultos com o PROERD para Pais, com o objetivo de conscientizar pais e alunos da importância de manter-se longe das drogas. O programa atendeu crianças na capital e no interior do Estado.

Com o intuito de preservar o meio ambiente através da fiscalização aérea de combate aos crimes e danos ambientais no estado de MS, a SEJUSP assinou o termo de cooperação mútua entre IMASUL - SEJUSP – CGPA, proporcionando proteção, prevenção combate a incêndios e outros ilícitos.

Objetivando diminuir o número de veículos baixados por falta de manutenção, a Superintendência de Administração e Finanças implantou o Setor de Transporte e Gestão da Frota e Manutenção, o que resultou no atendimento das demandas reprimidas e na otimização dos recursos.

Superintendência de Assistência Socioeducativa – SAS

Buscando garantir a proteção integral dos adolescentes sob a custódia do Estado, além de promover a ressocialização e reintegração do adolescente em conflito com a lei, a Superintendência de Assistência Socioeducativa – SAS é responsável pela gestão de dez Unidades Educacionais, sendo oito para adolescentes do sexo masculino e duas para o feminino; uma Unidade de Internação Provisória para adolescentes do sexo masculino e duas Unidades Educacionais de Semiliberdade. Entre os resultados alcançados durante o período de 2016, pode-se destacar: 226 adolescentes em sala de aula, 18 alunos inscritos no ENEM, 64 cursos profissionalizantes oferecidos - 490 participantes e com aprovação de 409 adolescentes, além de 1.565 inscritos nas atividades culturais e de Lazer oferecidas pelas Unidades. A SAS concluiu ainda a licitação para a Reforma dos Blocos A e C da Unidade Educacional de Internação Masculina Mitaí - Unei Mitaí no município de Ponta Porã.

Polícia Civil

As Delegacias de Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul nos meses de janeiro a novembro de 2016 apresentaram números expressivos, dentre os quais salientamos: 231.625 atendimentos para registros de ocorrências, dos quais mais de 150 mil referem-se a fatos típicos, ou seja, passíveis de se convertem em procedimentos policiais. Nesse sentido, 76.209 desses boletins de ocorrência foram instaurados e transformados em procedimentos policiais, representando assim um percentual de 50% de instauração. Importante salientar que foram arrecadados aproximados 5 milhões de reais em fianças, atestados e alvarás.

No período de janeiro a novembro de 2016, as Delegacias de Polícia subordinadas ao Departamento de Polícia da Capital – DPC, concluíram 5.203 Inquéritos Policiais, 631 Autos de Apuração de Atos Infracionais e 6.885 Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCOs, totalizando 12.719 procedimentos encaminhados ao Poder Judiciário. Foram instaurados ainda, 4.712 Inquéritos Policiais, para apuração principalmente de crimes contra a vida e patrimônio.

Na repressão ao Tráfico de Drogas, os números são ainda mais relevantes, totalizando a soma de 277 toneladas de drogas (percentual expressivo em nível nacional). Foram recuperados 4.666 veículos furtados ou roubados, lavrados mais de 11 mil autos de prisão e apreensão em flagrante e cumpridos mais de 6.600 mandados de prisão e apreensão.

Casa da Mulher Brasileira

Finalmente, no atendimento especializado às mulheres, somam-se mais de 7 mil ocorrências registradas na Casa da Mulher Brasileira e mais de 5.200 procedimentos instaurados.

Coordenadoria Geral de Perícias

No que compete à Coordenadoria Geral de Perícias, a atividade pericial visa atender dispositivos legais para a produção da prova material, requisitada por autoridades competentes, produzindo-os dentro dos prazos legais, de forma a subsidiar a investigação policial e a Justiça. Em 2016, foram produzidos mais de 39 mil laudos periciais.

Esses investimentos deram resultados positivos fizeram com que o Estado reduzisse os índices na Capital e no interior os crimes com mortes, perfazendo uma redução em todo o Estado em comparação com o ano anterior, conforme monitoramento de índices criminais e atividades policiais da SEJUSP. Esse indicador é composto pelos monitoramentos em homicídios dolosos, culposos no trânsito e por casos de roubos ou lesões corporais seguidas de morte, cujos dados e gráficos específicos estão disponíveis no sítio eletrônico http://estatistica.sigo.ms.gov.br/.

Para garantir a segurança da população e redução da criminalidade, muitos foram os esforços em busca da qualidade, da eficiência e da efetividade dos serviços de segurança pública. Os esforços estão alinhados a um novo modelo de gestão, com base em planejamento estratégico e com foco na busca de resultados para o alcance de metas.

Dentro desse modelo de gestão, e com vistas à redução da criminalidade, o Governo vem investindo anualmente em todos os setores da segurança pública, dedicando-se à contratação de novos agentes de segurança pública. Além do investimento nos recursos humanos, também se investiu na modernização e reaparelhamento da segurança pública, com a aquisição de veículos entre carros e motos. Essas aquisições têm dado resultados como, por exemplo, o aumento expressivo de apreensões de drogas.

Para alcançar resultados positivos, as polícias agiram com emprego de inteligência em ações e operações policiais diversas, realizadas tanto pela Policia Militar, como pela Polícia Civil, com ações voltadas para o combate ao narcotráfico. Foram desenvolvidas, também, com foco na prevenção e redução dos crimes contra a vida e contra o patrimônio, que são os crimes que mais impactam a sociedade e causam sensação de insegurança.

A capacitação dos servidores é ponto crucial para a qualidade da prestação do serviço público. Neste sentido, através da Rede de Ensino a Distância, a SEJUSP em parceria com a SENASP/MJ proporcionou o aperfeiçoamento dos operadores de segurança pública, disponibilizando acesso gratuito à educação continuada, integrada e qualificada, seguindo parâmetros da Matriz Curricular Nacional para a segurança pública, o que capacitou 8.268 inscritos, com aproveitamento, em mais de 65 cursos oferecidos pela Rede de Ensino a Distância em nosso Estado, perfazendo um aumento de 23,20%. Além da capacitação à distância, as instituições proporcionaram aos seus integrantes diversos cursos.

Iniciativas presentes no contrato de gestão 2016:

- Fortalecer e Ampliar as Ações Policiais
- Implantação da Sinalização Viária Urbana
- Ação Continuada de Conscientização para Melhoria do Trânsito
- Modernizar a estrutura física, com construções, ampliações e reformas das unidades penais da AGEPEN, na capital e no interior
- Implantação de vídeo-monitoramento em oito cidades da fronteira
- Construção da Delegacia de Chapadão do Sul
- Criação e implantação da Delegacia Especializada em atividade executiva de trânsito – DELETRAN
- Ampliação e Operacionalização do Núcleo Regional de Medicina Legal (NRML) e do Núcleo Regional de Laboratório de Dourados/MS (NRLF)
- Reestruturar locais de atendimento (6 unidades) – DETRAN
- Ampliação do Sistema Prevenir
- Implantar área de desinfecção de viaturas de resgate
- Projetos Sociais – Corpo de Bombeiros
- Programa MS mais seguro

Operações Policiais

As operações policiais têm por objetivo a redução da criminalidade em todo o Estado com operações nas vias urbanas, rurais e nas rodovias federais com a Polícia Rodoviária Federal e nas Estaduais e Municipais com a Polícia Militar Rodoviária e Departamento de Operação de Fronteiras na faixa de fronteira.

Iniciativa: Fortalecer e Ampliar as Ações Policiais

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Edilson Osnei Nazareth Duarte – Cel PM

Setor responsável: Polícia Militar (CPM, CPE, CPA-1, CPA-2 e CPA-3)

Parceiros: Além da Polícia Militar e Polícia Rodoviária Estadual nas rodovias estadual e municipal, Polícia Rodoviária Federal nas operações das rodovias federais.

Nas operações urbanas a Polícia Civil e Guarda Municipal, observadas suas competências legais.

Público-alvo: Toda a população do Estado e outros que aqui estiverem em trânsito.

Custos

Custo executado: R$ 420.000,00

Resultados

As ações policiais realizadas em 2016, abordadas neste relatório, referem-se apenas às operações policiais militares preventivas e repressivas de apoio, escolta, policiamento ostensivo (urbano, rural, trânsito, em eventos esportivos e culturais, ambiental e revistas em estabelecimentos penais), resumidas no quadro abaixo.

Outras ações policiais ostensivas de rotina (visitas, orientações, auxílios, abordagens, vistorias, buscas, resgates, registro de ocorrências diversas, empenho, despachos, confrontos etc), não constam desses dados, o que será corrigido nos próximos anos.

Quantitativo: 7.371 Operações Policiais Militares

Efetivo Policial envolvido: 15.411

Total de Operações Preventivas/Repressivas da Polícia Militar de Janeiro a Novembro de 2016

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	TOTAL
OPERAÇÕES POLICIAIS MILITARES	542	649	1.439	564	592	753	612	659	479	588	494	7.371

Ref.: Janeiro a novembro 2016, em todo o Estado (incluído Capital e Interior)

Houve redução nos índices criminais das seguintes modalidades criminosas: estupro, homicídio culposo de trânsito, homicídio doloso, roubo de veículo e roubo de residência;

Houve aumento nos índices criminais das seguintes modalidades criminosas: violência doméstica, furtos (furto de veículo e furto em residência), lesão corporal seguida de morte, roubo (geral) e roubo seguido de morte.

As modalidades de crime e os índices constam da tabela a seguir:

	JAN a NOV/2015	JAN a NOV/2016	
DELITO	QUANTIDADE	QUANTIDADE	VARIAÇÃO
VIOLÊNCIA DOMESTICA	16.625	16.817	1,2%
ESTUPRO	1.353	1.248	-7,8%
FURTO (Geral)	34.482	34.955	1,4%
FURTO DE VEÍCULO	3.414	3.558	4,2%
FURTO EM RESIDÊNCIA	10.726	11.193	4,4%
HOMICÍDIO CULPOSO NO TRÂNSITO	322	296	-8,1%
HOMICÍDIO DOLOSO	496	493	-0,6 %
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	3	6	100%
ROUBO (Geral)	9.443	10.452	10,7%
ROUBO DE VEÍCULO	876	812	-7,3%
ROUBO EM RESIDÊNCIA	491	467	-4,9%
ROUBO SEGUIDO DE MORTE	13	39	200%

Os números foram considerados satisfatórios.

Ref.: Janeiro a novembro 2016, em todo o Estado (incluído Capital e Interior)

Ações Policiais – Operações Ostensivas - Polícia Militar

Dentre as ações policiais, temos a realização de Operações Ostensivas, de competência da Polícia Militar, que apesar do grande número de registros, são tidas como extraordinárias, uma vez que fogem da rotina de trabalho.

Caracterizam-se por exigir maior presença de policiais militares e recursos policiais, extemporaneamente e temporariamente, implicando na necessidade de redução das folgas e remanejamento de efetivos e meios, com a participação de várias frações de tropa ou mais de uma Unidade Policial-Militar, para que sejam atendidas.

Como exemplo, cita-se o policiamento ostensivo-preventivo realizado por ocasião da passagem da Tocha Olímpica pelo Estado.

É um esforço desenvolvido pela gloriosa Instituição Polícia Militar, no intuito de assegurar a ordem pública ou sua restauração, permitindo que todos tenham assegurados seus direitos e exerçam suas atividades pessoais e profissionais com segurança e tranquilidade.

Só o prejuízo causado ao crime organizado, especialmente o tráfico de drogas, está estimado em mais de 500 milhões de reais.

Os resultados apurados (até 31 de outubro de 2016) apenas com tais operações, no Estado, são:

1) recuperação de veículos produtos de furto/roubo: 2.184 veículos;

2) abordagens: 511.694 pessoas abordadas, 432.188 veículos abordados, 3.671 embarcações abordadas;

3) veículos removidos ao DETRAN: 15.717 unidades;

4) armas de fogo apreendidas: 832 unidades;

5) mandados de prisão cumpridos: 3.192 prisões de foragidos da Justiça;

6) escoltas de presos: 16.464 registros;

7) prisões em flagrante: 13.017 registros;
8) apreensão de drogas: 112.150,00 Kg de maconha e 838,00 kg de cocaína;
9) apreensão de contrabando de cigarros: 628.251 pacotes;
10) notificações ambientais: 626 multas aplicadas;
11) notificações de trânsito: 71.427 multas aplicadas.

Conscientização para Melhoria do Trânsito

A partir de uma preocupação constante em reduzir acidentes de trânsito, em transformar nossa sociedade em um povo mais fraterno e educado quando o assunto é trânsito, a incessante busca em programas, projetos, sensibilização e formas de conscientização eficazes e eficientes para todos os tipos de públicos e consequente redução do número de mortos e feridos nas vias do nosso País e no Estado de Mato Grosso do Sul leva o Detran-MS a desenvolver ações continuadas de Educação de Trânsito. Essas ações foram divididas em: 1) Programa Volta às Aulas; 2) Programa Pedestre eu Cuido; 3) Programa Detranzinho vai à Escola e Cidade Móvel de Trânsito; 4) Movimento Maio Amarelo; e 5) Semana Nacional de Trânsito.

Iniciativa: Ação Continuada de Conscientização para Melhoria do Trânsito

Tipo de iniciativa: Rotina

Gerente: Marcos Alexandre Brandão Ramos

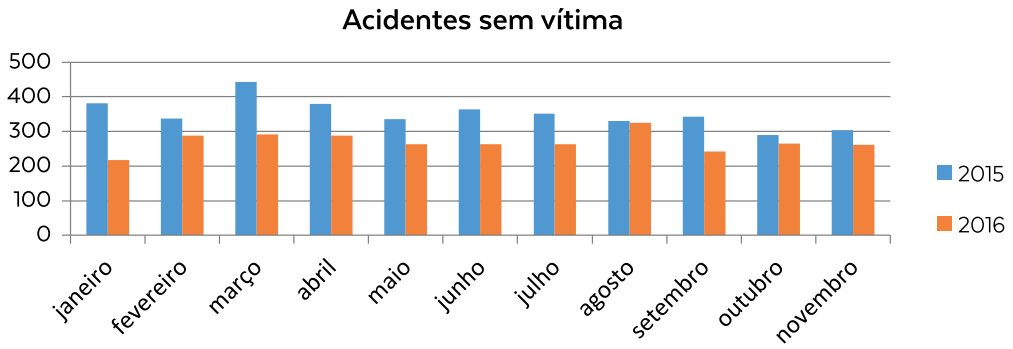
Setor responsável: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MS (3368-0197)

Custos

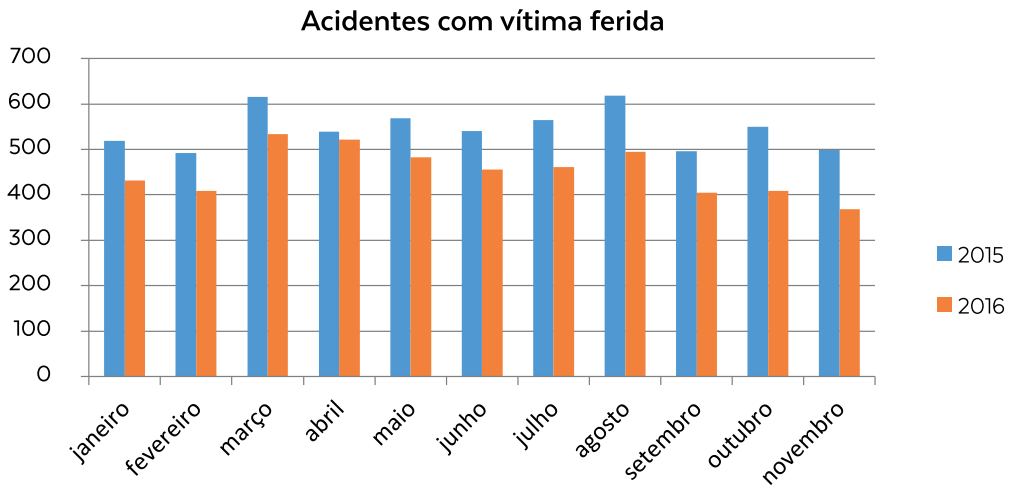
Custo executado: R$ 2.362.824,00

Resultados

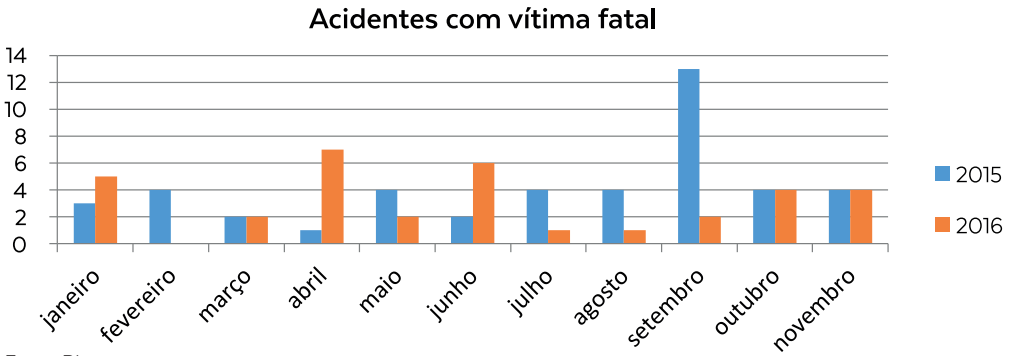
Diminuição dos índices de acidentes de trânsito. Comparados ao ano de 2015. Conforme gráficos abaixo.



Fonte: BI



Fonte: BI



Fonte: BI

Acidentes sem vítima no ano de 2015 - 3.857, ano de 2016 - 2.969; Diminuição de 23%

Acidentes com vítima ferida no ano de 2015 - 6.002, ano de 2016 - 4.972; Diminuição de 17,1%

Acidentes com vítima fatal no ano de 2015 - 45, ano de 2016 - 34; Diminuição de 24,44%

Em relação às metas alcançadas e superadas os valores estão descritos abaixo:

Ação	Meta (pessoas impactadas)	Quantidade alcançada
Programa Volta às Aulas	6.000	14.480
Programa Pedestre eu Cuido	300.000	350.000
Programa Detranzinho vai à Escola e Cidade Móvel de Trânsito	15.000	30.500
Movimento Maio Amarelo	600.000	1.200.000
Semana Nacional de Trânsito	900.000	950.000

Base de Cálculo: Quantidade de material entregue nas abordagens durante as ações; estatísticas de mídia de comunicação e publicidade.

DETRANZINHO VAI À ESCOLA

MOVIMENTO MAIO AMARELO

VOLTA ÀS AULAS

SEMANA NACIONAL DE TRÂNSITO

Implantação da Sinalização Viária Urbana

A sinalização das vias urbanas é imprescindível para organizar a circulação de veículos e pessoas nas vias públicas, com informações relevantes para disciplinar a movimentação do tráfego visando a segurança e fluidez dos usuários.

Parceiros: Prefeituras Municipais - Execução da Obra de Sinalização Viária;

Público-alvo: Usuários das vias urbanas de Mato Grosso do Sul.

Iniciativa: Implantação da Sinalização Viária Urbana

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Cibelly Resende Nantes

Setor responsável: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MS (3368-0139)

Custos

Custo executado: R$ 2.402.478,37

Resultados

A sinalização foi concluída em 14 municípios, sendo eles: Bonito, Bataguassu, Cassilândia, Chapadão do Sul, Dois Irmãos do Buriti, Fátima do Sul, Mundo Novo, Novo Horizonte, Ribas do Rio Pardo, Rio Brilhante, Rochedo, Sidrolândia, Taquarussu, Campo Grande - Parque das Nações Indígenas.

Sinalização do Parque das Nações Indígenas- Município de Campo Grande/MS.

Construção da cadeia pública do complexo penitenciário da gameleira ”A”

Considerando o déficit de 8.072 vagas no sistema prisional, e tendo em vista que este fato inviabiliza proporcionar aos custodiados uma condição digna para que os mesmos possam cumprir suas penas e retornar à sociedade, surgiu a necessidade de construção da Cadeia Pública do Complexo Penitenciário da Gameleira, ampliando novas vagas a fim de atender a referida demanda.

Iniciativa: Construção da cadeia pública do complexo penitenciário da gameleira “A”

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Fábio Alex Correa.

Setor responsável: Coordenadoria de Engenharia e de Projetos (3318-6823)

Custos

Custo executado: R$ 11.131.339,34

Resultados

O bloco A do complexo encontra-se com 80% da obra pronta.

O número de presos que o presídio comportará será de 603 vagas. Além disso, para 2017 estão previstas a entrega do Bloco B e da unidade feminina.

Gameleira “A”

Presídio Virtual, Estabelecimento Penal de Coxim, Ponta Porã e Semiaberto de Corumbá

O Presídio Virtual é uma iniciativa para evitar o encarceramento de presos provisórios, desencarcerar parte da população carcerária vulnerável e estimular o uso da monitoração eletrônica (tornozeleiras) como medida cautelar diversa da prisão de forma e nas medidas protetivas de urgência (Lei Maria da Penha). A partir de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul e Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/MJ foi criada a Unidade Mista de Monitora-

Iniciativa: Modernizar a estrutura física, com construções, ampliações e reformas das unidades penais da AGEPEN, na capital e no interior

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Eliana Doraci da Silva

Setor responsável: Núcleo de Planejamento e Projetos/AGEPEN (3901-1613)

mento Virtual Estadual (Presídio Virtual) em Campo Grande/MS, onde os presos são acompanhando via GPS em qualquer parte do Estado.

Já o Estabelecimento Penal Masculino de Coxim é uma Unidade Penal de segurança média, destinado a presos condenados do sexo masculino, que cumprem pena em regime fechado. Com o projeto de ampliação de mais 12 celas, a capacidade de vagas que era de 180, passa a ser de 324 presos.

Para o Estabelecimento Penal Masculino de Ponta Porã, que também é uma Unidade Penal de segurança média, destinado a presos condenados do sexo masculino, que cumprem pena em regime fechado, a capacidade de vagas que era para 24, passa a ser para 168 presos, com o projeto de ampliação.

A aquisição de área para construção da nova unidade penal de regime semiaberto de Corumbá visa ampliar o quadro de vagas para 280 presos. O Estabelecimento Penal é de segurança mínima, destinado a presos condenados do sexo masculino que cumprem pena em regime semiaberto e aberto.

Custos

Custo executado: Presídio Virtual: R$ 900 mil; Estabelecimento Penal de Ponta Porã: R$394.694,00 (R$344.000,00 foram recursos da própria Unidade Penal e R$50.694,00 recursos da fonte 100) e Estabelecimento Penal de Coxim: R$ 415.559,99 (R$120 mil foram recursos oriundos da parceria entre Agepen e Conselho da Comunidade de Coxim e R$295.559,99 com recursos da fonte 100)

Resultados

Os estabelecimentos Penais de Ponta Porã (concluído) e o de Coxim serão inaugurados no começo de 2017. Com relação ao Presídio Virtual, já entregue, os resultados têm sido positivos e o número de sentenciados utilizando tornozeleiras tem aumentado gradativamente. Essas iniciativas caracterizaram um avanço do sistema prisional de Mato Grosso do Sul que tem se mostrado eficiente no combate ao déficit de vagas, na melhoria da qualidade do sistema prisional, na redução de custos do poder público com o sistema prisional e na ressocialização e reintegração do sentenciado. A área para construção do presídio de Corumbá foi definida, terreno cedido pela MSGás.

Vídeo-monitoramento na Fronteira

Com a implantação de 90 câmeras em oito municípios da Fronteira, no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Pública - ENAFRON, sistema de vídeo-monitoramento das vias dos municípios da região de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul. O objetivo é proporcionar maior eficiência nas intervenções preventivas e repressivas realizadas pelo policiamento ostensivo na fronteira do Estado, auxiliar no processo investigativo para identificação dos infratores e em ocasiões que necessitam de perícia e defesa civil.

Iniciativa: Implantação de vídeo-monitoramento em oito cidades da fronteira

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Ozevaldo Santos de Melo

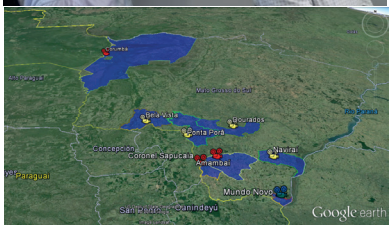
Setor responsável: Superintendência de Planejamento Projetos e Ações Integradas das Políticas de Segurança Pública (3318-6869)

Parceiros: Ministério da Justiça; Prefeituras Municipais; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Federal; Polícia Civil; Defesa Civil; Exército; Marinha; Aeronáutica; Paraguai e Bolívia;

Público-alvo: 1.353 servidores diretamente e indiretamente e 513.052 habitantes.

Custos

Custo executado: R$ 3.986.581,63



Resultados

A entrega foi realizada em março de 2016, dessa forma, espera-se que seja reduzido o índice de criminalidade, agilidade no atendimento de ocorrência, abordagem a suspeitos, elucidação de ilícitos e identificação de criminosos, bem como aumentar a sensação de segurança para a sociedade. A distribuição de câmeras por município se deu da seguinte forma conforme a portaria n° 38 e 42/2013/SENASP:

- Amambai - 10 câmeras
- Bela Vista - 9 câmeras

- Coronel Sapucaia - 9 câmeras
- Corumbá - 15 câmeras
- Dourados - 15 câmeras
- Mundo Novo - 9 câmeras
- Naviraí - 10 câmeras
- Ponta Porã - 13 câmeras.

Construção da Delegacia de Chapadão do Sul

A construção de uma nova Delegacia de Polícia Civil em Chapadão do Sul, teve como objetivo criar uma melhoria na estrutura física da unidade policial, com espaço amplo no tocante à área administrativa, bem como na carceragem, proporcionando assim uma condição digna de acomodação aos detentos, melhor condição de atendimento ao público em geral e melhoria das condições de trabalho aos servidores da unidade.

Público-alvo: Comunidade do município e região.

Iniciativa: Construção da Delegacia de Chapadão do Sul

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Fábio Alex Correa

Setor responsável: Coordenadoria de Engenharia e de Projetos (3318-6823)

Custos

Custo executado: R$ 1.331.365,95

Resultados

Essa nova estrutura física da unidade policial vai oferecer melhores condições de trabalho aos servidores e o atendimento ao público, bem como condição digna e salubre àqueles que ocupam as celas.

Fachada da Delegacia de Polícia Civil.

Criação e implantação da DELETRAN

A criação da DELETRAN tem por objetivo reprimir com mais eficiência e eficácia os crimes relacionados à atividade executiva de trânsito e os crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro.

Parceiros: DETRAN/MS

Iniciativa: Criação e implantação da Delegacia Especializada em atividade executiva de trânsito – DELETRAN

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Fernando Villa de Paula

Setor responsável: Polícia Civil (3318-7951)

Resultados

Delegacia criada e implantada na sede do DETRAN, em Campo Grande, Bloco 18

Ampliação e Operacionalização do NRML e NRLF de Dourados/MS

O cerne deste projeto é a desconcentração dos serviços prestados pela Coordenadoria Geral de Perícias, proporcionando uma melhor estrutura com o intuito de propiciar a execução de todas as atividades relacionadas aos núcleos abrangidos na presente proposta em tempo hábil, consequentemente, aperfeiçoando o atendimento às comunidades contempladas pelas Unidades Regionais de Perícia e Identificação de Dourados/MS e Fátima do Sul/MS. Vislumbrando, sempre, agilidade e eficiência nos serviços prestados pela Coordenadoria Geral de Perícias, a fim de não mais acarretar prejuízo social.

Iniciativa: Ampliação e Operacionalização do Núcleo Regional de Medicina Legal (NRML) e do Núcleo Regional de Laboratório de Dourados/MS (NRLF)

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Raffaela Oliveira da Silva

Setor responsável: Coordenadoria Geral de Perícias – Departamento de Apoio às Unidades Regionais/ DAUR (3345-6724)

Público-alvo: Para o NRML/Dourados, os destinatários diretos são a população da regional de Dourados e de Fátima do Sul. Em relação ao NRLF/Dourados, os destinatários diretos são as autoridades requisitantes e indiretamente a persecução penal e a pacificação social.

Custos

Custo executado: R$ 98.254,76

Resultados

O NRLF já está em operação desde o dia 14 de abril de 2016, sendo que já foram expedidos 549 Laudos Periciais.

O Núcleo Regional de Medicina Legal já teve sua obra finalizada; já possui licença ambiental de operação expedida pelo IMAM; está apenas aguardando o recolhimento de assinaturas do Termo de Cooperação Mútua entre a SEJUSP e o município de Dourados para efetivar a coleta de resíduo sólido de serviço de saúde e cedência de técnicos de radiologia.

Reestruturar locais de atendimento - DETRAN/MS

Iniciativa: Reestruturar locais de atendimento (6 unidades)

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: José Luís Pinto Cyrino

Setor responsável: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/MS (3368-0238)

O aumento da frota de veículos nos últimos anos, juntamente com as alterações nas legislações de trânsito, tem gerado uma demanda constante na modernização tecnológica. As novas instalações têm o intuito de disponibilizar informações e produtos que possam gerar comodidade aos usuários dos serviços, bem como oferecer instalações modernas e confortáveis aos servidores e melhor atendimento à população.

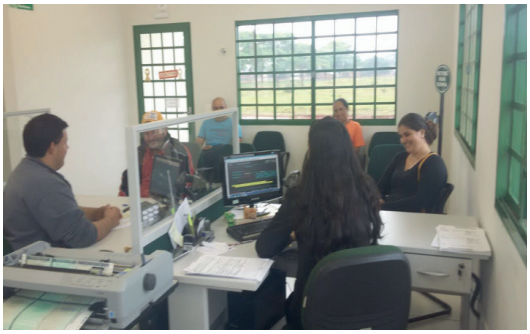
Parceiros: A implantação do "Fácil" – Shopping Bosque dos Ipês - foi uma iniciativa da SAD e tem como parceiro, entre outros, o Detran/MS. No referido empreendimento o aluguel do espaço está a cargo da SAD e os móveis e equipamentos ficaram sob responsabilidade do Detran. Novas parcerias nesses moldes devem ocorrer no próximo semestre com a implantação do "Fácil" no Shopping Norte Sul Plaza, na capital, e no centro da cidade de Dourados / MS sendo as despesas rateadas entre os órgãos envolvidos.

Custos

Custo executado: R$ 2.818.669,04

Resultados

A Inauguração dos prédios próprios do Detran em Rochedo, Coronel Sapucaia e Novo Horizonte do Sul faz com que essas cidades passem a atender com instalações modernas, locais de vistoria de veículos cobertas, local para captura de imagens, pátio de apreensão, e outros serviços, oferecendo melhor qualidade no atendimento aos usuários, bem como melhores condições de trabalhos aos servidores.



Com a instalação de um posto de atendimento do Detran em um "Fácil" no shopping Bosque do Ipês, em Campo Grande, oferece-se facilidade de acesso às documentações de veículos com flexibilidade de horário. Hoje tal posto faz, em média, 900 atendimentos mensais.

Na agência de Dourados, o funcionamento do novo pátio de vistoria e apreensão de veículos, com uma área de 30.000 m² e em torno de 1.300 m² de área construída, vai desafogar o fluxo de veículos vistoriados e emplacados, agilizar esses serviços e ainda atender à demanda de municípios próximos, inclusive com realização de leilões nesta mesma área.

Percebeu-se uma melhoria significativa na qualidade dos serviços prestados na agência de Sidrolândia a partir da reforma de suas instalações com a implantação de vistoria de veículos pesados e leves e, ainda, com a ampliação da área do pátio de apreensão de veículos.

Ampliação do Sistema Prevenir

O "Sistema Prevenir" possibilitará a Certificação de Edificações de Baixo Risco – aquelas com área de até 750 m² e sem risco especial. Será agregado ao sistema a funcionalidade de gerenciamento dos projetos feitos pelos profissionais técnicos, incorporando, assim, todo trâmite dos projetos de Proteção Contra Incêndio e Pânico de Mato Grosso do Sul (tanto o simplificado, quanto os de elevado risco). O sistema possibilitará que os profissionais habilitados iniciem os projetos sem precisar ir a uma unidade do Corpo de Bombeiros.

Iniciativa: Ampliação do Sistema Prevenir

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Wandner Valdivino Meirelles

Setor responsável: Corpo de Bombeiros Militares de MS (3357-9421)

Custos

Custo executado: R$ 00,00

Resultados

Além de permitir o gerenciamento dos Processos de Segurança contra Incêndio (PSCIP) iniciados pelos profissionais técnicos, o sistema permite a análise e tramitação dos projetos até a fase de certificação final.

Foi estruturada toda a intranet do Corpo de Bombeiros para permitir diversos níveis de acessos e permissões ao usuário (usuário CBMMS, cidadão que apenas acessa o sistema de Certificação On-line, responsável técnico que pode iniciar um PSCIP). Assim, toda administração de usuários, bem como pontos de acesso aos diversos sistema do Corpo de Bombeiros foram unificados em um ambiente transparente e de fácil compreensão (Fig. 2).

Fig.1. Portal do sistema Prevenir – o site concentra as informação atinentes aos Processos de Incêndio, tais como certificação online, cadastro de profissionais técnicos, consulta de profissionais habilitados para apresentar projetos etc.
Disponível em: http://sistemas.bombeiros.ms.gov.br

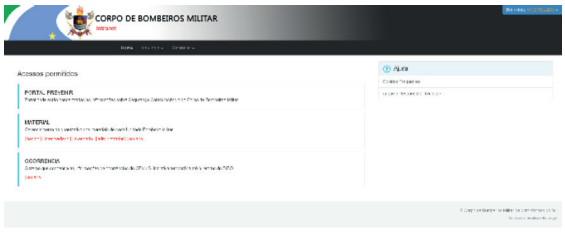


Fig.2. Intranet – ambiente visível ao usuário após o login. Aqui ficam disponíveis apenas as aplicações de interesse do usuário. Ou seja, caso o usuário seja um responsável técnico, verá o link da aplicação específica para iniciar um novo Processo de Segurança contra Incêndio, por exemplo.
Disponível em: http://sistemas.bombeiros.ms.gov.br/intranet

O sistema foi ativado no dia primeiro de dezembro de 2016 e até as 13h do dia 8 de dezembro de 2016 existiam 510 usuário cadastrados, dentre eles, seis são responsáveis técnicos, 238 são usuários do sistema de Certificação Online e 265 são bombeiros militares.

Um grande passo de eficiência na gestão dos Processos de Incêndio foi dado pelo Corpo de Bombeiros, restando um estreito acompanhamento e, consequentemente, aprimoramento.

Projetos Sociais – Corpo de Bombeiros

Este é um trabalho social desenvolvido pela instituição dos Bombeiros no intuito de preparar as crianças e adolescentes para a vida, transmitindo conhecimentos diversos em sala de aula, desenvolvendo atividades que contribuem para a formação do caráter e personalidade do cidadão. Tais atividades ajudam no desenvolvimento de trabalho em equipe, companheirismo, postura, respeito e responsabilidade.

Iniciativa: 1) Bombeiros do Amanhã Campo Grande; 2) Bombeiros do Amanhã Coxim; 3) Brigada Indígena Amambai.

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Wagner Vilasanti

Setor responsável: Corpo de Bombeiros Militar (3380-7352)

1) Bombeiros do Amanhã Campo Grande: Ampliar ação social que visa instruir crianças e adolescentes no conhecimento de atividades de Bombeiro Militar;

2) Bombeiros do Amanhã Coxim: Ampliar ação social que visa instruir crianças e adolescentes no conhecimento de atividades de Bombeiro Militar;

3) Brigada Indígena Amambai: Capacitar agentes de saúde indígenas do município de Amambai no conhecimento de Prevenção e Combate a Incêndio Florestais.

Parceiros: SEDHAST (Secretaria de Estado de Direitos Humanos Assistência Social e Trabalho), convênio firmado para implementação do Projeto Bombeiros do Amanhã em Campo Grande; GAM (Grupo de Apoio à Manjedoura), entidade civil para implementação do Projeto Bombeiros do Amanhã em Coxim-MS; Defesa Civil-MS, Prefeitura Municipal de Amambai e SESAI (Secretaria Especial da Saúde Indígena) para instruir agentes de saúde indígenas.

Público-alvo: Projeto Bombeiros do Amanhã - Campo Grande: Crianças e Adolescentes na faixa etária de 12 a 16 anos pertencentes ao vale renda (rede solidária) de Campo Grande – MS.

Projeto Bombeiros do Amanhã - Coxim: Crianças e Adolescentes na faixa etária de 12 a 16 anos de Coxim –MS.

Brigada Indígena Amambai: Agentes de Saúde Indígenas de Amambai.

Oficinas

Custos

Custo executado: R$ 00,00

Resultados

1) Brigada Indígena: Os agentes de saúde indígenas foram instruídos na prevenção e no conhecimento de combate a incêndio florestal;

2) Bombeiros do Amanhã Campo Grande: Cerca de 60 crianças e adolescentes, no período matutino e vespertino, estão sendo instruídas em atividades de prevenção e práticas de bombeiro militar, esperando assim, aproximar o profissional da sociedade, promovendo o conhecimento, às crianças e adolescentes, de maneira sistematizada, das atividades de bombeiro militar para que tenham uma consciência prevencionista no seu cotidiano. (Projeto em andamento)

3) Bombeiros do Amanhã Coxim: Aproximadamente 22 crianças e adolescentes, no período vespertino, segunda e terça-feira, estão sendo instruídas em atividades de prevenção e práticas de bombeiro militar, esperando assim, aproximar o profissional da sociedade, promovendo o conhecimento, às crianças e adolescentes, de maneira sistematizada, das atividades de bombeiro militar para que tenham uma consciência prevencionista no seu cotidiano. (Projeto em andamento)

MS Mais Seguro

O Programa MS Mais Seguro realiza a reestruturação do aparelhamento da segurança pública pelo Governo do Estado, acrescida de uma política de qualificação, formação e valorização dos policiais militares e civis.

As aquisições são empregadas em ações preventivas de trânsito e no reforço do policiamento ostensivo e preventivo, com intuito de reduzir os índices de criminalidade e acidentes. E ainda na melhoria nos atendimentos à população.

Iniciativa: MS Mais Seguro

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Josiane Silva Pereira

Setor responsável: Coordenadoria de Controle Interno (3318-6956)

Parceiros: DETRAN- na cedência da Ata para aquisição das vans; SAD; SEFAZ; PM; PC; SAS; CBM; APEPEN; PERÍCIA; Governo Federal

Público-alvo: A população e as instituições vinculadas e subordinadas à SEJUSP

Custos

Custo executado: R$ 20.391.006,34

Resultados

Melhoria no combate e na prevenção à violência; diminuição dos acidentes de trânsito e redução de criminalidade.

INSTITUIÇÃO	OBJETO	QTD	VALOR UNITÁRIO R$	SUBTOTAL R$
PM	Capacete Anti-tumulto	100	380,00	38.000,00
	Capacete para eventos	100	280,00	28.000,00
	Escudo Balístico Nível IIA	40	4.565,00	182.600,00
	Escudo Anti-tumulto	30	650,00	19.500,00
	Cartucho plástico, calibre 12. AM-403.	1000	21,58	21.580,00
	Munição calibre 12 BALOTE SING	7.500	5,26	39.450,00
	Munição CBC. 40 S&W real	347.300	6,20	2.153.260,00
	Munição CBC calibre 40, S&W TREINO	410.000	2,38	975.800,00
	Munição Calibre 12 3T.	12.000	3,92	47.040,00
	Munição calibre 9 mm TREINO	6.000	2,13	12.780,00
	Munição CBC .38 TREINO	10.000	2,38	23.800,00
	Munição CBC .38 +P+	4.000	6,07	24.280,00
	Munição CBC 5,56 X 45 COMUM.	21.000	4,27	89.670,00
	Munição calibre 5,56 x 45 mm ss109.	3.000	5,12	15.360,00
	Munição CBC 5,56 X 45 traçante L110	9.500	8,12	77.140,00
	Munição CBC 7,62 X 51mm M1.	22.500	4,68	105.300,00
PM	Munição calibre 7,62 x 51 mm, perfurante	3.000	8,72	26.160,00
	.308 Win Match CBC HPBT	8.000	12,17	97.360,00
	Munição CBC 7,62 X 51 traçante	6.000	9,85	59.100,00
	Munição CBC 9MM +P+	10.000	5,42	54.200,00
	Colete M N- III A	2.763	1.253,40	3.463.144,20
	Colete G N- III A	1.418	1.411,55	2.001.577,90
	Colete GG N- III A	121	1.510,19	182.732,99
	Motocicletas 660cc	20	37.000,00	740.000,00
	Motocicletas 250cc	62	20.900,00	1.295.800,00
PC	Munição CBC calibre 40, S e W treinamento EOPP 180g não tóxica	200.000	2,38	476.000,00
	Munição CBC .38 SPL +P+EXPO 125g Gold Hex	5.000	6,07	30.350,00
	Munição Calibre 12 CH balote sing	2.500	5,26	13.150,00
	Munição CBC 5,56 x 45mm comum.	13.000	4,27	55.510,00
	Munição calibre 5,56 x 45mm SS109.	1.300	5,12	6.656,00
	Munição CBC 5,56 x 45mm traçante L110.	1.000	8,12	8.120,00
	Munição CBC 5,56 x 45mm treinamento	17.000	3,85	65.450,00
	Munição CBC 7,62 x 51 mm M1.	300	4,68	1.404,00
	Munição CBC 7,62 x 51 mm traçante	50	9,85	492,50
	Munição calibre 7,62 x 51 mm perfurante	50	8,72	436,00
	Munição CBC 9MM LURGER +P+ Expo 115g Gold Hex	10.000	5,42	54.200,00
	Munição CBC 9MM LURGER Treina; EOOG 124g Não Tóxica.	1.000	2,13	2.130,00
	Carabina policial semiautomática, calibre 5.56 x 45 mm, marca Imbel, modelo IA2	100	7.500,00	750.000,00
	Submetralhadora calibre .40, capacidade de 30 cartu-chos no carregador, marca TAURUS, modelo SMT40.	60	5.000,00	300.000,00
	Colete M N- III A	225	1.253,40	282.015,00
	Colete G N- III A	375	1.411,55	529.331,25
	Colete GG N- III A	150	1.510,19	226.528,50

BM	Unidade de resgate	15	180.000,00	2.700.000,00
	Motocicletas Operacionais do Bombeiros (sendo de convênio)	2	16.100,00	32.200,00
	Veículo de Auto Salvamento (sendo 08 de convênio)	22	96.779,00	2.129.138,00
	Motonáutica com Reboque (sendo de convênio)	1	359.000,00	359.000,00
	Unidade de resgate (sendo de convênio)	1	161.660,00	161.660,00
SAS	Vam Ducato	3	108.400,00	325.200,00
AGEPEN	Van Transporte de Passageiros	1	108.400,00	108.400,00

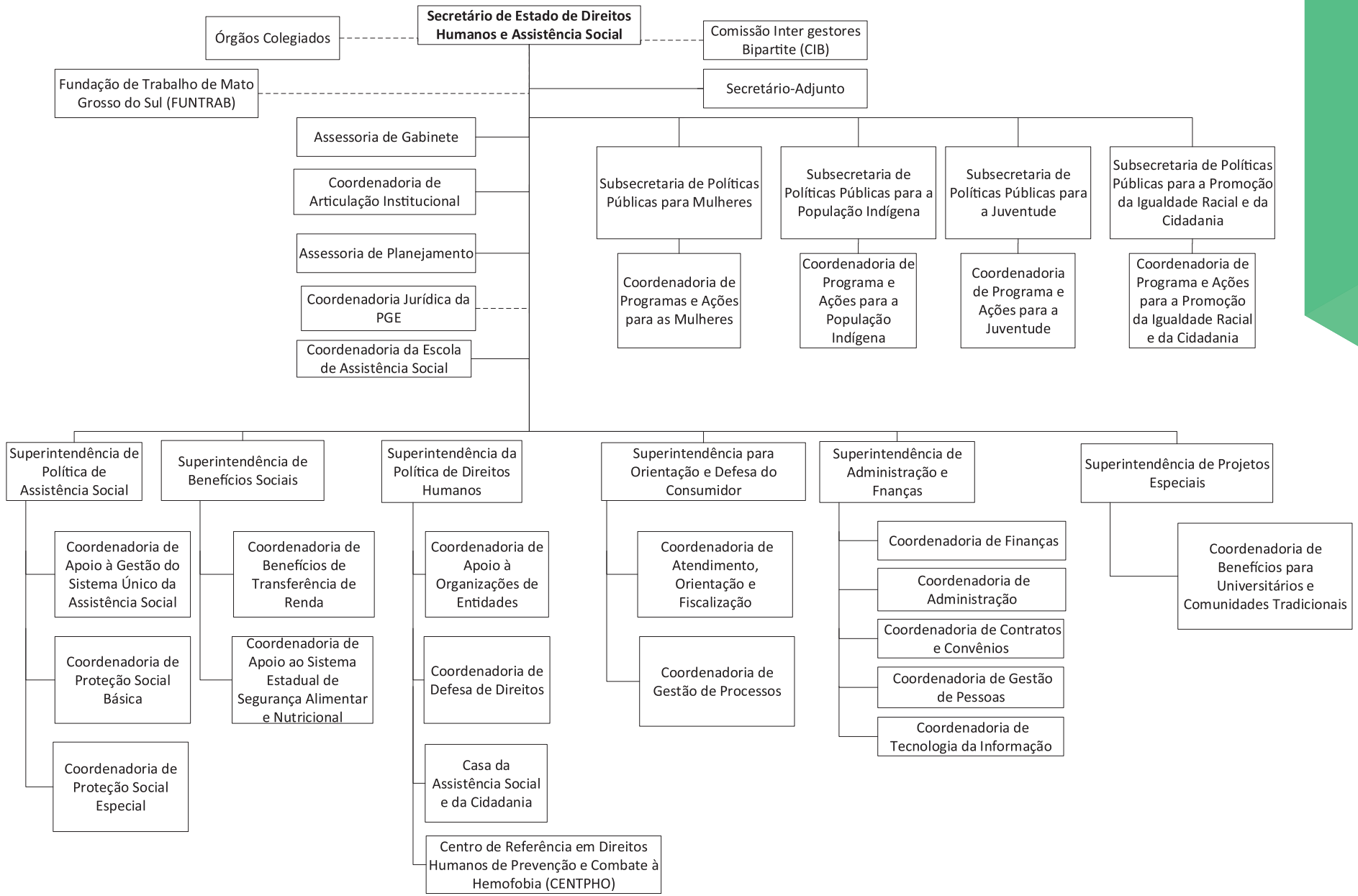
Total	20.391.006,34

Mensagem à Assembleia Legislativa **2017**

Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho
SEDHAST

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Organograma



Entidades vinculadas:

FUNTRAB - Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul.

A SEDHAST tem como competência a gestão das políticas públicas de direitos humanos, assistência social e de trabalho, e a coordenação, a promoção e a fiscalização das ações que assegurem o exercício pleno da cidadania, independentemente de sexo, idade, condição social, credo, raça e de profissão;

Atribuições

Formulação e execução de políticas públicas para:

- Direitos Humanos
- Mulheres, Juventude e Povos Indígenas
- Igualdade Racial
- Assistência Social
- Trabalho, Emprego e Renda
- Defesa do Consumidor

Direcionadores Estratégicos

Assistência Social e Direitos Humanos

- Atuar de forma integrada dentro da secretaria e com outras secretarias para formar uma rede de suporte integral e fortalecer a assistência
- Apoiar municípios na estruturação, implantação e gestão de suas políticas e sistemas de assistência social
- Fortalecer os instrumentos institucionais da cidadania e do estado democrático para que promovam a paz no campo, a justiça social para a população indígena e o desenvolvimento econômico do estado
- Assegurar renda mínima a famílias em situação de vulnerabilidade social e fortalecer a Cidadania com a garantia dos Direitos Humanos
- Envolver a população, grupos vulneráveis, população indígena e organizações sociais na elaboração das políticas e na implementação dos programas sociais
- Incentivar o emprego e combater a discriminação de qualquer tipo no mercado de trabalho, garantindo condições de acesso e ascensão a todos
- Atuar em conjunto com municípios para implementar rede integrada de proteção e atendimento à mulher que seja efetivo, rápido e completo.

Trabalho, Emprego e Renda:

- Tornar a política pública de emprego, trabalho e renda em um mecanismo verdadeiramente eficaz de combate à fome e à pobreza
- Melhores condições de trabalho para agricultores familiares e em assentamentos rurais
- Ações de educação, capacitação e qualificação profissional de acordo com as demandas do mercado de trabalho
- Políticas de desenvolvimento local e programas eficazes de inclusão produtiva nos meios Urbano e Rural
- Desenvolver políticas, programas e rede de atenção à juventude ampliando perspectivas e oportunidades de trabalho, por meio do oferecimento de serviços culturais, de lazer, esportivos e de desenvolvimento profissional

Direitos Humanos

Com o objetivo de erradicar o sub-registro foi realizada a segunda etapa do "Projeto Documentação para Todos". Foram entregues 2.666 Registros Civis de Nascimento para a população indígena de 20 municípios: Amambai, Campo Grande, Corumbá, Sidrolândia, Bela Vista, Tacuru, Aral Moreira, Eldorado, Jaraguari, Porto Murtinho, Maracaju, Dois Irmãos do Buriti, Aquidauana, Paranhos, Antônio João, Laguna Carapã, Nioaque, Juti, Coronel Sapucaia e Japorã.

Em 2016, iniciou-se o projeto "MS na Mobilização pela Erradicação do Sub-registro Civil e Documentação Básica nas Fronteiras", abrangendo dez municípios: Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Coronel Sapucaia, Japorã, Paranhos, Ponta Porã, Amambai e Porto Murtinho. Esses municípios fazem fronteira com Paraguai e Bolívia. Serão alcançados também os municípios de Aquidauana e Sidrolândia, que não são fronteiriços, mas apresentam grande população indígena sem documentação.

- *Unidades Interligadas*

O Projeto das Unidades Interligadas tem como objetivo erradicar o sub-registro de nascidos vivos a partir da emissão de Certidão

de Nascimento nos estabelecimentos de saúde. O Projeto é um convênio entre a SEDHAST e os municípios. Em 2016 houve renovação do convênio com os municípios que ainda tinham interesse em manter o projeto, num total de 22 unidades interligadas em 16 municípios.

- *Coordenadoria de Apoio à Organização de Entidades (CAOE)*

A Coordenadoria de Apoio à Organização de Entidades – CAOE atua no fortalecimento dos municípios por meio da legalização de suas organizações sociais, para que se efetive a participação e o controle social, conforme preconiza a Constituição Federal, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); o Novo Código Civil Brasileiro e demais normas de Direito vigentes no país.

A CAOE regulamenta a expedição de dois certificados, o Título de Utilidade Pública Estadual e o Título Declaratório de Regularidade de Situação para as entidades da sociedade civil, associações e fundações sem fins econômicos e que sirvam desinteressadamente à coletividade, promovendo a assistência social, a educação e as atividades de pesquisa científica, cultural, artística ou filantrópica. No ano de 2016, foram emitidos 70 títulos.

Cerca de 300 entidades foram capacitadas sobre o novo marco regulatório, que altera as normas para elaboração de convênios com a administração pública. Com o novo marco, a lei consolida o regime jurídico próprio de parcerias com a sociedade civil, a partir da criação dos termos de fomento e de colaboração em substituição aos convênios. Esse procedimento garante transparência na aplicação dos recursos públicos, chamamento público como obrigatório para todo o país, e regras mais claras democratizando o acesso aos recursos públicos.

Foram emitidos 244 pareceres técnicos com orientação para legalização das organizações não governamentais/ONGS, efetivando a participação e o controle social conforme legislação em vigor.

- *Casa da Assistência Social e da Cidadania*

O projeto de Regularização das Documentações dos Migrantes Haitianos no Estado de MS visa o atendimento integral dos migrantes haitianos que necessitam regularizar sua situação documental no Estado. O Estado de MS por meio da SEDHAST/SUPDH/CASC está realizando este projeto em parceria com MPT e Arquidiocese de Campo Grande para o apoio a esta população. Foram atendidos 228 migrantes.

- *Palestras e Capacitações do Sistema de garantias de direitos, fundo para infância e adolescência – FIA, Cadastro e monitoramento de entidades, Atribuições e competências dos conselhos de direitos, Atribuições e competências – CT*

Propiciar um espaço de democratização da informação e construção das ações voltadas à criança e ao adolescente, cujo objetivo principal é capacitar os setores públicos e privados que atuam com este segmento direcionado às diretrizes da Política Nacional e Estadual de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente. Foram capacitados mais de 150 conselheiros tutelares em todo o estado.

Diversidade Sexual

- *3° Conferência Estadual dos direitos das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais de MS*

Propiciar um espaço de construção de propostas cujos desdobramentos deverão ser incorporados às diretrizes da Política Estadual de promoção, proteção e defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Durante a Conferência, ocorreu a formatação e reformulação do Plano Estadual dos direitos do segmento LGBTT, que fora discutido e enviado para a Conferência Nacional.

- *Emissão de Carteira de Identificação por nome social. Projeto Cidadania Trans de acordo com o decreto 13.684*

As pessoas travestis e transexuais têm direito à identificação por meio do seu nome social, quando do preenchimento de fichas de cadastros, formulários, prontuários e documentos congêneres, para atendimento de serviços prestados por qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta do Estado de Mato Grosso do Sul. As carteiras são emitidas pelo Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia (CENTRHO). Foram emitidas em 2016, 100 carteiras.

Mulheres

- *Seminário Estadual de Políticas Públicas para Mulheres*

Fortalecer as gestoras municipais que atuam diretamente nesta política e mulheres da comunidade local dos municípios onde estão situados os Organismos de Políticas para Mulheres, a fim de dotá-las de conhecimentos necessários para intervirem na defesa e promoção das políticas públicas para as mulheres. Participaram 230 pessoas, representantes de 26 municípios do Estado do MS.

- *Encontro Estadual de Gestoras Municipais de Políticas Públicas para Mulheres com participação das presidentes dos Conselhos Municipais de Direitos da Mulher*

Fortalecer os Organismos Municipais de Políticas para Mulheres e facilitar o diálogo e a troca de experiências entre as gestoras municipais e o órgão gestor estadual de políticas para mulheres, visando o empoderamento destes equipamentos nos municípios e o amplo debate sobre o papel das políticas públicas na promoção da autonomia das mulheres e na equidade de gêne-

ro, objetivando a implementação de atividades, programas e projetos municipais/regionais no ano de 2016, considerando as recomendações recebidas da 4ª Conferência Estadual de Políticas para Mulheres e os Planos Nacional e Estadual de Políticas Públicas para Mulheres. Foram 49 participantes de 19 municípios do Estado.

- *Campanha do assédio moral e sexual nos espaços públicos e privados*

Instrumento educativo para orientar as mulheres trabalhadoras sobre os diferentes tipos de assédios e para evitar que elas sejam vítimas, mas, também, para coibir as práticas de potenciais assediadores. A Campanha foi lançada em 14 de maio de 2016, e foi idealizada pela Subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres em parceria com Assembleia Legislativa de MS. Em 2016, foram atingidas 5.856 pessoas, por intermédio de panfletagens em terminais de ônibus, blitz educativa, rodas de conversa e debates.

Iniciativas presentes no Contrato de Gestão 2016

- Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher
- Seminário Estadual "10 Anos da Lei Maria da Penha"
- Campanha do Dia Internacional da Mulher
- Realizar ações de formação e capacitação

Juventude

- *3ª Semana Estadual do Jovem Empreendedor*

Evento de incentivo e reconhecimento ao jovem empreendedor no Estado de Mato Grosso do Sul o qual foi instituído pela Lei Estadual nº 3.974. Oportunidade para os jovens saírem motivados e, caso decidam empreender, recebam a assistência necessária. O evento foi realizado em setembro de 2016 e atendeu 800 jovens entre 15 e 29 anos.

- *Programa Estação Juventude MS - Unidade Itinerante*

Instrumento para fazer chegar ao jovem das comunidades tradicionais quilombolas e indígenas em Mato Grosso do Sul, o avanço das políticas e programas de juventude, por meio da instalação de um equipamento público que visa atender os jovens aos sábados, domingos e feriados. Um transporte móvel dotado de instrumentos e profissionais/educadores capacitados para disponibilizar informações, orientações e atividades para que possam acessar programas, serviços e ações que garantam seus direitos e contribuam para o desenvolvimento de seus percursos de inclusão, autonomia e participação social. O Programa atendeu 1.000 jovens.

Povos Indígenas

- *Entrega da cartilha Lei Maria da Penha nas línguas terenas e guarani*

Discutir vários eixos temáticos que possibilitem a participação da mulher de forma concreta, trazendo uma visão diferenciada para suscitar mulheres indígenas autossuficientes, determinadas e entendendo que a participação delas se faz necessária nas discussões, assegurando seus direitos na construção de uma política social mais justa. Foram entregues 1.000 cartilhas sobre a Lei Maria da Penha nos municípios de Caarapó, Coronel Sapucaia, Dourados, Nioaque e Dois Irmãos do Buriti.

- *Promoção da cultura indígena*

Evidenciar a cultura indígena promovendo a geração de emprego e renda através de trabalhos artesanais e inserção nos Festivais de Inverno, em Bonito e América do Sul em Corumbá. Participaram dos eventos 44 artesãs indígenas de 8 etnias.

Assistência Social

- *Sistema Estadual de Informação de Assistência Social - REDE SUAS MS*

Implantar sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social. Portanto, desde 2009 a Gestão Estadual da Política de Assistência Social implantou o Sistema Estadual de Informação – REDE SUAS MS para subsidiar o planejamento e agilizar a gestão e cofinanciamento dessa Política Pública. Em 2016, o Sistema REDE SUAS MS está em processo de reestruturação, sendo hospedado numa plataforma mais moderna que proporcionará a gestão e o controle total da Política de Assistência Social no Estado. O reordenamento do Sistema REDE SUAS MS encontra-se 70% concluído.

- *Cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social de Mato Grosso do Sul*

O cofinanciamento dos programas, projetos, serviços e benefícios, por meio de repasse fundo a fundo, é destinado aos 79 municípios para o custeio das ações prestadas pela Rede de Atendimento Socioassistencial Básica e Especial do SUAS, tanto para as unidades governamentais como as não governamentais, e na concessão dos benefícios eventuais devidamente regulamentados. O recurso investido em 2016 para esta ação foi de R$ 13.501.600,20 e todos os Municípios do MS foram cofinanciados de acordo com critérios técnicos de partilha e aprovação das instâncias de pactuação e deliberação do SUAS.

- *Homologação e confecção do cartão de concessão da gratuidade do passe livre intermunicipal*

Manter a concessão da gratuidade do transporte intermunicipal no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Assegurando o direito das pessoas de baixa renda, portadoras de deficiência e idosos a viajarem entre as cidades do Estado de Mato Grosso do Sul, em transporte convencional, de forma gratuita. Mais de 101 mil beneficiários obtiveram o cartão de gratuidade do passe livre intermunicipal desde sua implantação até a presente data.

- *Ações de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Residências Inclusivas Regionais*

O Estado de MS assinou o Termo que tem por objeto a adesão ao Plano de Expansão e Regionalização dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, especificamente no Serviço Regional de Acolhimento para Jovens e Adultos com Deficiência – Residência Inclusiva. Em 2016 foram implantadas duas residências Regionalizadas, uma em Dourados e outra em Três Lagoas.

- *Capacitação, monitoramento e assessoria técnica aos Municípios*

Apoio técnico e financeiro aos municípios para a implantação e gestão do Cadastro Único, do Programa Bolsa Família e atendimento às solicitações do Conselho do Bolsa Família e/ou da Assistência Social. Participaram de Oficina Intersetorial 65 municípios e do Curso de Gestão foram capacitados 20 técnicos de 14 municípios.

- *Ações de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Casa Abrigo para Mulheres*

Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres vítimas de violência doméstica e/ou conjugal, acompanhadas ou não de seus filhos, quando houver risco de morte. A Casa abriga até 10 famílias.

- *Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI) Núcleo Estadual de Educação Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul (NEEP/SUAS-MS)*

Devido ao Estado de MS ter dez municípios com alta incidência de trabalho infantil (Amambai, Caarapó, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Nova Andradina, Naviraí, Sidrolândia, Ponta Porã e Três Lagoas), foi assinado um Termo de Aceite onde o Gestor de Assistência Social formaliza responsabilidades de gestão e, ainda, o aceitar do cofinanciamento Federal para acompanhamento e orientação dos municípios na realização das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e demais compromissos decorrentes. O público alvo das ações são dez municípios elegíveis e 69 municípios que executam o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil.

- *Eventos*

Promover ações que ampliem o entendimento dos gestores, trabalhadores e conselheiros, sobre a relevância de seus papeis para alteração da realidade e construção de políticas que de fato alcancem os cidadãos. Qualificação e informação de temas variados, direta e indiretamente correlatos à Política de Assistência Social, de caráter intersetorial, aos gestores, trabalhadores sociais governamentais e não governamentais, administrativos, conselheiros e secretários (as) executivos (as) dos 79 municípios do estado. De janeiro a dezembro de 2016 foram capacitadas 2.093 pessoas, de 79 municípios e técnicos da SEDHAST.

- *Unidade de Atendimento Especial (UNAE)*

É um serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias. Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários para que estes não sejam rompidos, além de oferecer atenção especializada e individualizada e capacitação para o desenvolvimento de sua autonomia e inserção social e laboral. Atende 36 pessoas com deficiência acima de 21 anos.

- *Programa Nacional Capacita SUAS/MS*

Investir na qualidade da gestão do SUAS por meio da capacitação e formação dos gestores, trabalhadores, técnicos e administrativos dos setores governamentais integrantes da rede socioassistencial e dos conselhos. Nos cursos realizados em 41 turmas, 1.306 pessoas foram capacitadas.

Trabalho, Emprego e Renda

- *Projeto MS Solidário – A Economia Solidária contribuindo para a superação da extrema pobreza em Mato Grosso do Sul*

Contribuir, por meio de iniciativas econômicas solidárias, através de ações de mobilização, sensibilização, formação, e organização sócio comunitária, visando o desenvolvimento territorial sustentável e dando oportunidade à geração de trabalho e renda das famílias atendidas por programas sociais de transferência de renda, proporcionando a inclusão social e produtiva das mesmas. No ano de 2016 o público atingido foi de 2000 pessoas diretamente e 5000 indiretamente.

- *CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social*

Oferecer, por meio de parceria com o Ministério do Trabalho e Governo do Estado, a Carteira de Trabalho e Previdência Social que é um documento obrigatório a todos os empregados com contrato de trabalho regido pela CLT e objetiva munir o trabalhador com o documento para sua inserção no mercado de trabalho. A ação de expedição de CTPS é um serviço disponibilizado ao trabalhador nas Casas do Trabalhador do Estado para orientação e expedição de CTPS. Foram emitidas 4.317 carteiras de trabalho em 2016.

- Casa de Qualificação Profissional

Realização de cursos básicos de curta duração e de baixo custo, proporcionando inclusão social e produtiva. Em 2016, receberam

certificados 1.166 trabalhadores.

- *Tecendo Renda e Pão & Sonho – Programa Rede Solidária*

Este Projeto é parte integrante do Programa REDE SOLIDÁRIA em parceria com a FUNTRAB, e visa a operacionalização de ações de qualificação social e profissional, contribuindo no combate à pobreza, assegurando o acesso da população em situação de vulnerabilidade social a cursos de qualificação e inserção no mercado de trabalho. Esta ação acontece no município de Campo Grande, região do Anhanduizinho, e qualificou mais de 400 pessoas este ano.

- *Intermediação de Mão de Obra (IMO)*

Ação destinada aos trabalhadores que buscam inserção no mercado formal. Ao mesmo tempo, oferecemos aos empregadores, profissionais dentro do perfil exigido para ocupação de vagas disponíveis no sistema, com vistas à inserção e recolocação dos mesmos no mercado de trabalho. Assim, é possível diminuir o tempo de busca do trabalhador pela vaga disponível no mercado de trabalho formal.

- *Seguro Desemprego (SD) – FUNTRAB*

Parceria com o Ministério do Trabalho e Governo do Estado, o Seguro Desemprego visa o atendimento ao trabalhador desempregado objetivando encaminhá-lo o mais rápido possível para o mercado de trabalho ou para os cursos de (re)qualificação social e profissional para sua inserção no mercado produtivo. Em 2016, foram atendidos 53.249 trabalhadores

- *Unidade Móvel de Atendimento - UMA – FUNTRAB*

Visita aos bairros, em parques e praças de fácil acesso à população, semanalmente, por meio de uma unidade móvel tipo Van. Suas atividades formais iniciaram em 2015. Essa ação proporciona à população de Mato Grosso do Sul acesso às atividades da FUNTRAB, de modo a ampliar a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, aproximando os moradores dos bairros em que a Unidade Móvel estiver percorrendo, das vagas de emprego disponibilizadas pelas empresas da região e das oportunidades constantes em seu banco de dados. Serão efetuados, também, os serviços de emissão de CTPS, disponibilização de microcrédito através do Banco do Cidadão e palestras sobre empregabilidade. Pretende-se, assim, aumentar a possibilidade dessas pessoas conseguirem uma colocação no mercado de trabalho, sem precisarem se locomover por grandes distâncias ou gastarem com transporte. Foram atendidas 3.354 pessoas em 2016.

- *Concessão do Microcrédito*

Fomentar a economia do Estado de Mato Grosso do Sul diminuindo uma situação de risco social. No ano de 2016, foram realizados 57 empréstimos, somando o valor total de R$ 139.800,79.

Defesa do Consumidor

- *Unidade de Análise e Revisão de Processos - UARP (Assessoria Jurídica)*

Apuração de infrações às normas de proteção e defesa do consumidor – PROCON/MS, dentre elas, a elaboração de parecer técnico nos processos administrativos.

Processos com multas aplicadas: 551

Processos arquivados e prescritos: 2.682

Total em reais: R$1.141.584,25

- *Fiscalização – PROCON*

Promoção da tutela coletiva no âmbito administrativo, já que, através do 151 o órgão recebe denúncias de consumidores de todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Ao todo, foram feitas 454 fiscalizações em 2016

- *Atendimento – PROCON*

Informação dos direitos do consumidor e da conciliação entre as partes. Melhoria da qualidade de vida do consumidor. Atender bem a quem procura reclamar os seus direitos. Atender aos cidadãos conscientes e esclarecidos e fazer chegar o atendimento ao cidadão que desconhece seus direitos. Total de

43.865 atendimentos realizados em 2016 (nesses estão inclusos os retornos de Carta de Informações Preliminares). Foram 1.076 atendimentos respondidos pelo Fale Conosco de 11 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Programa Rede Solidária

O projeto justifica-se por atender as famílias em condições de extrema vulnerabilidade e risco social. Assim, surge com a missão de formar uma rede de transformação social, com a finalidade de emancipar famílias em situação de risco social, possibilitando-lhes a eliminação das relações de dependência e de vulnerabilidade social. São desenvolvidos por ações de educação, esporte, cultura, serviços de proteção social, formação e qualificação profissional. O governo, por meio do Programa Rede Solidária, atende a premissa de ações que venham impactar na redução da vulnerabilidade social, ofertando um novo modelo de cidadania.

Iniciativa: Aprimorar a estrutura de atendimento do Programa Rede Solidária

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Angela Maria de Brito

Setor responsável: Coordenadoria do Programa Rede Solidária (3318-4145)

Público-alvo: O Público alvo do programa Rede Solidária são as famílias, crianças e adolescentes, que moram em áreas de grande vulnerabilidade e risco social, preferencialmente as famílias atendidas pelo Programa Vale Renda.

Custos

Custo executado: R$ 2.927.000,00

Resultados

Com 10 meses de implantação, atualmente estão matriculadas e frequentando diariamente, 464 crianças e adolescentes, na Unidade I, localizada no Bairro Dom Antônio.

Outro indicador é o número de refeições oferecidas às crianças, que aumenta gradativamente seguindo a quantidade de crianças e adolescentes que são matriculadas durante o período, até o mês de setembro totalizamos 43.067 refeições servidas.

Além disso, 288 pessoas foram qualificadas nos cursos oferecidos em parceria com a FUNTRAB. Somam a essas atividades, o trabalho de prevenção para a comunidade, a prestação de serviço da defensoria pública com mais de 66 casos atendidos e palestras de prevenção da violência contra a mulher.

É destaque, também, a participação da comunidade nos eventos culturais e sociais oferecidos pelo projeto, como as campanhas de arrecadação de alimentos, brinquedos, roupas e outros, que contaram com o apoio de empresários e demais parceiros. As ações atenderam 6.895 pessoas diretamente. O programa Rede Solidária foi parceiro nas ações e na cedência do espaço ao Programa Balanço Geral nos Bairros (Rede Record de Televisão) oferecendo serviços de prevenção ao câncer da mulher. O total de pessoas contempladas por este trabalho foi de 15.818, segundo os números oficiais dos organizadores da ação. Foram oferecidas atividades extras de lazer e cultura, totalizando 561 crianças e adolescentes atendidos.

Aprimorar a gestão do SUAS

A iniciativa de aprimorar a gestão do SUAS no estado possui algumas grandes entregas:

Iniciativa: Aprimorar a gestão do SUAS no Estado

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Maria Eleusa Freires da Silva e Azenete Freitas da Silva, Ana Lucia Silva de Souza dos Reis, Edna Bordon Lopes

Setor responsável: Superintendência da Política de Assistência Social - SUPAS (3318-4139)

O **Plano Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social/MS-2016/2019**, busca ofertar conhecimentos que possibilitem o acesso às novas bases teóricas, incentivar a produção e publicação de materiais com identidade regional e o aprimoramento dos trabalhadores. A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, destaca a perspectiva político-pedagógica para a construção e renovação de conceitos, práticas e atitudes profissionais. A implementação de ações de formação e capacitação para o SUAS devem responder as questões e demandas dos processos de trabalho. As finalidades são: desenvolver as competências essenciais para a qualidade da gestão do SUAS e modificar processos de trabalho e práticas profissionais inadequados ao atual paradigma da Assistência Social.

Conforme consta no Artigo 23 da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS 2012), o **Pacto de Aprimoramento do SUAS**, firmado entre os entes federados, é o instrumento pelo qual se materializam as metas e prioridades nacionais e locais no âmbito do SUAS, e se constitui em mecanismo de indução do aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Conforme a NOB/SUAS-12, art. 52, o **Plano Estadual da Política de Assistência Social**, na qualidade de ferramenta fundamental de gestão, deve ser elaborado e tem um papel importante de articulação com outros instrumentos de planejamento governamental.

A elaboração do **Plano Decenal** pela Superintendência da Política de Assistência Social propõe o planejamento da Política de Assistência Social para a próxima década – 2016/2026, não é uma ação isolada da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Assistência Social (SEDHAST), mas faz parte do Plano de Gestão elaborado por todas as pastas do governo estadual estabelecendo as metas de cada uma para o exercício de 2016. O Plano Decenal de Assistência Social (2016/2026) é um dos principais instrumentos de planejamento para a consolidação da política pública de assistência social no Estado de MS.

Resultados

Os documentos já foram aprovados pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB/MS) e pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/MS), na reunião mensal do Conselho no dia 06 de dezembro de 2016.

O documento aprovado passará por revisão geral, editoração e posteriormente será publicitado no site dessa Secretaria.

Fomento ao Empreendedorismo

Iniciativas socioeconômicas coletivas que visam promover a cooperação ativa entre trabalhadores e produtores autônomos, nas áreas urbanas e rurais, para viabilizar atividades de produção de crédito, comercialização/consumo. Fomentar a geração de renda, com objetivo de propiciar melhoria na qualidade de vida e diminuição do desemprego.

Público-alvo: Empreendimentos Econômicos Solidários e Pequenos Empreendimentos

Parceiros: Shoppings, federação de artesãos, associações de microempreendedores, fórum de Economia Solidária, Banco Cidadão e prefeituras municipais.

Iniciativa: Inaugurar novos centros de Economia Solidária

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Sandy Barbosa Fontoura da Rosa

Setor responsável: Coordenadoria de Trabalho e Economia Solidária/CTES – FUNTRAB (3320-1377)

Resultados

Parcialmente, houve a inauguração de um Centro Regional de Comercialização de produtos Artesanais, e já articulando local e parceria para inauguração de outro.

Inauguração da loja AMI (Associação de Microempreendedores Individuais do MS), no Shopping Bosque dos Ipês e já o local definido e parceria feita com a FENART – (Federação Nacional dos Artesãos), para a inauguração da loja "FENART" no Shopping Pátio Central.

Programa Vale Renda

O Programa Vale Renda, instituído pela Lei Nº 3.782, de 14 de dezembro de presta atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, promovendo a inclusão social e possibilitando o acesso às demais ações de políticas públicas.

Público-alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica com renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo.

Iniciativa: Aprimorar as condicionalidades do Programa Vale Renda

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Ricardo Portela de Alencar

Setor responsável: Superintendência de Benefícios Sociais (3368-9006)

Parceiros: FUNTRAB, SEBRAE/MS, Secretarias de Estado, Prefeituras Municipais, Organizações não Governamentais (ONGS) e sociedade civil em geral.

Custos

Custo executado: R$ 74.725.200,00

Resultados

As ações do Programa são desenvolvidas nos 79 municípios do Estado. Único Programa de Transferência de Renda no País que concede benefícios em pecúnia no valor de 170,00/mês e ao final de cada ano, a 13ª parcela.

Foram encaminhadas 826 famílias para curso de qualificação profissional e Workshop "O meu negócio", realizado em novembro.

Número mensal médio de beneficiários: 43.861 famílias

Ações envolvidas no programa

- Pagamento do benefício, que acontece por meio de um cartão bancário liberado para saque ou débito automático.

- Reuniões Socioeducativas, acontecem todos os meses com grupos formados de até 60 pessoas, em que são esclarecidas dúvidas e realizadas orientações sobre políticas públicas, direitos e deveres, possibilitando informações que contribuem para a melhoria da qualidade de vida pessoal e familiar.

- Visitas Domiciliares, uma ação continua de acompanhamento a essas famílias, sendo imprescindível a avaliação frequente do perfil do beneficiário, com vistas a detectar a permanência ou não da vulnerabilidade socioeconômica.

Complementação Alimentar e Nutricional às Famílias Indígenas

A regulamentação do Programa de Complementação Alimentar e Nutricional às Famílias Indígenas, no âmbito da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, é fator imperativo para a efetivação de critérios de seleção das famílias requerentes ao benefício que estejam em estado de insegurança alimentar e nutricional.

Público-alvo: Famílias Indígenas

Iniciativa: Regulamentação do Programa de Complementação Alimentar e Nutricional às Famílias Indígenas no âmbito do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN/MS

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Luciene Paula de Almeida

Setor responsável: Superintendência de Benefícios Sociais (3368-9023)

Resultados

Projeto de Lei elaborado. Aguardando análise dos setores competentes. O Programa atende 15 mil famílias de nove etnias que residem nas 72 aldeias de MS, com cestas de alimentos mensais.

Educação Alimentar e Nutricional

Iniciativa: Educação Alimentar e Nutricional: Promoção de Práticas Alimentares Saudáveis

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Luciene Paula de Almeida

Setor responsável: Superintendência de Benefícios Sociais (3368-9023)

Alimentação e Nutrição são Direitos Humanos Fundamentais, ordenados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e Constituição Federal Brasileira. Compõe como requisitos básicos para Promoção e a Proteção à saúde da população. Em 2011, o Estado de MS aderiu ao Sistema Alimentar e Nutricional (SISAN) no qual propõe diretrizes, objetivos, metas prioritárias para o acesso alimentar e nutricional. Cônscio do seu dever de respeitar, proteger os direitos humanos a alimentar, adequar a políticas públicas e ações, são crescidas para que indivíduos e comunidades possam nutrir-se de forma digna para sua vida saudável e de qualidade. Esse projeto difunde conceitos com práticas alimentares saudáveis do Programa Vale Renda sensibilizando a família com hábitos de alimentação adequada adote, e nutram nesse ato. Esse projeto já alcançou 10.316 pessoas.

Público-alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidas pelo Programa Vale Renda em Campo Grande/MS

Parceiros: CAISAN, CONAB, CONSEA/MS, SESC, SES, SED, SEMADE, SEPAF, UNIDERP, FCG e empresas privadas.

Resultados

Celebração das parceiras entre CAISAN, CONAB, CONSEA, SESC, SEMADE, SEPAF, SES, SED, empresas privadas e Universidades;

Realização de encontros regionais sobre alimentação saudável;

Realização de capacitação da equipe técnica do Programa Vale Renda de Campo Grande;

Realização de Roda de Conversa com os beneficiários do Programa Vale Renda em Campo Grande/MS com o tema Alimentação Saudável: Práticas Alimentares.

Programa Vale Universidade e Vale Universidade Indígena

Iniciativa: Gerir o Programa Vale Universidade – PVU e Gerir o Programa Vale Universidade Indígena – PVUI

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Gisele Mioto Niciani

Setor responsável: Superintendência de Projetos Especiais – SUPROES (3314-4827)

O Programa Vale Universidade é um benefício social destinado aos acadêmicos de baixa renda. Os processos seletivos ocorridos em março e agosto, visaram o preenchimento do número de vagas remanescentes, a fim de totalizar o número máximo de 1.800 para o programa vale universidade. Para os acadêmicos da universidade privada, 70% do valor da mensalidade, tendo como limite máximo mensal o valor de um salário mínimo, 20% do valor da mensalidade são deduzidos pela instituição de ensino superior privada, totalizando 90% do valor do benefício e o acadêmico arca apenas com o os 10% restantes. Para os acadêmicos da universidade pública, o valor do benefício social será equivalente à média do valor do benefício citado acima, ou seja, R$ 602,42, depositados diretamente na conta do acadêmico.

O Programa Vale Universidade Indígena tem como objetivo dar oportunidade ao acadêmico indígena da Universidade estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, apoiando sua permanência na instituição, mediante concessão de benefício social, contribuindo de forma positiva no processo educativo, no fortalecimento da cultura e comunidades indígenas. Para os acadêmicos do PVUI, após a alteração do decreto, o valor repassado é o mesmo do acadêmico da universidade pública (PVU, ou seja, R$602,42), sendo acrescido de 10% do valor do salário mínimo para aquelas que cumprem atividade fora da aldeia que residem.

Público-alvo: O benefício social do programa Vale Universidade é destinado aos acadêmicos de baixa renda. O benefício social do programa Vale Universidade Indígena é destinado aos acadêmicos indígenas, matriculados na UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que possuam renda familiar de até três salários mínimos.

Custos

Custo executado: R$ 11.426.132,08 (PVU)

Custo executado: R$ 386.350,28 (PVUI)

Resultados

Os resultados foram alcançados no PVU, nos dois processos seletivos ocorridos no ano de 2016 preenchemos o número de vagas remanescentes e totalizamos as 1.800.

Infelizmente, com o atraso na publicação do Decreto do PVUI, que alterava alguns aspectos importantes, não foi possível uma maior divulgação e, consequentemente, o resultado que seria o preenchimento das 200 vagas disponíveis não foi alcançado. Entretanto, para o próximo ano esperamos superar o número de vagas, posto que, o trabalho de divulgação já ocorre tanto pelo programa como pela UEMS.

Fortalecimento das Políticas Públicas para as Mulheres

Dentre as ações de fortalecimento das Políticas Públicas para as Mulheres, destacam-se:

- Campanha do Dia Internacional da Mulher
- Seminário Estadual "10 Anos da Lei Maria da Penha"
- Campanha "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres"
- Ações de formação e capacitação

Iniciativa: Campanha do Dia Internacional da Mulher

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Luciana Azambuja Roca

Setor responsável: Subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (3314-4189)

Custos

Custo executado: R$ 18.000,00

Resultados

Na Campanha do Dia Internacional da Mulher foram realizadas as seguintes ações: o Seminário Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, palestras, rodas de conversa, panfletagens, blitz educativas, apresentação e discussão de filmes. Público atingido: 4.972 pessoas.

No período do mês de Agosto/2016, em alusão aos 10 anos da Lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como "Lei Maria da Penha", realizou-se a campanha "Agosto Lilás" com execução de diferentes ações educativas, bem como sensibilizar toda a sociedade contra a violência doméstica e familiar, por meio de palestras, rodas de conversa, distribuição de material impresso, realizadas com parceiros governamentais e não governamentais. A campanha conseguiu, durante todos os dias do mês de agosto, fazer a discussão do tema da violência contra as mulheres em Campo Grande/MS, Nioaque, Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul, Corumbá, Dourados e Dois Irmãos do Buriti, alcançando um total de 37.590 pessoas.

Em Mato Grosso do Sul, a Lei nº 4.784/2015, instituiu o dia 25 de novembro como "Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência contra a Mulher". A proposta para a campanha em 2016 teve como base ações que priorizam o acesso à informação, à segurança cidadã e à justiça, visando promover discussões e debates sobre os direitos e a segurança da mulher. No cumprimento das etapas do projeto, foi alcançado o total de 21.439 pessoas, por meio das rodas de conversa, palestras e debates, panfletagem, blitz educativa e distribuição de material, seminários, capacitações e mídias sociais.

Foram realizados seminários e cursos com objetivo de capacitar profissionais da segurança pública, dentre policiais civis, militares e bombeiros e profissionais da assistência social e educação, fortalecendo a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e proporcionando atendimento especializado e humanizado às mulheres em situação de violência, alcançando o total de 3.755 pessoas.

Promoção da Igualdade Racial e Cidadania

Os Seminários 13 de Maio e 20 de Novembro têm como objetivos promover a reflexão sobre a contribuição do povo negro para a história do Brasil, bem como analisar os malefícios causados pela escravidão na sociedade brasileira desde o período colonial até os dias atuais. Tem o intuito de promover o debate reflexivo sobre a importância da cultura negra na construção da identidade do povo brasileiro, procurando levar a compreensão para os participantes desses eventos a respeito da construção de um processo histórico e cultural de exclusão e racismo para a maioria da população brasileira. Durante os seminários, foram realizadas palestras informativas sobre temas como: preconceito, racismo, discriminação e a valorização da identidade cultural do povo negro.

Iniciativa: Realizar ações para a promoção da Igualdade Racial e Cidadania

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Carlos Alberto da Silva Versoza

Setor responsável: Subsecretaria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial e Cidadania (3314-4195)

Público-alvo: **Seminário Estadual 13 de Maio:* comunidade acadêmica e movimento negro organizado.

**Seminário Estadual 20 de Novembro:* comunidade acadêmica, movimento negro e setores da sociedade civil organizada.

Parceiros: UNIDERP, FCMS E UEMS.

Resultados

O Seminário Estadual "Dia 13 de Maio", foi realizado no dia 11 de Maio de2016, no auditório da UNIDERP. O Seminário Estadual "Dia 20 de Novembro", aconteceu no mês comemorativo ao da Consciência Negra, no dia 17 de Novembro de 2016, no auditório do MARCO. Participação de aproximadamente 400 pessoas.

Seminário Dia 13 Maio

Seminário Dia 20 de Novembro

Fortalecimento da Política Estadual de Direitos Humanos

Dentre as atividades para foratelecimento da Política Estadual de Direitos Humanos, foram realizados os seguintes eventos:

- I Encontro dos Conselhos Estuduais
- Direitos Humanos Vai à Escola
- I Colóquio Estadual de Direitos Humanos
- Dia Estadual dos Direitos Humanos
- I Encontro com Terceiro Setor – Café com Ideias
- Centro de Atendimento em Direitos Humanos

Iniciativa: Fortalecimento da Política Estadual de Direitos Humanos

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerentes: Cláudia Domingues Gomes, Sabrina Frazeto, Juliana Funes, Alice Regina Oliveira dos Santos Lopes

Setor responsável: Superintendência da Política de Direitos Humanos (3382-9788)

Custos

Custo executado: R$ 23.935,00

Resultados

O I Encontro dos Conselhos Estaduais teve como foco criar espaços de democratização das informações, troca de experiências e discussões dos conselheiros acerca dos limites e possibilidades no exercício do mandato para atuar de forma articulada, com ética, comprometimento e respeito em suas representatividades. Para isto, foi necessário um olhar mais humanizado sendo preciso ativar o processo de educação permanente junto aos Conselhos de Direitos, possibilitando reflexões sobre temas relevantes que contribuirão para melhorar a execução das atribuições no âmbito de sua competência enquanto conselheiro e também dos Secretários Executivos no avanço das demandas inerentes ao setor.

O programa Direitos Humanos Vai à Escola tem como objetivo a necessidade de informar, discutir e sensibilizar alunos da rede estadual de ensino sobre direitos humanos, respeito às diferenças, à integralidade do ser humano e às relações sociais. As oficinas são realizadas nas turmas indicadas pelas escolas que aderiram ao programa, sobre os temas: violência doméstica sob os aspectos moral, psicológico, físico e sexual, e violência urbana. Com a iniciativa de repassar valores sociais, tornando-os multiplicadores. No ano de 2016, o Projeto atendeu 1.641 alunos totalizando 15.763 atendimentos.

A ação, I COLÓQUIO DE DIREITOS HUMANOS DE MS teve como tema central “DIREITOS À PARTICIPAÇÃO”. A proposta se insere no contexto da agenda nacional de direitos humanos quem vem sendo construída com o processo de fortalecimento da democracia. A participação, junto com a liberdade de expressão e a organização são condições fundamentais para que uma sociedade crie as condições para a formação e vivencia dos direitos humanos. Inicialmente o evento estimava o quantitativo de 200 participantes o que foi superado, tendo em vista que a média foi de 550 participantes por período.

O Dia Internacional e agora Estadual dos Direitos Humanos é uma data para a coletividade global relembrar que a garantia efetiva dos direitos humanos a todos os povos e nações requer vigilância contínua e participação coletiva. O evento contou com a participação de 400 pessoas.

O I Encontro com Terceiro Setor – Café com Ideias foi uma capacitação sobre o novo marco regulatório, destinada às Organizações da Sociedade Civil, que altera as normas para elaboração de convênios com a administração pública. Com a orientação da superintendente de Políticas dos Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso do Sul, participaram da formação 300 pessoas.

Fortalecimento das Políticas Públicas para os Povos Indígenas

Dentre as atividades para foratelecimento da Política Estadual de Direitos Humanos, foram realizados os seguintes eventos:

- Semana Estadual dos Povos Indígenas
- Fórum das Mulheres Indígenas

Público-alvo: As oito etnias radicadas em Mato Grosso do Sul; Lideranças indígenas e a Sociedade.

Parceiros: FCMS

Iniciativa: Fortalecimento das Políticas Públicas para os Povos Indígenas

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Silvana Dias de Souza de Albuquerque

Setor responsável: Subsecretaria de Políticas Públicas para a População Indígena (3313-9427)

Custos

Custo executado: R$ 36.545.84

Resultados

A Semana Estadual dos Povos Indígenas e tem como finalidade divulgar, resgatar e preservar a cultura, a arte, a música, o idioma, a história, bem como, valorizar e apoiar a realização de encontros, exposições, estudos, debates, eventos e todas as atividades relacionadas à cultura e à autopreservação das comunidades indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul. O enveto homenageou as oito etnias indígenas do Mato Grosso do Sul, evidenciando para a sociedade os costumes, tradições e elevando a autoestima da comunidade indígena.

O Fórum das Mulheres Indígenas propõe levar conhecimento e informação de todos os direitos regulamentados em lei às mulheres indígenas de MS, bem como, debater a criação de postos de atendimento à mulher indígena e apresentar e discutir a elaboração de cartilhas na língua materna. Das palestras conduzidas por mulheres que atuam diretamente nas políticas para mulheres indígenas, surgiu a ideia da cartilha Lei Maria da Penha com informações na língua materna Terena e Guarani.

Procon na Rua

Dos 79 municípios de MS, apenas 29 contavam com órgão de defesa do consumidor instalado e funcionando na época em que o projeto teve início. A unidade móvel do Procon na Rua, possibilita a comunicação com o órgão para questionamentos, orientações, denúncias de irregularidades e infrações aos direitos. A iniciativa associa-se ao projeto de ampliação do SINDEC, pela Secretaria Nacional do Consumidor. Na implantação do Projeto "Procon na Rua", as ações itinerantes serão mais efetivas deslocando-se para o interior, propiciando o atendimento ao consumidor, com marcação de audiências conciliatórias. São com ações preventivas, como as fiscalizações de rotina, que previne-se a lesão do consumidor.

Iniciativa: 10 municípios com Projeto "Procon na Rua" implementado

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Cimara Fernandes de Oliveira Cabral

Setor responsável: Superintendência para Orientação e Defesa do Consumidor - Procon/MS /Assessoria (3316-9804)

Público-alvo: O público alvo definido pelas características nº de ag. bancária, estabelecimentos comerciais e renda da população. Constitui consumidores, fornecedores e gestores públicos de prefeitura e órgãos de defesa do consumidor dos municípios: Bonito, Sidrolândia, Bataguassu, Nova Alvorada do Sul, Sonora, Camapuã, Caarapó, Ivinhema, Aparecida do Taboado e Ribas do Rio Pardo.

Custos

Custo executado: R$ 6.931,72

Resultados

As ações foram realizadas de modo satisfatório, destacando as parcerias da Energisa, Sanesul em Bataguassu, Nova Alvorada do Sul e Sonora. Também a significativa participação da prefeitura de Bataguassu, no tocante à divulgação em carro de som. Em Nova Alvorada do Sul, contamos com o apoio de Secretaria de Assistência Social do município, Defensoria Pública e da Associação Comercial.

Nº.	Município	Data	Atendimentos
1	Bonito	20 a 22/06/16	343
2	Sidrolândia	23 e 24/06/16	575
3	Bataguassu	16 a 18/08/16	253
4	Nova Alvorada do Sul	29 a 31/08/16	138
5	Sonora	13 a 15/09/16	356
6	Camapuã	27 a 29/09/16	65
7	Caarapó	24 e 25/10/16	70
8	Ivinhema	26 e 27/10/16	82
9	Ribas do Rio Pardo	03 e 04/11/16	152
10	Aparecida do Taboado	16 a 18/11/16	145
Total			2179

Bonito

Sidrolândia

Bataguassu

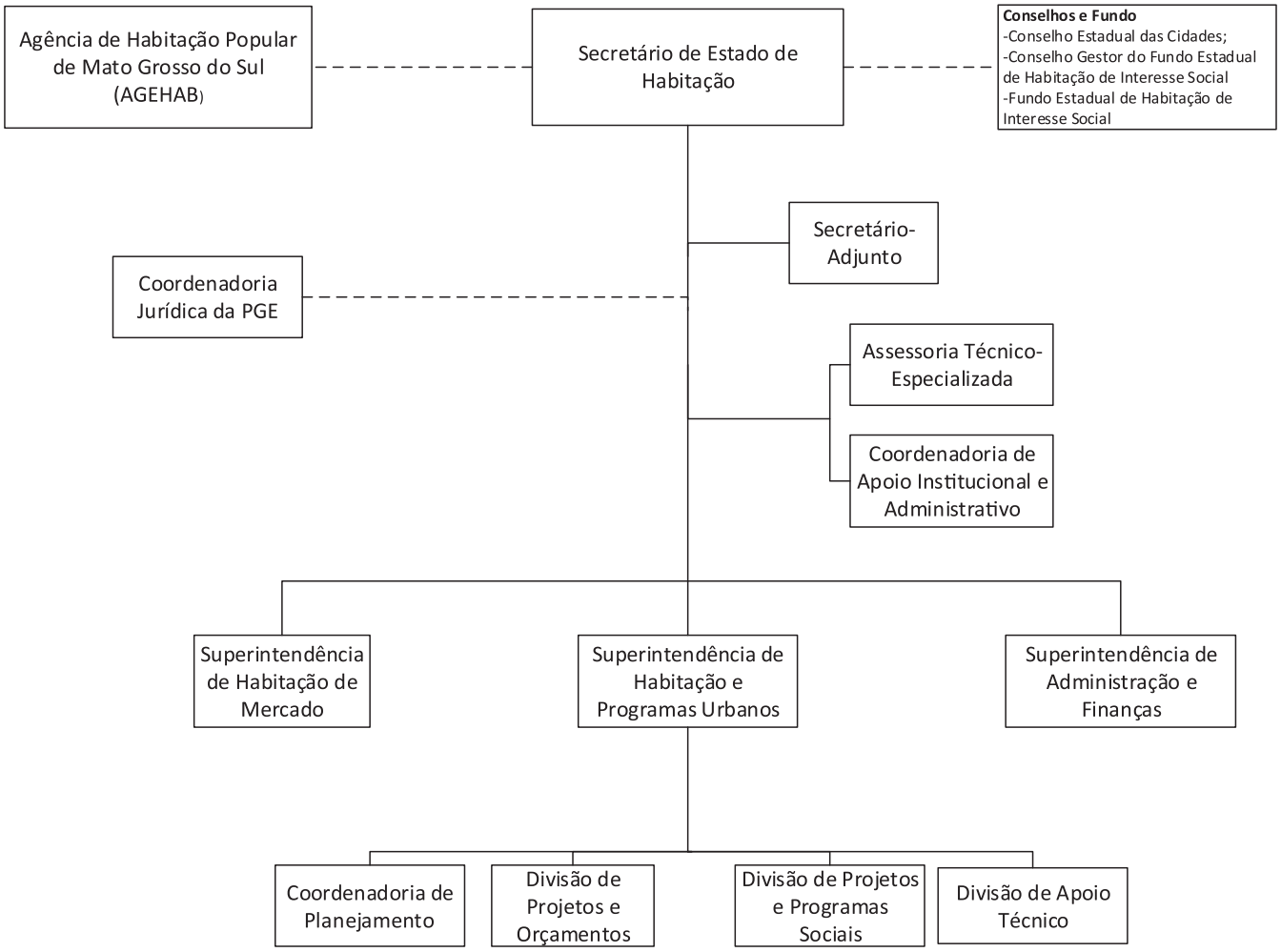
Nova Alvorada do Sul

Mensagem à Assembleia Legislativa **2017**

Secretaria de Estado de Habitação
SEHAB

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Organograma



Entidades vinculadas

AGEHAB – Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul.

A Secretaria de Estado de Habitação tem como competência a formulação da política habitacional do Estado, a definição das diretrizes, bem como o planejamento, a coordenação e o monitoramento dos programas e dos projetos de unidades habitacionais de interesses sociais, urbanos e rurais, e o fomento ao desenvolvimento urbano.

Atribuições

- **Formulação e Planejamento Habitacional e Fomento ao Desenvolvimento Urbano e ao Ordenamento Territorial dos municípios**:

Formular programas habitacionais, adequados à realidade social e econômica dos municípios do estado, articulados com os programas de âmbito federal e municipal, integrados com a previsão de infraestrutura básica, com a elaboração de projetos sociais que possibilitem a sustentabilidade social e econômica do público alvo e com as demais políticas de desenvolvimento urbano, tais como, saneamento ambiental, transporte, trânsito e mobilidade urbana.

Promover a discussão da Política de Habitação e Desenvolvimento Urbano com o Conselho Estadual das Cidades de forma a garantir a construção democrática dos programas a serem implantados pelo estado.

Difundir os instrumentos de planejamento habitacional e urbano e gestão das cidades apoiando os municípios na elaboração desses instrumentos tais como o plano habitacional, plano diretor, regularização fundiária, legislação de ordenamento do território e demais instrumentos do Estatuto da Cidade.

- **Execução da Política Habitacional**:

A Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB) tem como competência e missão a implantação dos programas de habitação de interesse social, mediante a construção e adequação de moradias, bem c omo a execução dos projetos sociais junto ao público alvo. Garantir a qualidade da construção e incentivar a sua melhoria, aliadas ao aumento da produtividade no setor da habitação, visando gerar empregos diretos e indiretos agregados à construção civil no Estado. Promover estudos dos problemas construtivos e de implantação dos programas para propiciar avanços na elaboração dos mesmos.

- **Cadastramento, Seleção, Comercialização e Financiamento imobiliário**:

Promover a realização de inscrições da demanda habitacional em todo o Estado de MS e realizar o processo de seleção através de critérios definidos em normativos, de forma transparente, publicando os resultados para proporcionar à população de MS, acessibilidade no acompanhamento e na fiscalização do atendimento aos inscritos.

Direcionadores Estratégicos

- Reduzir o déficit habitacional do estado
- Desenvolver políticas e práticas com orientação estratégica e integrada
- Política de habitação articulada com outros órgãos e atuação em parceria com outras secretarias para melhorar a eficácia de programas sociais (Assistência Social, Segurança, etc.)
- Desenvolver programas habitacionais para públicos específicos, respeitando as características socioculturais
    - Ampliar o atendimento a comunidades rurais
    - Ampliar o atendimento aos servidores públicos
    - Adotar projetos adequados para a população indígena e quilombola
    - Atuar como consultor e indutor das estratégias municipais de habitação e desenvolvimento urbano
    - Estar próximo dos municípios apoiando de forma mais intensa a elaboração, gestão e execução dos seus planos habitacionais e planejamento urbano, no que se refere ao plano diretor, ordenamento do uso do solo e regularização fundiária.
    - Firmar parcerias e convênios técnicos com os munícipios
    - Facilitar o acesso a recursos financeiros ligados a programas federais nos municípios
    - Promover capacitação permanente
    - Fortalecer a gestão democrática e a transparência na seleção dos beneficiários

Formulação e Planejamento Habitacional e Fomento ao Desenvolvimento Urbano e ao Ordenamento Territorial dos municípios:

- Objetivando o desenvolvimento do planejamento habitacional nos municípios, neste ano de 2016, foram elaborados Planos de Habitação para oito cidades que não possuiam este instrumento. A iniciativa foi trabalhada em Água Clara, Bandeirantes, Corguinho, Deodápolis, Itaporã, Jaraguari, Nioaque e Rochedo. Tendo em vista as eleições realizadas, a validação final dos refe-

ridos planos ocorrerá pela nova administração municipal em 2017. Os planos em questão se constituem em uma fonte de objetivos e diretrizes, linhas programáticas, custos e prazos para as decisões no planejamento da política habitacional no município;

- Para diretriz do desenvolvimento urbano, foram revisados os Planos Diretores em Bodoquena, Cassilândia, Naviraí, Nova Andradina, Rio Brilhante e Sidrolândia, totalizando seis municípios. O Plano Diretor é um instrumento obrigatório de planejamento municipal, instituído pelo Estatuto das Cidades que tem como objetivo definir, em âmbito municipal, a função social da cidade e estabelecer diretrizes e instrumentos que garantam o bem-estar para a população que nela habita.
- Desenvolvimento e implantação de um sistema informatizado com o objetivo de registrar os dados habitacionais e urbanos dos municípios do estado de MS possibilitando aos mesmos fornecer informações sobre seu território para propiciar o planejamento adequado com a realidade local. Os indicadores habitacionais e urbanos na atualidade são fornecidos, na sua grande maioria, pela Fundação João Pinheiro e baseado nos Censos do IBGE. No entanto, estes indicadores, embora auxiliem, não são capazes de propiciar um conhecimento mais adequado da realidade municipal. Com a construção do sistema será possível estimular os municípios a lançarem informações mais próximas da situação local, possibilitando ao Estado realizar um planejamento mais preciso para atender os problemas habitacionais e urbanos e ao próprio município a olhar de forma mais detalhada e sistemática para os seus problemas em questão. O sistema está concluído e em utilização por três cidades: Bataguassu, Caarapó e Ivinhema. Para 2017 o mesmo será disponibilizado para os demais municípios.
- Capacitação de gestores municipais. As capacitações já promovidas proporcionaram uma ampla possibilidade de acesso aos projetos e programas habitacionais que surgiram nos últimos meses. Os gestores municipais capacitados têm o benefício do aprimoramento da área habitacional e desenvolvimento urbano de suas cidades.
- Realização de Conferências das Cidades nos 79 municípios, abordando, respectivamente, o tema e o lema nacional "A função social da cidade e da propriedade" , "Cidades inclusivas, participativas e socialmente justas" e tema e o lema estadual "Regularização fundiária e edilícia", "Política de arrecadação para os fundos de habitação, saneamento, mobilidade e acessibilidade, garantindo a sustentabilidade", respectivamente. O objetivo foi discutir diretrizes para as políticas locais, estadual e nacional que terá seu desfecho na Conferência Nacional das Cidades em 2017. Foram formuladas 237 propostas municipais e 237 propostas estaduais.
- Considerando o contexto atual de escassez de recursos federais, a SEHAB desenvolveu o Projeto Lote Urbanizado cujos resultados serão apresentados adiante.

Iniciativas presentes no contrato de gestão 2016:

- Base de dados dos indicadores
- Capacitação de Gestores Municipais para acessar recursos e programas
- Elaboração e Revisão de planos Diretores, Planos de Habitação e demais legislações de planejamento municipal

Execução da Política Habitacional

- No ano de 2016 foram contratadas 618 unidades habitacionais no âmbito do Programa Habitacional Financiado e Subsidiado para População de Baixa Renda de Mato Grosso do Sul, com subsídio - FGTS. Esta contratação ocorreu em 12 municípios: Antônio João, Bataguassu, Bonito, Brasilândia, Costa Rica, Fátima do Sul, Inocência, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Ribas do Rio Pardo, São Gabriel do Oeste e Terenos. O objetivo é atender famílias que possuem alguma capacidade de pagamento, porém insuficiente para ter acesso à moradia. Este programa conta com a parceria do município na doação do terreno; o Governo Federal entra com recursos do FGTS para financiamento, além de subsídio; e o Governo Estadual complementa a capacidade de financiamento para que o proponente possa acessar o financiamento, além de infraestrutura externa. A formatação deste programa foi pioneira e tem sido reconhecida pelo Ministério das Cidades como uma boa prática. O público alvo é famílias com renda até R$ 3.500,00. A contratação realizada até o momento atendeu 89% das família com renda até R$ 2.400,00. Dessa forma, estamos trabalhando na faixa de maior déficit habitacional, famílias que vivem com até 3 salários mínimos.
- Contratações do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades – MCMV-E

Foram contratadas 737 unidades habitacionais através do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades que atende famílias com renda até R$ 1.800,00. Estas contratações ocorreram nos municípios de Alcinópolis, Bonito, Figueirão, Jardim, Laguna Carapã, Paraíso das Águas, Paranhos, Terenos e Vicentina. O Estado apoiou as entidades no desenvolvimento dos projetos e aportou a contrapartida necessária para viabilizar as contratações.

- Contratações Programa Minha Casas Minha Vida Rural - PNHR

Foram contratadas 515 unidades habitacionais através do Programa Nacional de Habitação Rural, sendo 273 para agricultores tradicionais nos municípios Caarapó, Dourados, Eldorado, Ivinhema, Laguna Carapã, Novo Horizonte do Sul, Paranaíba e Sidrolândia e 242 em aldeias indígenas de Amambai, Eldorado, Miranda e Sidrolândia. O Estado apoiou as entidades no desenvolvimento dos projetos e aportou a contrapartida necessária para viabilizar as contratações.

- Lote Urbanizado

Vinte e quatro municípios aderiram ao Programa Lote Urbanizado, totalizando 1.706 unidades. Os processos já foram todos licitados e foi possível contratar, este ano, 693 unidades. Os demais encontram-se em fase final de julgamento de licitação. A

ideia de desenvolver o projeto Lote Urbanizado partiu de uma premissa de que parte da população produz sua própria moradia, muitos, porém, de forma inadequada, sem assistência técnica e muitas vezes em locais impróprios. Aliada à observação de que muitas famílias possuem renda informal, ou seja, possuem capacidade para investir em sua própria moradia, no entanto, pela informalidade da renda ou restrição cadastral, não acessam um financiamento. Partindo dessas constatações, o Estado estruturou o Programa Lote Urbanizado no qual a prefeitura entra com o terreno e assistência técnica, o Estado constrói a base da residência e o cidadão selecionado irá finalizar a construção da moradia. Ressaltamos que essa prática já foi muito utilizada no passado e é um exemplo "bem-sucedido".

- Unidades Habitacionais entregues

Foram concluídas e entregues 5.053 unidades habitacionais em 24 municípios, construídas com recursos do Programas MCMV-E, Oferta Pública, FAR, FDS, PNHR e FNHIS beneficiando, aproximadamente, 20.212 pessoas.

Iniciativas presentes no contrato de gestão 2016:

- Garantir acesso a novas moradias populares
- Entregar unidades habitacionais

Cadastramento, Seleção, Comercialização e Financiamento imobiliário:

- Para obtenção de um banco de dados de inscritos para atender a demanda de projetos habitacionais no Estado de MS, e a realização do processo de seleção através do sistema de cadastramento da AGEHAB, com transparência e publicação do processo à população em geral, proporcionando maior acessibilidade no cadastramento da inscrição, visibilidade e transparência no processo. Nesse sentido, implantamos o Sistema de Inscrição Compartilhada, com a adesão de 44 municípios, sendo que 32 deles já realizaram a seleção das famílias, dentre os quais oito já assinaram contrato com as famílias beneficiadas.

- Implantação do Programa Morar Legal - Regularização de Contratos de Imóveis

Dando continuidade e foco no Programa Morar Legal para reduzir a inadimplência, foi estabelecida a Lei 4.857, de 6 maio de 2016, que institui o Programa de Regularização de Contratos de Imóveis, pertencentes ou incorporados à carteira imobiliária da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB), que tem por objetivo garantir o bem-estar de moradores que não sejam os beneficiários originais do imóvel, e o cumprimento da função social da propriedade urbana, e autoriza, em caráter temporário, que os atuais moradores dos imóveis transfiram a titularidade do contrato para si, desde que preencham os requisitos da Lei, e que a unidade habitacional componha empreendimento que tenha sido entregue até 31 de dezembro de 2014. Neste ano, até 30/11/2016, foram regularizados 261 contratos, aumentando a arrecadação do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS, que poderá ser investido na construção de novas moradias. Para atendimento à população, foram realizadas 43 viagens para o interior do estado e, em Campo Grande, foram feitos 05 plantões nos fins de semana. Na operacionalização deste programa, destacamos a parceria com a Defensoria Pública que realizou ações de divulgação e plantões na capital e nos municípios de Bonito e Porto Murtinho.

- Fiscalização da ocupação das unidades habitacionais de acordo com o contrato do investimento social. Foram 1.031 imóveis fiscalizados, para constatar se os mesmos não foram vendidos, alugados, cedidos, transferidos, dados em comodato, emprestados no todo ou em parte, ou abandonados.
- Identificação de 6.196 contratos com beneficiários, alguns não elaborados e outros não assinados. Realizou-se uma força tarefa para entrar em contato para promover a assinatura dos contratos. Com esta iniciativa foi possível chegar a 1.957 assinaturas que correspondem a um percentual acumulado de 108% das metas traçadas para 2016.

Iniciativas presentes no contrato de gestão 2016:

- Regularização Fundiária e Edilícia do Estado de Mato Grosso do Sul
- Regularizar contratos com beneficiários

Novas moradias populares

O déficit habitacional é calculado com a soma de quatro componentes: domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados. A totalização do déficit habitacional dos municípios resulta na situação habitacional do Estado, onde podemos observar que em 2010, configurou-se a necessidade de um total de 86.012 moradias. A implementação destes projetos proporcionou a melhoria das condições de habitabilidade com a consequente redução do déficit habitacional. O objetivo foi de garantir, através de fiscalização e/ou acompanhamento, a entrega de novas moradias, construídas através dos programas habitacionais dos Governos Federal, Estadual e Municipal, cuja contratação foi definida e efetivada pela Coordenadoria de Planejamento/ SEHAB, visando o término das obras contratadas dentro dos cronogramas definidos.

Público-alvo: população com renda até 5 salários mínimos

Iniciativas: Garantir acesso a novas moradias populares e entregar unidades habitacionais

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Helena Nicaretta

Setor responsável: Superintendência de Habitação e Programas Urbanos (67 3348-3769)

Custos

Custo executado: R$ 22.238.908,81

Resultados

5.053 unidades habitacionais entregues em 24 municípios.

CONTRATADAS E ENTREGUES		
MUNICÍPIO	NÚMERO DE UNIDADES	
	CONTRATADAS	ENTREGUES
Água Clara	42	
Alcinópolis	50	
Amambai	49	
Antônio João	30	
Aral Moreira		250
Bataguassu	47	
Bela Vista	102	
Bonito	187	
Brasilândia	49	21
Caarapó	13	
Caracol		33
Cassilândia	48	24
Chapadão do Sul		2
Coronel Sapucaia	100	
Costa Rica	62	
Deodápolis		68
Dois Irmãos do Buriti		40
Dourados	11	1.250
Eldorado	56	
Fátima do Sul	22	
Figueirão	50	2
Iguatemi		100
Inocência	36	
Itaquiraí		69
Ivinhema	41	25
Japorã	51	
Jardim	88	
Juti		100

Laguna Carapã	70	
Miranda	100	50
Mundo Novo		40
Nova Alvorada do Sul	45	
Nova Andradina	114	
Novo Horizonte do Sul	110	5
Paraíso das Águas	100	
Paranaíba	15	
Paranhos	100	25
Ponta Porã		1.015
Ribas do Rio Pardo	251	
Rio Brilhante		399
Rio Negro		43
Rio Verde de Mato Grosso	40	
Rochedo		28
São Gabriel do Oeste	52	
Sidrolândia	188	15
Tacuru		17
Terenos	144	
Três Lagoas		1.432
Vicentina	100	
Total	2.563	5.053

SEHAB
Secretaria de Estado de Habitação

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

CONTRATO DE GESTÃO 2016

MAPA DE DESEMPENHO

LEGENDA:

INICIATIVA - GARANTIR ACESSO A NOVAS MORADIAS POPULARES

CONTRATADAS - 1.870 UNIDADES HABITACIONAIS E 693 LOTES URBANIZADOS

ÁGUA CLARA
ALCINÓPOLIS
AMAMBAI
ANTÔNIO JOÃO
BATAGUASSU
BELA VISTA
BONITO
BRASILÂNDIA
CAARAPÓ
CASSILÂNDIA
CORONEL SAPUCAIA
DOURADOS
ELDORADO
FÁTIMA DO SUL
FIGUEIRÃO
INOCÊNCIA
IVINHEMA
JARDIM
JAPORÃ
LAGUNA CARAPÃ
MIRANDA
NOVA ALVORADA DO SUL
NOVO HORIZONTE DO SUL
RIBAS DO RIO PARDO
RIO VERDE DE MATO GROSSO
SIDROLÂNDIA

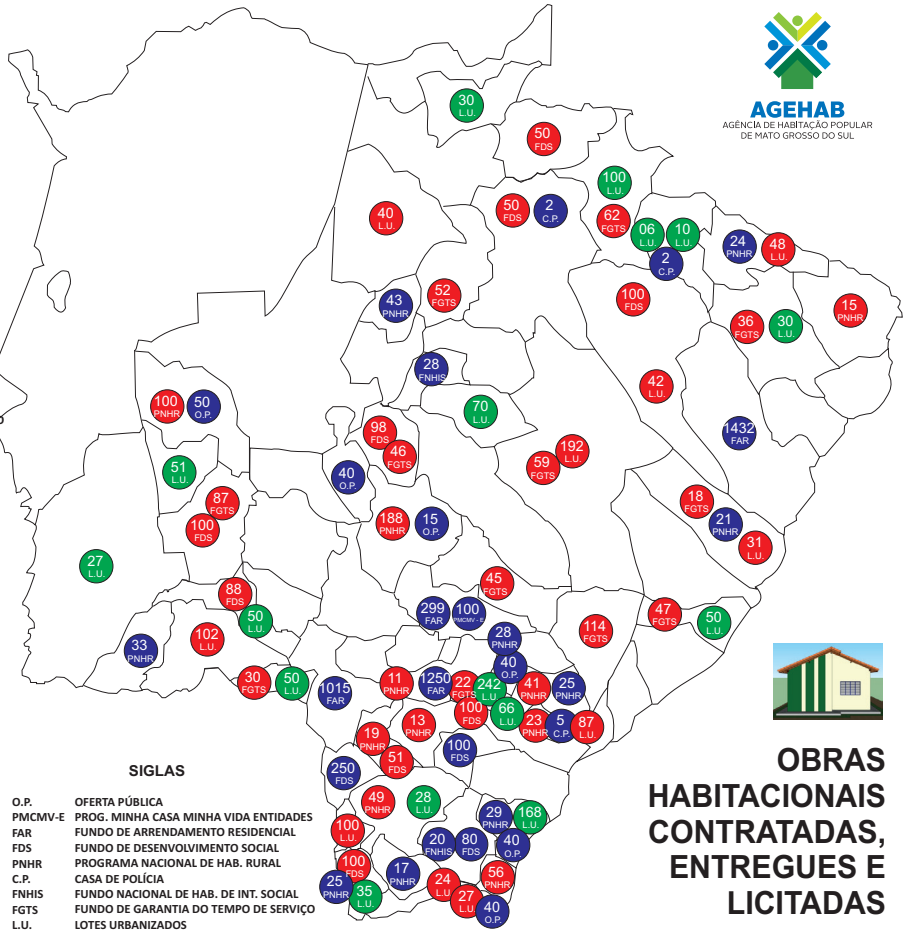
LICITADAS - 1.013 LOTES URBANIZADOS

AMAMBAI
ANTÔNIO JOÃO
BATAGUASSU
BODOQUENA
CHAPADÃO DO SUL
COSTA RICA
FÁTIMA DO SUL
GLÓRIA DE DOURADOS
INOCÊNCIA
ITAQUIRAÍ
JARAGUARI
JARDIM
PARANHOS
PEDRO GOMES
PORTO MURTINHO

INICIATIVA - ENTREGAR UNIDADES HABITACIONAIS

ENTREGUES - 5.053 UNIDADES HABITACIONAIS

ARAL MOREIRA
BRASILÂNDIA
CARACOL
CASSILÂNDIA
CHAPADÃO DO SUL
DEODÁPOLIS
DOIS IRMÃOS DO BURITI
DOURADOS
FIGUEIRÃO
IGUATEMI
ITAQUIRAÍ
IVINHEMA
JUTI
MIRANDA
MUNDO NOVO
NOVO HORIZONTE DO SUL
PARANHOS
PONTA PORÃ
RIO BRILHANTE
RIO NEGRO
ROCHEDO
SIDROLÂNDIA
TACURU
TRÊS LAGOAS



SIGLAS

O.P.	OFERTA PÚBLICA
PMCMV-E	PROG. MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES
FAR	FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL
FDS	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PNHR	PROGRAMA NACIONAL DE HAB. RURAL
C.P.	CASA DE POLÍCIA
FNHIS	FUNDO NACIONAL DE HAB. DE INT. SOCIAL
FGTS	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
L.U.	LOTES URBANIZADOS

AGEHAB
AGÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE MATO GROSSO DO SUL

OBRAS HABITACIONAIS CONTRATADAS, ENTREGUES E LICITADAS

Planos diretores e planos de habitação

O Plano Diretor Participativo - PDP, é o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município. Tem como finalidade regular a ocupação e proporcionar sustentabilidade e melhores condições de vida para a população. Propõe diretrizes que norteiam os agentes públicos e privados sobre o que deve ou não ser feito no território do município, identifica e delimita as áreas urbanas e rurais traçando as estratégias para o seu desenvolvimento, assegurando, assim, os direitos fundamentais, a sustentabilidade e o atendimento pleno às demandas da população incluindo habitação digna. Quando existentes, devem ser revistos a cada cinco anos.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social, PLHIS, constitui um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores que caracterizam os instrumentos de planejamento e gestão habitacionais. É a partir de sua elaboração, que consta de levantamentos minuciosos secundários e in loco, que municípios e estados consolidam, em nível local, a Política Nacional de Habitação, de forma participativa e compatível com outros instrumentos de planejamento local, como os Planos Diretores, quando existentes, e os Planos Plurianuais Locais.

Público-alvo: Quanto aos planos diretores, à população com um todo. Quanto aos planos de habitação, principalmente a população de baixa renda.

Iniciativas: Elaboração e revisão de planos Diretores, Planos de Habitação e demais legislações de planejamento municipal

Tipo de iniciativa: projeto

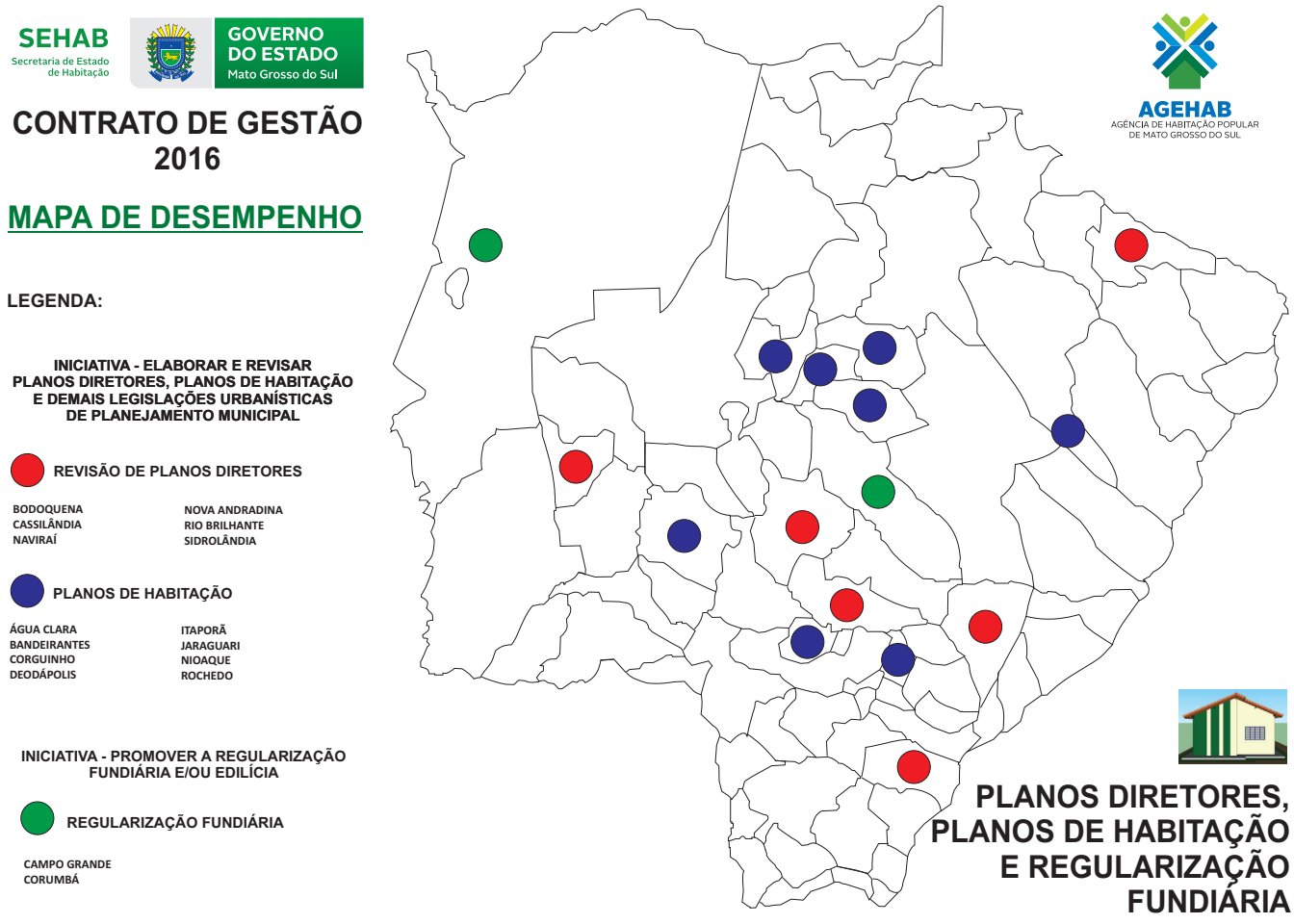
Gerente: Silvia Wainberg

Setor responsável: Coordenação de Programas Urbanos (67) 3348.3734

Custos

Custo executado: R$ 167.053,00

Resultados



Regularização fundiária e edilícia

Regularizar os conjuntos habitacionais tanto da AGEHAB quanto os que tem parceria com os municípios, para viabilizar a averbação das unidades habitacionais construídas e que, quando quitadas, possam ser escrituradas no nome dos beneficiários.

- A regularização fundiária visa entregar o título definitivo do lote aos moradores
- A regularização edilícia visa registrar a edificação na escritura do lote.

Público-alvo: Beneficiários que residem nas unidades habitacionais construídas através de programas governamentais sejam estes municipais, estaduais ou federais.

Iniciativas: **Regularização Fundiária e Edilícia do Estado de Mato Grosso do Sul**

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Silvia Wainberg

Setor responsável: Coordenação de Programas Urbanos (67 3348.3734)

Resultados

- Os loteamentos aprovados pelas prefeituras, assim como a implantação das unidades habitacionais (habite-se).
- O Loteamento Caiobá em Campo Grande já está com a averbação de 100 unidades habitacionais.
- O Loteamento Conquista Guató, em Corumbá, está com a solicitação de 1200 unidades habitacionais protocoladas e em análise no cartório local para averbação.

Base de dados dos indicadores

Os indicadores habitacionais e urbanos na atualidade são fornecidos na sua grande maioria pela Fundação João Pinheiro baseado nos Censos do IBGE. No entanto, embora estes indicadoresauxiliem, não são capazes de propiciar um conhecimento mais adequado da realidade municipal. Com a construção do sistema será possível estimular os municípios a lançarem informações mais próximas da situação local, possibilitando ao Estado realizar um planejamento mais preciso para atender os problemas habitacionais e urbanos e o próprio município a olhar de forma mais detalhada e sistemática para os seus problemas em questão.

Público-alvo: Municípios e comunidade acadêmica em geral

Iniciativas: Elaborar base de dados de iIndicadores e informações para subsidiar a elaboração da política habitacional do Estado

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Maria Teresa Rojas Soto Palermo

Setor responsável: SEHAB – Secretaria de Estado de Habitação
(67 3348-3102)

Resultados

O sistema informatizado de informações habitacionais e urbanas foi concluído e está em utilização por três municípios: Bataguassu, Caarapó e Ivinhema. Para 2017, o mesmo será disponibilizado para os demais municípios.

Com a implantação da base de dados, será possível a obtenção de indicadores que propiciem uma elaboração mais precisa sobre os programas da política habitacional do Estado de Mato Grosso do Sul.

Regularizar contratos com beneficiários

A implementação do projeto gerou benefícios diretos ao Estado e ao público- alvo: beneficiários do Programa Estadual de Habitação. A assinatura dos contratos resultou no retorno de investimentos ao Fundo de Habitação de Interesse Social - FEHIS e na implementação de novos empreendimentos, bem como na regularização documental dos imóveis em nome dos beneficiários.

Público-alvo: Beneficiários que não assinaram os respectivos contratos e ocupantes irregulares dos imóveis construídos dentro dos programas habitacionais geridos pela AGEHAB.

Iniciativas: Regularizar contratos com beneficiários

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Míriam Aparecida Paulatti

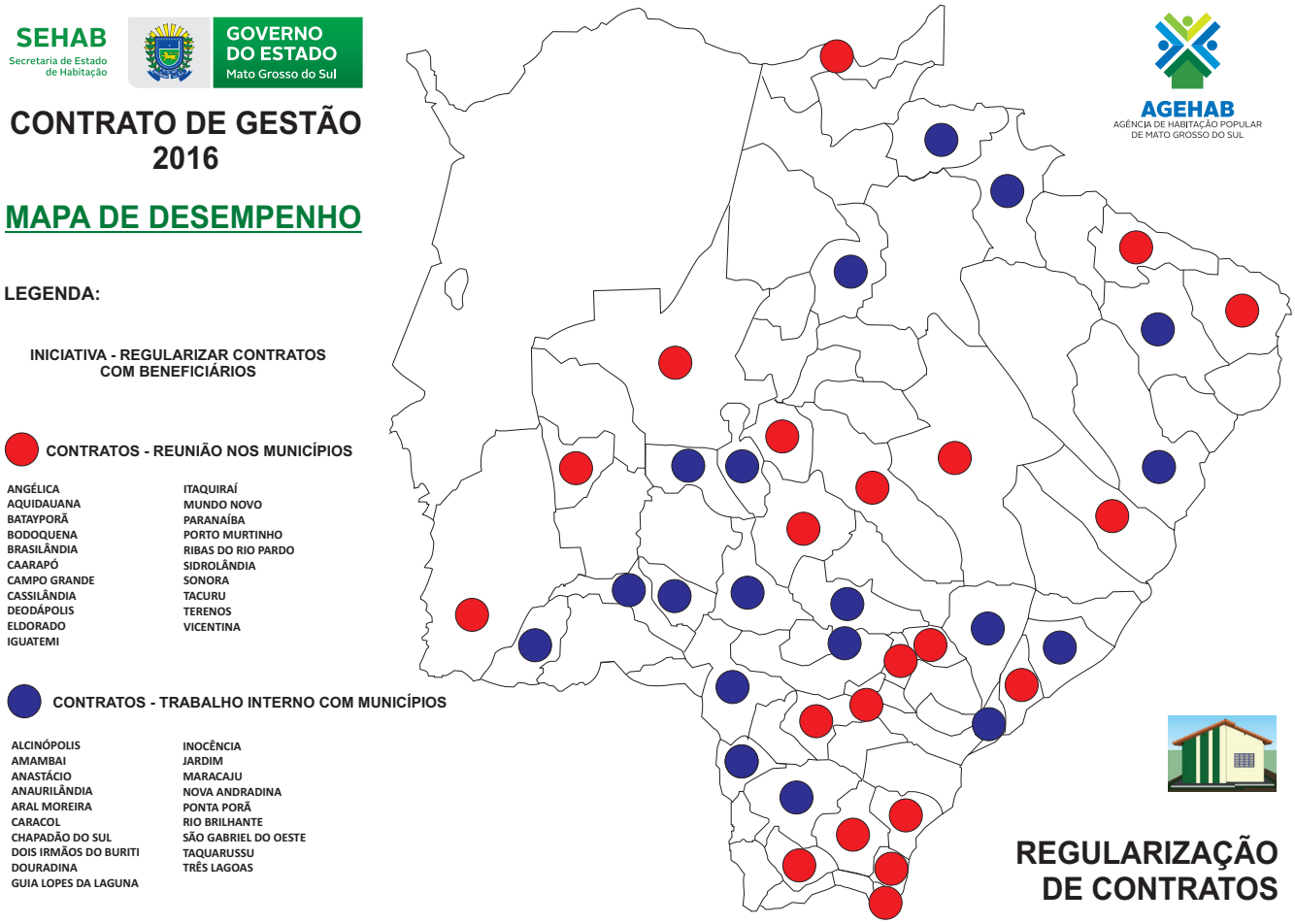
Setor responsável: AGEHAB - Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (67 3348-3123)

Custos

Custo executado: R$ 36.973,74

Resultados

Foram 1.957 contratos assinados pelos beneficiários que correspondem a um percentual acumulado de 108% das atividades realizadas em 2016.



Capacitação gestores municipais

Com a estrita necessidade de profissionais capacitados para o trato operacional das contratações de obras habitacionais ou projetos de desenvolvimento urbano realizadas a partir das parcerias entre Governo do Estado, União e Municípios,

instituimos uma política que promove o contínuo aprimoramento profissional dos gestores para que tenham discernimento e conhecimento específico para tratar de assuntos ligados a moradia e desenvolvimento urbano.

Iniciativas: Capacitação de Gestores Municipais para acessar recursos e programas

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Viviane Martins

Setor responsável: Superintendência de Habitação e Programas Urbanos (67 3348-3105)

Público-alvo: **Gestores municipais**

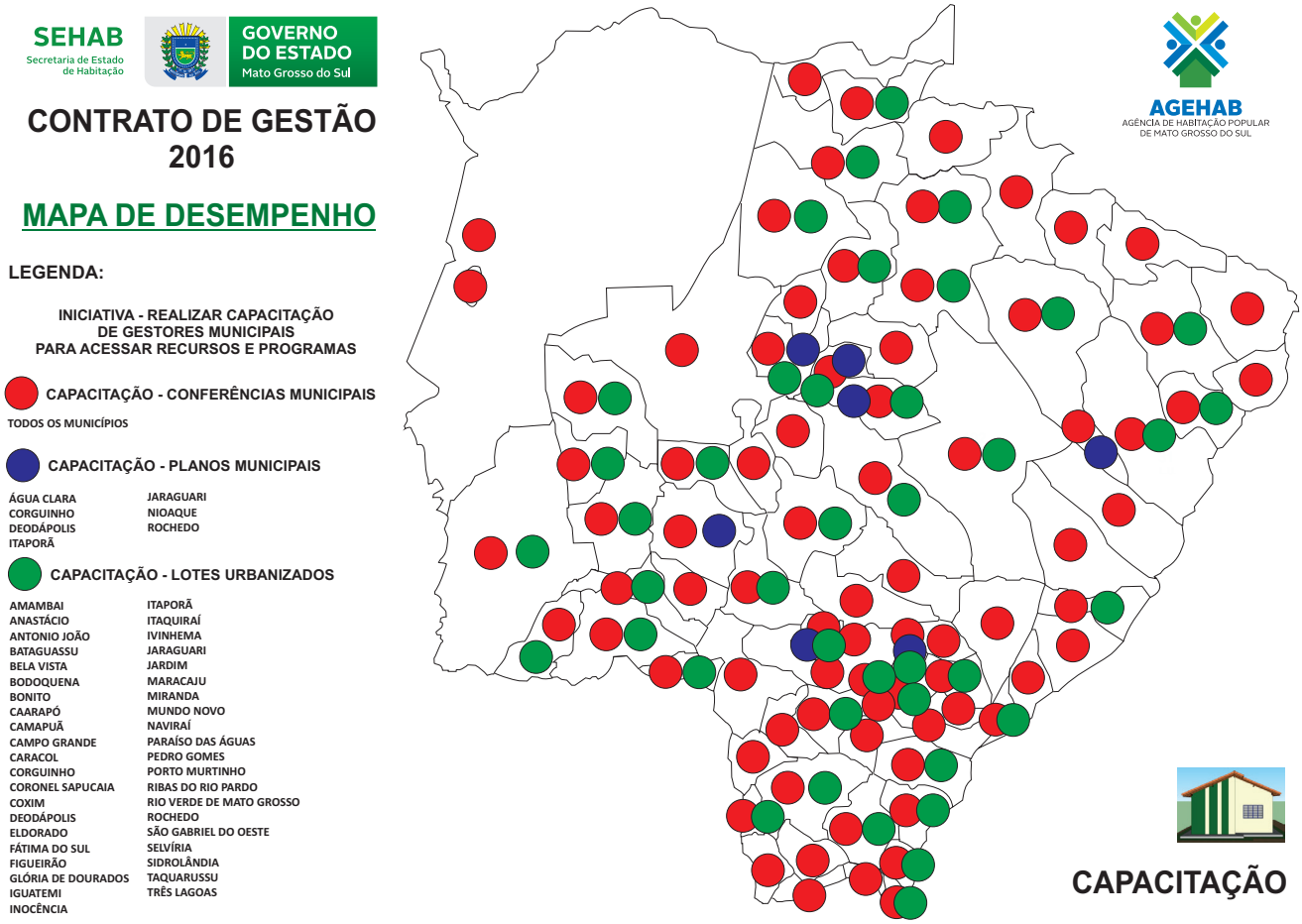
Custos

Custo planejado: R$ 80.000,00

Custo executado: R$ 79.999,40

Resultados

227 gestores municipais capacitados em habitação e desenvolvimento urbano.

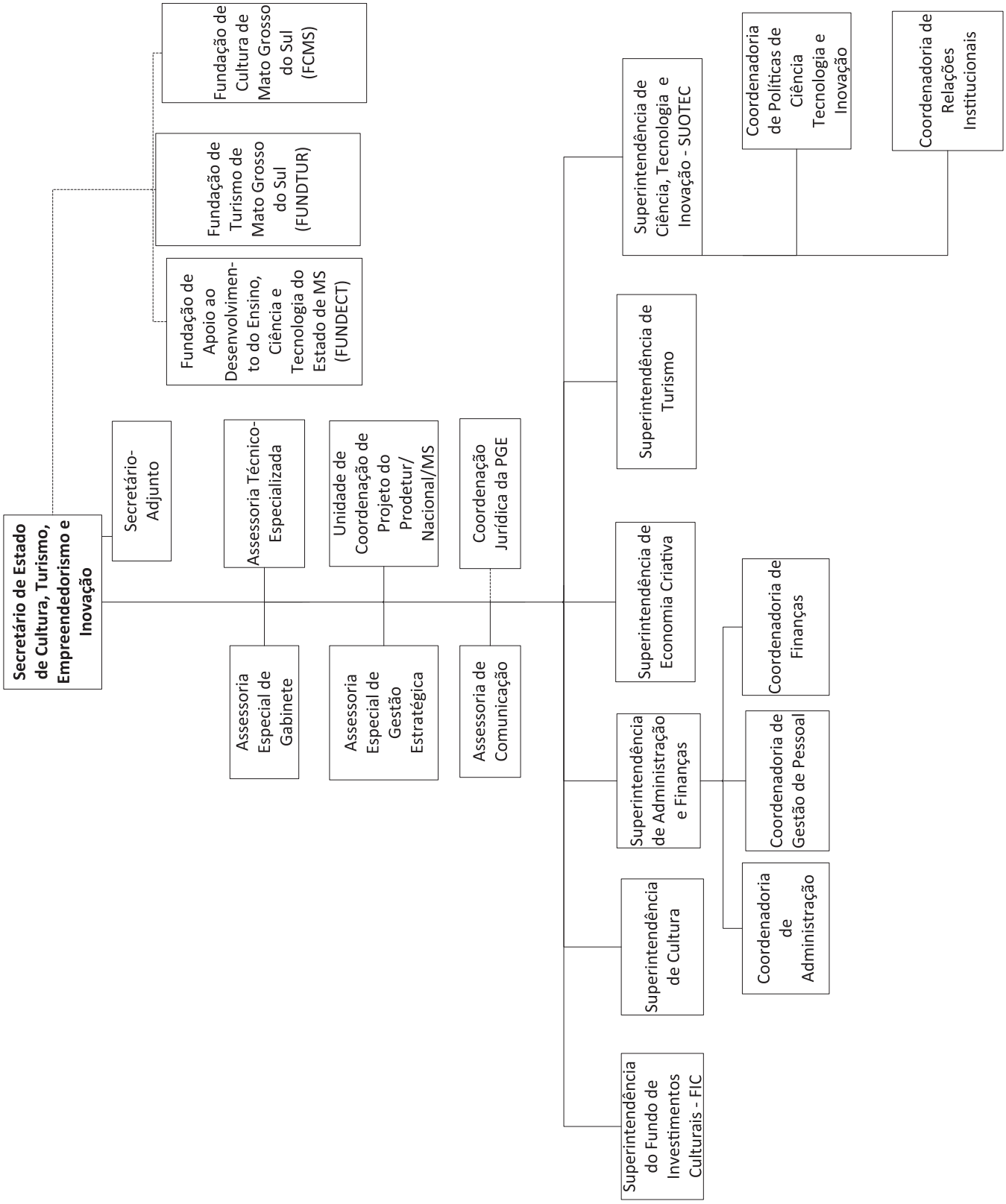


Mensagem à Assembleia Legislativa **2017**

Secretaria de Estado de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação
SECTEI

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Organograma



Entidades vinculadas:

FUNDTUR - Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul

FUNDECT - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

Compete à Secretaria de Estado de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação, a coordenação da política de desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, com ênfase em procedimentos de difusão de conhecimentos tecnológicos adaptados e apoio às instituições ou unidades de pesquisa, de ensino técnico e universitário e capacitação técnica para a administração pública; a promoção, orientação, coordenação e supervisão da política de desenvolvimento de Ciência e Tecnologia e o acompanhamento e avaliação dos resultados e divulgação de informações sobre a Ciência e Tecnologia.

Atribuições

- Cultura;
- Turismo;
- Ciência e Tecnologia;
- Empreendedorismo e Inovação

Direcionadores Estratégicos

- Potencializar e ampliar as ações integradas entre as áreas de Turismo, Cultura, Ciência, Tecnologia, Inovação, Empreendedorismo como eixos estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Estimular o desenvolvimento de produtos e processos de economia criativa voltados aos diferentes setores, grupos, cadeias produtivas e dinâmicas sociais.
- Alavancar inovação tecnológica como fonte indutora de crescimento e desenvolvimento econômico.
- Consolidar e fortalecer políticas de Estado para a Cultura, Turismo, Empreendedorismo, Ciência, Tecnologia e Inovação.
- Ampliar, qualificar e fortalecer o Turismo e Cultura como atividade econômica do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Promover o acesso à informação e a formação em Cultura, Turismo, Ciência, Tecnologia e Inovação e Empreendedorismo.
- Ampliar a formação de recursos humanos para fortalecer a Cultura, o Turismo, a Ciência, Tecnologia, Inovação e o Empreendedorismo.
- Instituir política pública e ações emergenciais voltadas à preservação e revitalização do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado.

Cultura

Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – SEBP/MS

Há dez anos, o Estado de Mato Grosso do Sul com o intuito de apoiar seus municípios na ampliação e fortalecimento de suas bibliotecas públicas estaduais, municipais e comunitárias, instituiu seu Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – SEBP/MS, integrando-se a 26 Sistemas (SEBPs) que compõem a Federação e Distrito Federal.

Com objetivo de acompanhar, apoiar e desenvolver ações que fortaleçam e modernize as bibliotecas públicas municipais e estaduais e comunitárias o SEBP/MS tem registradas 83 bibliotecas nos 79 municípios de MS.

O Estado de MS foi o primeiro a zerar o número de municípios sem bibliotecas públicas no país e busca por meio da FCMS, SEBP/MS, SNBP e prefeituras, estimular a preservação, o desenvolvimento e a qualificação destes equipamentos culturais por meio de ações que colaborem com o **Plano Nacional do livro e da Leitura PNLL** e **Plano Estadual do livro e da Leitura PELL – MS**, que coopere com as metas do **Plano Nacional** e **Plano Estadual de Cultura de MS** e **Plano Nacional e Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência**.

Biblioteca Estadual Dr. Isaías Paim

Com um acervo de 43.580 exemplares dentre livros e periódicos, a biblioteca Isaias Paim é uma das dez contempladas em todo o país no ano passado para integrar o projeto "Acessibilidade em Bibliotecas Públicas". O projeto tem como proposta melhorar e ampliar a acessibilidade e a inclusão nestes espaços de cultura, informação e comunicação, bem como para atrair o público com deficiência.

Em 2016, a biblioteca celebra os 35 anos de criação da biblioteca e o centenário de nascimento do poeta Manoel de Barros. Também estão expostas obras de Manoel de Barros do acervo da biblioteca para consulta e empréstimo, além de telas em algodão nas pare-

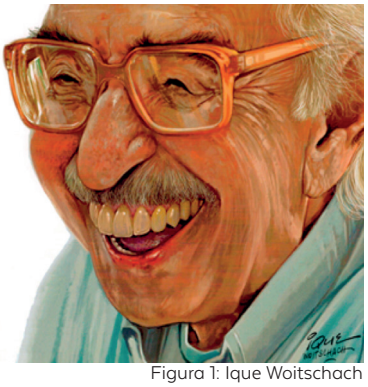


Figura 1: Ique Woitschach

des com poesias destacadas de livros do poeta, feitas por alunos da Escola Municipal Plínio Mendes dos Santos, sob orientação do professor e artista Isaac Zampieri.

Proler: Programa de leitura que contribuiu para a ampliação do direito à leitura, em novembro de 2016 aconteceu o 17º Encontro do Proler. Junto com o Proler, o 16º Encontro do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas.

Em sua 17ª edição, o tema é "Cultura Urbana e Bibliotecas: (pré) ocupações". O objetivo é dar visibilidade para os poetas, escritores e agentes de rua, pessoas que fazem literatura sobre pessoas e para pessoas.

Foram realizadas 12 oficinas, desenvolvidas de modo a atender o público infantil (Prolerzinho), juvenil (Proler-teen) e adultos (Proler) por meio de palestras e atividades culturais.

Museu de Arte Contemporânea – MARCO

Ao longo de 2015 foi atendida uma das maiores reivindicações dos admiradores das artes plásticas do Estado – a ampliação do horário de funcionamento do MARCO. Oficinas periódicas e permanentes proporcionaram o primeiro contato das crianças sul-mato-grossenses com a produção dos artistas plásticos do Estado. Abrimos as portas para workshops de antropologia e colagem, encontro de declamadores, aulas magnas, apresentações culturais de escolas, lançamentos de livros, visitas guiadas.

Figura 2: Obra da artista Weimar Arruda, "Fragmentos".

Em 2016, foi realizada a 4ª Temporada de Exposições com obras do acervo e de artistas de outros Estados, totalizando 15 mostras ao longo do ano, a exposição contempla Jorapimo, o artista do pantanal, Wega Nery e Ignêz Corrêa. Este foi um ano muito importante para a cultura pois, comemoramos os 100 anos do nascimento do poeta Manoel de Barros. Este ano também vai ser emblemático para a cultura, comemora-se os 150 anos da Retirada da Laguna.

O Marco tem o desafio de trazer estudantes para visitação, uma parceria da arte com a educação, as exposições desta quarta temporada vão ficar abertas para visitação até 22 de janeiro de 2017.

Museu da Imagem e do Som – MIS

Com a missão de "preservar a memória, educar para o futuro", MIS conta com um acervo com mais de 35 mil itens.

O Museu da Imagem e do Som (MIS-MS), realiza reunião sobre as atividades alusivas aos 150 anos da Retirada da Laguna, realizada pela Secretaria de Estado de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação (Sectei) em parceria com o Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço da UFMS (CADEF), na ocasião são expostas ideias e sugestões acerca das atividades que se pretende realizar no ano de 2017 nas áreas de cultura, turismo, economia criativa, pesquisas científicas e empreendedorismo.

Iniciativas presentes no contrato de gestão 2016:

- 30 projetos culturais
- Implantar o Sistema Municipal de Cultura – PROSIMC
- Festival América do Sul Pantanal
- Festival de Inverno de Bonito
- Fomentar projetos culturais

Turismo

Passagem da Tocha Olímpica

Além da promoção e divulgação já previstas no calendário de eventos do turismo, a Fundação de Turismo participou efetivamente no evento "Tour da Tocha", das Olimpíadas 2016. Em parceria com entidades públicas e privadas, Mato Grosso do Sul recebeu a tocha olímpica em nove municípios. Com pernoites na capital Campo Grande e em Dourados, o roteiro da chama olímpica ainda contou com Sidrolândia, Maracaju, Rio Brilhante, Itaporã, Nova Andradina, Bataguassu e Bonito.

A passagem da Tocha Olímpica pelos Estados Brasileiros foi considerada um dos principais acontecimentos do ano de 2016, visto a singularidade e a frequência que um evento da magnitude dos Jogos Olímpicos acontecem em um País, o Estado de MS foi umas das cidades participantes do roteiro da passagem da Tocha Olímpica.

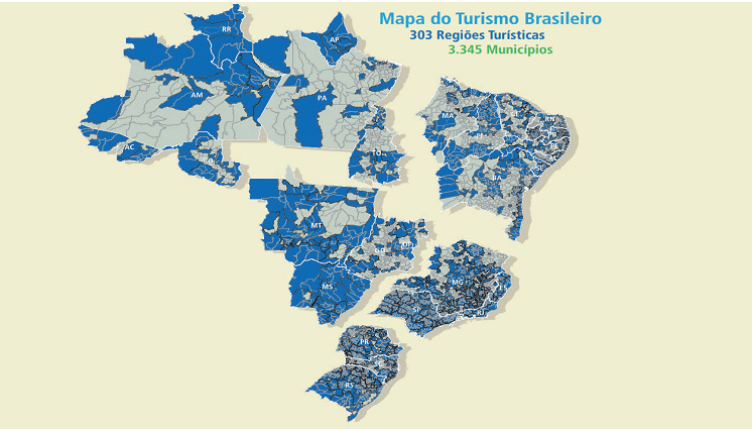
Instalação da Câmara de Turismo no Fórum de Governadores Brasil Central

A proposta para criação de um grupo técnico para elaboração do plano integrado de promoção do turismo para o ano de 2017, constitui-se em um espaço para o compartilhamento de experiências e esforços conjuntos dos estados, para que o segmento na ordem do dia do influente Fórum de Governadores a presença da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul e SECTEI representando nosso Estado inclui a consolidação da rota turística em construção no eixo internacional Amazonas-Pantanal-Andes--Pacífico. Outro ponto de destaque da agenda da Câmara foi o referente Marco Regulatório dos Jogos de Fortuna no Brasil que interferirá diretamente no segmento turístico. Obtendo um resultado da participação efetiva da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul no Fórum de Governadores do Consórcio Brasil Central criando uma Câmara que visa o fortalecimento da Rota Turística, proposta através do trabalho realizado.

Rota do Desenvolvimento

Mato Grosso do Sul completou 39 anos de sua criação no dia 11 de outubro. Cercado por uma natureza privilegiada, o estado abriga a maior área alagável do mundo – o Pantanal – que ocupa 65% da região cercada de biomas como a Amazônia, o Cerrado e a Mata Atlântica. Focado na exploração sustentável e responsável do turismo, MS é referência em Ecoturismo e Turismo de Aventura, o que fez o destino alcançar projeção mundial. Segundo o Fórum Econômico Mundial (WEF), o Brasil ocupa o 1º lugar em recursos naturais no planeta e o 28º lugar no Índice de Competitividade Internacional do Turismo.

O Mapa do Turismo Brasileiro é o principal instrumento do Ministério do Turismo para o desenvolvimento de políticas públicas para o setor que tem como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo de forma regionalizada e descentralizada.



Mato Grosso do Sul possui atualmente 60 municípios participantes do mapa de acordo com a Categorização dos municípios das Regiões Turísticas, com 10 regiões turísticas: Caminhos da Natureza/Cone Sul (6); Bonito/Serra da Bodoquena (8); Caminho dos Ipês (9); Caminhos da Fronteira (3); Costa Leste (7); Grande Dourados (4); Pantanal (5); Rota Norte (11); Vale das Águas (4); e Vale do Aporé (3). O Mapa do Turismo identifica o desempenho da economia do turismo para tornar mais fácil a identificação e apoio para cada um.

Entre as ações deste ano se destaca a promoção de palestras durante a Rota do Desenvolvimento e a 2ª Conferência Regional de Turismo com o consultor de turismo, Mário Petrocchi, referência em planejamento e gestão do turismo. A Fundtur-MS também recebeu alunos de turismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) para visitas e aulas técnicas na Fundtur-MS, firmou convênio com a UEMS para concessão de estágio curricular supervisionado para estudantes de turismo, apoiou o Comcex-MS e parceiros na mobilização de combate à exploração sexual infantil, participou de discussões com agentes públicos e empresários sobre integração entre turismo e transporte aéreo, além de reuniões com o Ministério do Turismo e entidades representativas visando o fomento do turismo do estado.

Participação em Eventos Promocionais – Nacionais e Internacionais

A participação em feiras e eventos é uma das principais ações para o fomento do turismo sul-mato-grossense. Desde o começo do ano até o início do mês de outubro, foram mais de vinte feiras nacionais, cinco estaduais, três internacionais e também visitas técnicas para o levantamento de potencial turístico de destinos regionais.

No ano de 2016 a Fundtur-MS participou de 23 eventos nacionais sendo: ABAV/PR; ADVENTURE WEE; AVIESP; 44ª ABAV EXPO; BNT MERCOSUL; FTN; FEIPESCA; FIT CATARATAS; FIT PANTANAL; SHOW RURAL COOPAVEL; WTM LATINO AMÉRICA; RIO MEDIA CENTER; CASA BRASIL; ADVENTURE SPORT FAIR; FESTURIS-GRAMADO; 22º CONGRESSO NACIONAL DE ESCOTEIRO/MS; EXPOGRANDE/MS; EXPOAGRO/MS; EXPO/SIDROLÂNDIA; EXPOAQUI/MS; CONGRESSO NACIONAL DE HOMEOPATIA E FEAPAN 2016.

Participações em cinco eventos internacionais sendo: ANATO; FIT AGENTINA; FITPAR; ITB BERLIM, WTM LONDRES.

Ciência e Tecnologia

Inauguração da horta permanente durante Semana Nacional da Ciência e Tecnologia - Sectei e FCMS

Combinando com o tema "Ciência Alimentando o Brasil", da Semana Nacional da Ciência e Tecnologia, a Secretaria de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação (Sectei) criou uma horta de temperos, hortaliças e verduras no piso térreo do Memorial da Cultura e Cidadania Apolônio de Carvalho, principal local onde se passa a SNCT em Mato Grosso do Sul. Utilizando o sistema de permacultura, a ideia é divulgar a consciência individual e coletiva de impacto ambiental, resgatando a dignidade de seres humanos e sua convivência racional com a natureza quase perdida ao longo do tempo.

O sistema utilizado é chamado espiral, que favorece a incidência de luz solar sobre a vegetação, além de um calculado reservatório de água e irrigação automatizada por cotejamento, tudo criado de maneira sustentável. "Este sistema imita um microclima, onde as plantas que estão em cima são as mais resistentes ao Sol, portanto protegem as outras plantinhas. A SNTC é coordenada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e tem por objetivo aproximar a população da ciência e da tecnologia, realizando atividades de divulgação científica em todo o País. Em Mato Grosso do Sul é realizada pelo Governo do Estado por meio de parcerias e aconteceu de 19 a 21 de outubro, em praticamente todos os municípios do MS.

Fundações de Ciência e Tecnologia discutem financiamentos estudantis entre Brasil e União Europeia

Em Belo Horizonte (MG), acontece a segunda reunião do Confap/Consect 2016 (Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação e Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa) a Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Minas Gerais) em comemoração aos seus 30 anos, realiza uma série de reuniões com estrangeiros envolvidos com a cooperação em financiamentos estudantis entre Brasil e países da União Europeia.

Iniciativas presentes no contrato de gestão 2016:

- Fomentar eventos de Ciência, Tecnologia e Inovação
- Fomentar projetos, programas e ambientes de CT&I
- Semana Nacional da Ciência e Tecnologia

Empreendedorismo e Inovação

Economia Criativa amplia participação de empreendedores

Entende-se por Economia Criativa um conjunto de atividades culturais, econômicas e de gestão de negócios que se originam no conhecimento, na criatividade, no capital intelectual individual ou coletivo focadas em processos, produções de bens e serviços para a geração de trabalho e renda.

O objetivo é estimular, valorizar e fomentar empreendimentos criativos no Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista o desenvolvimento social, cultural, turístico, econômico e artístico, bem como a inovação, a sustentabilidade e a geração de renda dos empreendedores individuais ou grupos sociais, através da valorização da diversidade cultural, dos saberes e fazeres tradicionais e o setor produtivo da cultura e do turismo, de modo a criar novas tecnologias que permitam a inovação, e facilitem a distribuição e o acesso. Podem participar os seguintes setores que contemplem a economia criativa: Arquitetura e Urbanismo; Artes Visuais (desenho, pintura, gravura, escultura, fotografia, etc.); Artesanato; Audiovisual (cinema, vídeo, animação, jogos digitais etc.); Circo; Dança; Design (gráfico e de objetos); Gastronomia; Moda (confecções, acessórios, calçados, joias, etc.); Museus; Música; Patrimônio Cultural; Saberes e Fazeres Tradicionais; Produção Cultural (transversal aos setores criativos); Literatura; e Teatro. Serão concedidos recursos para apoio de 10 projetos de R$ 20 mil e um no valor de R$ 50 mil, num total de R$ 250 mil.

5º Encontro Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação é realizado em Dourados

Este é o 5° Encontro Regional, de um total de sete, que visa discutir os pontos fortes e fracos do Sistema de Tecnologia e Inovação nas diferentes regiões do Estado, assim como levantar os desafios e oportunidades deste segmento do contexto regional.

O objetivo destes eventos é entender um pouco mais sobre o Sistema de Tecnologia e Inovação nas diferentes regiões do Estado. "Nossa meta é estar no final deste ano com o primeiro esboço do Plano Estadual de CT&I, o qual submeteremos aos nossos parlamentares para que possamos ter uma política de estado definida por este plano. A partir disso vamos organizar a utilização dos nossos recursos". Estiveram presentes no evento representantes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), do

Conselho Regional Engenharia Arquitetura e Agronomia (Crea) MS, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), autoridades do município de Dourados e a comunidade acadêmica.

Semana Estadual do Jovem Empreendedor de MS – Sectei e Fundect

A Secretaria de Estado de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação (Sectei), acompanhada da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul - Fundect, participou da cerimônia de entrega do Troféu Jovem Empreendedor de MS. Os homenageados receberam o prêmio durante solenidade realizada no Plenário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

A Fundect divulga as propostas aprovadas na seleção pública de projetos para o Programa de Apoio a Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica no Estado de Mato Grosso do Sul. As incubadoras estimulam o processo de criação de novas empresas intensivas em tecnologia a partir da seleção de boas propostas, oferecendo apoio, espaço físico, capacitação empresarial e serviços de assessoria para o funcionamento das empresas. Além disso, divulgaremos as propostas aprovadas pela seleção pública do NIT. Edital que tem como objetivo a criação dos Núcleos de Inovação Tecnológica das Instituições de Ensino Superior e das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação sediadas em MS.

I Workshop debate políticas públicas de controle biológico para MS

A discussão de problemas enfrentados na agropecuária envolvendo o controle de pragas e doenças e as práticas já adotadas em algumas culturas, além de palestras, acontece a criação do comitê de elaboração do plano estadual de controle biológico e a primeira reunião do grupo, na Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Famasul).

O evento é realizado pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Senar/MS e Fundação MS, com apoio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (Fundect), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Governo do Estado.

O então secretário de Estado de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação, Renato Roscoe, enfatizou, na abertura do evento, que os conhecimentos que estão "na prateleira" têm de estar disponíveis para o produtor rural. "Vocês são aqueles que vão orientar os esforços do governo para que os recursos sejam aplicados da forma mais efetiva possível. Estamos lançando uma série de editais e, entre eles, está o controle biológico. Queremos executar a transversalidade entre as secretarias e adotar políticas públicas eficazes para transformar o conhecimento em produtos à disposição do setor produtivo".

30 projetos culturais

O território sul-mato-grossense tem uma pluralidade cultural advinda da formação de sua malha social que, apesar de valiosa, é ainda pouco reconhecida, valorizada, protegida e difundida. Compreendendo a cultura a partir da ótica dos direitos e liberdades do cidadão, buscamos, na realização dos trinta projetos culturais em diversos segmentos artísticos, mecanismos para que o acesso à cultura se expanda e com ele o fomento às artes se amplie, estimulando a reflexão, formação, criação, produção, crítica, circulação, promoção, difusão, intercâmbio, troca de saberes e fazeres, cooperação, consumo, regis-

Iniciativa: Projetos de artesanato, interação, artes visuais, músicas, artes cênicas, artes integradas, literatura e patrimônio.

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Andréa Escobar Freire

Setor responsável: Fundação de Cultura de MS/SECTEI (3316-9105)

tro, documentação e memória. Trabalhamos para a valorização da cultura local em suas diversas singularidades e para que a presença da arte e da cultura esteja nos mais diversos ambientes sociais, garantindo as conexões locais com os fluxos culturais contemporâneos.

Os Projetos são:

01 - Atendimento à demanda técnica dos municípios; 02 – Carnaval; 03 - Centenário do poeta Manoel de Barros; 04 - Comemora MS 39 anos; 05 - Comemoração do Dia do Chamamé; 06 - Encenação Paixão de Cristo; 07 - Encontro Brasileiro de Teatro de Grupo; 08 - Encontro com a Música Clássica; 09 - Exposição de Artes Plásticas no Centro Cultural José Octavio Guizzo - Galeria do Foyer - Exposições de Artes Visuais Galeria Wega Nery - Exposições de Artes Visuais Inês Correa da Costa; 10 - Exposições Temporárias no Museu de Arte Contemporânea – MARCO; 11 - Fomento à Pontos de Cultura; 12 - Semana da Consciência Negra; 13 - Fomento ao audiovisual; 14 - Oficina de Elaboração de Projetos; 15 - Oficinas de Arte no Centro Cultural José Octavio Guizzo; 16 - Oficinas de Férias na Biblioteca Izaías Paim; 17 - Intervenção artistica nas Secretárias; 18 - Participação em Feiras de Artesanato Nacionais; 19 - Projeto Mulheres MS; 20 – PROLER; 21 - Rota Cine MS; 22 - Semana do Arquivo Público; 23 - Semana do Homem Pantaneiro; 24 - Semana dos Povos Indígenas; 25 - Semana pra Dança; 26 - Semana/Primavera dos Museus; 27 - Seminário Estadual de Cultura e Educação; 28 - SICAB- Sistema de Cadastramento dos Artesãos; 29 - Simpósio Estadual de Educação Patrimonial; 30 - Teatro nas Férias.

Parceiros: Secretaria de Estado de Educação - parceira na elaboração e produção de conteúdos e ações conjuntas entre cultura e educação no universo estudantil;

TVE e Rádio 104 FM Educativa - parceiros na divulgação das atividades antes, durante e depois, colaborando para o registro e repercussão do evento.

Prefeituras de MS - parceiras apoiadoras em estrutura logística. Citamos os municípios de Alcinópolis, Anastácio, Aquidauana, Bandeirantes, Bonito, Campo Grande, Brasilândia, Cassilândia, Corumbá, Corguinho, Figueirão, Ivinhema, Jateí, Ladário, Maracaju, Naviraí, Nioaque, Paraíso das Águas, Paranaíba, Ponta Porã, Rio Brilhante, Rio Negro, Rio Verde, Santa Rita do Pardo, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia, Sonora, Terenos, Três Lagoas, entre outros.

Público-alvo: Artistas, agentes, ativistas e gestores culturais, arte educadores, jornalistas, acadêmicos, estudantes, profissionais liberais; público consumidor de produtos artísticos e culturais; comunidade sul-mato-grossense de todas as idades, apreciadores das manifestações artísticas e culturais (música, dança, teatro, literatura, audiovisual, artesanato, artes plásticas e gastronomia). Público estimado em 299 mil pessoas.

Custos

Custo executado: R$ 1.921.106,63

Resultados

Realização de 30 projetos de fomento, formação, institucionalização e difusão cultural nas áreas do artesanato, artes visuais, música, artes cênicas, artes integradas, literatura e patrimônio na capital e interior de MS;

- Promoção do acesso da sociedade sul-mato-grossense às manifestações artísticas e culturais dos municípios, do estado e do país;
- Formação de público para as atividades culturais;
- Valorização da cultura indígena, cultura pantaneira e cultura da fronteira;
- Fomento à cadeia produtiva dos diversos segmentos artísticos e geração de rendas para artistas, técnicos e produtores;
- Contribuição para o fortalecimento da cidadania através da cultura;
- Fomento à produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais;
- Contribuição na implementação das metas do Plano Estadual de Cultura;
- Proteção, promoção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais do MS;
- Estímulo ao pensamento, ao debate, à pesquisa, ao intercâmbio com vistas a contribuir para o acesso à formação e ao desenvolvimento da sociedade local;
- Atuar na transversalidade com outras áreas que dialoguem com a cultura como ferramenta de inclusão e transformação social.

Implantar o Sistema Municipal de Cultura – PROSIMC

Iniciativa: Implantar o Sistema Municipal de Cultura - PROSIMC

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Andréa Escobar Freire

Setor responsável: Superintendência de Cultura – SUPCULT/SECTEI

Em consonância com a Política Nacional para a Cultura e visando impulsionar a estruturação da Gestão Cultural no âmbito da administração pública estadual e municipal no Mato Grosso do Sul, criou-se o Projeto de Apoio à Estruturação dos Sistemas Municipais de Cultura - PROSIMC, que visa orientar os gestores públicos, conselheiros de cultura, representantes de entidades culturais e demais agentes do setor no planejamento e elaboração dos elementos constitutivos dos Sistemas Municipais de Cultura, quais sejam: I - Instância de Coordenação; II - Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação; III - Instrumentos de Gestão. Estes são elementos obrigatórios para a implementação dos Sistemas Municipais de Cultura, seguindo ainda os princípios que norteiam o processo, tendo como destaque a participação social.

Público-alvo: Gestores municipais de cultura públicos e privados, Conselheiros de Cultura, produtores culturais e público em geral de MS.

Custos

Custo executado: R$ 39.641,00

Resultados

12 Municípios com Sistema Municipal de Cultura instituídos por Lei:

- Alcinópolis;
- Aparecida do Taboado;
- Cassilândia;
- Chapadão do Sul;
- Costa Rica;
- Eldorado;
- Itaquirai;
- Jaraguari;
- Naviraí;
- Rochedo;
- São Gabriel do Oeste;
- Terenos.

11 Diagnósticos Municipais de cultura elaborados.

Parceiros: FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul.

65 Municípios com termo de cooperação mútua assinado.

Próximos passos

O Projeto de Apoio à Estruturação dos Sistemas Municipais de Cultura – PROSIMC terá continuidade no ano de 2017, renovando os termos de cooperação técnica com os municípios onde seus dirigentes foram reeleitos e sensibilizando os municípios onde houve a mudança de seus dirigentes municipais. Dessa forma, será firmado um novo termo de cooperação técnica, retomando todo o processo de implantação dos Sistemas Municipais de Cultura em todo Estado de Mato Grosso do Sul.

Festival América do Sul Pantanal

Iniciativa: Fomentar projetos culturais

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Ricardo Maia dos Santos

Setor responsável: Superintendência do Fundo de Investimentos Culturais – SUPFIC/SECTEI

O Festival América do Sul Pantanal é realizado há treze anos em Corumbá com o objetivo de promover o estado de Mato Grosso do Sul em local privilegiado por um rico ecossistema, que congrega o Pantanal sul-mato-grossense e o Aquífero Guarani, através da integração cultural e turística dos países da América do Sul. O evento revela a diversidade cultural do continente e apresenta uma programação cultural com grandes shows musicais, espetáculos de dança, teatro e circo, cinema, exposições de artes plásticas, mostras de artesanato, apresentações de artistas de rua, debates e palestras, sobre questões vitais ao mundo contemporâneo: região de fronteira, cultura, água, turismo sustentável, integração sul americana e desenvolvimento.

Público-alvo: comunidades das cidades vizinhas, a população em geral de Mato Grosso do Sul, o público consumidor de produtos artísticos e culturais, estudantes e profissionais de turismo e artes, brasileiros de outros lugares e pessoas dos países vizinhos interessadas em experiências relevantes de vida, diálogo e intercâmbio, assim como curiosos em geral e pessoas interessadas na mistura natureza e cultura.

Parceiros: Prefeitura de Puerto Quijarro, Prefeitura de Puerto Suárez, Prefeitura de Ladário, Prefeitura de Corumbá – parceria na articulação, limpeza e liberação de espaços para a realização das atividades; Secretaria de Estado de Educação; TVE e Rádio 104 FM Educativa; Andorinha; Sebrae; Moinho Cultural Sul-Americano; Iphan; Muhpan; Sesc de Corumbá; UFMS em Corumbá.

Custo executado: R$ 1.897.204,53

Resultados

- 112 atrações em 4 dias;
- Público de 35 mil pessoas;
- 15 horas diárias de programação;
- 500 técnicos e artistas na produção;
- 7 países: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai;
- Contribuição para o aumento do fluxo de visitantes na cidade no período, movimentando a economia local;
- Repercussão do Festival em mídia nacional e internacional, contribuindo para divulgar o turismo cultural na cidade e em grandes centros do Brasil; Rede social: Facebook e Instagram:
- 186.773 - alcance total dos conteúdos;
- 55.434 - visualizações de vídeos;
- 3.287 - envolvimento com as publicações (curtidas, comentários e compartilhamentos);
- 10.299 - alcance total do Instagram (mídia).
- Valorização do espaço do artista regional na programação;
- Um evento cultural de qualidade para várias idades e tipos de público, envolvendo todos os segmentos artísticos, com acessibilidade e total gratuidade; rica diversidade cultural sul-americana, brasileira e sul-mato-grossense em diversos locais de Corumbá e nas cidades vizinhas Ladário, Puerto Quijarro (BOL) e Puerto Suarez (BOL).

Festival de Inverno de Bonito

Há 17 anos surgiu o Festival de Inverno de Bonito, uma referência cultural que ganha solidez e abre cada vez mais espaço para a arte no coração dos moradores e visitantes. Esta marca está incorporada como prática de memória da população e de promoção da indústria da criatividade e do empreendedorismo em negócios em torno da cultura, do turismo e da natureza exuberante. Neste contexto se reafirma o FESTIVAL DE INVERNO DE BONITO em sua décima sétima edição.

Iniciativa: Realizar o Festival de Inverno de Bonito

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Andréa Escobar Freire

Setor responsável: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul – FCMS (3316-9105)

Público-alvo: Apreciadores das manifestações artísticas e culturais (música, dança, teatro, literatura, audiovisual, artesanato, artes plásticas e gastronomia). Comunidade sul-mato-grossense, turistas nacionais e internacionais de todas as idades; mais especificamente, público consumidor de produtos artísticos e culturais; alunos de artes; estudantes e profissionais de turismo.

Parceiros: Prefeitura Municipal de Bonito - parceiro fundamental; Secretaria de Estado de Educação;
TVE e Rádio 104 FM Educativa; Sebrae; Atratur; Bonito Net, Empório Olinda, Casa do Artesão e Rekebre

Custo executado: R$ 1.519.348,98

Resultados

- Maior envolvimento da comunidade de Bonito nos processos de elaboração e organização do evento;

- Aumento no número de parceiros colaboradores do evento;
- Contribuição para o aumento do fluxo de visitantes na cidade no período, movimentando a economia local;
- Repercussão do Festival em mídia nacional, contribuindo para divulgar o turismo cultural na cidade Bonito em grandes centros do Brasil;
- Valorização do espaço do artista regional na programação;
- Contribuição para aproximar crianças e jovens, e arte educadores da formação livre em arte através das oficinas oportunizadas pelo festival;
- Reunir diferentes agentes da cidade, entre gestores municipais, empresários, professores e acadêmicos em torno do debate de temas pertinentes ao desenvolvimento local;
- Um evento cultural de qualidade, com 15 horas diárias de atividades com todos os segmentos artísticos, com acessibilidade e total gratuidade, rica diversidade cultural brasileira e sul-mato-grossense em harmonia na praça central da cidade, para todas as idades e todos os tipos de público.

Fomentar projetos culturais

Iniciativa: Fomentar projetos culturais

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Ricardo Maia dos Santos

Setor responsável: Superintendência do Fundo de Investimentos Culturais – SUPFIC/ SECTEI

Os editais públicos de financiamento de projetos culturais são a forma mais democrática de financiamento da cultura e suas expressões artísticas, garantindo o acesso da população aos recursos imprescindíveis para a produção, circulação e formação cultural no Estado

Mato Grosso do Sul caracteriza-se pela diversidade cultural presente em sua formação. Indígenas, bolivianos, paraguaios e os vários povos que vieram para o Estado, trouxeram tradições e expressões artísticas que se desenvolveram e marcaram indelevelmente nossa vida social.

Toda essa riqueza deve ser preservada e fomentada em suas três dimensões: simbólica; cidadã; e econômica, proporcionando à população o pleno acesso aos bens culturais e garantindo, como preceitua a Constituição Federal, o fortalecimento das identidades e o desenvolvimento humano.

Público-alvo: Artistas, produtores culturais, pesquisadores, povos tradicionais.

Custo executado: R$ 1.289.993,00

Resultados

Atendimento à demanda da comunidade cultural por financiamento de projetos culturais contemplando a produção, preservação, pesquisa, circulação, formação e desenvolvimento econômico da área cultural no Estado.

Fomento à cultura e às artes em todas as regiões do Estado.

Fomento à diversidade de manifestações culturais existentes no Estado.

Fomentar eventos de Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativa: Fomentar eventos de Ciência, Tecnologia e Inovação

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Jolimar Antônio Schiavo

Setor responsável: Fundect (3316-6700)

Apoiar, estimular e promover a realização de eventos cuja temática seja relevante para o Estado e que envolva as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Fomentar eventos de pesquisa científica e tecnológica em MS, icentivar eventos de formação e atração de pesquisadores para MS e eventos de inovação em MS.

Custo executado: R$ 425.481,50

Resultados

Realização de 35 eventos em todo estado de Mato Grosso do Sul, aperfeiçoando e capacitando os pesquisadores do estado, assim como a atração de talentos, fixando novas competências e avanço mais rápido dos programas de pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Dos eventos realizados com o apoio da FUNDECT destacam-se, pela relevância e magnitude, os eventos abaixo:

CONFAP 2016

Em novembro de 2016, a Fundect sediou a reunião do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa. Participaram presidentes e representantes das 26 fundações de pesquisa do país, além do Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Governador do Estado e diversas outras autoridades ligadas à CT&I. A reunião de 2016 promoveu a integração e troca de experiências entre as FAPs, reforçadas pelo workshop da Rede SIGFAP (Sistema de Informação e Gestão de Projetos para Fundação de Amparo à Pesquisa) e pela reunião dos assessores de comunicação das Fundações.

SHOWTEC

A feira aconteceu entre os dias 20 e 22 de janeiro de 2016 no município de Maracajú, contou com a participação de 130 empresas e a exposição de 150 produtos tecnológicos voltados à atividade rural. Cerca de 15 mil pessoas passaram pela feira.

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

O objetivo da Semana é aproximar a Ciência e Tecnologia da população, promovendo eventos que congreguem centenas de instituições a fim de realizarem atividades de divulgação científica em todo o País. A feira foi realizada em outubro de 2016 e contou com a participação de 2 mil alunos de escolas públicas e particulares. Neste ano, participaram 64 municípios e 317 instituições, é a terceira maior feira do país.

Fomentar projetos, programas e ambientes de CT&I

Apoiar e estimular Projetos de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação em Mato Grosso do Sul. Fomentar programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica em MS, incentivar programas e projetos de formação e atração de pesquisadores para MS e fomentar ambientes de inovação em MS.

Custo executado: R$ 11.044.128,26
*até novembro/2016

Iniciativa: Fomentar projetos, programas e ambientes de CT&I

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Jolimar Antonio Schiavo

Setor responsável: Fundect (67) 3316-6700

Resultados

38 editais lançados até novembro/2016, destacam-se:

- **Chamada FUNDECT/SECTEI N° 32/2016 – Controle Biológico – MS**

O objetivo é apoiar a execução de projetos de pesquisa e de inovação nas instituições de ensino superior e/ou de pesquisa do Estado de Mato Grosso do Sul a fim de promover a expansão e consolidação da Rede de Pesquisa em geração de produtos de controle biológico para a agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul. Foram investidos R$ 300 mil em dois projetos.

- **Chamada FUNDECT/SECTEI N° 30/2016 – Sanidade Animal – MS**

O objetivo é apoiar a execução de projetos de pesquisa e de inovação nas instituições de ensino superior e/ou de pesquisa do Estado de Mato Grosso do Sul a fim de promover a expansão e consolidação da Rede de Pesquisa em uso da tecnologia da informação em sanidade animal do Estado de Mato Grosso do Sul, contribuindo para a formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos que promovam o desenvolvimento social e econômico sustentável com vistas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais dos biomas Cerrado e Pantanal. Foram investidos R$ 600 mil em sete projetos.

- **Programa Especial FUNDECT Nº 23/2016 – GSK Dengue e o Programa Especial FUNDECT Nº 24-2016 – TAKEDA**

Nestes programas, o objeto de estudo são os medicamentos e vacinas para o tratamento do vírus da Dengue, que nos últimos tempos bateu recorde no índice de infestações. Ao todo foram investidos R$ 9.650.329,60 (nove milhões, seiscentos e cinquenta mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta centavos), sendo R$ 7.631.585,60 (sete milhões, seiscentos e trinta e um mil, quinhentos de oitenta e cinco reais e sessenta centavos) no Programa TAKEDA e R$ 2.018.744,00 (dois milhões, dezoito mil e setecentos e quarenta e quatro reais) no Programa GSK-Dengue.

Semana Nacional da Ciência e Tecnologia

O objetivo da Semana é aproximar a Ciência e Tecnologia da população, promovendo eventos que congreguem centenas de instituições a fim de realizarem atividades de divulgação científica em todo o Estado. A ideia é criar uma linguagem acessível à população, por meios inovadores que estimulem a curiosidade e motivem a população a discutir as implicações sociais da Ciência, além de aprofundarem seus conhecimentos sobre o tema que em 2016 foi "A Ciência Alimentando o Brasil".

Parceiros: UFMS – UEMS – UCDB – IFMS – FIOCRUZ – SED – SEBRAE – FIEMS – PMCG – FUNDECT – AGRAER – SEPAF – UFGD – EMBRAPA – SENAI – SENAR – FAMASUL – FCMS.

Custo executado: R$ 198.000,00

Iniciativa: Realizar eventos de difusão e popularização da ciência

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Valdecir Alves da Silva

Setor responsável: Superintendência de Ciência e Tecnologia – SUCITEC/SECTEI
(67) 3316-9165

Resultados

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em Mato Grosso do Sul foi realizada no período de 17 a 23 de outubro em 69 municípios do Estado, mais de duas mil atividades foram cadastradas no sistema do Ministério da Ciência e Tecnologia.

As ações foram ampliadas nos últimos anos. Em 2014, eram 106 atividades em 14 municípios do Estado; em 2015, foram 1.423 em 53 cidades, e neste ano chegou-se a 2.029 atividades realizadas em praticamente todos os municípios do Estado. O número de práticas vem crescendo em todo o Estado, fruto de uma interação entre a SECTEI e SED, exercendo a transversalidade e levando a ciência e tecnologia para o cotidiano dos alunos da rede pública do Estado.

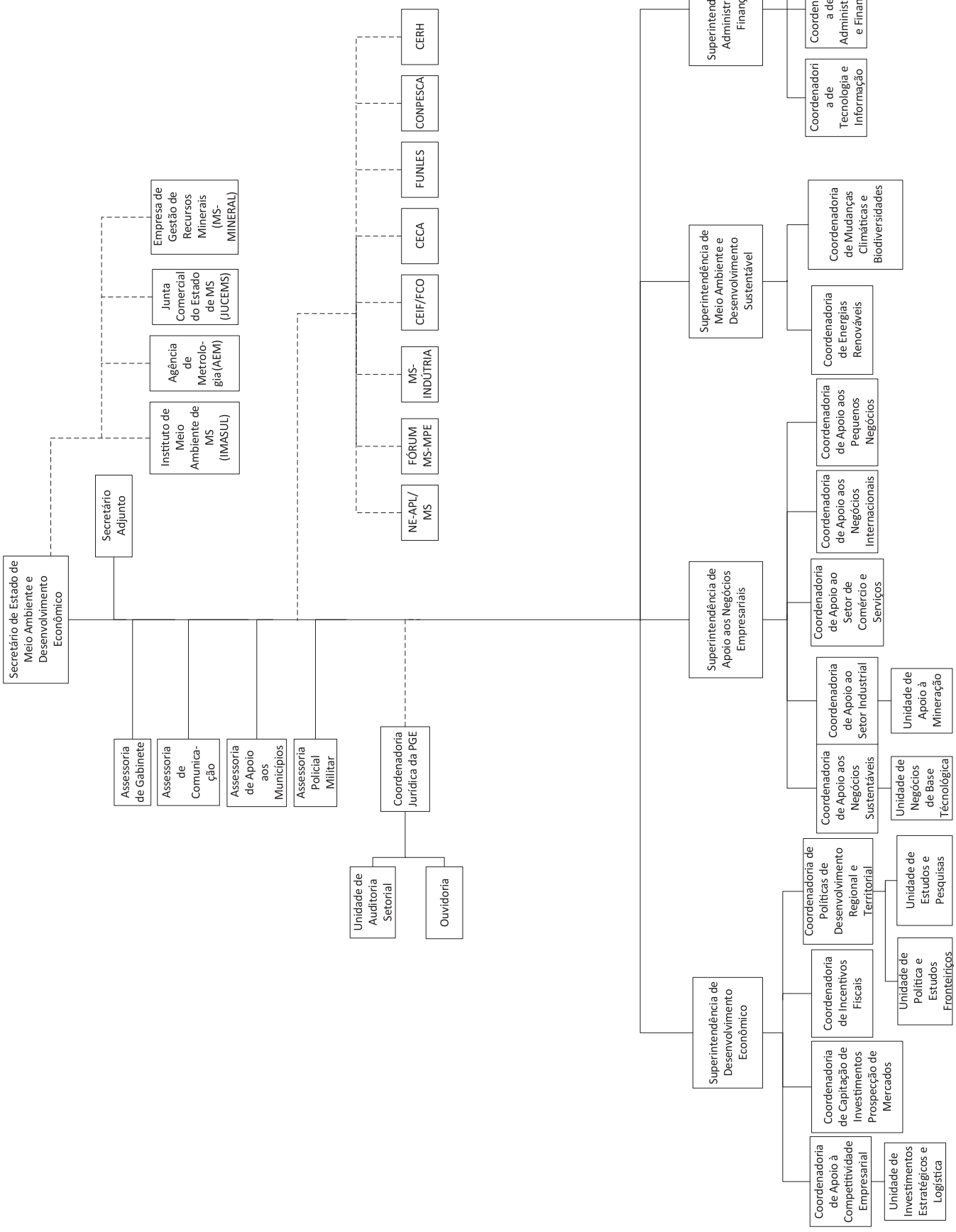
A Secretaria de Estado de Educação, por meio do Núcleo de Tecnologia Educacional selecionou 12 projetos entre as 365 escolas estaduais para serem apresentados durante a SNCT em Campo Grande, sendo eles das cidades de: Campo Grande; Coxim, Dourados, Nova Andradina, Ponta Porã, Três Lagoas, Glória de Dourados, Naviraí, Aquidauana e Jardim.

Mensagem à Assembleia Legislativa **2017**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
SEMADE

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Organograma



Entidades vinculadas:

JUCEMS- Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul.

MSMINERAL – Empresa de Recursos Minerais.

AEM/MS- Agência Estadual de Metrologia.

IMASUL- Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico tem como competência o planejamento, coordenação, supervisão e o controle das ações relativas ao meio ambiente almejando à compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade ambiental e o equilíbrio ecológico; promoção econômica e a geração de oportunidades, tendo em vista a atração, a localização, a manutenção e o desenvolvimento de iniciativas industriais e comerciais de sentido econômico para o Estado.

Atribuições

- Desenvolvimento econômico
- Desenvolvimento sustentável
- Desenvolvimento regional
- Indústria
- Comércio
- Serviços
- Negócios internacionais
- Mineração
- Atração de investimentos
- Fomento empresarial
- Negócios sustentáveis
- Negócios de base tecnológica
- Arranjos Produtivos Locais (APL)
- Cadeias produtivas
- Gestão ambiental
- Biodiversidade
- Recursos hídricos
- Recursos florestais
- Recursos pesqueiros
- Unidades de Conservação
- Educação ambiental
- Energias renováveis
- Mudanças climáticas
- Pequenos negócios
- Metrologia
- Resíduos sólidos
- Licenciamento ambiental

Direcionadores Estratégicos

- Elaborar e implementar políticas, projetos e ações que aumentem a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio e dos serviços sul-mato-grossenses;
- Promover a construção de um ambiente favorável à competitividade dos pequenos negócios;
- Atrair investimentos indutores do maior dinamismo da atividade econômica estadual;
- Transformar Mato Grosso do Sul em um Estado de referência na formulação, implementação e gestão de políticas de desenvolvimento econômico sustentável;
- Promover o desenvolvimento regional equilibrado;
- Promover a biodiversidade e os recursos naturais como diferencial competitivo do Estado, nacional e internacionalmente.

Fomento empresarial

Ações socioculturais e desportivas de promoção de qualidade de vida ao servidor

A substituição dos móveis que se encontram em desuso e inservíveis da Autarquia colaboram para o melhor desempenho no atendimento ao público. A aquisição de módulo de arquivo deslizante, traz a eficiência no atendimento ao público ao desarquivar e arquivar todo e qualquer ato referente à abertura, alteração e encerramento de empresas, junto a JUCEMS.

No âmbito da melhoria no atendimento ao contribuinte, também foi feita a reforma do Escritório Regional da JUCEMS de Coxim, em virtude de o mesmo apresentar diversos problemas estruturais, hidráulicos, elétricos e de pintura, por causa do tempo de construção. Tal ação resultará no melhor atendimento aos empresários da cidade de Coxim e região, bem como ao público em geral.

Para a adequação da legislação municipal às leis federais que regulamentam a atividade empresarial, foram implementadas as REDESIM, Junta Digital, Chancela Digital, Via Única, Emissão/Alteração/Baixa CNPJ, Viabilidade Municipal em 22 Municípios para o cumprimento da Lei 11.598/2007, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 6.884/2009 e a necessidade de redução/customização de procedimentos, colaborando significativamente para o processo de desburocratização no Brasil. Como resultado temos o aumento da competitividade/produtividade, redução da informalidade e a eliminação da burocracia no processo do registro e legalização de empresas

Atração de indústrias

Na concessão de incentivos fiscais foram realizadas ações para atração de investimentos e geração de emprego e renda para Mato Grosso do Sul resultando em R$ 720 milhões em volume de novos investimentos captados no Estado de janeiro a julho de 2016.

Atração de investimentos para o Estado de Mato Grosso do Sul através do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), por meio de concessão de financiamentos a juros baixos e outras facilidades, que permitiu a implantação, expansão, ampliação, modernização, reforma, localização ou relocalização de empreendimentos empresariais ou rurais - R$ 623.215.274,51 de utilização de recursos disponíveis no FCO (financiamentos efetivamente captados via instituição financeira operadora) de janeiro de 2016 a julho de 2016.

Gestão ambiental

Na gestão ambiental foram realizadas diversas ações e projetos para modernização e agilidade na análise de licenciamento ambiental, preservação de áreas protegidas, educação ambiental, conservação dos recursos hídricos e gestão de resíduos sólidos.

Sistema Estadual de Informação em Educação Ambiental - SisEA

O SisEA/MS é uma ferramenta que tem como finalidade cadastrar, analisar, aprovar, sistematizar, acompanhar e divulgar programas, projetos e ações de educação ambiental. O sistema fornece aos usuários a democratização e a descentralização de informações, o fácil acesso e a rapidez de respostas. Mato Grosso do Sul é pioneiro nesta questão, sendo o primeiro estado da federação a criar um sistema informatizado de educação ambiental.

Até o mês de agosto de 2016, foram cadastradas 236 ações de educação ambiental no SisEA/MS.

Dos 79 municípios do estado, sessenta e seis integram o Componente “Unidades de Conservação e Terras Indígenas” do Programa Estadual de ICMS Ecológico, cujas ações de educação ambiental foram totalmente analisadas dentro do SisEA/MS para pontuação e cálculo do rateio de receita.

O Programa do ICMS Ecológico componente Resíduos Sólidos busca:

- Melhorar a gestão dos resíduos sólidos no estado;
- Implantar e manter um cadastro estadual de gestão de resíduos sólidos, e;
- Promover a justiça fiscal por meio de definição de critérios e procedimentos de caráter qualitativo e quantitativo.

Em 2016, foram formalizados 44 processos para fins de análise do ICMS Ecológico componente Resíduos Sólidos, sendo que 36 prefeituras municipais foram pontuadas em ao menos um parâmetro analisado e oito tiveram seus requerimentos indeferidos por ausência de documentação comprobatória ou por não ter apresentado os documentos nos prazos estabelecidos.

O Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais do Estado de MS surgiu da necessidade de realização das coletas, medições em campo e análises laboratoriais das águas superficiais no âmbito do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais do Estado de MS e de fazer serviços de apoio à fiscalização e ao licenciamento ambiental, realizando as coletas, medições e análises ambientais.

Gestão e implantação dos conselhos de unidades de conservação estaduais

A implantação dos conselhos consultivos das unidades de conservação é ferramenta importante para a gestão dessas áreas protegidas, e aproxima a sociedade da proteção e do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado conforme prevê a Constituição Federal art. 225.

Foram implantados e se reunirão os conselhos das seguintes unidades de conservação:

Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema

Parque Estadual Matas do Segredo

Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari

Monumento Natural da Gruta do Lago Azul

Monumento Natural do Rio Formoso

APA Estrada Parque Piraputanga

APA Rio Cênico Rotas Monçoeiras

Rota do Desenvolvimento (PROPEQ)

O Programa Estadual de Apoio aos Pequenos Negócios (PROPEQ) constitui-se numa estratégia para promover o desenvolvimento das diversas regiões e territórios sul-mato-grossenses tendo como foco o aumento da competitividade e o potencial dinamizador que os pequenos negócios podem transbordar para as economias locais. Dessa forma, o PROPEQ está estruturado em projetos considerados fundamentais para a evolução do ambiente dos pequenos negócios. Para cada um destes projetos, serão apresentadas as propostas de políticas públicas e de ações que irão compor a Agenda Estratégica dos Pequenos Negócios do Mato Grosso do Sul, bem como, os potenciais parceiros que pactuarão a realização das mesmas.

Iniciativa: Programa Estadual de Apoio aos Pequenos Negócios

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Dayara Souza

Setor responsável: Coordenadoria de Apoio aos Pequenos Negócios – COPENE
(67) 3318-4056

Público-alvo: microempresas, empresas de pequeno porte, microempresário.

Custos

Custo executado: R$ 2.500.000,00

Resultados

Resultados obtidos com cinco Rotas do Desenvolvimento (em ordem cronológica):

- Região Norte, cidade polo Coxim: 1.088 visitantes; 757 pessoas que participaram da capacitação; 886 atendimentos, 129 receberam capacitação, 379 empresários, 431 potenciais empresários e 87 atividades e capacitação oferecida.

- Região Centro Sul, cidade polo Dourados: 1.538 visitantes, 519 pessoas que participaram da capacitação, 1.029 atendimentos, 510 empreendedores que receberam orientação, 385 empresários, 1.090 potenciais empresários, 133 atividades ofertadas.

- Região Costa Leste, cidade polo Três Lagoas: 1.054 visitantes, 501 pessoas que participaram da capacitação, 792 atendimentos, 291 empreendedores que receberam orientação, 301 empresários, 543 potenciais empresários, 73 atividades ofertadas.

- Região Pantanal, cidade polo Corumbá: 1.168 visitantes, 841 pessoas que participaram da capacitação, 956 atendimentos, 115 empreendedores que receberam orientação, 209 empresários, 832 potenciais empresários, 56 atividades ofertadas.

- Região Sudoeste, cidade polo Bonito: 929 visitantes, 781 atendimentos, 546 participaram de capacitação, 235 empreendedores que receberam orientação, 234 empresários, 530 potenciais empresários.

Resultados do PROPEQ Adensa Rodada de Negócios Três Lagoas: 130 milhões em prospecção de negócios.

Rodada de Negócios Dourados: 9 milhões em prospecção de negócios.

Competitividade do setor produtivo do estado do Mato Grosso do Sul

Com o objetivo de aumentar a percepção dos centros urbanos e dos consumidores em relação à qualidade de carne bovina brasileira e sul-mato-grossense, a Beef Week chega a Campo Grande, uma iniciativa do governo do Estado por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE) em parceria com o Sistema "S" (SEST SENAT, SENAI, SENAR/MS, SEBRAE E SENAC), FAMASUL, e ABRASEL/MS.

Público-alvo: Todos os stakeholders da cadeia produtiva da carne bovina do Mato Grosso do Sul.

Iniciativa: Realizar e/ou Apoiar Eventos locais e nacionais que promovam a competitividade do setor produtivo do estado do Mato Grosso do Sul (Beef Week)

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Amanda Irie

Setor responsável: Superintendência de Apoio aos Negócios Empresariais – SUNE
(67) 3318 4030

Custos

Custo Planejado: R$ 100.000,00

Custo Executado: R$ 100.000,00

Resultados

Aumento do movimento em vendas no setor de bares e restaurantes em torno de 20% em três dias de evento, 40 micro e pequenas empresas do ramo de alimentos da região de Bonito e Campo Grande participaram ativamente do evento.

Gestão ambiental – recuperação de créditos de autos de infração

Necessidade de criação da Unidade de Cobrança, Controle de Autos de Infração e outros Créditos, devido ao alto índice de inadimplência, bem como a estruturação de uma unidade de cobrança.

Público-alvo: Contribuinte do IMASUL e a própria entidade com o recebimento dos recursos.

Iniciativa: Elaborar e implementar programas de gestão ambiental - valores não pagos dos autos de infração (R$ 10 milhões) recuperados

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Roberto Silveira Barbosa

Setor responsável: Unidade De Cobrança, Controle De Créditos Administrativos- IMASUL
(67) 3318.5665

Custos

Sem custo de aquisições, diárias e passagens

Resultados

Até o mês de novembro foram cobrados 112% da meta prevista para o período e 83,70% da meta total.

A meta total prevista para o exercício foi de R$ 10 milhões em recuperação de créditos.

Programa Estadual de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PROFRONT)

Fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas, coordenar ações e propor um ambiente de negócios que estimule o aumento de competitividade dos pequenos negócios que visem ao desenvolvimento e a parceria de iniciativas e à implementação de políticas públicas prioritárias para a região de fronteira.

Público-alvo: O projeto tem por objetivo elaborar o Programa Estadual de Desenvolvimento na Faixa de Fronteira (PROFRONT) para promover o desenvolvimento dos municípios de Fronteira, utilizado como instrumentos a indução da competitividade dos pequenos negócios, PROPEQ como uma alternativa importante de promoção a economias dos municípios de fronteira.

Iniciativa: Elaborar o Programa Estadual de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PROFRONT)

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Daniel Massen Frainer

Setor responsável: Superintendência de Desenvolvimento Econômico (SUDE)
(67) 3318 4030

Custos

Sem custos de aquisições, diárias e passagens

Resultados

Sensibilização e envolvimento de outros setores tanto da área empresarial como de governo sobre a importância dessas ações e dos frutos na forma de resultados a serem obtidos.

Em 01de junho de 2016 foi publicado o Decreto Estadual nº 14.487 de 01 de junho de 2016 que reorganiza o Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul.

O lançamento oficial do Programa Estadual de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira ocorreu na Rota do Desenvolvimento no dia 07 de novembro de 2016.

Realizar o cadastramento de imóveis rurais no CAR/MS

Iniciativa: Realizar o cadastramento de imóveis rurais no CAR/MS

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Thais B. Azambuja Caramori

Setor responsável: DIDES/NEMAE AMBIENTAL – IMASUL (67) 3318 5712

Os indicadores do CAR/MS do Sistema IMASUL de Registros e informações Estratégicas do Meio Ambiente (SIRIEMA), em dezembro de 2016, demonstram que o Estado do Mato Grosso do Sul possui aproximadamente 80 mil propriedades rurais.

Conforme a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/2012) é obrigatório o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para todos os imóveis rurais do país. A Lei também trouxe em seu art. 53, parágrafo único, a determinação de que o registro da Reserva Legal nos imóveis a que se refere o inciso V do art. 3º (pequena propriedade ou posse rural familiar) é gratuito, devendo o poder público prestar apoio técnico e jurídico.

Por conseguinte, o IMASUL firmou Contrato de Concessão Financeira com o BNDES para o desenvolvimento do Projeto CAR/MS-BNDES/Fundo Amazônia. São beneficiários diretos os proprietários ou posseiros de imóveis rurais com até quatro módulos fiscais –MF (unidade de medida agrária variável por município) que desenvolvam atividades agrossilvipastoris.

Para promoção e apoio à inscrição prevista no Projeto foi realizada licitação e contratada empresa para realizar o cadastramento em 20.924 propriedades em 69 municípios. Com a tardia efetivação do Projeto CAR-FIP, que previa o apoio ao cadastramento em dez municípios do Estado no bioma Cerrado, está previsto para 2017 aditivo ao contrato para o cadastramento de mais 5.231 imóveis, totalizando 26.155 beneficiados.

Público-alvo: Proprietários ou posseiros de imóveis rurais com área de até quatro módulos fiscais que desenvolvam atividades agrossilvipastoris nos municípios de abrangência do Projeto CAR/MS - Fundo Amazônia.

Custos

Custo executado: R$ 827.142,68

Resultados

Até o mês dezembro/2016 foram cadastrados no CAR/MS 18.013 imóveis de até 4MF abrangendo os 79 municípios do MS. Destes, 4.076 foram realizados nos 69 municipios objeto do Projeto CAR/MS-BNDES/Fundo Amazônia.

Definição dos Valores de Referência da Qualidade dos Solos (VRQ's) para o MS

Iniciativa: Definição dos valores de referência da qualidade dos solos de MS

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Marcia Cristina de Alcântara Silva

Setor responsável: Instituto de Meio Ambiente de MS - IMASUL (67) 3318-5600

A qualidade do solo e sua proteção contra a contaminação por substâncias tóxicas são fundamentais quando se trata da manutenção da saúde humana e do meio ambiente. A Resolução Conama nº 420/09 é um importante marco para garantir a qualidade do solo, e, consequentemente, a saúde da população. A resolução estabelece diretrizes para o gerenciamento de áreas contaminadas por atividades antrópicas, e dispõe que os

valores de referência de qualidade do solo deverão ser definidos pelos órgãos ambientais estaduais. Dessa forma, e execução da iniciativa visa, não somente ao atendimento estabelecido pela Resolução, mas principalmente, a garantia da qualidade do solo no Mato Grosso do Sul, a fim de manter a saúde do homem e do ambiente, preservar a qualidade das águas e sustentar a produtividade biológica.

O objetivo da iniciativa é elaborar o Plano de Ação para Determinação dos Valores de Referência da Qualidade dos Solos/VRQ's para o MS.

Custos

Sem custos de aquisições, diárias e passagens

Resultados

A partir da elaboração do Plano de Ação para Determinação dos VRQ's do MS, está programado para 2017, o I Seminário da Qualidade do Solo do MS, com a participação de técnicos do MS e de outros estados. Durante o Seminário serão abordados temas como metodologia para estabelecimento dos VRQ's e estudos da qualidade do solo em Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Medição de vazão na rede de monitoramento da qualidade das águas do MS

A integração do monitoramento de qualidade com o da quantidade da água mostra a importância da interpretação dos dados técnicos afim de que se produzam resultados práticos para a sociedade. Esses dados são muito importantes na tomada de decisão com relação ao gerenciamento dos recursos hídricos.

Público-alvo: Sociedade em geral (órgão público, instituições de ensino e de pesquisa, comitê de bacia, usuários e etc).

Iniciativa: Implantar medição de vazão na rede de monitoramento da qualidade das águas superficiais do MS

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Francisco Gilvanci dos Santos

Setor responsável: UNILAB/GCF/DILIC/ IMASUL (67) 3318-5600

Custos

Custo executado: R$ 9.874,88

Resultados

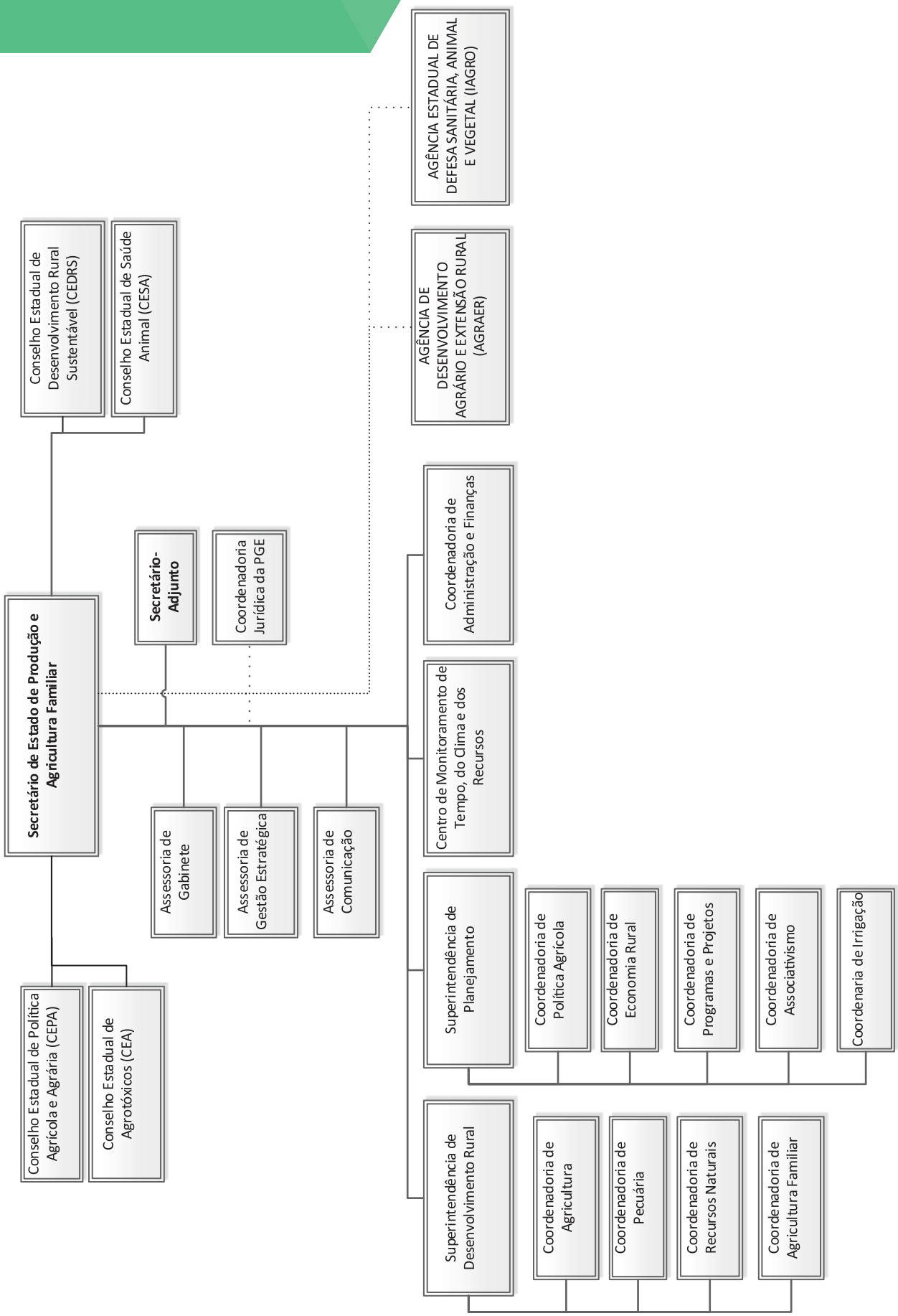
Definição dos oito pontos para medição de vazão da RMQA/MS; programação da campanha de campo para as medições de vazão; realização de oito medições de vazão simultâneas com as medições da qualidade das águas da RMQA/MS; disponibilização dos dados de medição de vazão no site do IMASUL.

Mensagem à Assembleia Legislativa **2017**

Secretaria de Estado de Produção e Agricultura Familiar **SEPAF**

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Organograma



Entidades vinculadas

IAGRO - Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal

AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

A SEPAF é responsável pelo planejamento, organização, direção e controle dos programas e projetos visando implantar políticas públicas de apoio, fomento e desenvolvimento do setor primário da economia do Estado. Propõe e executa políticas, estratégias, programas e diretrizes, objetivando o fortalecimento, o desenvolvimento e a defesa das cadeias produtivas. Gera e divulga informações do meio físico (solos e clima), acompanhamento das safras, preços, entre outras, visando subsidiar profissionais e produtores rurais para melhor condução de seus empreendimentos. Promove e incentiva a execução de boas práticas agropecuárias para a conservação dos recursos naturais, o respeito ao meio ambiente assim como o desenvolvimento econômico e social dos produtores rurais e de suas famílias.

Atribuições

- Agricultura e pecuária (empresarial e familiar)
- Produção e abastecimento
- Regularização fundiária, assistência técnica e extensão
- Defesa sanitária (animal e vegetal)
- Pesquisa agropecuária

Direcionadores Estratégicos

- Coordenar ações estratégicas objetivando o **desenvolvimento sustentável do agronegócio**:
- Infraestrutura (irrigação, energia, etc.);
- Estabelecimento de parcerias
- Acesso ao crédito;
- Informações estratégicas para os agentes produtivos;
- Pesquisa, assistência técnica e extensão rural;
- Inspeção e defesa agropecuária.
- Estimular as **práticas associativas** e o **cooperativismo** na produção, distribuição e comercialização de produtos do agronegócio.
- Fortalecer a **pesquisa agrícola**, **assistência técnica** e **extensão rural.**
- Assegurar e ampliar as ações de **defesa sanitária**, o serviço de **inspeção** e **classificação de produtos** de origem animal e vegetal.

Agricultura e Pecuária (empresarial e familiar)

A integração de atividades agropecuárias é uma das estratégias mais eficazes para maximizar os resultados obtidos em uma mesma unidade de área tanto no sentido econômico (aumento da produção), quanto no ambiental (redução da erosão do solo, da poluição das águas e do ar e da emissão de gases que produzem o efeito estufa), além de promover o aumento da ocupação de mão de obra e o desenvolvimento social das comunidades rurais.

Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

A Agraer é a instituição responsável pela assistência técnica e extensão rural pública aos agricultores de Mato Grosso do Sul, com prioridade para os Agricultores Familiares. Algumas ações públicas voltadas à garantia do abastecimento de alimentos e ao provimento de insumos básicos aos agricultores familiares destacaram-se em 2016: 280 reuniões com a participação de 5.192 agricultores familiares, em horticultura, desenvolvimento rural sustentável, programa terra vida (INCRA), meio ambiente, conservação de solo, heveicultura, produção de leite, silvicultura, feira de produtores, mandioca, aftosa e apicultura entre outros assuntos; 18.942 visitas técnicas com orientações sobre técnicas de preparo e conservação do solo, avicultura, laudos de Pronaf e resfriadores, técnicas de produção orgânica, ovinocultura, crédito rural (laudos/ projetos) e horticultura entre outros assuntos; 7 Intercâmbios e 15 dias de campo com a participação de 876 agricultores familiares em fruticultura, bovinocultura de leite, floricultura, entre outros; 51.437 famílias assistidas - com repetição - assistência técnica, capacitação, excursão, dia de campo, projetos e laudos de crédito rural, visitas técnicas e atendimento nas agências da AGRAER.

Agricultura Familiar

A SEPAF, através do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS-MS) coordena as políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar implementadas em sua maioria pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) e entidades privadas credenciadas junto ao CEDRS-MS. Dentre as principais ações desenvolvidas destacamos:

Crédito Rural; Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS); Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e Credenciamento para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Com relação ao Crédito Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um importante instrumento para alcançar os objetivos do Programa, se aplicado corretamente contribui para o aumento da produção, gera riquezas e dinamiza a economia local.

Valores aplicados pelo PRONAF - safra 2015/2016

Modalidades	Número de Contratos	Valores (R$)
PRONAF Normal	6.665	194.996.189,00
PRONAF Grupo A	1.240	12.865.179,00
PRONAF Grupo A/C	545	3.341.693,00
Crédito Fundiário	195	14.625.250,00
Total	**8.645**	**225.828.311,00**

Fonte: Banco do Brasil

Produção e Abastecimento

Programas de Desenvolvimento e Incentivos

Em ação conjunta com a Secretaria de Fazenda (SEFAZ) são implementados programas de incentivos, associados ao desenvolvimento tecnológico da produção agropecuária, que vêm sendo executados em parceria com as instituições integrantes do setor produtivo visando ao fortalecimento e à sustentabilidade das principais cadeias produtivas do Estado.

a) Programa de Avanços da Pecuária (PROAPE)

O Programa tem como objetivo a expansão e fortalecimento da produção de carnes. É composto por subprogramas voltados ao aumento do desfrute, ao incremento e à diversificação da produção de carnes de qualidade e de conformidade.

a. Subprograma Novilho Precoce

O programa tem por objetivo promover o desenvolvimento da pecuária de corte do Estado em níveis competitivos e de acordo com as boas práticas agropecuárias, produzindo animais de qualidade e de conformidade para atender a mercados mais exigentes, bem como estimular a eficiência e a eficácia dos pecuaristas, premiando com incentivo financeiro, a qualidade dos animais.

Em novembro de 2015 foi instalado o grupo misto, composto por representantes da SEPAF, IAGRO, MAPA e EMBRAPA, para realizar o estudo de reformulação do subprograma Novilho Precoce. Encontra-se temporariamente suspenso para que os produtores rurais, técnicos e indústria se adequem aos normativos que para a adoção de modernas técnicas de criação, que contribuam para a produção de animais de qualidade de carcaça superior, utilizando-se de boas práticas agropecuárias para a melhoria da sustentabilidade ambiental da atividade, e para os avanços na gestão sanitária individual do rebanho sul-mato-grossense.

Está sendo preparado o sistema eletrônico de gestão do Subprograma e sendo treinados os assistentes técnicos e funcionários dos frigoríficos. O Programa Novilho MS terá suas atividades reiniciadas em fevereiro de 2017, com novos normativos que promoverão modernização nos sistemas de produção da pecuária de corte com avanços econômicos, sociais e ambientais.

Em 2016 não houve cadastramento de produtores em função da suspensão temporária do Programa, no entanto existiam 1.012 cadastrados, até 2015, aptos a receber os benefícios em 2016. Para o abate dos bovinos, 26 frigoríficos estavam credenciados.

Resultados alcançados com o Subprograma Novilho Precoce

Indicadores	Unidade	2016
Animais abatidos	cab	552.026
Animais classificados	cab	442.209
Incentivo fiscal concedido	R$ 1,00	31.108.313,91 (*)

Fonte: Sepaf

(*) janeiro a julho

b. Subprograma Peixe Vida

O Subprograma Peixe Vida tem por objetivo fortalecer os elos da cadeia produtiva e consolidar a atividade da piscicultura no Estado, gerar emprego e renda, interiorizar o desenvolvimento, incrementando o agronegócio e promover a interação e diversificação na propriedade rural, barateando o custo para o consumidor final e incentivar o consumo de pescado no Estado.

O setor conta com frigoríficos com inspeção federal para processamento do pescado nas cidades de Itaporã, Mundo Novo, Cam-

po Grande, Dourados, Dois Irmãos do Buriti e Aparecida do Tabuado, e com inspeção estadual/municipal em Campo Grande, Itaporã, Laguna Carapã, Angélica, Três Lagoas e Dourados, melhorando a segurança alimentar e o controle higiênico-sanitário do produto.

Resultados alcançados com o Subprograma Peixe Vida

Indicadores	Unidade	2016
Piscicultores – Estado	nº	1.626
Piscicultores cadastrados - Peixe Vida	nº	107
Produção – Estado	t	13.100
Produção - Peixe Vida	t	9.000
Frigoríficos	nº	12
Lâmina d'água - Estado	ha	3.080
Lâmina d'água - Peixe Vida	ha	1.300
Tanques rede	nº	1.700
Incentivo fiscal concedido (*)	R$ 1,00	265.489,08
Municípios atendidos	nº	25

Fonte: Sepaf/Sefaz

(*) janeiro a novembro

c. Subprograma Leitão Vida

O Subprograma Leitão Vida é operacionalizado por meio de parceria entre a Sepaf, a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), e tem por objetivo fomentar a produção e possibilitar a estabilidade econômica dos produtores; apoiar a expansão da suinocultura competitiva e capaz de atender aos mercados mais exigentes; participar efetivamente do processo de capitalização do setor premiando a eficiência e a eficácia do suinocultor com incentivo financeiro; assegurar e manter a saúde do rebanho e apoiar ações para regularização das granjas suinícolas, quanto ao necessário licenciamento, junto ao órgão ambiental.

No Estado atuam quatro frigoríficos para o abate de suínos, localizados nos Municípios de Anaurilândia, Campo Grande, Dourados e São Gabriel do Oeste. As unidades de produção estão localizadas em Bandeirantes, Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Brasilândia, Amambai, Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Juti, Maracaju, Rio Brilhante.

Em maio de 2016 o Estado foi certificado como Área Livre da Peste Suína Clássica sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE.

Resultados alcançados com o Subprograma Leitão Vida

Indicadores	Unidade	2016
Produtores cadastrados	nº	307
Granjas cadastradas UPS	nº	37
Matrizes cadastradas	nº	63.251
Cevados incentivados	nº	885.514
Unidades crecheiras	nº	15
Granjas de terminação UT	nº	255

Fonte: Sepaf

d. Sub Programa Ovinocultura e Caprinocultura

Foram realizados trabalhos de transferência de tecnologias visando aumentar a quantidade e a qualidade da carne produzida por produtores organizados para conseguir escala de produção com melhores possibilidades comerciais. Também foi criada uma Propriedade de Descanso de Ovinos para Abate (P.D.O.A) que tem por finalidade a permanência temporária de ovinos até o transporte definitivo para o estabelecimento de abate localizado em Campo Grande. Outra unidade está em fase final de estruturação, em São Gabriel do Oeste.

Foram realizadas ações com vistas a: capacitar produtores; adequar Centros de Referência em Produção Ovinos de Corte para geração de tecnologias e base científica; capacitar mão de obra especializada em assistência técnica a produtores de ovinos de corte e aos trabalhadores da indústria; apoiar a infraestrutura, tais como Laboratórios de Nutrição Animal, Qualidade de Carne, Sanidade Animal e Biotecnologia, assim como promover o melhoramento genético do rebanho de ovinos; e estimular o abate fiscalizado.

e. Subprograma Avicultura/Estrutiocultura

Houve avanço significativo na melhoria genética dos animais, controle zootécnico mais efetivo, arraçoamento melhor balanceado e promoção do bem estar animal, por meio de adaptações, principalmente de climatização das granjas (construção das granjas no sistema Dark House), medidas que proporcionaram redução do período de alojamento das aves e maior rendimento da atividade. Todas as granjas integradas estão adequadas ou se adequando às exigências sanitárias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Existem no Estado 480 produtores ativos nesta atividade, envolvendo 660 aviários. Cinco indústrias realizam abate de aves, localizadas nos municípios de Aparecida do Taboado, Caarapó, Dourados, Itaquiraí e Sidrolândia, abatendo aproximadamente 170 milhões de aves por ano. Mato Grosso do Sul mantém o status de Área Livre da Doença de Newcastle.

b) Programa Leite Forte

Tem o objetivo de promover a integração das ações desenvolvidas e recursos aplicados pelos setores públicos e privados nos diferentes elos da cadeia produtiva, padronizando metodologia, investindo em capacitação de técnicos e de produtores, além de serviços de assistência técnica continuada voltadas ao incremento da produtividade e da qualidade do leite, com foco na profissionalização do setor lácteo tornando-o sustentável, eficiente e competitivo no mercado.

O programa, conta ainda, com os seguintes instrumentos auxiliares de gestão: Câmara Setorial Consultiva do Leite e o Conselho Paritário entre os Produtores e a Indústria do Setor Leiteiro de Mato Grosso do Sul (Conseleite-MS).

Através do Programa Leite Forte foram viabilizados recursos federal e estadual para implantação de projetos de desenvolvimento da pecuária leiteira nas regiões de Arranjos Produtivos Locais de Leite no Estado - APL de Leite.

Resultados alcançados com o Programa Leite Forte

Indicadores	Quantidade	2016
Técnicos capacitados	nº	120
Técnicos atuando a campo	nº	110
Técnicos na coordenação e monitoramento	nº	3
Municípios Atendidos	nº	45
Produtores Cadastrados	nº	3.300

Abrangência do Programa Leite Forte por Instituição Parceira

Ações das instituições parceiras	Nº Produtores	Nº de Municípios
AGRAER - MDA - Chamada Pública	1.700	32
SENAR - Mais Leite	750	16
IAGRO - Análise Química de Solos	2.250	78

Fonte: Sepaf - Coordenação do Programa Leite Forte

c) Programa de Desenvolvimento da Produção Agropecuária (PDAgro)

O Programa pretende incrementar a exploração das culturas de algodão, arroz, feijão, girassol, milho, sorgo e de trigo em Mato Grosso do Sul, possibilitando dessa forma o aumento da área plantada, da produtividade e dos rendimentos da cultura, mediante a concessão de incentivo fiscal e a realização de ações estratégicas e integradas com os diversos segmentos envolvidos.

O programa conta com assistentes técnicos cadastrados; contempla 38 municípios sem repetição entre culturas; atende agricultores com benefícios sociais e econômicos, gerando empregos nas cadeias produtivas. A viabilização do milho segunda safra permitiu a consolidação de sistemas integrados de produção de suínos e de aves no Estado ao promover a oferta do produto durante o ano todo para a fabricação de ração.

Resultados alcançados - PDAgro

Indicadores	Unidade	2016
Inscrições estaduais	nº	3.077
Área incentivada	ha	742.558
Produção	t	3.684.280
Municípios beneficiados - repetidos	nº	44
Incentivo concedido aos produtores (*)	R$ 1,00	82.860.600,00

(*) Valores estimados baseados nos relatórios encaminhados à SEPAF, passíveis de alterações pela SEFAZ, de acordo com a regularidade dos produtores junto ao Fisco Estadual.

Valor Referência de Pauta (VRP) - 24/10/2016	algodão	R$ 26,08/@
Valor Referência de Pauta (VRP) - 24/10/2016	milho	R$ 30,00/sc 60 kg

Programa de Recuperação de Pastagens Degradadas

Os principais componentes do Programa são: sensibilização, mobilização e capacitação de técnicos e produtores, assistência técnica, crédito, apoio a infraestrutura e logística de armazenagem e transporte e a adoção de políticas temporárias de incentivo fiscal.

Foram realizadas dez reuniões de mobilização de produtores e dez reuniões de orientação para assistentes técnicos (envolvimento de 220 técnicos de ciências agrárias). No FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste) foram anuídas 130 cartas-consulta para financiamento, para recuperação de aproximadamente 34.000 ha.

Centrais de Abastecimento de Mato Grosso do Sul - CEASA

As Centrais de Abastecimento de Mato Grosso do Sul - CEASA ofertam serviços de locação de espaço físico aos atacadistas, varejistas e agricultores para a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros.

A SEPAF/Agraer vem promovendo desde o início de 2015 ações que visam ampliar a participação do pequeno produtor no mercado consumidor interno, buscando fomentar a participação dos produtos hortigranjeiros cultivados no Estado no ambiente de comercialização da CEASA-MS.

Produção total comercializada nas dependências da CEASA em 2016 - 166.727 t. Sendo a produção total comercializada nas dependências da CEASA em 2016, produção originária de MS - 23.595t.

Municípios de MS com maior participação na comercialização: Campo Grande, Terenos, Sidrolândia, Jaraguari e Dois Irmãos do Buriti.

Centro de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAF)

Destina-se a oferecer instalações para a comercialização pelo próprio agricultor familiar e suas organizações, produtos de natureza típica (hortigranjeiros), assim como de natureza atípica (não alimentos).

Apesar de responder pelo maior porcentual da produção de hortigranjeiros no Estado, o segmento da agricultura familiar tem baixa participação nas vendas diretas ao varejo e atacado locais. Isso revela o alto grau de intermediação na comercialização desses produtos no mercado.

Com o objetivo de reverter este quadro, o Estado de Mato Grosso do Sul, através da Agraer, construiu e ofertou aos Agricultores Familiares de Mato Grosso do Sul o Centro de Comercialização da Agricultura Familiar - Pavilhão localizado na CEASA/MS com 1.782 m².

Os espaços disponibilizados (96 pedras) permitem que os agricultores realizem a comercialização de forma direta aos atacadistas e varejistas da capital e dos demais municípios do Estado, eliminando a intermediação e garantindo o comércio dos produtos a preços mais justos.

A Agraer disponibiliza as pedras aos agricultores familiares, Associações ou Cooperativas de forma rotativa, após a aprovação de cadastro comprovando ser Agricultor Familiar.

Intercâmbio permanente entre o Gestor de comercialização da CECAF/AGRAER com comerciantes e agricultores familiares para facilitação dos negócios e intermediação na comercialização: 180 agricultores credenciados e habilitados a comercializar no CECAF; comercialização de 62 toneladas de média mensal em 2016; presença média alternada de 40 agricultores familiares por mês.

Atualmente, estão credenciados pela Agraer 96 Agricultores Familiares aptos a comercializarem no CECAF.

Regularização fundiária

Regularização Fundiária - Organização Agrária

A regularização fundiária teve um crescimento de 130,26% na área total regularizada e, consequentemente, a arrecadação foi elevada em 76,39%, alcançando o patamar de R$ 1.859.770,64, recursos depositados no Fundo de Terras de Mato Grosso do Sul, e de competência de Gestão da SEPAF.

Regularização de Limites Políticos Administrativos

Trata-se de Celebração de Convênio de Cooperação Técnica firmado entre o IBGE/Governo do Estado/Agraer para revisão, análise e ou resolução dos limites políticos administrativos dos 79 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como a análise e resolução do limite interestadual com Goiás e Paraná.

Arquivo Gráfico Municipal - Convênio IBGE/AGRAER

Retomada dos trabalhos no âmbito do convênio objetivando atualização e confecção de plantas e memoriais descritivos em termos de data, carimbo, nomes, datum e marcos de fronteira dos municípios sem questões divergentes.

Quantitativo: 65 municípios sem divergências, 14 municípios com divergências.

Questões Indígenas - Agraer

Execução de serviços de localização georreferenciada, identificação da titulação primitiva, fornecimento de certidões de legitimidade dominial e cópia dos processos de titulação primitiva aos atuais proprietários rurais impactados com a identificação e reconhecimento por parte da FUNAI das Terras Indígenas: Amambaipegua - localizada nos municípios de Caarapó, Laguna Carapã e Amambai com área de 55.590 ha; e Ypoi-Triunfo localizada no município de Paranhos com área de 19.756 ha. Os documentos fornecidos aos proprietários garantem a legitimidade de suas ocupações e as garantias jurídicas necessárias à comprovação de seus domínios legais. Documentos aludidos estão no acervo técnico fundiário do Estado de Mato Grosso do Sul, sob a responsabilidade da Agraer.

Esse acervo é de toda a titulação primitiva e definitiva dos imóveis rurais localizados no território de Mato Grosso do Sul e tem papel fundamental na resolução de conflitos agrários.

Defesa sanitária (animal e vegetal)

Tem por finalidade promover, manter e recuperar a saúde animal e vegetal, a qualidade de seus produtos e subprodutos por meio da defesa sanitária animal e vegetal, o controle, a fiscalização e a inspeção dos produtos e subprodutos de origem agropecuária, além da fiscalização de insumos.

Adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA

Com o objetivo de padronizar os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal dos serviços de inspeção oficiais - municipais ou estaduais - ao Serviço Federal (SIF), como forma de garantir a procedência e a segurança alimentar de produtos como carne, leite, mel, ovos, pescado e seus derivados ofertados a população, o Governo Federal desenvolveu o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) que faz parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

Através de adesão voluntária o sistema permite que as indústrias registradas comercializem seus produtos em todo o País, desde que cumpridas as exigências estabelecidas pelo órgão coordenador, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), e possam certificar e garantir a qualidade e inocuidade dos produtos de origem animal com a mesma eficiência do SIF.

Destaca-se, como resultados, a adesão efetiva de uma indústria ao SISBI, e vários pedidos de adesão de indústrias que já são Serviço de Inspeção Estadual - SIE e vários pedidos para adesão inicialmente ao SIE para posterior equivalência ao SISBI/POA.

Processos em andamento de adesão ao SISBI/POA - 2017

Núcleo	Município	Total
Carnes	Campo Grande Maracaju Bonito	2 1 1
Leite	Campo Grande Bandeirantes	1 1
Mel	Três Lagoas	1
Ovos	São Gabriel do Oeste Maracaju	2 1

Fonte: Dipoa/Iagro

Habilitação da Região Sanitária da Fronteira do MS pela União Europeia em julho de 2016

Desde 2006 Mato Grosso do Sul não registra focos do vírus da febre aftosa. Em 2008 o Estado recebeu o status de zona livre da doença. A União Europeia (UE) ampliou para todo o Estado de Mato Grosso do Sul, a partir de 1º de julho, a área autorizada para exportar carne bovina in natura para os países do bloco econômico. Esse ano, produtores da Região de Fronteira foram

habilitados para exportar para países da União Europeia.

Isso foi possível pelo cumprimento de compromissos assumidos em 2015 pelo Governo de Mato Grosso do Sul com o Mapa e pela parceria mantida com os produtores. Entre as exigências do Ministério para encaminhamento do pleito junto à UE estavam a conclusão e manutenção do trabalho de identificação individual dos animais nos 13 municípios que compõem a região de fronteira, a continuidade das atividades de vigilância e a intensificação dos trabalhos nos postos de identificação fixos e móveis (que estão sendo reformados).

A área autorizada pela UE compreende os municípios de Corumbá e Ladário, bem como a região localizada a 15 quilômetros das fronteiras externas nos municípios de Porto Murtinho, Caracol, Bela Vista, Antônio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Japorã e Mundo Novo.

Reconhecimento do MS como Área Livre de Peste Suína Clássica pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE em Maio /2016

Segundo dados da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro), em Mato Grosso do Sul, a população de suínos passou dos 952.128 animais de 2014 para 1.025.362 em 2015, mesmo com a redução do número de granjas cadastradas que passou de 267 para 259.

O Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS), com o Regulamento Técnico do PNSS, aprovado pela Instrução Normativa nº 47, de 18 de junho de 2004, aplica-se ao controle sanitário oficial a ser realizado nos estabelecimentos de criação de suídeos que desenvolvam atividades relacionadas à produção, reprodução, comercialização, distribuição de suídeos e material de multiplicação de origem suídea, bem como impedir a introdução de doenças exóticas e controlar ou erradicar aquelas já existentes no Brasil. Além do inquérito soroepidemiológico, a Iagro é responsável pelo controle sanitário nos estabelecimentos que criam suínos, controle de trânsito animal, educação sanitária, e promoção do bem-estar animal em atendimento às exigências dos mercados nacional e internacional. Através de suas Unidades Locais, a IAGRO realizou trabalhos de vigilância ativa em 238 das 259 granjas de suínos comerciais existentes no Estado. No período, houve ainda monitoramento em frigoríficos do estado, trabalho com barreiras volantes e capacitação de técnicos e trabalhadores da cadeia produtiva.

Fiscalização do Vazio Sanitário da Soja

Cumprir e fazer cumprir o que determina a Lei nº 3.333, de 21 de dezembro de 2006, que dispõe sobre medidas sanitárias para a prevenção, o controle e a erradicação da Ferrugem Asiática da Soja. O complexo soja - grão e farelo - firmou-se como um dos principais produtos que exerce forte contribuição na balança comercial do Estado e do País, garantindo divisas e renda para os trabalhadores rurais e investimentos no setor. A ferrugem asiática da soja, causada pelo fungo Phakopsora pachyrhizie, é uma das doenças de maior importância na cultura da soja, por conta do grande potencial perdas na produtividade e pelo cumprimento do vazio sanitário da soja, que consiste em uma das medidas mais eficazes para a redução da incidência precoce do patógeno na safra seguinte. Esta medida é adotada com sucesso no MS há 10 anos e em outros 11 estados da federação.

Na campanha de 2016 foram fiscalizadas 6.030 propriedades, totalizando 1.800.029,59 hectares (74% da área cultivada com soja na safra 2015/2016). Quando no início das fiscalizações, em 2007, foram inspecionadas cerca de 37% de uma área plantada de 1.737.000 hectares. Pela 1ª vez em 10 anos de existência da lei, houve uma campanha institucional.

Pesquisa agropecuária

Geração de novas tecnologias e inovações, validação de tecnologias existentes que necessitem de adaptabilidade e que, comprovadamente, possam fazer a diferença na sustentabilidade e ou na economia da agricultura familiar.

Transferência ao corpo técnico da AGRAER e aos produtores das tecnologias e inovações geradas e ou validadas. Ênfase em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), de caráter tecnológico (aplicado) voltada à resolução de problemas ao longo da cadeia produtiva. Planejar, organizar, dirigir, avaliar, acompanhar e controlar os programas e projetos de pesquisa agropecuária da AGRAER no Estado do MS.

Outras ações

Zoneamento Agroecológico (ZAE)

O Zoneamento Agroecológico tem como objetivo apresentar indicações das áreas mais aptas a diversas explorações agrícolas, para auxiliar o processo de tomada de decisão por parte dos empreendedores privados, bem como dos formuladores de políticas públicas de desenvolvimento do agronegócio no Estado, possibilitando o planejamento dos investimentos em infraestrutura, crédito, qualificação de pessoal, logística de armazenagem, transporte, comercialização, entre outros.

Foram concluídos, em 2013, os Relatórios de Solos e de Zoneamento dos Municípios que compõem a área da bacia do rio Paraguai. Em 2016 foram preparados o projeto e o plano de trabalho, em conjunto com a EMBRAPA SOLOS, com vistas a proceder aos estudos referentes à bacia do rio Paraná, que devem ser iniciados em fevereiro de 2017.

Meteorologia Agrícola

Foram executadas ações previstas em Contrato de Repasse com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Caixa Econômica Federal, para a ampliação da rede de Estações Meteorológicas, com a finalidade de produzir informações do clima para orientar e subsidiar o planejamento agrícola, visando aumentar a produção e a produtividade da agricultura sul-mato-grossense, reduzir perdas e direcionar o seguro rural como instrumento de gestão de risco do agronegócio.

O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) opera 28 Estações Meteorológicas Automáticas de Superfície em Mato Grosso do Sul, que integram a Rede Nacional de Meteorologia. Outras dezessete estações serão instaladas, com recursos do MAPA e contrapartida do Estado, necessários para aquisição e instalação dos equipamentos da ordem de R$ 2.600.000,00.

Foram adquiridos os sensores, construídos 11 cercados de proteção das Estações que serão instaladas a partir de março de 2017, com previsão de término em setembro de 2017.

Irrigação

O Ministério da Integração Nacional - MI, juntamente com o Governo do Estado, por meio da SEPAF, preparou o Termo de Referência para contratar a elaboração do Plano Diretor de Irrigação de Mato Grosso do Sul que visa realizar estudos, analisar oportunidades e traçar diretrizes para o desenvolvimento da agricultura irrigada nos aspectos de intervenção física, ações normativas e por mecanismos de articulação de organizações locais e regionais para alavancar a irrigação no Estado de Mato Grosso do Sul.

Estão sendo mantidas negociações com o Ministério da Integração Nacional, Prefeituras e Associações de Produtores para a efetivação de projetos de irrigação com aporte de infraestrutura de uso comum com vistas a implantar polos de desenvolvimento da agricultura irrigada.

Desenvolvimento sustentável da pecuária no Pantanal

Revitalizar a pecuária pantaneira buscando garantir a integração dos produtores da região aos procedimentos sanitários estaduais a fim de promover o desenvolvimento da atividade na região e atrair novos investimentos agroindustriais.

Buscar incentivos (ITR, ICMS Ecológico, Créditos de Carbono) de tal forma que essa pecuária seja estimulada a operar de forma regulada e sustentável.

Aumentar a renda, o emprego e o bem-estar das famílias de produtores e trabalhadores da região do pantanal e sua convivência harmônica com a flora e fauna locais.

Em 2017 devemos concluir as etapas de estudos, realização de reuniões, encontros e seminários buscando a articulação dos agentes produtivos; preparação e lançamento do programa; divulgação e cadastramentos dos produtores.

Busca-se a elevação dos índices zootécnicos, sanidade animal, certificação de origem, incentivos fiscais, saúde pública, educação, melhoria dos sistemas viário, elétrico, e de comunicações da região pantaneira.

Base Florestal

Duas explorações são destaque no âmbito de atuação da SEPAF, a Erva Mate na região Sul e a Seringueira, na região Nordeste do Estado. Estão sendo desenvolvidas ações para promover a diversificação das atividades dos agricultores familiares, aumentar a renda e permitir a permanência das famílias em suas unidades de produção, além de reduzir as desigualdades regionais.

Na região da fronteira com o Paraguai está sendo incentivado o cultivo de Erva Mate, produto tradicional da região e que apresenta demanda constante e capacidade de processamento da matéria prima pelas indústrias locais. Foi celebrado Convênio com o Ministério da Integração Nacional e a AGRAER, no valor de 5 milhões de reais necessários para o fomento e orientação técnica dos agricultores familiares. Os recursos foram disponibilizados pela União em novembro.

Na região nordeste do Estado, é incentivada a implantação de polo de produção de borracha natural, com investimento do Governo do Estado na construção e aparelhamento social de uma agrovila, apoio para a multiplicação de material genético, entre outros. Há acordo para a instalação de indústria de processamento na região.

Fundos para o Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul

a) Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO

Foram analisadas pela Secretaria, aprovadas e homologadas pelo Conselho Estadual, no período compreendido entre janeiro a novembro de 2016, 1.244 cartas-consulta de financiamento dos diversos programas do FCO Rural, cujo valor dos projetos foi da ordem de R$ 792 milhões.

b) Fundo para o Desenvolvimento das Culturas de Milho e Soja (FUNDEMS)

O Projeto "Sistema de Informações Geográficas do Agronegócio, SIGA-MS" representa uma parceria entre o Governo do Estado através da SEPAF/FUNDEMS concedente dos recursos financeiros e a Associação dos produtores de Soja - APROSOJA convenente executora do projeto, já vem sendo desenvolvido a cinco safras contínuas, com início em 2009/2010 e a cada ano incorpora-se novas informações ao sistema, tais como: Levantamento do uso e cobertura do solo; Levantamento de produtividade para as culturas de soja (1ª safra e milho 2ª safra); Manutenção do SIGAWEB, disponível para toda a sociedade através da página www.sigaweb.org/ms/sistema; Monitoramento das safras com visitas às propriedades que cultivam soja e milho no Estado de MS.

Projetos apoiados pelo FUNDEMS em 2016

PROPONENTE	TÍTULO DO PROJETO	Valor (R$)
Embrapa CPAO	Posicionamento de Crotalárias	15.000,00
APROSOJA-MS	MEA-MS / MAPEAMENTO	197.560,00
APROSOJA-MS	Soja Plus 2016	476.100,00
APROSOJA-MS	Circuito de Palestras 2016	432.800,00
APROSOJA-MS	SIGAMS 2016/2017	1.280.780,00
APROSOJA-MS	Acompanhamento Parlamentar 2016	244.800,00
P. Lag. Carapã	7º Ranking da Produtividade da Soja	40.000,00
Fundação MS	Rede Ensaios e Validação Milho/Soja	1.299.620,00
Fund. Chapadão	Rede Ensaios e Validação Milho/Soja	540.000,00
FAMASUL	Ações de Fortalecimento do Sistema	371.000,00
SEPAF/EMBRAPA	Zoneamento Agroecológico	1.285.280,00
Fundação MS	SHOW TEC 2017	230.000,00
TOTAL		**6.412.940,00**

Resultados alcançados e impactos

Com o objetivo de prestar maior volume de informações confiáveis aos agentes produtivos do Estado, estão sendo intensificados os trabalhos para a ampliação da rede de coleta de dados climáticos, por meio da instalação e operação de 17 estações meteorológicas automáticas de superfície, em parceria com o Ministério da Agricultura e Abastecimento - MAPA, além de negociações para a retomada dos trabalhos do Zoneamento Agroecológico (parceria com a EMBRAPA) que visam concluir os estudos em Mato Grosso do Sul, nos Municípios que compõem a bacia do rio Paraná.

A rotação de explorações agropecuárias, a sucessão de cultivos agrícolas e integração lavoura - pecuária, lavoura - pecuária - floresta e pecuária - floresta são incentivadas e os produtores rurais estão respondendo, com reflexos expressivos tanto nas análises econômicas, quanto nas sociais e ambientais.

Destaca-se que a produção de soja cresceu 1,3% em relação a 2015, e 16,8% quando comparada a 2014. Já no caso do milho 2ª. safra os percentuais apresentam redução de 36,7% e 26,7%, respectivamente, causada por adversidades climáticas.

Em relação ao milho, a redução de produção não apresentou perdas econômicas para a atividade, conforme constatado no quadro a seguir, em que os Valores Reais Pesquisados - VRP em setembro dos três anos, atualizados pelo IPC-A (IBGE) para setembro de 2016 demonstra que o Valor Bruto da Produção é superior às safras anteriores.

Valores das safras de milho - atualizados

	2014	2015	2016
R$/sc 60 kg - setembro	15,50	20,00	30,00
VBP - nominal	2.131.539.591,67	3.184.166.666,67	4.029.925.333,33
Correção pelo IPCA	1,1945126	1,0906216	1,0
VBP - corrigido	2.546.150.899,64	3.472.720.944,67	4.029.925.333,33

Fonte: BCB - índice IPC-A (IBGE)

Também houve acréscimo de área de cana-de-açúcar colhida (13,9%) e de produção (18,6%), na comparação entre os anos de 2016 e 2015 (IBGE-LSPA).

A variação cambial favorece o comércio exterior, com exportações crescentes, incluindo nesta cesta de produtos expressivo volume de pasta de celulose, com tendência a ampliar a área com cultivo de eucalipto, na região leste do Estado.

O crescimento da área explorada com agricultura se verifica em áreas com pastagens degradadas, promovendo sua recuperação e permitindo investimentos que se convertem no aumento do rendimento da pecuária de corte. De janeiro a setembro de 2016, foram entregues aos produtores rurais de MS 1.392 mil toneladas de fertilizantes (Associação Nacional para Difusão de Adubos – ANDA), volume 9,9% superior ao mesmo período de 2015.

De acordo com o IBGE, foram abatidos, em 2015, 3.408.741 bovinos oriundos de Mato Grosso do Sul. Em 2016, a IAGRO informa o abate, até novembro, de 3.179.579 animais, sendo que foram abatidos apenas 7,4 % fora do Estado.

O IBGE informa, ainda, que o peso médio das carcaças de bovinos apresenta a seguinte evolução entre 2014 e 2016.

	2014	2015	2016
Brasil	237,8	244,5	245,7
Mato Grosso do Sul	244,1	249,8	250,6

Esta situação, juntamente com a redução da idade de abates dos animais evidencia que, mesmo com a redução da área ocupada com pastagens e do rebanho estadual, a atividade continua sendo competitiva em Mato Grosso do Sul.

O segmento da avicultura de corte apresenta avanços significativos na instalação e modernização de plantas industriais que demandam maior tecnificação e intensificação das granjas criadoras e de engorda de frangos.

Também a suinocultura avança em tecnologia, estabilização dos abates e melhoria da qualidade da carne. O Estado foi Certificado como Área Livre da Peste Suína Clássica sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE em maio de 2016.

A SEPAF e suas Agências vinculadas busca fortalecer a produção do campo, tanto junto aos empresários rurais quanto aos agricultores familiares, visando o desenvolvimento sustentável do Estado de Mato Grosso do Sul.

Pesquisas científicas e tecnologia aplicadas no desenvolvimento da agricultura familiar

Iniciativa: Divulgar as pesquisas agropecuárias

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Airton Morceli

Setor responsável: Gerência de Pesquisa / AGRAER (67) 3901-2791

A agricultura familiar consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar. O Mato Grosso do Sul possui aproximadamente 70 mil famílias de pequenos agricultores, quase duas vezes o número de 1990, quando eram 38 mil. Dados do último Censo Agropecuário mostram que os principais alimentos produzidos pelos agricultores familiares são mandioca (77%); café (68%); e feijão (56%).

Esta iniciativa fundamenta-se na implantação de projetos de pesquisas com foco no desenvolvimento da Agricultura Familiar e em sistemas de produção sustentáveis, economicamente viáveis e socialmente justos. Trata-se de implantação e condução de experimentos, avaliação dos resultados obtidos e sua utilização no aperfeiçoamento de técnicas para o desenvolvimento de produtos. Impõe-se, ainda, a estratégia de divulgar os resultados de outras pesquisas realizadas pela AGRAER e por outras instituições de pesquisas

Parceiros: EMBRAPA, FAPEMS, UFMS

Público-alvo: Agricultores Familiares e Produtores Rurais

Resultados

- Etapa concluída referente à prospecção de práticas agrícolas que contribuam com o desenvolvimento econômico e social das comunidades;
- Projetos de Cana de Açúcar, Guavira, Macaúba, Maracujá e de sistemas Agroecológicos - implantados 25 ensaios;
- Avaliação da capacidade de contribuição de quatro produtos desenvolvidos e divulgação das novas práticas com distribuição de folderes elaborados;

- Folderes referentes aos cultivos da guavira e da goiaba foram produzidos e estão sendo entregues aos produtores;
- Ensaios de cana-de-açúcar e produção de silagem encontram-se em desenvolvimento.

Valorização e Apoio à produção hortigranjeira do Estado – CEASA

Atualmente, 85% dos alimentos que chegam à mesa do sul-mato-grossense são frutos da importação de produtos cultivados em outros estados do País. De olho nesse dado alarmante, a Agraer (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural) promove desde o início de 2015 ações que despertem o pequeno produtor para as reais necessidades do mercado consumidor interno.

Esta iniciativa objetiva aumentar a participação dos produtos hortigranjeiros cultivados no Estado no ambiente de comercialização da CEASA-MS

Iniciativa: Apoiar a organização, produção e comercialização eficiente de produtos hortigranjeiros

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Jaime Balejo

Setor responsável: CEASA – Agraer
(67) 3318-5000

Público-alvo: agricultores familiares do Estado

Custos

Custo executado: R$ 51.500,00

Resultados

- Encontro de negócios entre produtores rurais e comerciantes da CEASA
- Foram realizados cinco encontros de negócios entre comerciantes da CEASA e agricultores familiares do Estado, com a participação dos extensionistas da AGRAER.
- Realizadas cinco palestras técnicas sobre cultivo de banana, mamão, abacaxi, batata doce e abóboras: Participação de 50 comerciantes da CEASA, 700 agricultores familiares de 20 municípios e 40 assentamentos rurais.
- Emissão de boletins diários sobre preços de produtos comercializados na CEASA, atualizando os agricultores sobre os valores dos produtos comercializados: informativos de volumes de produtos comercializados, origens dos produtos, relação de comerciantes e informações técnicas no site da CEASA. http://www.ceasa.ms.gov.br/
- Intercâmbio permanente entre o gestor de comercialização do CECAF/AGRAER com comerciantes e agricultores familiares para facilitação dos negócios e intermediação na comercialização: 180 agricultores credenciados e habilitados a comercializar no CECAF; comercialização de 62 toneladas de média mensal em 2016; presença média alternada de 40 agricultores familiares por mês.

Serviços prestados ao produtor

A iniciativa surge em face da necessidade de se preservar a estrutura da instituição, bem como promover melhor qualidade nos serviços prestados e oferecer para o produtor sul-mato-grossense um espaço funcional e confortável, haja vista as estruturas prediais dos escritórios da IAGRO apresentarem danos e estragos decorrentes da ação de fatores climáticos e da utilização de longos anos sem reformas, comprometendo o bem-estar dos funcionários e produtores. Essas demandas surgiram das reivindicações dos produtores e dos servidores que atuam na agência IAGRO.

Iniciativa: Melhorar a qualidade dos serviços prestados ao produtor

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: **Roberto** Siqueira Bueno

Setor responsável: Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO)
(67) 3901-2680

A nova gestão pública, chamada também de reforma gerencial, busca a modernização dos processos públicos de forma a melhorar os serviços prestados pelo governo, prezando por sua eficiência e qualidade, objetivando a melhoria contínua do sistema.

O plano prevê a reforma predial de oito postos fixos de fiscalização da IAGRO, objetivando reparar a estrutura física, promover a sanidade agropecuária, melhorar a qualidade da saúde pública, manter a segurança alimentar e o desenvolvimento do agronegócio do estado de Mato Grosso do Sul, otimizando seus recursos humanos e financeiros.

Público-alvo: Produtor rural em geral.

Custos

Custo executado: R$ 419.134,00

Resultados

Realizado Destaque Orçamentário para a AGESUL - R$ 293.008,16 referentes aos Postos Fixos dos municípios: Ponta Porã, Amambai, Mundo Novo, Sete Quedas, Bela Vista, Porto Murtinho (reforma em estágio de pintura com término previsto para 28 de novembro) e Bonito.

Realizado Destaque Orçamentário para a AGESUL, na ordem de R$ 126.126,44, referente aos Postos Fixos dos municípios: Guia Lopes da Laguna e Miranda.

Reforma do Posto Fixo de Porto Murtinho

Outras entregas relacionadas

- Obra Unidade Local / Bataguassu – autorizado, via despacho SEPAF em 9 de novembro, o valor de R$ 288.749,67 – no aguardo de providências para destaque orçamentário.
- Obra Unidade Local / Ponta Porã- autorizado, via despacho SEPAF em 9 de novembro, o valor de R$ 213.238,96 – no aguardo de providências para destaque orçamentário.
- Reforma da unidade central: autorizado, via despacho SEPAF em 9 de novembro, o valor de R$ 16.524,23 para adaptação de WC no quesito acessibilidade - PNE– em providências para destaque orçamentário.

Capacitação em Educação Sanitária

Mato Grosso do Sul tem um rebanho de bovinos com 20,6 milhões de cabeças. Embora tenha havido melhorias significativas dos índices zootécnicos e na qualidade e conformidade do produto, ainda persistem na atividade, deficiências quanto ao uso de tecnologias disponíveis e gerenciamento da maioria dos estabelecimentos produtores. A cisticercose é a zoonose que mais frequentemente causa a condenação de carcaças de bovinos, causando perdas econômicas associadas à produção de alimentos, além de limitar as possibilidades de exportação de carne, diminuindo o prestígio dos países produtores e o valor de seus produtos.

Iniciativa: Estruturar o plano estadual de capacitação em educação sanitária

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Terezinha Clea Signorini Feldens

Setor responsável: Divisão de Educação Sanitária - DES/IAGRO (67) 3901-2791

Esta iniciativa tem por objetivo capacitar 300 profissionais de assistência técnica e extensão rural nas temáticas da defesa agropecuária – cisticercose e agrotóxicos, integrando as iniciativas pública e privada na disseminação das formas básicas de prevenção da doença e o uso correto de agrotóxicos.

Público-alvo: fiscais e agentes da IAGRO e da AGRAER, técnicos do SENAR, estudantes e outros interessados

Custos

Custo executado: R$ 9.687,39

Resultados

Almeja-se o manejo sanitário adequado do rebanho de acordo com a legislação vigente e melhorias na destinação e uso correto de agrotóxicos, aprimorando a qualidade dos produtos oriundos da agropecuária sul-mato-grossense em consonância com o bem-estar animal e com a produção sustentável.

Ao todo, 365 pessoas foram capacitadas nos temas cisticercose e uso correto de agrotóxicos e destinação de embalagens vazias. São fiscais e agentes estaduais agropecuários; agentes de assistência técnica e extensão rural; instrutores do SENAR/MS e agentes de saúde pública.

As capacitações ocorreram em oito municípios (Anastácio, Nova Andradina, Dourados, Campo Grande, Naviraí, Três Lagoas Coxim e Ponta Porã) e atenderam técnicos de todo o estado.

Capacitação em Campo Grande – Iagro Central

Programa de Recuperação de Pastagens

Iniciativa: Implementar o Programa de Recuperação de Pastagens

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Rafael Geraldo de Oliveira

Setor responsável: Assessoria de Gabinete – SEPAF (67) 3901-2791

A "conquista" dos Cerrados deveu-se ao financiamento público diferenciado para a abertura de novas áreas e melhorias dos sistemas de produção agropecuários a partir dos novos conhecimentos científicos e tecnológicos. Se, por um lado, as tecnologias e incentivos permitiram extraordinário aumento da produção, por outro, o uso intensivo e inadequado do solo levou uma extensa área à degradação.

Inserido nas diretrizes estratégicas de nosso Governo, este programa objetiva recuperar e manter a capacidade produtiva de áreas com pastagens degradadas, promover o aumento da produção, da produtividade e da renda na agropecuária; ampliar a competitividade do setor; fortalecer as cadeias produtivas e possibilitar a melhoria da qualidade de vida ao sul-mato-grossense.

Público-alvo: Produtores rurais

Resultados

Foram realizadas dez reuniões de mobilização de produtores e nove reuniões de orientação para assistentes técnicos. Encontra-se em preparação o sistema eletrônico de acompanhamento, gerenciamento e controle do Programa "Terra Boa".

Foram anuídas 117 Cartas-Consulta para financiamento pelo FCO, para a recuperação de pastagens degradadas em área de 30.000 ha.

Identificação de bovinos na região de fronteira

Iniciativa: Concluir a identificação individual dos bovinos dos municípios de fronteira

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Rubens de Castro Rondon

Setor responsável: IAGRO (67) 3901-2656

O controle individualizado por meio da identificação eletrônica, rastreamento e monitoramento automatizado, é uma das maneiras mais adequadas para obter informações realísticas sobre um determinado rebanho, proporcionando o maior e melhor domínio sobre os eventos sanitários ocorridos ao longo da vida de cada animal e consequentemente subsidia, com maior presteza, as medidas necessárias para que seja mantida a sanidade pecuária.

Em Mato Grosso do Sul, cujo rebanho bovídeo é dos maiores do Brasil, tal controle seria extremamente positivo se fosse implantado por todos os produtores rurais, pois com o rigor do processo, seriam minimizadas as possibilidades de ocorrerem enfermidades no rebanho. A prática garante não somente a segurança sanitária dos alimentos de origem animal consumidos, mas também favorecendo a economia do Estado, que ficaria menos suscetível à ocorrência de eventos de ordem sanitária.

Na região fronteiriça de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia, em decorrência de vários eventos sanitários relacionados à febre aftosa já registrados - que causaram elevados prejuízos econômicos e sociais, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e o Governo Brasileiro estabeleceram que o efetivo controle sanitário do rebanho bovídeo da área seria de responsabilidade não só do Produtor Rural mas também do Estado, por meio da sua Agência de Defesa Sanitária (IAGRO).

IAGRO implantou esta modalidade de controle e está disponibilizando, de forma gratuita ao produtor rural, a identificação de todo rebanho bovídeo apascentado nas propriedades localizadas na região de fronteira, tendo criado um Sistema Informatizado de Rastreabilidade e Monitoramento, plenamente integrado ao seu sistema original, o SANIAGRO, em que os animais são identificados com um dispositivo eletrônico de alta frequência que permite armazenar dados que os identifiquem a qualquer tempo. Os Produtores recebem um Cartão Magnético com função de Certificado Digital para uso nas operações de emissão de GTA e NFP, que são expedidas diretamente na Propriedade Rural.

Público-alvo: Produtores rurais das cidades de Corumbá, Caracol, Porto Murtinho e Bela Vista.

Custos

Custo executado: R$ 207.839,00

Resultados

Concluída a identificação em Corumbá e Caracol (73 mil bovinos identificados). Em Porto Murtinho já foram identificados 42.932 animais, restando 74.315. Em Bela Vista a previsão é identificar 154.889 animais.

“Novilho Precoce”

O Subprograma “Novilho Precoce” , criado no ano de 1992, foi um forte instrumento de melhorias técnicas na produção de bovinos de corte do Estado de Mato Grosso do Sul, que hoje é reconhecidamente, o detentor da melhor carne bovina de qualidade no país. Porém, em decorrência de seu tempo de existência, havia a necessidade de passar por ajustes, o que levou o Governo a criar um grupo de trabalho com vistas a propor normativos visando a modernização dos processos de produção.

Desta forma, o Decreto Nº 14.526, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, de 29 de julho de 2016, trouxe em seu bojo a reestruturação do Subprograma Novilho Precoce, agora designado Subprograma de Apoio à Modernização da Criação de Bovinos – “Precoce MS”.

Iniciativa: Adequar os programas especiais de apoio à pecuária – alterar a regulamentação do Programa Novilho Precoce

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Gladys Moreira Espindola

Setor responsável: Coordenadoria de Pecuária (67) 3318-5009

Resultados

Em 30 de agosto de 2016, para operacionalização do novo subprograma, foi publicado no Diário Oficial do Estado a Resolução Conjunta SEFAZ/SEPAF N.069/2016, posteriormente consolidada com a Resolução Conjunta SEFAZ/SEPAF N.070/2016.

Melhorias Técnicas

Agregação de atributos de qualidade e valor à cadeia produtiva da bovinocultura de Mato Grosso do Sul, a exemplo da adoção das boas práticas agropecuárias, protocolos de gestão sanitária individual de animais, sistemas sustentáveis de utilização de áreas com capacidade de apascentamento abaixo do potencial existente ao associativismo; à melhoria do peso e da cobertura de gordura dos animais, além de oferecer padrão seguro e confiável dos seus produtos aos mercados nacional e internacional.

Aumento da segurança no controle

- Por meio de mecanismos que exijam maior empenho e compromisso dos responsáveis técnicos pelos empreendimentos pecuários sob sua orientação.
- Utilizando modelos estatísticos, baseados em situações reais obtidas nos mapas de abate dos frigoríficos do Estado para verificar o comportamento dos abates realizados com incentivos do Programa;
- Ao compromisso dos estabelecimentos frigoríficos credenciados, de disporem e utilizarem equipamentos de coleta/ transmissão de dados e informações, sobre a tipificação de animais.
- Ao compromisso dos estabelecimentos frigoríficos credenciados, de fazerem o pagamento de eventuais bonificações, por depósito bancário, na conta do beneficiário, após o abate;
- Ao compromisso dos estabelecimentos frigoríficos credenciados utilizarem serviços de classificadores independentes devidamente habilitados e acreditados.

Informatização

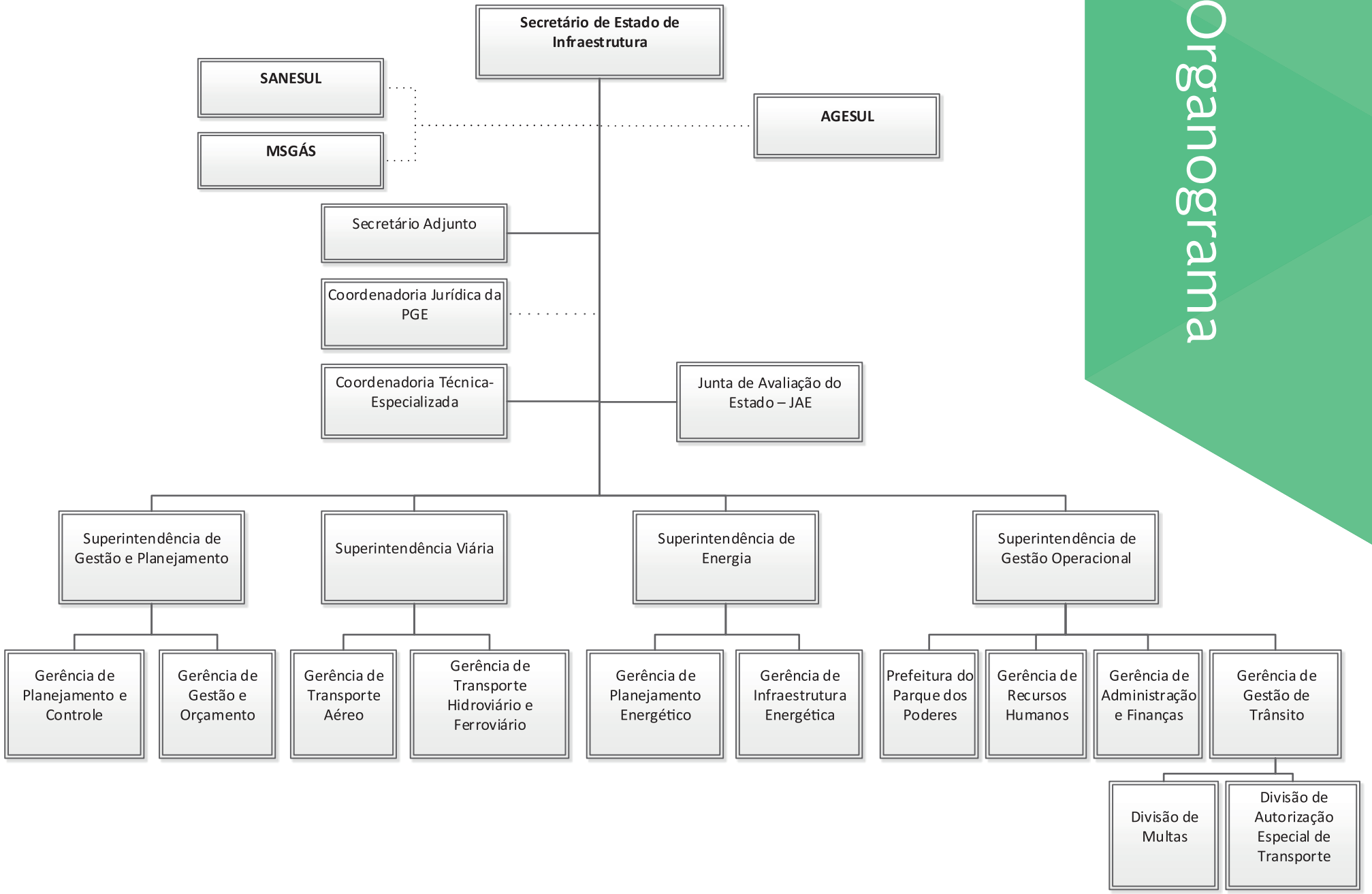
Desenvolvimento de sistema eletrônico que envolve todas as fases de execução do programa, com transmissão de informações das avaliações em tempo real. As novas regras foram elaboradas com a participação de entidades e lideranças representativas do setor produtivo e passarão a valer a partir de fevereiro de 2017. Foram realizadas cinco capacitações com a participação de 109 profissionais que assistem tecnicamente aos produtores. A partir de janeiro de 2017, haverá o credenciamento das indústrias frigoríficas e a capacitação de classificadores e tipificadores de carcaças das empresas independentes.

Mensagem à Assembleia Legislativa **2017**

Secretaria de Estado de Infraestrutura
SEINFRA

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Organograma



Entidades vinculadas

AGESUL – Agencia Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul.

A SEINFRA tem como competência o estudo, a proposição e o desenvolvimento das políticas públicas de viação, integração de transportes, infraestrutura, obras públicas e a gestão da política de distribuição de gás natural, energia, saneamento básico, especialmente quanto ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, em articulação com as políticas de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

Atribuições

- Obras Civis
- Obras Viárias - incluindo rodovias, infraestrutura urbana e pontes
- Saneamento
- Energia
- Gás

Direcionadores Estratégicos

- Assegurar a conservação e manutenção de rodovias
- Analisar viabilidade da troca de pontes de madeira por concreto ou metálica
- Incrementar a logística fluvial: Porto de Murtinho e Porto de Bataguassu
- Melhorar as condições do transporte ferroviário no Estado
- Expandir a eletrificação rural
- Programa “Luz Para Todos” no Pantanal
- Buscar oportunidades em energia
- Analisar potencial de geração de energia alternativa
- Identificar oportunidades comerciais na MSGÁS
- Buscar parcerias com agentes privados e Governo Federal na viabilização das obras logísticas em diferentes modais
- Atuar na universalização do saneamento básico e adequar as ações para as comunidades rurais

Com o compromisso de dotar o Estado de Mato Grosso do Sul de infraestrutura logística eficiente e permanente, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Infraestrutura e de suas vinculadas, acompanharam uma programação definida das obras prioritárias dentro das diversas regiões do Estado, contemplando a recuperação, a pavimentação e a manutenção de rodovias, e também a recuperação e a manutenção de pontes.

Um resumo das atividades do órgão, no período de janeiro a setembro de 2016, está disposto na Tabela 1.

Relatório resumido das obras e serviços em execução/concluídas com pagamento entre janeiro e setembro de 2016.

Obras e serviços	Valor pago de jan. a set. de 2016 (R$)*
Pavimentação asfáltica e implantação de rodovias	39.999.429,72
Infraestrutura urbana - Pavimentação asfáltica, restauração e drenagem urbana	27.304.165,16
Restauração, conservação e manutenção de rodovias	154.148.760,06
Construção, reforma e manutenção de pontes	20.985.943,66
Apoio técnico para fiscalização e controle de qualidade	44.479,70
Projetos executivos	11.149.584,91
Manutenção de equipamentos e equipes de trabalho	9.369.809,49
Despesa de exercícios anteriores	15.488.330,68
Aquisição de veículos de apoio	1.982.000,00
TOTAL GERAL	280.472.503,38

* Estes valores consolidados para o FUNDERSUL são gerados trimestralmente. Os valores até dezembro estarão disponíveis em janeiro de 2017.

Obras Civis

A SEINFRA/AGESUL executa obras civis e serviços referentes as demais Secretarias de Estado. Estes dados estão disponíveis através das mesmas, pois possuem, por meio da LOA, os recursos financeiros e o planejamento de suas necessidades.

Obras viárias

Com vistas à melhoria das condições de vida da população, o Governo do Estado contratou obras para a implantação e conservação de infraestrutura urbana e drenagem de águas pluviais em diversos municípios de Mato Grosso do Sul. Os valores investidos pela SEINFRA/AGESUL no período de janeiro a setembro de 2016 somaram **R$ 27.304.165,16**.

Visando aprimorar a qualidade dos serviços e a redução nos custos finais das obras, o Governo do Estado investiu cerca de **R$ 11.194.064,61** em 2016, executando os seguintes serviços: projetos executivos de obras, estudos de viabilidade técnica e impacto ambiental, e plano básico ambiental.

Para garantir a capacidade operacional da Secretaria de Estado de Obras Públicas e de Transportes, foram aplicados no exercício de 2016 um total de R$ 9.369.809,49 em manutenção e recuperação do parque de máquinas das unidades regionais da AGESUL. Os investimentos incluem a manutenção de equipamentos, o fornecimento de peças e serviços, a aquisição de óleos lubrificantes e combustíveis e o repasse de verba para as regionais da AGESUL.

No ano de 2016, o Governo do Estado desenvolveu um conjunto de obras de pavimentação e restauração asfáltica, onde foram concluídas e entregues obras nas rodovias MS-180 e MS-316. Encontram-se também contratadas e em execução a pavimentação e restauração de mais de 110 km de rodovias, bem como a conservação e manutenção da malha viária do Estado.

Como forma de garantir a boa circulação entre os municípios e assegurar o transporte da produção estadual, o Governo do Estado, por intermédio da AGESUL/SEINFRA, realizou em 2016 o investimento total de R$ 20.985.943,66 em conservação, reforma e a construção de pontes de madeira e concreto.

Com o objetivo de melhor atender a extensa malha viária do Estado, melhorar as condições de trabalho dos profissionais e estruturar as suas atividades em área de difícil acesso, o Governo do Estado modernizou a frota de veículos da AGESUL através da aquisição de 19 veículos para as 17 regionais da agência, um investimento de **R$ 1.982.000,00**.

Iniciativas presentes no contrato de gestão 2016:

- Pavimentar rodovias no Estado
- Realizar a implantação de Rodovias
- Restaurar rodovias pavimentadas
- Perenizar travessias, obras de artes especiais e reformas de pontes.
- Atender municípios com restauração, pavimentação asfáltica e drenagem urbana.

Saneamento

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (SANESUL) foi criada em 1979 para melhorar a qualidade de vida da população sul-mato-grossense através de ações de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Com isso, o compromisso da SANESUL em relação à sociedade é manter a universalização do abastecimento de água nas localidades operadas e elevar progressivamente o índice de esgotamento sanitário alinhado ao desenvolvimento sustentável, assegurando a saúde, elevando a qualidade de vida e o bem-estar da população.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Com o objetivo de despertar a consciência ambiental e a importância da preservação dos recursos hídricos, a Sanesul desenvolve trabalho de educação ambiental junto às populações atendidas com os sistemas de saneamento. A finalidade das ações realizadas destina-se a apoiar o entendimento e as consequências quanto ao uso correto da água e da rede de esgoto, bem como informar que a obra está finalizada e de despertar a população para a importância de estar ligado ao sistema de esgotamento implantado. Dentre as atividades executadas, destacam-se as visitas às estações de tratamento da empresa, com palestras direcionadas a alunos e à população em geral. São utilizados materiais pedagógicos e é recorrente a participação em feiras de ciências, blitz educativas, cartilhas infantis, folderes educativos e brindes. As ações são coordenadas pela Gerência de Meio Ambiente e Ação Social (Gemam) da Sanesul, com a participação de empregados das localidades e das mais diversas áreas da empresa.

GESTÃO COMERCIAL

Em 2016 foram desenvolvidas ações para aumentar o faturamento real na coleta de esgoto e no abastecimento de água, ter maior confiabilidade nos dados cadastrais, redução de perdas e reduzir a incidência de fraude. Com a substituição de 41.125 hidrômetros com mais de cinco anos, as perdas têm sido reduzidas gradualmente, ano após ano, melhorando sobremaneira o controle desse importante componente, sobretudo, nas ligações com consumo zero, com submedição e fraudes, resultando em

um melhor rendimento da medição. Além disso, existe o crescimento vegetativo, que implica no aumento constante das quantidades de ligações, cerca de 14.000 por ano.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A necessidade de atualização tecnologia torna-se indiscutível, uma vez que estas melhorias são necessárias para disponibilizar aos usuários internos ferramentas mais intuitivas e de melhor navegabilidade. Para tanto, foi desenvolvida e implantada a nova Versão Web do Sistema de Informações Básicas Operacionais, bem como aplicativo para coletar as informações em campo utilizando Device Mobile, a remodelagem na Novo Site da Sanesul e o desenvolvimento e implantação do software SAISNet - Sistema de Avaliação, Imagem e Segurança - para atender a Gerência de Desenvolvimento Empresarial, que, através de visitas periódicas, registram imagens, vistoriam instalações físicas entre outras atividades, as quais são registradas neste sistema e avaliadas pelos membros da gerência que pontuam cada item avaliado, criando um índice por processo.

Desenvolvimento/Remodelagem e Implantação do software SAAR - Sistema de Analise de Água das Regionais e Laboratório - desenvolvido para atender os processos internos dos laboratorios das regionais.

EXPANSÃO DA ÁREA DE COBERTURA

A ampliação e melhorias de mstações de tratamento de água existentes realizou-se por meio da implantação de ligações domiciliares, rede distribuição de água, melhorias e ampliações de estações de tratamento de água existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população atendida nos municípios com concessão e operação direta pela SANESUL. Foram implantadas 1.977 ligações domiciliares de água e executados 20.487 metros de redes distribuição.

GESTÃO DA QUALIDADE

A GECSA tem como atividade o monitoramento da Qualidade da água distribuída para consumo humano de acordo com a Portaria 2914 e da ETEs (Estações de tratamento de Esgoto e seus Corpos Receptores para atender às condicionantes de outorga do IMASUL e à operação pela SANESUL). Possuindo um laboratório Central, realiza as análises de maior complexidade e os dez Laboratórios Regionais realizam as análises de maior frequência. Ao laboratório Central cabe a análise de 175 Saídas de Tratamento semestralmente em 58 parâmetros – Portaria 2.914 (totalizando 20.300 parâmetros analisados) - 16 Mananciais Superficiais mensalmente em 23 parâmetros – Resolução Conama (totalizando 4.416 parâmetros analisados) - 360 poços anualmente em 52 parâmetros – Conama 396: 55 ETES mensalmente (Entrada/Saída/Montante/Jusante de 19 parâmetros. Totalizando 50.160 parâmetros analisados). Fabricação de Reagentes para todos os laboratórios da SANESUL: Laboratório Central, Laboratórios Regionais de Água, Laboratórios Operacionais de ETAs e ETEs. Laboratórios Regionais (10) de Controle de Água realizam análises de sete parâmetros em 60 mil amostras por ano.

Iniciativas presentes no contrato de gestão 2016:

- Promover a universalização do abastecimento de água potável
- Redução das Perdas em Sistemas de Abastecimento de Água
- Expandir o atendimento com cobertura de esgotamento sanitário

Energia

Em 2016, os destaques de contratação da SEINFRA/AGESUL no setor de energias foram: (a substituição de cinco transformadores, sendo três no município de Campo Grande, um em Aquidauana e um em Naviraí; a instalação de um transformador no município de Caracol e um em Ponta Porã; e obras de manutenção de iluminação pública na rodovia MS 156, no Parque dos Poderes em Campo Grande e na ponte rodoferroviária entre MS e SP.

Transformadores

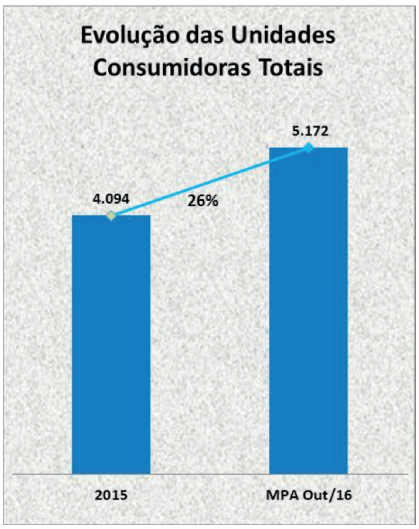
Gás

A Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul – MSGÁS foi criada em 21 de maio de 1998, pela lei Estadual nº 1.854, para ser a concessionária dos serviços de distribuição de gás natural no Estado de MS. O Contrato de Concessão foi assinado em 29 de julho do mesmo ano, com vigência até 29 julho de 2028, podendo ser prorrogado por igual período. A MSGÁS é uma empresa de economia mista, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, cujos acionistas são o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul com 51% das ações e a Gaspetro com 49%.

O início das atividades operacionais da MSGÁS se deu em 2001, com o fornecimento de gás natural para a Usina Termelétrica Willian Arjona, em Campo Grande – MS. Atualmente, a MSGÁS possui unidades operacionais nos municípios de Campo Grande, Três Lagoas e Corumbá. A missão da MSGÁS é "Ser o fornecedor de produtos e serviços de energia que satisfaçam as necessidades dos clientes em segurança, sustentabilidade e confiabilidade." O Mapa Estratégico da MSGÁS, figura abaixo, sintetiza o planejamento de curto e longo prazo.

A MSGÁS consolidou projetos de expansão da Rede de Distribuição de Gás Natural com foco no atendimento aos segmentos industrial, residencial e comercial em Campo Grande e Três Lagoas, o que vai garantir um incremento em volume e quantidade de clientes.

Com previsão de atender a 5.172 unidades consumidoras, até dezembro/2016, utilizando gás natural, a MSGÁS aumenta em 26% a sua carteira de clientes, com expressivo crescimento no segmento comercial.



Expansão da Rede de Fornecimento de Gás

A expansão de rede prevista até dezembro/2016 é de 16 km, principalmente em Polietileno de Alta Densidade - PEAD. Vale ressaltar que o Polo Empresarial Oeste, área prioritária para implantação de indústrias em Campo Grande-MS, foi dotado de rede de infraestrutura de gás natural atendendo às indústrias já instaladas e atraindo novas. A expansão da rede de distribuição de gás natural totaliza 274 km.

No decorrer do ano foram executados projetos de ampliação e melhoria no fornecimento do gás natural, sendo algumas iniciativas contempladas no contrato de gestão e demais projetos relacionados abaixo:

Estudos e Projetos para Ampliação da Rede

Formar uma carteira de projetos que propicie a expansão da rede de distribuição de gás natural considerado o desenvolvimento urbano dos municípios de Campo Grande e Três Lagoas é o principal objetivo desta ação.

Foi contratada a execução de aproximadamente 35 km de projeto, sendo 18,3 km para o município de Três Lagoas, possibilitando o crescimento da rede com segurança e confiabilidade operacional. O projeto prevê a expansão da rede para as Zonas Urbanas, adensando na Zona Comercial para propiciar o atendimento ao comércio local.

Em Campo Grande, a expansão é de aproximadamente 16 km e prevê a construção de rede em diferentes regiões urbanas seguindo a rota de crescimento e desenvolvimento local. Ruas importantes como Brilhante, Duque de Caxias e Marques do Lavradio são contempladas nos projetos.

Os projetos direcionam as futuras implantações de rede da MSGÁS.

Sistema Supervisório

Projeto de melhoria operacional e de segurança da rede de distribuição de gás natural com monitoramento e telemedição, contando com alarmes ativos para envio de e-mail e SMS para os operadores de plantão. O Sistema Supervisório permitirá uma estrutura de monitoramento eficiente e moderna para as principais estações de clientes (térmicas, indústrias e postos GNV), além das unidades operacionais da MSGÁS, reduzindo o tempo de resposta da MSGÁS às anormalidades que eventualmente ocorram dando mais agilidade, confiança, qualidade e segurança aos processos operacionais. O investimento total é de R$1,2 milhão.

Diversificação dos Canais de Relacionamento com os Clientes

Com o objetivo de melhor atender e estar cada vez mais próxima dos clientes e da sociedade a MSGÁS ampliou os canais de atendimento.

MSGASApp

O aplicativo foi desenvolvido pela MSGÁS e está disponível, desde julho/2016, na Apple Store e na Google Play. Por meio dele o cliente tem acesso aos serviços de:

- Segunda via de Fatura: permite enviar a segunda via de uma fatura ou o seu código de barras para o e-mail do cliente;
- Atualização de Boletos: permite gerar um novo boleto quando já se encontra vencido;
- Histórico de Consumo: permite visualizar um gráfico com histórico de consumo em valor e volume dos últimos 6 meses;
- Quitação de Débitos: permite enviar a quitação anual de débitos para o e-mail do cliente;
- Fale Conosco: permite criar um contato entre o cliente e a companhia.

URA – Unidade de Resposta Audível

A MSGÁS ativou novo atendimento telefônico para clientes e/ou pessoas interessadas no Gás Natural. O cliente receberá um atendimento direcionado e objetivo e as ligações ficarão registradas. O novo sistema atende às normas reguladoras do serviço de distribuição de gás natural canalizado estabelecidas pela AGEPAN.

Iniciativas presentes no contrato de gestão 2016:

- Início de operação do ramal ADM, em PAU, em Campo Grande/MS.
- Início de operação do ramal Eldorado, em Três Lagoas/MS.
- Expansão da rede de distribuição de gás natural no Estado

Implantar, pavimentar e restaurar Rodovias no Estado

Melhorar e ampliar a infraestrutura viária do estado é uma maneira de incentivar o crescimento, garantindo a sua utilização para o transporte eficiente e mais seguro da população e para o escoamento da produção agropecuária estadual.

Público-alvo: População de Mato Grosso do Sul

Custos*

Pavimentação e Implantação

Custo executado: R$ 39.999.429,72

Restauração, conservação e manutenção

Custo executado: R$ 154.148.760,06

* Os relatórios do FUNDERSUL são trimestrais, até o momento de consolidação do texto o valor mais recente refere-se a até setembro 2016.

Resultados

Foram concluídas e entregues obras nas rodovias MS-180 e MS-316. Encontram-se também, contratadas e em execução, a pavimentação e restauração de mais de 110 km de rodovias, bem como a conservação e manutenção da malha viária do Estado.

Tabela: Pavimentação e restauração de rodovias em execução/concluídas com pagamento entre janeiro e setembro de 2016.

Rodovia	Obra/Local	Extensão/área / quantidade
Obras concluídas (até out. 2016)		
MS 180	Serviços emergenciais de restauração e controle de erosão, trecho: Entr. Juti-Iguatemi, Subtrecho km - 45, Iguatemi/MS	1034,00 m²
MS 316	Restauração asfáltica, trecho entrº BR-158/MS – Av. João Pedrossian, Aparecida do Taboado/MS	5606,88 t
Obras em execução (até out. 2016)		
MS 258	Pavimentação asfáltica, trecho entrº BR/MS-060 - Capão Seco, Sidrolândia/MS	27,81 km
MS 475	Pavimentação asfáltica, trecho: Novo Horizonte do Sul – KM 3,13 (COPASUL), Novo Horizonte do Sul/MS	3,13 km
MS 165	Pavimentação asfáltica, trecho: entr. MS/386 (Sanga Puitã) Paranhos, segmento km 20,7 - km 31, lote 02	10,5 km
MS 156	Pavimentação asfáltica, trecho: entr. BR-163/MS (Caarapó) - entr. MS-378, Caarapó/MS	14,028 km
MS 295	Pavimentação asfáltica, trechos: acesso à MS-180 e ao aeródromo, Iguatemi/MS	9.990,24 m²
MS 460	Pavimentação asfáltica, Trecho: Maracaju/MS (km 14,00) - Água Fria	28 km
Acesso	Pavimentação asfáltica, trecho: entrº MS-274 (Angélica) - Usina ADECOAGRO, Angélica/MS	15,5 km
MS 166 MS 460	Pavimentação asfáltica, trecho: Água Fria - entrº MS/166 - entrº BR/060 (Pedra), Maracajú/MS	21 km
MS 160	Serviços emergenciais de controle de erosão e drenagem de águas pluviais, trecho: entrº MS-295/Tacurú e MS-295 Trecho entrº MS-160/Iguatemi, em Tacuru	-

Entrega de “100 km de rodovias com obras iniciadas” da iniciativa “Pavimentar rodovias no Estado” foi atingida. Ao todo foram 113,76 km de rodovias com OIS.

Obras da SEINFRA de implantação de rodovias medidas no ano de 2016 já somam mais de 1.700 km (mais de três vezes a meta para o ano).

Pavimentação de rodovias

Pavimentação de rodovias

Pavimentação de rodovias

Implantação de rodovias

Perenizar travessias, obras de artes especiais e reformas de pontes

Há a necessidade de melhoria da infraestrutura de escoamento da produção e de transporte pelas estradas estaduais. Além disso, pontes de concreto apresentam um investimento similar ao de pontes de madeira, porém seu custo de manutenção é inferior.

Parceiros: Prefeituras municipais atendidas pelas iniciativas.

Público-alvo: População do Estado de Mato Grosso do Sul

Iniciativas: Perenizar travessias, obras de artes especiais e reformas de pontes.

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Edivaldo Merísio

Setor responsável: AGESUL-COEMV (3318-5313)

Custos*

Custo executado: R$ 20.985.943,66

*Fonte 241

* Os relatórios do FUNDERSUL são trimestrais, até o momento de consolidação do texto o valor mais recente refere-se até setembro 2016.

Resultados

Cinco pontes concluídas; uma em fase final de construção; e 37 recém iniciadas.

É importante ressaltar que somente no último trimestre de 2016, foram iniciadas obras em 37 pontes de concreto.

Parte do total investido (R$ 15.512.618,36) foi em manutenção e conservação de pontes, beneficiando diretamente 15 das 17 regionais do estado, ou 75 dos 79 municípios. Parte do valor total, o estado investiu a quantida de R$ 5.473.325,30 na construção e reforma de pontes de concreto e de madeira.

Obras de ponte

Restauração, pavimentação asfáltica e drenagem urbana para municípios

Atender municípios com infraestrutura urbana, particularmente com pavimentação e drenagem ou recapeamento de importantes vias, apoiando as economias regionais.

Parceiros: Prefeituras municipais atendidas pelas iniciativas.

Público-alvo: População de 37 municípios do estado de Mato Grosso do Sul.

Iniciativas: Atender municípios com restauração, pavimentação asfáltica e drenagem urbana.

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Gildson Arimura Arima

Setor responsável: AGESUL-NUTEC (3318-5517)

Custos

Custo executado: R$ 27.304.165,16

*Fonte 241

Resultados

Já foram atendidos 34 de um total de 37 municípios: Água Clara, Angélica, Aparecida do Taboado, Bandeirantes, Bataguassu, Batayporã, Brasilândia, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Fátima do Sul, Figueirão, Iguatemi,

Inocência, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Juti, Ladário, Naviraí, Nova Andradina, Rio Negro, Nova Alvorada do Sul, Novo Horizonte do Sul, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Santa Rita do Pardo, Selvíria, Sidrolândia, Taquarussu, Terenos e Três Lagoas.

Tabela 3: Súmula das obras de pavimentação, restauração asfáltica e drenagem de vias urbanas com pagamentos entre janeiro e setembro de 2016.

Município	Obra e local	Valor pago de jan. a set. de 2016 (R$) *
Bonito	Recapeamento do centro da cidade, Jardim Marambaia e Jardim Boa Vista	1.575.000,00
Jardim	Restauração com revestimento e drenagens na rodovia municipal do Curvelo	988.343,42
Campo Grande	Duplicação da Av. Euler de Azevedo - Lote 1 (urbano)	645.123,03
Campo Grande	Duplicação da Av. Euler de Azevedo - Lote 2 (rural)	547.683,69
Nova Alvorada do Sul	Pavimentação asfáltica, Avenida Antônio Stradiotti e Avenida 27 de Outubro	1.097.064,72
Juti	Combate emergencial à erosão urbana	104.598,86
Bataguassu	Restauração asfáltica de trecho urbano da rodovia MS-395	692.426,64
Angélica	Pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais nos bairros Cerejo e Mutum	257.544,06
Bandeirantes	Pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais urbana	267.721,83
Selvíria	Pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais no distrito de Vestia e restauração funcional do pavimento (recapeamento)	113.699,78
Corumbá	Contratação de empresa especializada para execução de obras de restauração funcional do pavimento nas ruas: Cabral, Albuquerque, 21 de Setembro, Dom Pedro II, Edu Rocha e Esmeralda	3.314.066,88
Amambai	Recuperação de rodovias vicinais - Emergenciais	436.999,98
Sidrolândia	Recuperação de rodovias vicinais - Emergenciais	457.286,23
Terenos	Recapeamento asfáltico de vias urbanas	631.737,49
Fátima do Sul	Drenagem de águas pluviais em vias urbanas do distrito de Culturama	821.351,57
Figueirão	Restauração de pavimentação asfáltica	465.367,75
Fátima do Sul	Restauração asfáltica em diversas vias urbanas	2.553.004,99
Dois Irmãos do Buriti	Pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais em vias urbanas	648.766,56
Naviraí	Drenagem de águas pluviais e recomposição de erosão nos bairros Jd. Paraíso IV e Vila Alta	4.198.131,94
Dourados	Reajustamento da obra de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais em diversos bairros	265.798,91
Juti	Combate emergencial à erosão urbana	3.955.305,34
Selvíria	1ª Termo Aditivo ao Convênio nº 011/2014 - SGI/COVEN nº 24028/2014 - Pavimentação Asfáltica	40.953,37
Santa Rita do Pardo	Pavimentação, restauração asfáltica e drenagem de águas pluviais na área urbana da rodovia MS-040	2.387.942,15
Campo Grande	Pavimentação asfáltica e drenagem urbana de ruas no complexo Aero Rancho - Etapa "F"	8.769,74
Bonito	Pavimentação asfáltica da travessia urbana de Águas do Miranda	178.783,80
Aquidauana	Pavimentação asfáltica de trecho urbano da rodovia MS-450, travessia do distrito de Piraputanga	268.099,37
Angélica	Reajustamento da obra de pavimentação asfáltica do acesso à Usina Adecoagro	121.464,87

* Os relatórios do FUNDERSUL são trimestrais, até o momento de consolidação do texto o valor mais recente refere-se até setembro 2016.

BANDEIRANTES

PAVIMENTAÇÃO, E DRENAGEM NO BAIRRO SILVINO DE BARROS

DRENAGEM :
(execução de poço de visita)

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA :
(pavimento executado)

CORUMBÁ

RESTAURAÇÃO FUNCIONAL DO PAVIMENTO

RESTAURAÇÃO FUNCIONAL
(Preparando para recapear com CBUQ)

RESTAURAÇÃO FUNCIONAL
(Execução recapeamento com CBUQ)

GOVERNO DO ESTADO Mato Grosso do Sul

SIDROLÂNDIA

RESTAURAÇÃO FUNCIONAL DO PAVIMENTO

AGESUL

RESTAURAÇÃO FUNCIONAL
(Execução de micro revestimento com polímero)

RESTAURAÇÃO FUNCIONAL
(Execução de micro revestimento com polímero)

Expansão da rede de distribuição de gás natural

O projeto objetiva o fornecimento de gás natural para os segmentos Industrial, Comercial e Residencial e a implantação de ramal estruturante no Polo Oeste, área industrial localizada em Campo Grande e implantação do ramal que irá atender o Shopping das Nações em Três Lagoas-MS. A implantação de rede em Polietileno de Alta Densidade - PEAD diversos diâmetros, com pressão de operação de 7,00kgf/cm², numa extensão aproximada de 10 km.

Iniciativas: Expansão da rede de distribuição de gás natural no Estado.

Tipo de iniciativa: processo

Gerente: Regiane Schio

Setor responsável: COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MS (3312-2400)

Público-alvo: Clientes dos segmentos Industrial, Comercial e Residencial

Custos

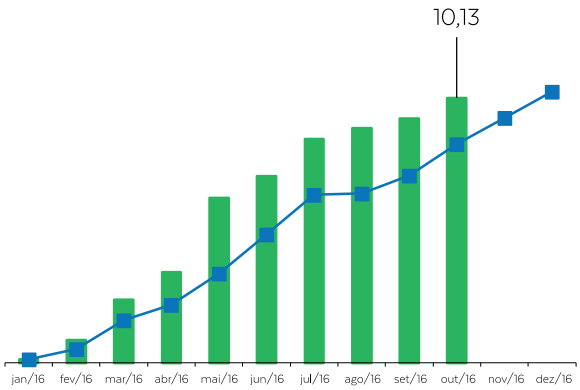
Custo executado: R$ 5.717.439,33

Resultados

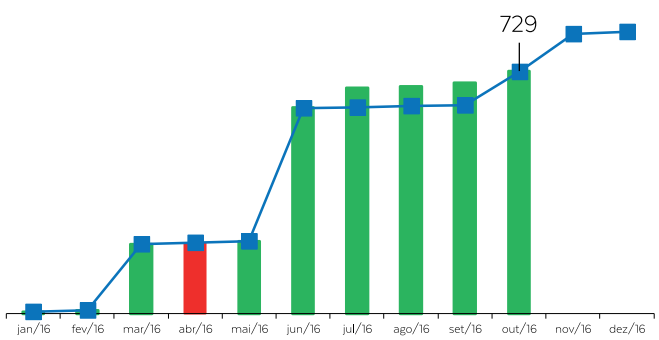
729 novas unidades consumidoras, sendo 685 do segmento Residencial, 42 do segmento Comercial e 2 do Segmento Industrial.

Foram implantados 10,13 km de extensão de rede dos quais 9,50 km em Campo Grande e 0,63 km em Três Lagoas.

Expansão da rede de gás (em km)



Novas unidades consumidoras



Início de operação do ramal Eldorado, em Três Lagoas

Implantação do Ramal de Distribuição de Gás Natural com investimento estimado em R$ 58 milhões, para fornecimento de Gás Natural à indústria Eldorado Celulose e Papel S.A., localizada no município de Três Lagoas-MS, com extensão aproximada de 40 km em duto de Aço Carbono de 10". O projeto propiciará melhorias na logística de distribuição eliminando o fluxo de caminhões de óleo combustível, melhorias no processo produtivo com redução de manutenções e economia com o uso de energéticos, além da possibilidade de obtenção do Selo Verde abrindo perspectivas comerciais para o cliente exportar.

Iniciativas: Início de operação do ramal Eldorado, em Três Lagoas/MS.

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Karla Albuquerque Zatorre Almeida

Setor responsável: COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MS (3312-2400)

Público-alvo: Indústria Eldorado Celulose e Papel S.A., localizada no município de Três Lagoas-MS

Custos

Custo executado: R$ 58.016.629,48

*Recursos do FCO

Resultados

- Implantados 40,3 km de rede em Aço Carbono (AC) 10".
- Pressão de operação de 50 kgf/cm².
- Consumo contratado de 140 mil m³/dia com projeção de duplicação.
- Contrato de 150 meses.
- Ramal inaugurado em maio/2016.
- Projeto com recursos do FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.
- Investimento de R$ 58 milhões.
- A indústria Eldorado é produtora de celulose de fibra curta. Detém de 1,7 milhão toneladas/ano de capacidade instalada de produção.
- Gera cinco mil empregos diretos e 27 mil empregos indiretos.

Início de operação do ramal ADM, em Campo Grande

Implantação da rede em Poliamida-12 (PA-U) em 160 mm, com pressão de operação de 17,00kgf/cm², numa extensão aproximada de 2,3 km no Núcleo Industrial Indubrasil em Campo Grande-MS. Para fornecimento de gás natural ao Cliente ADM (Archer Daniels Midland Company).

Público-alvo: Núcleo industrial de Campo Grande, em especial a indústria ADM.

Iniciativas: Início de operação do ramal ADM, em PAU, em Campo Grande/MS.

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Regiane Schio

Setor responsável: MSGÁS - Gerência de Produção / Gerência Financeira (3312-2400)

Custos

Custo executado: R$ 2.509.533,00

*Recursos próprios

Resultados

- Extensão de rede de 2,3 km.
- Consumo estimado de 85.000 m³/dia
- Pressão de operação de 17,00 kgf/cm².
- Localizado no Núcleo Industrial Indubrasil em Campo Grande – MS.
- Ligação concluída em março/2016.

- A ADM origina cerca de 11 milhões de ton/ano de sementes oleaginosas, milho e trigo;
- As fábricas processam cerca de 4 milhões de ton/ano de soja destinadas a diversos produtos, tais como óleos vegetais, ração animal e biodiesel.
- Em Campo Grande a ADM está construindo uma planta para produção de proteína vegetal para consumo humano.

Expansão do abastecimento de água potável e da cobertura de esgotamento sanitário

No Mato Grosso do Sul 99,32% da população possui atendimento com água potável e 52,10% recebe o serviço de esgotamento sanitário (Ministério das Cidades, 2013). No Governo do Estado, a Sanesul - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul - tem por objeto o planejamento, a execução e administração dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, respeitado o peculiar interesse dos municípios do MS. A Sanesul opera em 68 dos 79 municípios do Estado, no qual 99,5% da população urbana é atendida com abastecimento de água e 49% possuem rede de coleta e tratamento de esgoto à sua disposição. Entre os principais desafios para o PPA 2016-2019, está promover a universalização do abastecimento de água potável e a expansão da cobertura do esgotamento sanitário.

Iniciativas: Promover a universalização do abastecimento de água potável;

Expandir o atendimento com cobertura de esgotamento sanitário.

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Ivan Pedro Martins

Setor responsável: SANESUL - Empresa de Saneamento de MS (3318-7878)

Parceiros: Prefeituras municipais atendidas pelas iniciativas.

Público-alvo: População urbana do Estado de Mato Grosso do Sul

Custos

Universalização do abastecimento de água potável

Custo executado: R$ 116.711.923,55

* Fonte 240

Expansão da cobertura de esgotamento sanitário.

Custo executado: R$ 34.610.835,39

Resultados

- Perfuração de 20 poços
- 6. 317 ligações de água executadas
- 49,66 km de rede coletora de esgoto
- 2.320 ligações de esgoto executadas.

Redução das Perdas em Sistemas de Abastecimento de Água

A redução de perdas de água tratada garante o melhor aproveitamento do mais importante recurso natural para a vida humana. Além da sustentabilidade, garante o abastecimento da população. Do ponto de vista econômico, reduz os custos de tratamento e com energia, tornando a operação dos sistemas eficiente.

Iniciativas: Redução das Perdas em Sistemas de Abastecimento de Água

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Elthon Santos Teixeira

Setor responsável: SANESUL (3318-7878)

Público-alvo: Os 68 municípios e os 55 distritos atendidos pela Sanesul com serviço de abastecimento de água.

Custos

Redução das Perdas em Sistemas de Abastecimento de Água

Custo executado: R$ 2.748.200,43

* Fonte 240

Resultados

- Foram instalados ou substituídos 42.910 hidrômetros em todo o Estado;
- Foram instalados 87 macromedidores com diâmetros DN 50 a DN 150, em poços, saídas de elevatórias, reservatórios e Rede de Distribuição de Água (Distritos de Medição e Controle);
- O índice de macromedição sobre o volume produzido da empresa que era de 76% em janeiro de 2016 passou para 90,35% em novembro de 2016. Esse aumento representa informações de perdas mais reais em relação ao resultado de 2015.
- Implantação da metodologia de controle de perdas em DMCs (distritos de medição e controle) nas unidades de Dourados, Ponta Porã, Sidrolândia, Bonito e Aquidauana;
- Foi implantado o sistema de monitoramento de perdas nos distritos de medição e controle (DMCs) em Ponta Porã, com redução de perdas na ordem de 672.000 litros de água por dia até o momento.
- Trabalho de perdas na unidade de Albuquerque, fez a localidade sair de um resultado de IPL de 1.715 l/lig/dia em dezembro de 2015 e atingir um acumulado nos 12 meses subsequentes de 764,39 l/lig/dia (redução de 55%). Atualmente o IPL pontual da localidade está em 268 l/lig/dia (redução de 85% em relação ao ano anterior).
- Em Dourados, os trabalhos nos Bairros do Canaã, Parque das Nações resultaram em redução de perdas da ordem de 65% e 40% do indicador de perdas, respectivamente.
- Foram adquiridos e distribuídos, a todas as regionais, diversos equipamentos de pesquisa acústica de vazamentos, para desempenho de combate ativo a vazamentos;
- Início dos treinamentos de encanador com foco na qualidade dos serviços e combate a perdas;
- 42 localidades apresentaram IPL inferior a 100 l/lig/dia, valor recomendado como ideal a ser atingido pela IWA – International Water Association;
- 54 Localidades tiveram o IPL reduzido no período de 2016 em relação ao resultado de 2015;

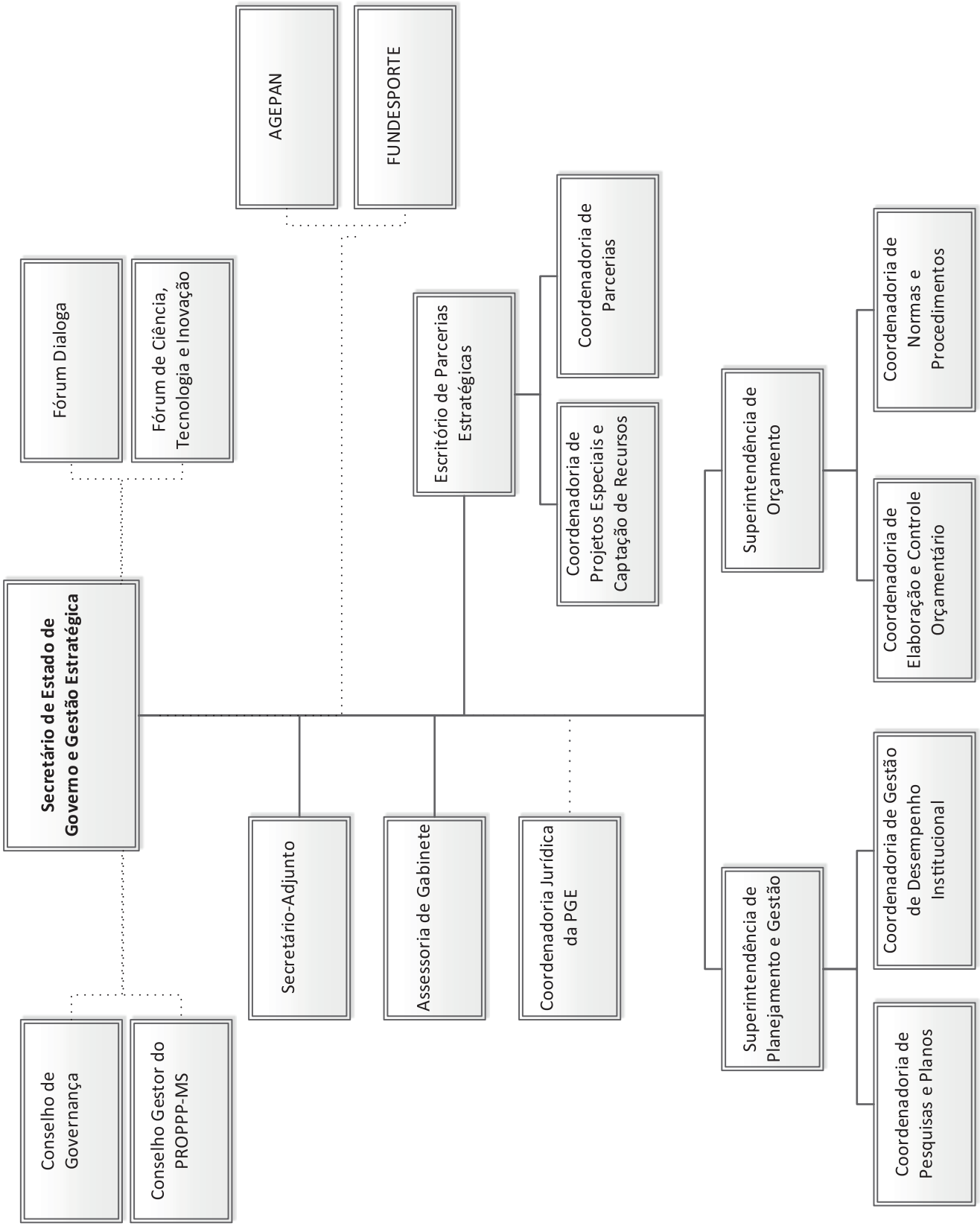
Instituição do Programa Diretor de Combate a Perdas 2017-2020, como resultado das práticas iniciadas a partir do Contrato de Gestão assinado junto ao Governo do Estado, de forma a garantir a continuidade da iniciativa para os próximos 4 anos.

Mensagem à Assembleia Legislativa **2017**

Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica
SEGOV

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Organograma



Entidades vinculadas:

FUNDESPORTE – Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul

AGEPAN – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul

A SEGOV tem como competência a coordenação, monitoramento e integração dos programas e ações do governo, tais como o suporte às relações com os demais poderes, com outros estados, com Governo Federal e outros países. Fica a cargo da Secretaria, a formulação, coordenação e o monitoramento de diretrizes, programas e ações além das políticas para negociações internacionais e captação de recursos financeiros destinados a programas e projetos do setor público estadual.

Atribuições Gerais:

- Planejamento
- Orçamento
- Gestão
- Escritório de Programas/Projetos
- Conselho de Governança
- Geração de conteúdo para Comunicação Interna
- Transparência
- Desenho e Gestão de novos modelos de negócios, parcerias e concessões
- Regulação dos Serviços Públicos
- Desporto e Lazer

Direcionadores Estratégicos:

- Alavancar a competitividade e o crescimento sustentável do estado, por meio da criação e disseminação de práticas avançadas de gestão estratégica no setor público
- Desenvolver cultura organizacional, visão e orientação para a estratégia em todo o governo estadual
- Desenvolver, implementar e evoluir os instrumentos de Gestão Estratégica do Estado do Mato Grosso do Sul
- Buscar referências nacionais e internacionais em gestão estratégica no setor público
- Desenvolver e coordenar processo de monitoramento de desempenho operacional, tático e estratégico em todo o governo estadual
- Garantir o alinhamento das Secretarias e todos os órgãos de governo com a estratégia
- Garantir consistência de ações de curto prazo com a estratégia de longo prazo
- Assegurar a sinergia e transversalidade de projetos bem como os recursos para sua execução
- Aprimorar gestão orçamentária, desde o seu planejamento até execução, respeitando diretrizes estabelecidas e as prioridades do governo
- Construir, desdobrar e viabilizar Plano Plurianual alinhado com o Plano de Governo
- Identificar oportunidades e necessidades de parcerias e novos modelos de negócio com setor privado

Planejamento, Orçamento, Gestão

Para que o Estado possa desempenhar sua função de proporcionar bem-estar à sociedade, são necessários o planejamento e a programação de suas ações.

A **Superintendência de Orçamento** é a responsável pela consolidação do orçamento estadual e pela coordenação de seu processo de elaboração, que conta com a participação efetiva dos responsáveis por unidades orçamentárias, unidades setoriais e órgãos equivalentes. Coordena a formulação e a elaboração dos projetos de lei do Plano Plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

A **Superintendência de Planejamento e Gestão** é a responsável por construir e revisar o Plano Plurianual Estadual (PPA); elaborar estudos e cenários para as políticas públicas de Governo; está encarregada de formular os Contratos de Gestão[1] firmados entre o Governador e o secretário de cada pasta, monitorando e avaliando a realização de seu cumprimento, por meio do escritório de projetos (em estruturação) e de processos (SAD). O PPA recebe revisões anuais.

O PPA 2016-2019 teve sua primeira revisão este ano, permitindo a elaboração da LOA e a análise da carteira estratégia (Portfólio de processos e portfólio de projetos), que levam à elaboração do Contrato de Gestão de cada secretaria. Todos os contratos de gestão foram monitorados pela Segov, sendo que o processo será melhor explicado no capítulo da Metodologia[2].

As atividades de Planejamento e Gestão em 2016 basearam-se na estruturação do novo fluxo de gestão, e da estratégia para

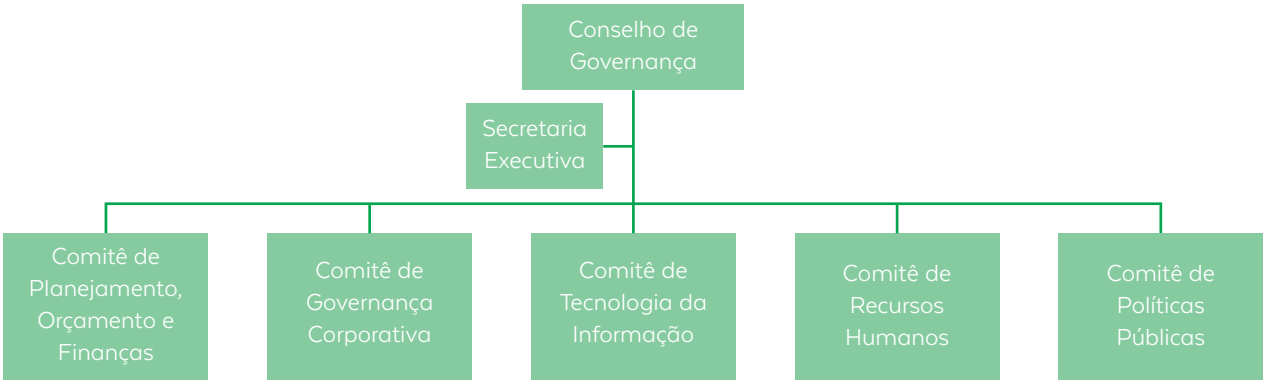
[1]Maiores informações sobre Contratos de Gestão no Capítulo Modelo de Gestão Para Resultados do Governo de Mato Grosso do Sul.

o próximo ano tendo o Planejamento com o Escritório de Programas/Projetos como área central para o desenvolvimento de atividades dos entes públicos estaduais, buscando aperfeiçoar o atendimento às necessidades da população, com entregas eficientes, e na consolidação da Rede de Gestão Estratégica como instrumento de comunicação e fortalecimento do modelo de gestão adotado, com expansão.

Este ano foram monitoradas as 204 iniciativas pactuadas nos Contratos de Gestão assinados em 07 de março e nos Aditivos aos contratos assinados em 26 de outubro (disponíveis no site: http://www.segov.ms.gov.br/contratos-de-gestao/); foram realizadas três rodadas de Reuniões de Eixo; duas Reuniões Quadrimestrais de Gestão Executiva (em 23/06 e 18/11) e seis encontros da Rede de Gestão Estratégica, além da elaboração do Relatório anual "Mensagem do Governador", com a inovação de formulários on-line elaborados e disponibilizados aos pontos focais.

Conselho de Governança

O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul instaurou, no início da atual gestão, em 2015, o Conselho de Governança, com o objetivo de analisar mais detalhadamente e deliberação conjunta sobre políticas públicas de alto impacto na gestão estadual, especialmente relacionada às questões financeiras e orçamentárias. O conselho reúne o Governador, o Secretário de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV), que ocupa a Presidência do Conselho, o Secretário de Administração e Desburocratização (SAD), o Secretário de Fazenda (SEFAZ), o Secretário da Casa Civil e o Procurador-Geral do Estado (PGE). No ano de 2016 foi estabelecida a estrutura do Conselho de Governança, que segue abaixo:



O Comitê de Planejamento, Orçamento e Finanças é incumbido da tarefa de atrelar mais fielmente o planejamento orçamentário, legalmente vinculado à Lei Orçamentária Anual (LOA) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), à execução física e financeira dos projetos propostos pelo Governador em seu Plano de Governo e no Plano Plurianual (PPA) 2015-2018.

Ao Comitê de Governança Corporativa cabe lidar com questões especialmente relacionadas às autarquias e empresas públicas do estado. Entidades relacionadas à Governança Corporativa são muito comuns, inclusive – e principalmente – no setor privado. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) define sua atuação como "o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle, e demais partes interessadas".

O Comitê de Tecnologia da Informação deve colaborar com o governo no que concerne à aquisição de sistemas de tecnologia, inovação e inteligência, a fim de melhor integrar os diversos sistemas de tecnologia da informação que existem dispersos pelo estado, como também de definir políticas claras de TI, investimentos na área e segurança da informação.

O Comitê de Recursos Humanos, responsável por pautar questões relacionadas à folha de pagamento, tema extremamente sensível na administração pública, tratado e metrificado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pelo Programa de Ajuste Fiscal (PAF) do Governo Federal. Este Comitê pautaria temas como a abertura de editais de concursos públicos, nomeações e contratações, gratificações, acordos coletivos, contratos temporários, remunerações variáveis e prêmio por produtividade.

Finalmente, o Comitê de Políticas Públicas, que nortearia e alinharia a atuação dos servidores do governo nos mais de quarenta (40) Conselhos Estaduais sobre os mais diversos temas. Ele também seria responsável por fazer o acompanhamento do andamento das políticas públicas prioritárias, dos projetos, processos inclusos no Contrato de Gestão[3] e definir a abertura ou fim de iniciativas de alto impacto na política pública.

Geração de Conteúdo para Comunicação Interna

É demandada a realização de eventos, matérias e informes referentes às atividades da área para disseminação e conhecimento dos integrantes do processo bem como interessados.

[3]Contratos de Gestão são documentos assinados no início de cada ano entre o Governador e os secretários de cada uma das treze (13) secretarias e da Procuradoria-Geral do Estado. Nele são pactuadas entregas para o ano, iniciativas prioritárias destas Unidades Gestoras (UGs), sejam elas projetos ou processos, além de indicadores de resultados. A primeira experiência de Mato Grosso do Sul com esta ferramenta de gestão foi em 2015. No ano de 2016, foram pactuadas 176 iniciativas. (N. do A.)

Estes conteúdos são disponibilizados em canais de comunicação próprios como Website institucional, e-mail e durante os eventos realizados pela área.

Também está entre as responsabilidades elaborar planos de comunicação para a melhora constante da interação dos envolvidos e difusão de informações relevantes aos públicos de interesse.

Transparência

A transparência no setor público refere-se à prestação ativa – por conta própria – e passiva – quando solicitado – de informações à sociedade. O ano de 2016 representou um grande avanço para a transparência no Estado de Mato Grosso do Sul.

O Portal da Transparência recebeu novas funcionalidades e informações relativas a licitações e contratos, relatórios de gestão fiscal e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, foi instituído o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) físico e o e-SIC, por meio dos quais qualquer cidadão pode solicitar informações e documentos à administração pública estadual, que é obrigada atender aos pedidos.

O Ministério Público Federal calcula anualmente o Ranking da Transparência, que mede o quanto cada estado e cada município cumpre a legislação relativa à transparência de informações. Em 2016, a nota de MS passou de 1,4 para 9,1, o que representou um salto do último para o 11º lugar entre os estados brasileiros.

Desenho e Gestão de novos modelos de negócios, parcerias e concessões

Para conciliar as premissas de equilíbrio orçamentário e endividamento sustentável com as oportunidades de captação de recursos e parcerias para a viabilização de projetos estratégicos do Estado, o Escritório de Parcerias Estratégicas – EPE acompanhou o cumprimento de metas anuais de endividamento, resultado primário, arrecadação, despesas de pessoal, custeio e investimentos, estabelecidas entre o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a Secretaria do Tesouro Nacional. Tal atuação favorece diretamente o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a Secretaria do Tesouro Nacional, e de modo indireto, as agências multilaterais de crédito e de desenvolvimento, a iniciativa privada e os cidadãos com interesse em acompanhar a evolução das finanças públicas do Estado.

O objetivo desta atividade é cumprir, anualmente, as metas de endividamento e de resultado primário e, subsidiariamente, as metas de arrecadação, despesas de pessoal, custeio e investimentos, viabilizando a captação de recursos e novas parcerias.

A avaliação do cumprimento de metas fiscais do exercício 2015 foi finalizada em 30/06/2016, e é apresentada no quadro anexo. Foram cumpridas as duas principais metas fiscais do PAF, de endividamento e de resultado primário, o que atesta a adimplência do Estado em relação às metas do PAF, conforme Ofício da Secretaria do Tesouro Nacional - STN atestando o cumprimento das metas fiscais de 2015 e com Recomendação da COFIEX.

Avaliação das metas de 2015

Meta nº	Descrição Meta	Objetivo	Realizado	Situação
1	Dívida financeira/RLR	1,00	0,99	Cumprida
2	Resultado Primário (ou Resultado Financeiro)	R$ 1.187 milhões (+R$ 154 milhões)	R$ 1.250 milhões	Cumprida
3	Despesas de Pessoal/RCL	60%	73,49%	Não cumprida
4	Arrecadação Própria	R$ 9.121 milhões	R$ 8.967 milhões	Não cumprida
5	Custeio/RLR	23,88%	24,93%	Não cumprida
6	Investimentos/RLR	6,91%	5,36%	Cumprida

Legenda: - RLR: Receita Líquida Real
Obs: (1) O cumprimento das metas 1 e 2, a despeito do descumprimento das metas 3, 4 e 5, é condição suficiente para que o Estado seja considerado adimplente em relação ao PAF 2015 (MP 2.192-70, de 24/08/2001, com redação dada pela Lei Federal nº 10.661, de 22/04/2003). Assim, MS cumpriu o PAF 2015, pelo cumprimento das metas 1 e 2.

A fim de agregar conhecimento, qualificar e aprimorar os profissionais que compõem as equipes técnicas gestoras de PPP's do Governo do Estado, em particular da Unidade de Parcerias Púbico-Privada EPE/SEGOV, foram realizadas constantes capacitações em PPPs. Atualmente, os servidores da EPE estão participando do curso de pós-graduação "MBA Parcerias Público-Privadas e Concessões", resultante da parceria entre a Rede Intergovernamental para o Desenvolvimento das PPP's (Rede PPP), a London School of Economics and Political Science (LSE Enterprise) e a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP).

O objetivo é o fortalecimento do corpo técnico do EPE em estruturação e gestão de parcerias com o setor privado. Pretende-se que esta atividade seja permanentemente realizada, mesmo com gastos em custeio (custos administrativos como diárias, passagens, etc). Em 2016 o valor gasto totalizou R$ 228 mil, sendo R$198 mil pela Fonte 113 e R$30 mil pela Fonte 100.

Resultante desta atividade, o Estado de MS se tornou membro da Rede Intergovernamental para o Desenvolvimento das Parcerias Público-Privadas (Rede PPP) que tem por finalidade promover ações relacionadas às PPPs, bem como promover a colaboração mútua entre os estruturadores e gestores públicos de PPP da Federação. Os servidores do EPE participaram de diversos eventos nacionais sobre o tema, dentre eles o Seminário "PPP Summit 2016 - Rumo aos 100 Contratos"; Seminário: Infraestrutura e Parcerias para o Desenvolvimento: Formação em Alianças Público-Privadas realizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento; I Fórum Internacional de PPP, e ainda, estão participando do curso de pós graduação "MBA Parcerias Público-Privadas e Concessões" que visa capacitar especialistas em PPP's e concessões.

O processo de captação de recursos do Estado de Mato Grosso do Sul, envolvendo as entidades Públicas da Gestão Estadual e dos Municípios apresenta baixo desempenho, tornando-se necessária a promoção e a realização de ações de melhoria dos indicadores de gestão relativos aos processos de transferências voluntárias da União.

Tendo como alvo os Servidores Públicos do Estado, Municípios e Organizações Sociais, espera-se aumentar em 30% o número de convênios formalizados com o Governo Federal.

Para melhor obtenção dos resultados esperados, foi efetuado o Acordo de Cooperação Técnica assinado no dia 13/09/2016 entre o Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, Secretário de Estado da SEGOV, Eduardo Correa Riedel e Gleisson Cardoso Rubin, Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento (Rede SICONV[4]). Como parte do referido acordo, no período de 17 a 21 de outubro/2016, foi realizada capacitação para formação de Multiplicadores da Rede SICONV em Brasília pela ENAP, do Módulo A – Metodologia para Multiplicadores, com a participação de seis servidores de MS.

Regulação dos Serviços Públicos

Projeto Resíduos Sólidos: Metodologia Regulatória, Desenvolvimento de estudos e propostas metodológicas regulatórias para os Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos Domiciliares, integrante do "Projeto Resíduos Sólidos: Disposição Legal", em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul- TCE/MS, Ministério Público Estadual-MP/MS, Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMADE, juntamente com o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL.

A Diretoria de Regulação e Fiscalização: Saneamento Básico / Câmara de Regulação Econômica da **Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul** - AGEPAN, elaborou um trabalho de apoio técnico e metodológico para definição de parâmetros a serem adotados pelas prefeituras municipais do estado de MS que aderirem ao projeto, permitindo a formulação de leis que permitam a cobrança de taxas sobre estes serviços.

Beneficia diretamente os usuários dos serviços públicos de coleta, remoção e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e as prefeituras municipais sul-mato-grossenses, titulares desse serviço.

A AGEPAN está aguardando a conclusão dos estudos técnicos necessários para subsidiar a elaboração de leis específicas para a cobrança da taxa desses serviços e a assinatura do Termo de Cooperação Técnica e Científica com o TCE/MS, para entrega oficial dos estudos.

Resultante deste projeto, a Câmara de Regulação Econômica: Saneamento Básico, integrante do grupo de trabalho (GT) gerenciado pelo TCE/MS, no âmbito do "Projeto Resíduos Sólidos: Disposição Legal", finalizou a primeira etapa dos trabalhos com base nos dados do cadastro imobiliário municipal e nas informações disponibilizadas pelo TCE/MS. O estudo envolveu pesquisa, análise, elaboração de relatórios e planilhas para avalição da proposta de metodologia do sistema de cobrança, com condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência.

Elaboraram-se os seguintes Indicadores para acompanhamento:

- Índice de Desempenho de Prazo (IDP): assegura o cumprimento dos estreitos e atribulados prazos envolvidos em um projeto.

- Índice de Performance do Projeto (IPP): assegura que todos os processos e subprocessos trabalhem em consonância para que as metas estabelecidas sejam cumpridas.

O setor de Assessoria de Relações Institucionais da AGEPAN elaborou um projeto para informar o usuário do transporte de passageiros em MS a respeito dos benefícios e obrigatoriedade do uso do cinto de segurança durante as viagens, e conscientizá-lo de que essa prática pode salvar sua vida em caso de acidente.

Dando atenção aos passageiros do transporte rodoviário intermunicipal em MS e, também, do interestadual e internacional em trânsito pelas estradas do Estado, espera-se que haja uma adesão voluntária ao uso do equipamento e redução de óbitos em caso de acidentes.

Ainda em fase final de desenvolvimento de materiais e fechamento de parcerias, com investimento (compra de equipamentos, construção de obras, etc) e Custeio (custos administrativos como diárias, passagens, etc), foram gastos R$ 20 mil (Fonte 40).

Para alcance dos resultados esperados e por meio de fechamento de parcerias com diversas instituições - MPF/Procuradoria da República MS, PRF, ANTT, Observatório Nacional de Segurança Viária, CCR MSVia - Em participação conjunta no desenvolvimento das ações envolvidas, elaboraram-se panfletos, cartazes e faixas (arte final) para divulgação.

[4] Rede SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.

Desporto e Lazer

A Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul – FUNDESPORTE tem por finalidade fomentar, planejar, executar e difundir programas, projetos, e atividades destinadas ao desenvolvimento do esporte, bem como promover iniciativas para o aumento das oportunidades de lazer esportivo no Estado de Mato Grosso do Sul, além de apoio a atletas em participação nacional e internacional (Passagens e transporte).

Diretamente responsável por esta iniciativa, a Diretoria da Presidência da FUNDESPORTE dá apoio à participação de atletas em competições nacionais e internacionais, que não apenas apresentam o Estado de MS, como é parte do cumprimento da seleção do talento esportivo como fases de competições quanto as entidades nacionais de administração do desporto. Todo trabalho desenvolvido ao longo da vida esportiva é alimentado por competições progressivas, indispensáveis ao crescimento técnico.

Beneficiários desta iniciativa anual, espera-se destes atletas e técnicos, indicados pelas entidades regionais de administração do desporto, a constante melhoria do quadro técnico das representações desportivas de MS.

Foram gastos com Custeio (custos administrativos como diárias, passagens, etc) o valor de R$ 726.052,00 (Fonte 240), atendendo a 144 atletas contemplados. (Indicador: Quantitativo de atletas atendidos.)

Mato Grosso do Sul tem sido destaque nacional em várias modalidades em diversos eventos, tais como Olimpíadas, campeonatos nacionais, mundiais, com destaque crescente para os nossos atletas.

Gestão Estratégica - Sistema de Informação

Iniciativa: Automatizar as rotinas da Gestão Estratégica e Gerenciamento de Projetos

Tipo de iniciativa: projeto

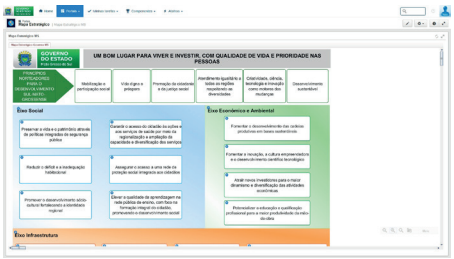
Gerente: Adauto de Lima

Setor responsável: Coordenadoria de Gestão de Desempenho Institucional (CGDI) / Escritório Geral de Projetos (EGP) (3318-1109)

O Estado de Mato Grosso do Sul tem um modelo de Gestão para Resultados implantado, em processo evolutivo de maturidade com práticas desenvolvidas desde o ano de 2015, razão pela qual abdicou do investimento em consultoria para aplicar recursos em um sistema de gestão. Consenso universal, o sistema de gestão é um importante instrumento para o avanço administrativo do Estado. A automação permite um gerenciamento integrado das ações de governo, tanto no que diz respeito à performance das secretarias, como o acompanhamento dos programas propostos no PPA.

Parceiro: SGI – Superintendência de Gestão da Informação

Público-alvo: Toda a estrutura do Poder Executivo estadual.

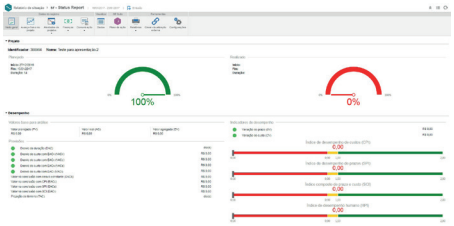


Custos

Custo executado: R$ 1.019.363,40

Resultados

A iniciativa encontra-se em fase de implementação de dois módulos (de Gestão Estratégica, e de Gestão de Projetos) do sistema, com capacitações de 66 servidores das Secretarias de Estado para atuarem como multiplicadores destes módulos em suas respectivas instituições, conforme o cronograma e o relatório de acompanhamento (Status Report).



Os resultados iniciais, com a operacionalização de ambos os módulos, devem ser apresentados no primeiro trimestre de 2017, com expectativa de encerramento do projeto com implementação e capacitação de mais dois módulos (Gestão de Processos e de Gestão Documental) até julho/2017.

Execução da estratégia de Governo: Avaliações e Aprimoramentos

Iniciativa: Monitorar a execução da estratégia de Governo

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Marley Pettengill Galvão Serra

Setor responsável: Coordenadoria de Gestão de Desempenho Institucional – CGDI (3318-1160)

Esta iniciativa consiste em estabelecer a sistemática do monitoramento da execução da estratégia de Governo. Ou seja, criar metodologias, ferramentas e processos para acompanhamento dos contratos de gestão (explicados detalhadamente no capítulo Modelo de Gestão Para Resultados do Governo de Mato Grosso do Sul).

A CGDI efetua o acompanhamento da performance das secretarias no que envolve as iniciativas pactuadas, monitorando os avanços e desafios a serem superados – e é responsável por articular os atores necessários para que os Contratos de Gestão sejam cumpridos.

A elaboração do Relatório Anual contém os resultados alcançados por cada secretaria.

Parceiros: SEGOV – Escritório de Projetos e Sala de Situação; SAD – Escritório de Processos; Casa Civil; SAD; SEFAZ; PGE; SEC-TEI; SED; SEPAF; SEDHAST; SEINFRA; SEHAB; SEMADE; SEJUSP; SES

Público-alvo: Governador, Secretários e entidades vinculadas para prestação de contas dos resultados à sociedade.

Custos

Custo executado: R$ 10.000,00

Resultados

O planejamento estratégico do Estado está firmado a partir dos contratos de gestão, documento das secretarias do governo estadual contendo obras e realizações prioritárias de cada pasta para o exercício de 2016.

Das 204 iniciativas constantes nos Contratos de Gestão com as Secretarias, 145 iniciativas (71,08%) foram concluídas, 51 continuam em 2017 e oito iniciativas foram reprogramadas.

O Calendário Anual de Reuniões de Gestão foi cumprido, com realização de cinco reuniões da Rede de Gestão; três reuniões de Eixo e duas reuniões de Gestão Executiva.

O Dashboard (Painel) de performance está disponibilizado, inclusive, na Sala de Situação, proporcionando a visualização de relatórios gerenciais em plataformas modernas.

Elaborou-se a Modelagem dos processos de Planejamento, Execução e Monitoramento da Estratégia, formatada para pleno entendimento dos gestores na sequência das etapas, orçamentos e prazos, principalmente na elaboração da LDO, LOA e PPA.

Transparência

O projeto tem por objetivo a melhoria dos instrumentos de transparência do Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente em relação ao site, obedecendo os critérios de normatização estaduais aderentes à Lei Federal.

Todos os sistemas do Estado devem produzir dados e informações consistentes e autênticas.

O e-SIC e demais instrumentos de transparência deverão atender às exigências da Lei Federal e do Ministério Público em seus ofícios encaminhados.

A Classificação de Sigilo seguirá padrões rígidos, com equipe permanente.

Iniciativa: Aperfeiçoar o Portal da Transparência

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Ana Carolina Araújo Nardes

Setor responsável: SEGOV (3318-3295)

O projeto foi dividido nas seguintes fases:

Fase 1: Informações sigilosas de Governo definidas

Fase 2: Esic – Transparência passiva implantada

Fase 3: Integração com mídias sociais implantada

Parceiros: Procuradoria Geral do Estado e Secretarias de Estado

Público-alvo: cidadão sul-mato-grossense

Custos

Sem custos de aquisições, diárias e passagens

Resultados

Portal da Transparência com mais funcionalidades, onde o cidadão tem acesso a informações sobre contratos, licitações, despesas, receitas, repasses, convênios e salários dos servidores.

Essa ferramenta permite ao contribuinte acompanhar, em tempo real, como o dinheiro arrecadado está sendo investido, e assim, poder fiscalizar a destinação dos recursos públicos.

Com uma evolução de 550%, Mato Grosso do Sul é o Estado brasileiro que obteve melhor desempenho em termos de transparência, pela avaliação do Ministério Público Federal. O Portal de Transparência de Mato Grosso do Sul saltou da 27ª posição (1,4 pontos) em Janeiro/2016, para 11ª posição (9,1 pontos) em Maio/2016.

Sala de situação do governo

Iniciativa: Criar Sala de Situação do Estado

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Luiz Alberto Azevedo

Setor responsável: Assessoria Gabinete (3318 1179)

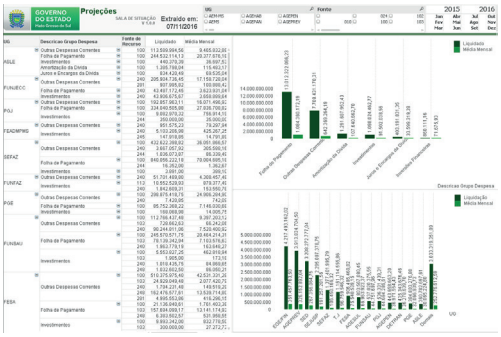
Sala de Situação é um ambiente complexo de planejamento e apoio à tomada de decisão, envolvendo tecnologias de ponta e especialistas em áreas, fundamental para a gestão de empresas de grande porte, multinacionais e governos.

Há exponencial responsabilidade do Estado com os resultados, especialmente os de impacto social. Esses resultados são obtidos através de uma longa cadeia de valores que envolvem tecnologias, diagnósticos, planejamento estratégico, gerenciamento de projetos, mecanismos de tomada de decisão, entre outros.

Esta iniciativa objetiva proporcionar aos gestores estaduais conhecer e visualizar dados e informações atuais dos diversos segmentos da administração do Estado.

A utilização de painéis executivos e técnicos – gráficos, mapas, lista de ação (workflow), dentre outras, com indicadores consolidados de todas as iniciativas do Governo para apoio na tomada de decisão e distribuição de ações com maior agilidade e eficiência.

Público-alvo: gestores estaduais



Custos

Custo executado: R$ 103.000,00

Resultados

- Espaço físico definido e mobiliário entregue;
- Relatórios financeiros prontos e com atualização diária;
- Modelagem dos indicadores do PAF pronta;
- Modelagem e painéis de arrecadação - 90% prontos.

Próximos passos

- Desenvolvimento dos relatórios distribuíveis às Unidades Gestoras
- Desenvolvimento dos Painéis Analíticos de Inteligência de Negócio
- Desenvolvimento dos Painéis Gerenciais de Inteligência de Negócio
- Treinamento dos gestores para uso da ferramenta de Inteligência de Negócio
- Modelagem dos indicadores e previsão de receitas não tributárias

Observatório Socioeconômico de Mato Grosso do Sul

Iniciativa: Implementar o Observatório Socioeconômico de MS

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Clauber Araújo de Aguiar

Setor responsável: Superintendência de Planejamento e Gestão Estratégica – SPGE (3318 – 1125)

O objeto do projeto é desenvolver uma sistemática de pesquisas, estudos e análises globais, setoriais, regionais e urbanas, requeridos pela programação econômica e social do Governo do Estado, em articulação com os órgãos públicos e privados e, em particular, com as instituições de ensino superior do Estado.

Participar do processo de elaboração e acompanhamento da LOA, PPA, PAF e da LRF, fornecendo a elaboração de pareceres pautados em análises de cenários e previsões estatísticas e econométricas.

Parceiros: SGI/ SEFAZ

Público-alvo: Governo do Estado; Secretarias de Governo e suas superintendências; Sala de Situação.

Custos

Sem custos de aquisições, diárias e passagens

Resultados

Este projeto resultou em possibilidades de Previsões das Receitas, Despesas e dos indicadores sociais do Estado, utilizando modelos preditivos econométricos e de séries temporais, processado pelo software KAULA.

O KAULA é uma iniciativa do núcleo de previsão de receitas da edição 2015 do Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros, realizado na Escola de Administração Fazendária (ESAF).

Atualmente, o software KAULA está on-line, assim como o site do Observatório.

O Boletim FOCO está sendo produzido mensalmente.

Para tomada de decisões, o Observatório Socioeconômico integra o monitoramento dos Indicadores Sociais e das Receitas tributárias.

Link do observatório:

http://www.observatorioeconomico.ms.gov.br/

PPP para universalização do Sistema de Esgotamento Sanitário

Iniciativa: Estruturar projeto de Parceria Público Privado para Universalização do Sistema de Esgotamento Sanitário (68 municípios) e revisar o arcabouço legal do Estado sobre PPPs

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Gabriela Rodrigues

Setor responsável: Escritório de Parcerias Estratégicas - EPE

Os benefícios diretos do esgotamento sanitário são o ambiental, o sanitário e o de saúde pública. "O tratamento do esgoto elimina a poluição de rios e demais cursos d'água, permitindo que essas águas permaneçam balneáveis e fontes de recursos hídricos para consumo humano. Dessa forma, ficam garantidas as boas condições de saúde pública, eliminando a contaminação de pessoas e animais por meio da água, o maior meio de transmissão de doenças". O tratamento do esgoto evita infiltrações de águas poluídas que acabam contaminando o solo, por meio do qual percolam, atingindo reservas naturais subterrâneas de águas, que podem ter sua pureza comprometida.

O projeto em tela visa a implantação, expansão, reabilitação, operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário da área urbana da sede dos municípios atendidos pela SANESUL, de modo a garantir a universalização dos serviços, no prazo máximo de 10 anos, bem como a prestação de serviços de qualidade e com sustentabilidade.

Parceiros: Sanesul; Secretaria de Estado de Infraestrutura

Público-alvo: Usuários de serviços da Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul (SANESUL)

Custos

Custo executado: R$ 135.000,00

Resultados

Publicação no DO nº 9.074, do Decreto n.14.360/15 que regulamenta o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), para fins de apresentação, análise e aproveitamento de estudos para estruturação de Parcerias Público-Privadas, concessões comuns, permissões, arrendamentos de bens públicos ou concessões de direito real de uso, no âmbito da Administração Pública do Estado do Mato Grosso do Sul.

Em junho/2016, foi publicado o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) contemplando as fases de autorização, apresentação, avaliação e eventual seleção de Estudos Técnicos.

Em outubro/2016, após a publicação da lista dos interessados, realizou-se uma reunião preliminar com as quatro empresas autorizadas (pessoa física ou jurídica ou grupo de pessoas autorizadas a apresentar Estudos Técnicos), quando foi dado o início para elaboração destes estudos.

Acordo de Cooperação Técnica assinado entre as partes: Governo MS; Agência Brasileira de Cooperação; PNUD/ONU.

Oportunidades de captação de Recursos Federais

Esta iniciativa consiste em Identificar, sistematizar e divulgar as oportunidades de obtenção de fontes de recursos para a celebração de Convênios e Contratos com o Governo Federal, tanto aos gestores públicos municipais quanto às áreas afins do Governo Estadual, bem como monitorar continuadamente a sua execução com vistas a incrementar a captação de recursos para execução de projetos, os quais visam a melhoria da qualidade de vida das pessoas que residem no Estado de Mato Grosso do Sul.

Iniciativa: Identificar, sistematizar e divulgar as oportunidades de captação de recursos federais.

Tipo de iniciativa: Rotina

Gerente: Luiz Carlos Morente

Setor responsável: Escritório de Projetos Especiais – EPE (3318-1122)

Resultados

Em Set/2016, houve a assinatura do convênio pelo Governo do Estado para integrar o Estado de MS na Rede SICONV.

Foram monitoradas **96 propostas** com volume de captação de **R$ 71.883.681,51**.

Foi elaborado o relatório atualizado da situação fiscal dos Estados brasileiros em relação ao CAUC: apenas sete Estados adimplentes, incluindo MS, conforme tabela ao lado.

RANKING DA SITUAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS BRASILEIROS

Nº	ESTADO	Nº DE CERTIDÕES INADIMPLENTES
1	Amapá	7
2	Rio de Janeiro	6
3	Rio Grande do Norte	6
4	Roraima	4
5	Alagoas	4
6	Pará	3
7	Rio Grande do Sul	3
8	Minas Gerais	3
9	Tocantins	3
10	Mato Grosso	2
11	Maranhão	2
12	Paraíba	2
13	Piauí	2
14	Pernambuco	1
15	Rondônia	1
16	Acre	1
17	Bahia	1
18	Ceará	1
19	Goiás	1
20	Paraná	1
21	Amazonas	0
22	Distrito Federal	0
23	Espírito Santo	0
24	Santa Catarina	0
25	São Paulo	0
26	Sergipe	0
27	Mato Grosso do Sul	0

Resultado Gestão de Convênios – Via SICONV

No período entre 2008 e 2014: 253 convênios formalizados em oito anos, com média 42,16 convênios formalizados por ano.

Na gestão atual, no ano 2015, foram formalizados 36 convênios, e em 2016 formalizaram-se 96, totalizando, em dois anos, 132 convênios. Nestes dois últimos anos, portanto, a média aumentou para 66 convênios formalizados por ano, resultando em um incremento de 56,54% em relação ao período 2008 a 2014.

Informações adicionais

103 Servidores Públicos (50 servidores Estaduais de MS e 27 servidores dos Municípios) de **43 entidades** e **23 municípios** foram capacitados na operacionalização do SICONV, com vistas a subsidiá-los na busca de informações relevantes que possam contribuir com a Gestão de Projetos, objetivando o incremento de recursos financeiros para a execução de ações. A capacitação foi realizada por meio de oficinas de Enfoque Participativo com explanação teórica e prática com a utilização do Portal de Convênios – SICONV.

Consórcio Brasil Central

A atuação conjunta com os demais Estados (DF, GO, MT, RO e TO) componentes do Consórcio Brasil Central-BrC, permite internalizar, customizar e otimizar projetos comuns e proporciona a definição de estratégias conjuntas para a integração de ações na gestão de projetos e ações junto ao Governo Federal, instâncias regionais, inter-regionais e internacionais. Também permite o planejamento para a promoção do desenvolvimento regional equilibrado na região do Consórcio, permitindo a troca de experiências exitosas que contribuam para o crescimento das economias, o fortalecimento institucional e bem social nos Estados.

Iniciativa: Participar ativamente do Consórcio Brasil Central

Tipo de iniciativa: Rotina

Gerente: Magda dos Santos Correa

Setor responsável: Gabinete SEGOV e Gabinete Governador (3318-1016)

Custos

Custo executado: R$ 178.500,00

Resultados

Em 2016 efetuaram-se as seguintes entregas decorrentes do Consórcio BrC:

- Na área da Educação:

- Entrega do Plano de Educação Integral - Itaú BBA;

- Assinatura do Acordo de Cooperação para promoção de Programa de Tutoria Pedagógica junto a Fundação Itaú Social;

- Assinatura do Termo de Cooperação entre o Estado de MS e o STUDO+ EDUCAÇÃO S.A.: apoio técnico para o desenvolvimen-

to de ações que visam a melhoria da oferta e da qualidade do ensino público de Nível Fundamental II anos finais e doação de mil tablets a Secretaria de Estado de Educação de MS;

• Na área de Segurança Pública:

- Assinatura do Acordo de Cooperação Interfederativa para o enfrentamento da criminalidade

- Estruturação de Escritório de Inteligência em Brasília;

- Consolidação do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual;

- Instalação dos Subcomitês de Operações Integradas, Operações de Inteligência e de Análise Criminal e definição de calendário de entrega dos Subcomitês nos Estados;

- Assinatura do Plano de Trabalho do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual;

• Autorizações e Criações:

- Foram autorizados:

A criação de banco de Atas de registro de preços do BrC;

A criação de Programa de Qualificação dos Conselheiros BrC.

- Foram criados:

Câmaras de Comércio, de Educação, de Saúde, Turismo e Segurança Pública do Brasil Central;

Grupos de Trabalho de Compras Públicas, Sanidade e Meio Ambiente;

O Programa de aumento de Exportações do Brasil Central;

O Programa de criação do Mercando Comum do Brasil Central;

O Programa de Turismo Integrado do Brasil Central.

GuiAgepan: Informando o cidadão

A comunicação no ambiente público deve trabalhar a relação do Estado com o Governo e a Sociedade, com o objetivo de explicitar aos cidadãos sobre os seus direitos e deveres e assim atuar como agentes responsáveis pela manutenção ou transformação da ordem social vigente.

O projeto em mote tem por proposição desenvolver um guia eletrônico que disponibilize, aos cidadãos sul-mato-grossenses, de forma simples e rápida, informações sobre os serviços oferecidos pelo Governo Estadual por meio de um website e de um aplicativo para dispositivos móveis.

Iniciativa: GuiAgepan – Guia de Serviços Públicos do Estado de MS

Tipo de iniciativa: projeto

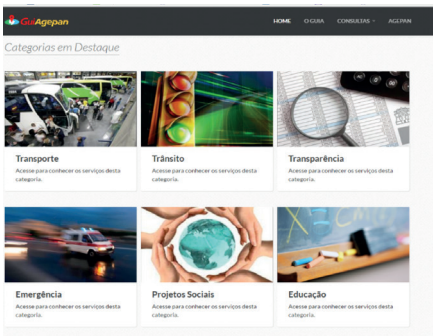
Gerente: Márcio Raphael Rigues

Setor responsável: Agepan (3025-9584)

Público-alvo: Cidadão sul-mato-grossense

Custos

Custo executado: R$ 398,25



Resultados

O site e o aplicativo para Android já estão operantes e acessíveis para o cidadão. A disponibilização para iPhones está concluída.

Pesquisa de Viagens

Esta iniciativa tem por objetivo disponibilizar na página da Agepan - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul, o quadro de horários e dados adjacentes das viagens oferecidas pelas empresas de transporte intermunicipal.

Iniciativa: Painel Público de Tarifas e Horários de Viagens (transporte intermunicipal)

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: **Márcio** Raphael Rigues

Setor responsável: Agepan (fone: 3025- 9584)

Resultados

A página está disponível ao cidadão com as informações completas sobre as viagens fornecidas pelas empresas. O interessado pode facilmente programar seus roteiros de viagens dentro do estado de Mato Grosso do Sul, acessando o portal www.agepan.ms.gov.

Modernização da regulação do Saneamento

Em MS, a entidade designada para regular e fiscalizar os municípios onde os serviços são prestados pela Sanesul é a Agepan.

Para cumprir suas funções, a lei diz que a entidade deverá editar normas relativas às dimensões técnica, econômica e social da prestação dos serviços, entretanto, a Agepan ainda não dispõe de normas relativas a todos esses aspectos.

Esta iniciativa se justifica pela sua importância para desenvolvimento do setor de saneamento, promovendo melhoria da organização, do desenvolvimento institucional e da qualificação da regulação.

Iniciativa: Arcabouço regulatório de Saneamento em MS

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Janaína Felipe Alves

Setor responsável: AGEPAN (3025-9547)

Parceiro: Ministério das Cidades

Público-alvo: População de MS

Custos

Custo executado: R$ 11.256,39

Resultados

Foi assinado em junho deste ano o acordo de cooperação técnica com o Ministério das Cidades para o recebimento de Assistência Técnica em Regulação e Fiscalização de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

No acordo foi previsto o desenvolvimento de sei produtos, são eles:

1. Adequação e formulação de normas e instrumentos regulatórios;
2. Adequação e formulação de modelo e instrumentos de governança e transparência;
3. Adequação e formulação de modelo e instrumentos de participação e controle social;
4. Regulação da qualidade dos serviços;
5. Sistema de Informação;
6. Capacitação Técnica.

Em agosto, foi realizada a primeira oficina de trabalho na cidade de Campo Grande/MS relativa à Ação I – Adequação e Formulação de Normas e Instrumentos Regulatórios. Na ocasião, foram definidos os normativos a serem elaborados, sendo eles: 1. Condições gerais de prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário; 2. Penalidades e processo administrativo punitivo; 3. Procedimentos de fiscalização e 4. Contrato de adesão do usuário e com os grandes consumidores.

Em setembro, foi realizada a segunda oficina de trabalho relativa à Ação II - Governança & Transparência e à Ação III - Controle Social, com a participação das áreas afins da Agepan, e sob a orientação do consórcio.

Em outubro, realizou-se a terceira oficina na sede da Agepan, que tratou do produto VI – Regulação da Qualidade dos Serviços, na qual abordou-se a situação atual dos sistemas de fiscalização no âmbito das Agências Reguladoras Federais, identificando os instrumentos e práticas atualmente adotadas, as lacunas existentes e possíveis cenários futuros.

Esporte e cidadania

A composição do Desporto Escolar, Educacional e de Rendimento, congrega a estrutura desportiva na cadeia de formação do atleta até a sua alta performance.

A redefinição compreende exatamente em resgatar o Desporto Escolar como base de todo o processo de formação do talento esportivo, permitindo a melhoria técnica das representações estaduais.

Iniciativa: Reestruturar, redefinir e desenvolver o Desporto Escolar, Educacional e Rendimento

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Renata Barbosa Balle

Setor responsável: FUNDESPORTE (3323-7201)

Por outro lado, compõe a manifestação escolar, educacional e de rendimento, os aspectos da ação social pelo desporto e a atuação da formação para a cidadania.

Custos

Custo executado: R$ 3.180.782,04

Resultados

Os eventos possibilitaram fomento a prática do esporte nas Instituições de Ensino, a identificação de talentos desportivos para as disputas de competições nacionais e intercâmbio sociocultural e desportivo entre os participantes. Os objetivos propostos foram atingidos com ampliação do número de municípios (40 municípios) participantes das atividades esportivas nas Instituições de Ensino de MS. Participaram dos Jogos Escolares de Mato Grosso do Sul, Jogos da Juventude de Mato Grosso do Sul e Paralimpíadas Escolares de Mato Grosso do Sul, 3.690 pessoas, entre atletas, professores, árbitros e organizadores, distribuídos nas modalidades individuais, coletivas (handebol, basquetebol e voleibol) e futsal.

Bolsa Atleta

O desenvolvimento do potencial técnico das representações estaduais de esporte prescinde do apoio indispensável ao atleta que viabilize material esportivo, equipamentos, profissionais técnicos, espaço físico esportivo e especialmente o recurso financeiro para o custeio mínimo das despesas pessoais para treinamento, em especial uniforme, transporte e alimentação.

Iniciativa: Desenvolver o Projeto de Apoio Financeiro aos atletas e técnicos.

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Renata Barbosa Balle

Setor responsável: Fundesporte (3323-7201)

Custos

Custo executado: R$702.500,00 (Fonte 240)

Resultados

O projeto Bolsa Atleta possui 150 vagas para bolsa escolar e 50 de bolsa nacional. Houve um crescimento significativo em 2015/2016 na distribuição de bolsa na categoria estudantil, passando de 15 contemplados em 2013/2014 para 94 contemplados em 2015/2016. Os detalhamentos de pontuação não têm permitido efetuar a distribuição do número completo de bolsa. Ações de correção estão sendo realizadas mediante revisão da Lei.

Qualificação em esporte e lazer

Para que o esporte e o lazer cumpram seu papel na sociedade como instrumento para o fortalecimento da cidadania e para a qualidade de vida das pessoas, é fundamental assegurar a qualidade dos serviços prestados à população, por meio de profissionais aptos ao exercício das suas funções, favorecendo assim, a melhoria do nível técnico das equipes escolares de MS.

Iniciativa: Desenvolver Ações de Capacitação Técnica Desportiva e de Lazer

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Eunice Figueiredo Nunes de Barros

Setor responsável: Fundesporte (3323-7201)

Custos

Custo executado: R$ 12.296,35 (Fonte 240)

Resultados

Foram realizadas 19 capacitações, voltadas para o atendimento a pessoas com deficiência, idosos, crianças, jovens, estudantes e atletas. Foram realizaram vários cursos de capacitação nos municípios: Bela Vista; Cassilândia; Campo Grande; Sonora; Rio Brilhante; Nova Alvorada do Sul; Ponta Porã; Chapadão do Sul; Maracaju; Coxim; Rio Verde e Três Lagoas.

Durante o ano foram capacitadas 972 pessoas em cursos de: RECREAÇÃO: Educação Infantil a Terceira Idade; Voleibol Adaptado; Clínica de Alto Rendimento de Basquetebol; Clínicas Paralímpicas: Atletismo Paralímpico; Goalball e Vôlei Sentado; Ginástica; Urgência e Emergência durante a Atividade Física; Recreação e Lazer; Esporte Escolar: Processo Prático das Capacidades Coordenativas na Iniciação Esportiva; Treinamento Desportivo; Metodologia do Futsal a Nível Escolar; Handebol Escolar: O Processo de Iniciação/Treinamento.

Desporto e Lazer nas Cidades

Iniciativa: Implementar ações de Desporto de Participação e Lazer nas Cidades

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Célia Cordeiro de Luna Vieira

Setor responsável: Fundesporte (3323-7201)

O lazer e o esporte de participação enquadram-se entre os grandes mecanismos de apoio ao avanço social e transformação da sociedade, na medida em que trabalha com um grande volume de pessoas nas mais diversas faixas etárias. Um dos objetivos do governo de MS é trabalhar com ações preventivas na área da saúde e melhorar a qualidade de vida da população.

Resultados

A ação Lazer nas Cidades foi realizada apenas com despesas de custeio pela FUNDESPORTE.

Foram realizados 12 eventos com participação de 10.024 pessoas em cinco municípios de MS.

Esta ação alcançou 180% da meta prevista no início do ano, com previsão de 120 eventos até o final do ano, porém, atingiu-se um total de 161 eventos, atendendo 711.760 pessoas entre o público direto e indireto.

Os Jogos da Melhor Idade e o Projeto MS Saudável não foram realizados em 2016 por falta de recursos financeiros.

Rede de Infraestrutura Esportiva

Iniciativa: Implantar, Recuperar e Expandir a Rede de Infraestrutura Esportiva

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Eunice Figueiredo Nunes de Barros

Setor responsável: Fundesporte (3323-7201)

Os problemas gerados na saúde pública em decorrência do sedentarismo da população é uma questão discutida há algum tempo em todo país, e sabe-se que diversas enfermidades podem ser combatidas ou controladas se as pessoas adotarem um estilo de vida com práticas regulares de exercícios físicos.

Atualmente, Mato Grosso do Sul apresenta um sucateamento da sua rede de infraestrutura de esporte e lazer, necessitando de manutenção e recuperação desses equipamentos e espaços físicos esportivos, e a implantação de novos espaços destinados à prática de esporte e de lazer como forma de garantir à população sul-mato-grossense o acesso à qualidade de vida.

No ano de 2016 o Governo do Estado atendeu a instalações desportivas com problemas de funcionamento promovendo a recuperação e ampliação, conforme dados abaixo

Parceiros: Governo Federal/Ministério do Esporte – Prefeituras – AGESUL

Público-alvo: População sul-mato-grossense

Custos

Custo executado: R$ 2.376.194,20 (Fonte 240)

Resultados

1. Construção de Arquibancadas e vestiários do Campo de Futebol de Rochedo/MS.
2. Reforma da Iluminação do Estádio Municipal Loucão – Maracaju/MS.
3. Conclusão das obras do Centro Paralímpico de MS. – Jardim Canadá/Campo Grande-MS.

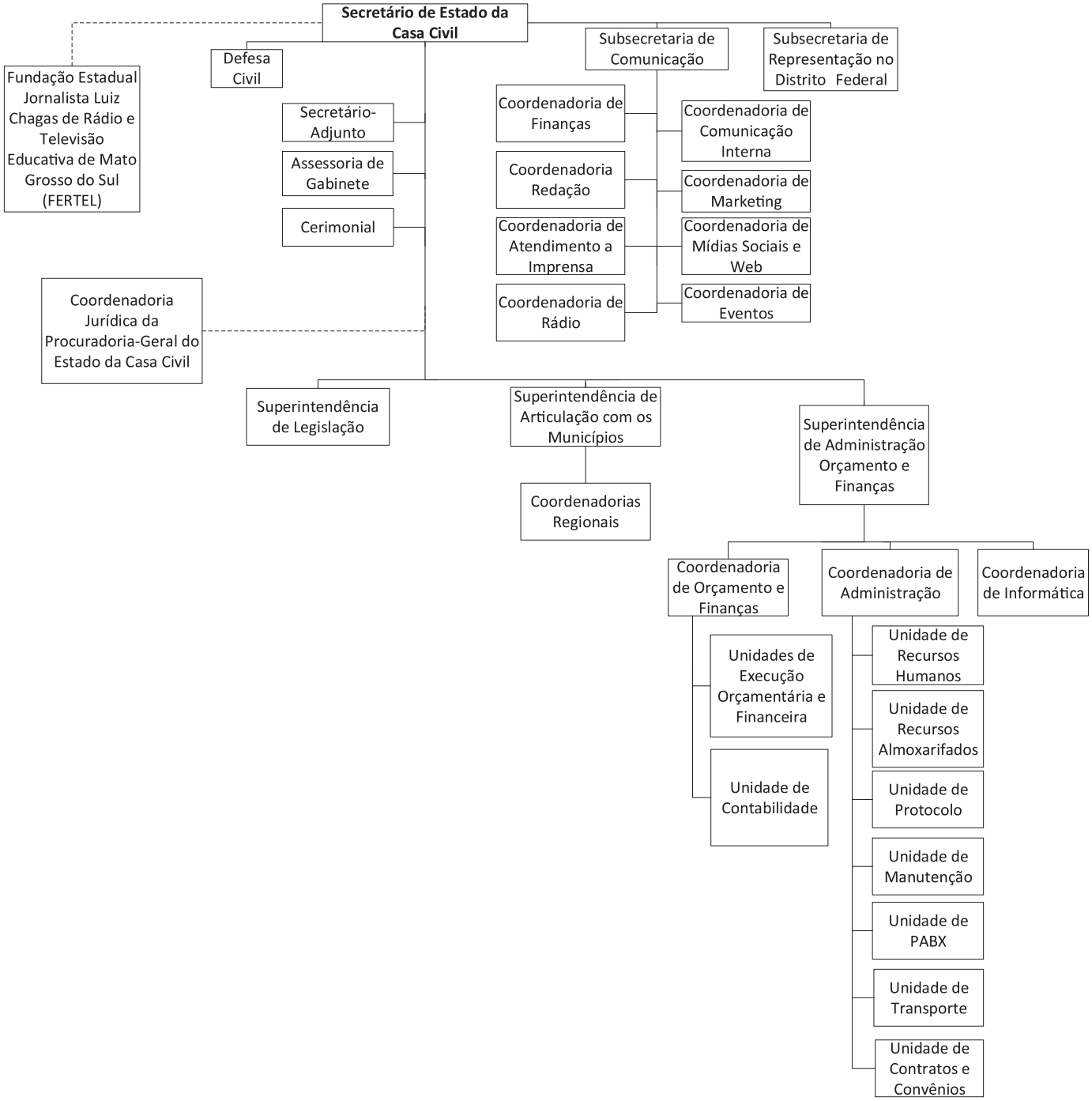
Recurso Federal e Estadual.

4. Implantação do Sistema de irrigação de gramado do Estádio Municipal Cezário B. de Freitas-Rio Verde de MT.
5. Revitalização do Campo “Zé Tabela” no Município de Dourados/MS.
6. Recursos assegurados para implantação de 50 academias ao Ar Livre em MS, nos seguintes Municípios: Alcinópolis, Bandeirantes, Batayporã, Bodoquena, Campo Grande, Coronel Sapucaia, Coxim, Eldorado, Figueirão, Inocência, Jaraguari, Laguna Carapã, Nova Andradina, Paraíso das Águas, Rio Brilhante, São Gabriel do Oeste, Sonora e Três Lagoas.

Secretaria de Estado
da Casa Civil
SECC

GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso
do Sul

Organograma



Entidades vinculadas:

FERTEL – FUNDAÇÃO ESTADUAL JORNALISTA LUIZ CHAGAS DE RÁDIO E TV EDUCATIVA DE MATO GROSSO DO SUL

A Casa Civil tem como competência a assessoria e a assistência direta e imediata ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, o assessoramento e coordenação da política do Governo e do relacionamento com a Assembleia Legislativa, bem como a coordenação de ações de suporte às relações com os municípios.

Outra função da Casa Civil é a supervisão e a execução das atividades administrativas da Governadoria e, supletivamente, da Vice-Governadoria.

Atribuições

- Articulação de Desenvolvimento Regional e de Municípios – apoio no acesso aos recursos federais;
- Articulação e Representação Federal;
- Articulação Política;
- Articulação com Movimentos Sociais;
- Comunicação Institucional (externa);
- Consultoria Legislativa;
- Defesa Civil;
- Cerimonial;
- Rádio e TV.

Direcionadores Estratégicos

- Reestruturar articulação e Representação Federal
  - Aproximar os prefeitos na representação e atrair bancada federal do MS;
- Abrir portas para articulação política
  - Realizar reuniões periódicas com Prefeitos através da ASSOMASUL;
  - Buscar articulação por consórcio de cidades e regionalizar a interlocução;
  - Abrir interlocução estruturada e canais de comunicação com vereadores.
- Facilitar interlocução junto aos Movimentos Sociais
- Compartilhar com secretários das pastas a interlocução.
- Ser eficaz na Comunicação Institucional
  - Assegurar que os programas de governo sejam comunicados de maneira eficiente
  - Potencializar a FERTEL.
- Abrir canais através da Consultoria Legislativa
  - Criar rotina de visitas e discussões junto ao Legislativo;
  - Articular de maneira eficiente canais com o Legislativo.
- Repensar a Defesa Civil
  - Desenvolver trabalho de articulação;;
  - Fazer a articulação entre bombeiros, Policia Civil e PM (facilitadora, coordenação de planos).

Comunicação Institucional

Por meio da Subsecretaria de Comunicação (Subcom), a Casa Civil coordena ações de comunicação social, propaganda, publicidade e divulgação na imprensa local, regional e nacional dos atos e atividades do Poder Executivo.

No ano de 2016 a Subsecretaria de Comunicação, reformulou a política de comunicação social, estabelecendo como missões a INFORMAÇÃO e PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

A divulgação das informações, sempre com o cuidado da observância aos princípios da publicidade e da impessoalidade, passou a ter conteúdo mais abrangente, no sentido de levar a prestação de contas sobre as ações do Governo a todos os 79 municípios de Mato Grosso do Sul, com clareza e objetividade.

Depois das ações de reformulação da política de comunicação, principalmente também em razão dos princípios da Lei de Acesso à Informação, o Estado alcançou a nota máxima em transparência, indicador que atesta o grau de abertura do governo e a democratização da gestão pública.

Estratégia de comunicação

A estratégia de comunicação, no eixo da informação e prestação de serviço, foi estabelecida com a articulação das Coordenadorias de Atendimento à Imprensa, de Redação e de Rádio, que desenvolveram ações de integração das assessorias de imprensa de todas as Secretarias, no sentido de dar uniformidade à linguagem da informação social. A Coordenação de Mídias Digitais (Redes Sociais) também passou a se articular com as três principais coordenadorias da Subcom.

Além da uniformidade na linguagem dirigida ao público, a Subcom criou ferramentais muito importantes:

1. Estúdio de Rádio
2. Portal Institucional
3. Núcleo de Reportagens Especiais

Com o **estúdio de Rádio** o Governo do Estado integrou 130 emissoras de todo Mato Grosso do Sul, formando uma cadeia espontânea de 70 emissoras que diariamente transmitem notícias de utilidade pública e sobre as principais ações do poder público. Diariamente são produzidos boletins e semanalmente são veiculadas entrevistas especiais.

Com a implantação do estúdio de rádio na Subcom, o Governo busca democratizar o acesso à informação. Uma das principais missões da rádio é levar as informações para os moradores de todas as cidades do Estado, inclusive às pessoas que vivem em localidades desprovidas de internet de qualidade ou de programação local de televisão - já que as parabólicas, muito utilizadas no interior, veiculam noticiários nacionais.

Muitos boletins ou entrevistas com notícias do Governo do Estado produzidos em nosso estúdio, oportunizam ao ouvinte acesso às ações governamentais com foco na prestação de serviços. O cidadão que paga impostos precisa saber o que o Governo está fazendo para melhorar a sua vida, e é aí que entra a rádio sendo um meio eficiente de levar a mensagem que queremos transmitir de forma rápida e objetiva.

Os boletins da rádio ganharam vinheta exclusiva “MS no Rádio” idealizada pela coordenação do setor. Além das agendas do governador, ações de todas as secretarias e órgãos ligados ao Governo do Estado estão recebendo atenção especial.

O **Portal Institucional**, que agora abriga todos os canais de informação e traz ferramentais adicionais, permite ao cidadão, que por alguma razão não teve acesso ao noticiário de rádio ou veículo impresso, acessar o rádio (MS no Rádio) e vídeos.

O **Núcleo de Reportagens Especiais**, no âmbito das Coordenadorias de Imprensa e de Redação, com apoio da Coordenadoria de Rádio e Produtora de TV, produz semanalmente três reportagens amplas sobre ações de alcance social e impacto na economia, que são distribuídas aos veículos de maior circulação.

Produção

O Portal de Notícias, agora abrigado no Portal Institucional, publicou em 2016, em postagens diárias, 5.482 notícias de interesse geral, além de boletins de utilidade pública. Foram distribuídas, para publicações dirigidas nos principais veículos, 79 reportagens especiais.

Consultoria Legislativa

A Casa Civil, por meio de ações da Superintendência de Legislação, prestar assistência técnica e legislativa aos órgãos e às entidades estaduais propondo e analisando projetos de autoria do Executivo a serem submetidos à análise e à aprovação da Assembleia Legislativa; emitie parecer, para subsidiar a tomada de decisão do Governador do Estado sobre atos, exclusivamente, de sua competência; e propõem, analisa e emite parecer sobre atos normativos;

De 1º de janeiro a 30 de dezembro de 2016, a Superintendência de Legislação efetuou as seguintes entregas:

I - Redigiu, revisou e enviou à Assembleia Legislativa 80 projetos de lei;

II - Providenciou a sanção, a publicação no Diário Oficial e disponibilizou na internet, no site www.ms.gov.br:

a) 161 leis ordinárias; e

b) 21 leis complementares;

III - Redigiu, revisou, publicou no Diário Oficial e disponibilizou na internet, no site www.ms.gov.br:

a) 44 mensagens de veto;

b) 215 decretos normativos; e

c) 91 decretos especiais (Decreto “E”);

IV - Disponibilizou na internet, no site www.ms.gov.br:

a) 3 leis ordinárias promulgadas pela Assembleia Legislativa;

b) 67 decretos normativos publicados pela Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização;

c) 6 emendas constitucionais, publicadas pela Assembleia Legislativa;

V - Redigiu, revisou e expediu:

a) 444 ofícios do Governador;

b) 2.625 ofícios do Secretário de Estado da Casa Civil;

c) 5.591 ofícios do Superintendente de Legislação;

VI - Redigiu, revisou e publicou no Diário Oficial do Estado:

a) 59 resoluções de pessoal do Secretário de Estado da Casa Civil;

b) 46 resoluções de pessoal do Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica.

Defesa Civil

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC é um órgão do governo do Estado do Mato Grosso do Sul que tem como principal objetivo a redução de desastres, sejam eles de origem natural como as inundações e vendavais, sejam os desastres de origem antropológica, como os acidentes de trânsito envolvendo veículos que transportam produtos perigosos. Em todos estes desastres a CEDEC atua de forma sistêmica, através do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC.

Compõem esse sistema a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEPDEC, as Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil – CEDEC'S, as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil – COMDEC's, os órgãos governamentais e a sociedade civil organizada. No Estado de Mato Grosso do Sul, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil se encontra como órgão central do sistema atuando como agente articulador de ações de proteção e resposta a desastres em âmbito Estadual. São 79 municípios dos quais 95% possuem COMDEC's criadas, que constantemente solicitam apoio da CEDEC, sendo neste ano de 2016 realizadas 14 consultas técnicas a municípios que foram afetados por desastres, foram realizadas 40 avaliações de danos em áreas de risco nos municípios do estado o que gerou a confecção de quatros planos de trabalhos para reconstrução de pontes destruídas por desastres captando, até agora, mais de 29 milhões de reais em recursos para atender a população afetada de destes municípios.

Em 2016, foram realizados pela CEDEC – MS 12 cursos de capacitação onde foram atendidos 50 municípios do estado formando 497 pessoas nas áreas de proteção e defesa civil, produtos perigosos, primeiros socorros e combate a incêndios florestais. Conforme tabela abaixo:

ORD.	CURSO	DATA	LOCAL	MUNICIPIOS ATENDIDOS	QTD ALUNOS
1	CIVED	15/09 a 17/09	CORUMBÁ	2	35
2	CIVED	28/09 a 30/09	PORTO MURTINHO	1	23
3	CIVED	26/10 a 28/10	PORTO MURTINHO	1	33
4	CIVED	01/11 a 04/11	BONITO	1	32
5	AVDC	14/03 a 18/03	AQUIDAUANA	6	54
6	CIVED	17/03 a 18/03	AQUIDAUANA	6	54
7	AVDC	11/04 a 16/04	DOURADOS	11	58
8	CIVED	15/04 a 16/04	DOURADOS	11	58
9	AVDC	16/05 a 20/05	CAMPO GRANDE	6	58
10	AVDC	21/11 a 25/11	COSTA RICA	2	25
11	CIVED	24/11 a 25/11	COSTA RICA	2	25
12	CIVED	08/09 a 09/09	MIRANDA	1	24
TOTAL				50	479

Através das COMDEC's, vinte e quatro municípios foram atendidos com ajuda humanitária entregando para as famílias afetadas colchões, kits dormitórios, kits limpeza, kits higiene pessoal, telhas, rolos de lona e cestas básicas. Conforme tabela abaixo:

MUNICÍPIO	COLCHÕES	KIT DORMITÓRIO	KIT LIMPEZA	KIT HIGIÊNE PESSOAL	CESTA BÁSICA	TELHAS	ROLO DE LONA	BARRACAS
DOURADOS	30	30	30	30				1
FÁTIMA DO SUL	14	14	14	14	50			1
GLÓRIA DE DOURADOS								1
DEODÁPOLIS								1
JATEÍ								1
AQUIDAUANA	150	150	100	100	100			1
ANASTÁCIO								1
MIRANDA	50		44	44	46	50		1
ARAL MOREIRA						1352	1	
ÁGUA CLARA								1
GUIA LOPES DA LAGUNA								
NIOAQUE								1
BODOQUENA	6	6	6					1
BATAYPORÃ	77	77	70	70	81			
TAQUARUSSU			110	110	110			
IVINHEMA	12	6	6	6	10			
NOVO HORIZONTE DO SUL							2	
BATAGUASSU								1
COXIM	10	10	10	4	10		1	1
ALCINÓPILIS	12	12	12	12				
IGUATEMI	1258	1258				5500		1
CAMPO GRANDE	26	26	14				1	3
NOVA ALVORADA DO SUL								1
RIBAS DO RIO PARDO								1
DOIS IRMÃOS DO BURITI	15	15	6	6	6			1
TOTAL	1616	1560	378	352	413	6902	5	19

Esses materiais são oriundos de recursos do Ministério da Integração (colchões, kits dormitórios, kits limpeza, kits higiene pessoal) e do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul (telhas, rolos de lona e cestas básicas).

Houve também o atendimento a 66 famílias de refugiados do HAITI que estavam em Campo Grande com os seguintes materiais: 66 cestas básicas, 20 kits higiene pessoal, 20 kits dormitórios e 20 colchões.

Foi realizado, no segundo semestre de 2016, a Operação Diamante de Hommel, uma ação conjunta dos Estados que fazem parte de CODESUL, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, e o Estado de São Paulo, para prevenir de forma ostensiva o transporte irregular de produtos perigosos nas estradas. A CEDEC, através da sua Comissão Estadual do P2R2, notificou 25 veículos que apresentaram irregularidades durante a operação. Esta ação inédita no pais contribuiu para o aumento da sensação de segurança nas estradas dos Estados do CODESUL reduzindo o risco de acidentes com produtos perigosos.

Dentre as ações preventivas destaca-se a participação de dois simulados operacionais, sendo um na cidade de Três Lagoas, onde foram colocados em prática procedimentos para o atendimento a emergências químicas, e outro em Campo Grande junto ao Aeroporto, onde foram validados o tempo resposta dos órgãos que fazem parte do Plano de Auxílio Mútuo para acidentes com aeronaves.

Fertel - Rádio e TV

Principais realizações de 2016:

Janeiro

- Foram abertas inscrições para produção de conteúdos destinados às TVs públicas.

Fevereiro

- Clássico “Comerário” foi transmitido ao vivo pela Educativa FM.
- O novo “Tarde Total” estreou na Rádio Educativa

Março

- RVTE e IFMS firmaram parceria para difundir a educação profissional, científica e tecnológica
- Espaço cultural da TV Educativa recebe a exposição “Mulheres em Obras”
- RTVE e TV Assembleia firmaram parceria para divulgar as atividades parlamentares

Abril

- O programa “Terra da Gente”, com foco no produtor rural, estreou na RTVE
- TV Educativa acompanhou roteiro da Adventure Week
- Exposição ‘Ave! Aves...’ é aberta em espaço cultural da RTVE
- TVE, Portal da Educativa e 104 FM realizaram na transmissão da Expogrande 2016

Junho

- RTVE exibe dois programas em homenagem a grande líder indígena Enir Terena
- Galeria de Arte da RTVE expõe trabalhos de 28 artistas plásticos da Confraria Sociautista

Julho

- RTVE e AABB firmam acordo de cooperação técnica
- TVE lançou a revista eletrônica Cult.e
- Bonito volta a receber o sinal da TVE após reparos no transmissor

Agosto

- TVE Digital: Governo envia projeto à Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara

Setembro

- Debate Eleições 2016 SBT: TVE e 104 FM firmam parceira para retransmissão do debate – Eleições 2016

Outubro

- Sede da TVE recebe o Pantanal Radical

Novembro

- TV Cultura exibe reportagem da TVE sobre Festival América do Sul Pantanal
- Debate Midiamax: TVE e Educativa 104 retransmitiram debate Eleições 2016

Dezembro

- Fertel abriu exposição em homenagem ao centenário de Manoel de Barros
- Fim de ano na TV Cultura e TVE tem shows, concertos, infantis, jornalismo, documentários e especiais inéditos

Mensagem à Assembleia Legislativa **2017**

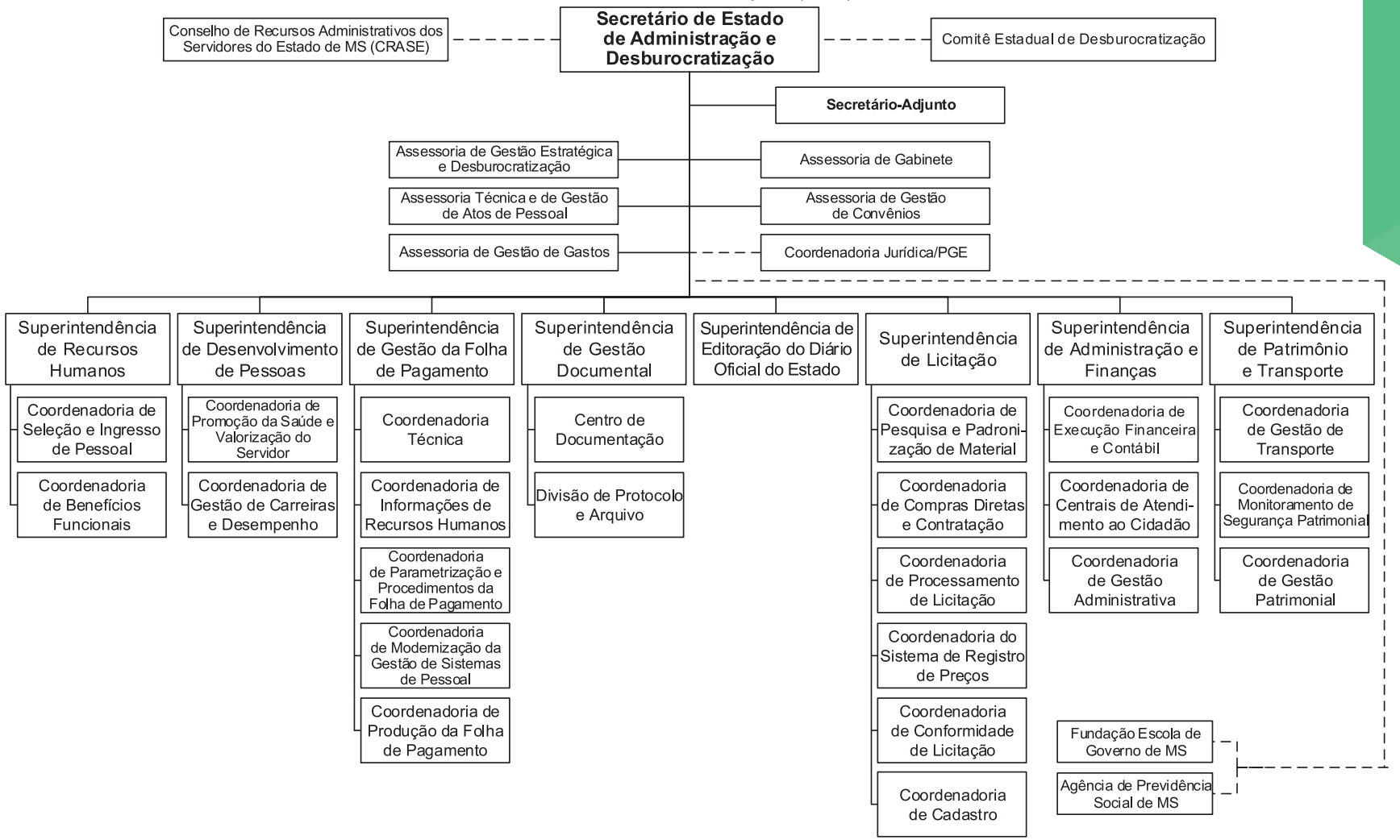
Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização
SAD

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

ANEXO DO DECRETO Nº 14.338, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

Publicado no Diário Oficial n. 9.071, de 22/12/2015, pág. 12

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA BÁSICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO (SAD)



Entidades vinculadas:

ESCOLAGOV - Fundação Escola de Governo do Mato Grosso do Sul

AGEPREV – Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul

A SAD participa da gestão do Estado, tendo por finalidades a coordenação, a supervisão técnica e o controle das atividades dos sistemas estruturantes de Administração Geral e de Recursos Humanos.

Atribuições

- Gestão de pessoas
- Gestão de compras
- Modernização e desburocratização do Estado
- Gestão dos recursos da previdência
- Gestão do patrimônio
- Gestão de gastos
- Gestão documental

Direcionadores Estratégicos

- Modernizar e Desburocratizar a máquina pública no Estado
- Simplificar os processos organizacionais com foco nas relações do Governo do Estado com os cidadãos, com as empresas e entre seus órgãos e entidades;
- Implantar programa de modernização e desburocratização da gestão pública via projetos de eficiência dos serviços prestados pelo estado;
- Desenvolver soluções para a gestão do patrimônio público.
- Gerir Compras
- Garantir maior agilidade, eficiência e integração dos processos críticos relacionados a compra de bens e serviços, aumentando consideravelmente o uso de tecnologia de informação.
- Gerir Pessoas
- Implementar metodologia de gestão do desempenho a fim de incentivar, reconhecer e desenvolver desempenhos superiores;
- Valorizar, qualificar e aumentar a satisfação do servidor público estadual;
- Potencializar a atuação da Escola de Governo dando maior enfoque aos programas de qualificação nos níveis táticos e estratégicos;
- Promover ações voltadas à prevenção e promoção da saúde, segurança do trabalho, qualidade de vida e bem-estar social ao servidor;
- Gerir Gastos
- Garantir eficiência na utilização dos recursos públicos por meio do controle adequado de gastos com custeio e outras despesas do Poder Executivo Estadual.

Gestão de pessoas – Valorização, Desenvolvimento, Saúde

Ações socioculturais e desportivas de promoção de qualidade de vida ao servidor

A SAD realizou um total de 29 eventos como circuito de caminhadas; palestras itinerantes para a prevenção de doenças da coluna, câncer de mama e próstata; eventos socioculturais como festa julina, show em comemoração ao Dia do Servidor, cantata natalina; além de campanhas sociais como arrecadação de brinquedos e agasalhos; contando com a participação direta de mais de 10.000 servidores.

Foram realizadas três solenidades de homenagem e agradecimento aos 1.447 servidores do Poder Executivo que se aposentaram em 2016, com a entrega do Diploma de Mérito Funcional pelos serviços prestados à administração pública estadual.

Comunicação

O Portal do Servidor foi reformulado com a disponibilização de informações que proporcionam maior interação entre o servidor e a administração pública estadual. Algumas funcionalidades implementadas: mensageria, atualização cadastral permanente, atualização funcional no nível das unidades de recursos humanos. No ano de 2016 o portal recebeu mais de 5,8 milhões acessos.

Atualização dos dados funcionais

Em 2016 iniciou-se a migração dos dados da vida funcional do antigo sistema de folha de pagamento (ConsistRH) para o sistema atual (Universal RH). Para isso foi disponibilizado no Sistema de Gestão de Entrada de Dados – SISGED um módulo para revisão e validação dos dados migrados e para possibilitar a desativação do sistema antigo (ConsistRH). Essas melhorias permitem que os setores de recursos humanos dos órgãos e entidades do Poder Executivo possam iniciar os trabalhos de conferência dos dados migrados e a sua homologação. Para alcançar estes resultados foram também realizados treinamentos envolvendo todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Desenvolvimento

A Fundação de Escola de Governo (Escolagov) tem o objetivo de promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores, adequando-os aos novos perfis profissionais requeridos pelo setor público, por meio de um programa permanente de capacitação. No ano de 2016 foram realizados 51 cursos nas mais diversas áreas tendo como resultado 6.287 servidores certificados. Ainda foram realizadas 16 novas parcerias da Escolagov com outras instituições de ensino, totalizando 34 parceiros, aumentando assim as possibilidades e opções de cursos e capacitações oferecidos aos servidores públicos estaduais.

Iniciativas presentes no contrato de gestão 2016:

- Programa de Gestão por Competências
- Escolagov no desenvolvimento do servidor.

Gestão de carreiras e pagamento de pessoal

Dando continuidade aos trabalhos de correção das distorções iniciadas no Conselho de Governança – Comitê de Recursos Humanos em 2015, a SAD concluiu a análise das carreiras e respectivas demandas mapeadas, o que norteou as negociações realizadas com as categorias no 1º semestre de 2016.

Foram realizadas correções de distorções setoriais, unificando sistema remuneratório e correção no valor das tabelas salariais, com índices variando de 5% a 45% de majoração, conforme análise das distorções identificadas em cargos da mesma categoria ocupacional, contemplando 26.830 servidores distribuidos em 30 categorias funcionais.

Para tanto, adotou-se a incorporação de vantagens financeiras e a Parcela Constitucional de Irredutibilidade (PCI) nas tabelas, promovendo o alinhamento salarial dos ocupantes do mesmo cargo. Em abril de 2016, além dessas mudanças em tabelas para correção de distorções, foram concedidos abonos entre R$100 e R$250 para aproximadamente 40.000 servidores.

Os professores foram contemplados com o cumprimento da lei do piso salarial, fazendo com que Mato Grosso do Sul figure, no País, como o Estado que melhor remunera o magistério da rede pública estadual.

Em 2016 o total das despesas com pagamento de pessoal girou em torno de R$ 6.896.105.580,48. Sendo R$ 4.803.386.804,00 para 52.637 servidores da ativa e, R$ 2.092.718.776,48 para 23.522 pensionistas e aposentados.

Gestão de Compras

A Central de Compras é a Superintendência de Licitação da SAD, responsável pelas licitações de bens, materiais e serviços da administração estadual. Articula-se com 13 secretarias de estado, mais a Procuradoria Geral do Estado - PGE e a Controladoria Geral do Estado - CGE e suas unidades gestoras, para executar, gerenciar, modernizar e dar transparência às aquisições do governo, com a participação dos fornecedores e da população.

Dentre os principais resultados da Central pode-se destacar: grande economia nos gastos públicos e efetiva interação, ágil e funcional, entre órgãos do governo, governo e fornecedores e governo e cidadãos.

Em 2016, o valor acumulado de janeiro a novembro em licitações realizadas foi de R$ 3.363.648.656,24. Tendo sido realizado 2.812 licitações distribuídas nas seguintes modalidades: 13 por pregão presencial; 812 por pregão eletrônico; 07 por concorrência; 5 por credenciamento; 02 por chamamento público; 01 por chamada pública; 1.356 por dispensa de licitação e 564 por inexigibilidade.

Destas, 103 correspondem à licitação para contratação de serviços e 437 licitações para aquisição de materiais.

As licitações têm um prazo médio de 45 dias para sua realização.

Iniciativas presentes no contrato de gestão 2016:

- Modernização dos macroprocessos de compras, contratos, convênios, almoxarifado e patrimônio.

Modernização e desburocratização do Estado

Dentre as atividades de modernização e desburocratização destaca-se o aperfeiçoamento do Diário Oficial Eletrônico. A ferramenta de busca de texto que existia anteriormente não vinha mais atendendo às expectativas dos usuários. Neste sentido, buscou-se melhorar e disponibilizar aplicação na Web com uma ferramenta de busca de texto no Diário Oficial do Estado Eletrônico

que permite uma busca concatenada por período e texto, bem como indica a página que se encontra a informação.

Desenvolveu-se também um projeto de padronização das correspondências oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de MS, buscando-se reduzir o consumo de papel, facilitar o acesso aos documentos enviados e recebidos e proporcionar um ambiente seguro para o armazenamento dos arquivos criados. O e-DOCMS foi mplantado em 36 órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de MS e 4.570 usuários foram capacitados para utilizá-lo. Ainda, há 12 mil usuários cadastrados e utilizando-se do e-DOCMS.

Até 2016, os contratos que os municípios firmavam com o Governo do Estado de MS, para as publicações no Diário Oficial, eram realizados anualmente e os Municípios precisavam enfrentar uma grande burocracia interna com relação à realização da despesa que as levava, muitas vezes, à condição de inadimplentes. A partir deste ano, os contratos são firmados por cinco anos e os Municípios pagam as despesas relativas às publicações realizadas no Diário Oficial do Estado, mensalmente, por meio do encontro de contas - o que o Município tem a pagar pelas publicações com o que tem a receber do Estado de MS de repasse de ICMS. Em 2016 foram formalizados contratos com vinte e nove Municípios do Estado de MS nessa nova modalidade.

Iniciativas presentes no contrato de gestão 2016:

- Implantar o Escritório de Processos e a Metodologia

Gestão do patrimônio

Considerando a necessidade de avaliar as condições de segurança das unidades atendidas pelos Agentes Patrimoniais, foi elaborado o Plano de Segurança Patrimonial, a fim de propor procedimentos para a adoção de medidas preventivas visando a preservação do patrimônio público.

Nesse trabalho foi realizado um diagnóstico da real situação das instalações físicas de todas as unidades localizadas em Campo Grande e atendidas pelos serviços de segurança patrimonial. Foram concluídas as etapas de análise técnica e levantamento prévio, bem como as visitas técnicas aos gestores das referidas unidades visando atingir o objetivo final do Plano de Segurança Patrimonial que prevê ações integradas de tecnologia, procedimento operacional e elaboração de Termo de Conduta para os integrantes da carreira de Agente Patrimonial.

Foram realizados diversos leilões totalizando uma arrecadação de R$ 1.132.810,00, conforme demonstrado a seguir.

Leilão de Bens Móveis

Bens Móveis	Valor arrecadado
7028 itens (armários, cadeiras, computadores, mesas entre outros tipos de bens)	R$ 59.380,00
245 itens (GPS, Instrumentos musicais e Câmara Fria)	R$ 19.315,00
124 veículos	R$ 747.700,00
59 sucatas	R$ 14.190,00

Leilão de Semoventes

Semoventes	Valor arrecadado
87 cabeças de boi	R$ 103.625,00

Leilão de Imóveis

Imóveis	Valor arrecadado
Maracaju- 1 imóvel	R$ 60.000,00
Coxim- 1 imóvel	R$ 20.000,00
Camapuã- 2 imóveis	R$ 108.600,00

Iniciativas presentes no contrato de gestão 2016:

- Elaborar o Projeto de Reavaliação dos Ativos do Governo de MS

Outras iniciativas presentes no Contrato de Gestão 2016

- Implementar a Gestão Documental no Estado
- Realizar o recadastramento dos servidores ativos e inativos
- Análise de Conformidade na Concessão de Benefícios Previdenciários

Gestão por Competências

A gestão por competência, pautada nos princípios da eficiência do serviço público, engloba o processo de gestão e desenvolvimento de pessoas de modo a alinhar as competências dos servidores às competências necessárias para o alcance dos objetivos do Governo no atendimento às demandas da sociedade, na modernização do estado, na otimização dos serviços e na motivação do servidor.

O Governo Estadual buscou, no ano de 2016, identificar as competências que cada órgão necessita para o cumprimento de seus objetivos, com aplicação de um questionário aberto a todos os servidores, incentivando a participação e a construção democrática.

Iniciativa: Implantar o novo processo de Avaliação de Desempenho Individual - ADI - Programa de Gestão por Competências

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Ana Carina do Prado Ávila Verbisck

Setor responsável: Coordenadoria de Gestão de Carreiras e Desempenho (67 3318-1464)

Público-alvo: servidores públicos ativos (efetivos, comissionados e contratados).

Custos: R$ 33.808,00

Resultados

Foram mapeadas as competências essenciais e gerenciais de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, com previsão de publicação do mapa de competências do Estado de MS, bem como, do decreto que regulamenta a Avaliação de Desempenho Individual até fevereiro/2017, que balizará a gestão do desempenho dos seus gestores e servidores.

Participaram do mapeamento 53% dos servidores de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo de MS, com índice médio de 60% de adesão na maioria dos órgãos e entidades. Os índices mais baixos ficaram com os servidores do DETRAN, FUNSAU e UEMS.

Foram iniciadas as capacitações de gestores e servidores para a gestão por competências.

Foi realizado o ciclo de gestão de desempenho no IMASUL com a execução do Plano de Gestão de Desempenho Individual - PGDI, um acompanhamento e uma Avaliação de Desempenho Individual - ADI.

Foram desenvolvidos os aplicativos da gestão por competências: aplicativo de mapeamento; aplicativo para o ciclo de desempenho.

Próximos passos

Para o ano de 2017 está prevista a implantação da segunda etapa do projeto gestão por competência, em que todos os servidores efetivos, comissionados e contratados passarão pelo ciclo de gestão de desempenho, com a realização do Plano de Desenvolvimento Individual – PGDI, no início do ano, 2 atividades de acompanhamento, e a avaliação de desempenho individual – ADI, fechando o ciclo de desempenho.

Com base nas informações aferidas na gestão do desempenho, serão elaboradas as trilhas de desenvolvimento individual dos servidores e gestores.

Entregas relacionadas

Foi realizado processo de Certificação Ocupacional para a composição de um banco de recursos humanos aptos a desenvolver funções relacionadas à Política de Gestão por Competências nos órgãos do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul.

EscolaGov: desenvolvimento e transformação!

A Fundação Escola de Governo possui o papel de principal condutora das ações voltadas à capacitação e desenvolvimento do servidor público estadual, efetivando junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de MS cursos/capacitação orientados para a gestão estratégia e para resultados. Conta com instrutores com perfil para a gestão de pessoas, projetos e processos. Em 2016 também realizou o Prêmio de Gestão Pública contemplando as modernas práticas de sucesso visando a garantia da melhoria dos serviços públicos prestados ao cidadão.

Iniciativa: **Efetivar o papel da Escolagov no desenvolvimento do servidor e das instituições do Estado**

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Giovana Ramos Auto e Viviane Vilani

Setor responsável: Escolagov (67 3321-6100)

Público-alvo: Órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de MS, servidores públicos do Poder Executivo do Estado de MS

Custos

Custo executado: R$ 91.211,80

Resultados

- Realização de 51 cursos com a certificação de 6.287 servidores.

- Elaboração do novo catálogo de cursos da Escolagov considerando o Plano Plurianual do Governo de MS 2016/2019.

- Realização do XI Prêmio Sul-mato-grossense de Inovação na Gestão Pública, com a inscrição de noventa e sete trabalhos divididos em duas categorias: Ideias Inovadoras Implementáveis e Práticas Inovadoras de Sucesso, com a premiação de seis trabalhos reconhecendo a criatividade e valorização do talento dos servidores públicos que aplicaram suas ideias com um objetivo simples: garantir a melhoria no serviço público prestado ao cidadão.

Entrega do Prêmio de Inovação

- Realização do Processo Seletivo virtual para Credenciamento de Profissionais iniciado com a publicação do Edital n.1/2016, em 4 de agosto de 2016, finalizado no mês de dezembro com 90 novos credenciados.

Modernização dos macroprocessos de compras, contratos, convênios, almoxarifado e patrimônio

A implementação da modernização dos macroprocessos de compras, contratos, convênios, almoxarifado e patrimônio gera benefícios diretos ao Estado e à sociedade. O aprimoramento de cada um dos macroprocessos em questão resulta em racionalização dos gastos públicos e em aperfeiçoamento dos serviços do Estado, por meio de compras melhores em termos quantitativos, financeiros e qualitativos, relação mais transparente, democrática e objetiva com os fornecedores, acompanhamento permanente de contratos, administração de qualidade dos estoques, maior controle e durabilidade do patrimônio do Estado. À medida que os processos da área meio são otimizados, as áreas fins são melhores estruturadas e atendidas para a prestação de serviços à população.

Iniciativa: Modernização dos macroprocessos de compras, contratos, convênios, almoxarifado e patrimônio.

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Hosilene Lubacheski

Setor responsável: Assessoria de Gestão estratégica e Desburocratização
(67 3318-1452)

Público-alvo: Unidades de compras e Central de Compras

Resultados

- Remodelagem completa do macroprocesso de compras com previsão de ganhos de eficiência, custos e qualidade da performance.
- Entrega do módulo do novo Catálogo de Materiais e Serviços da Federal Supply Classification.
- O módulo e-fornecedor (processo de cadastro modernizado e atualizado) está em produção com produtos mínimos viáveis entregues como a automatização dos relatórios de cadastros, antes manuais, e integração com a JUCEMS para obtenção de certidões estaduais online.

Rota do Desenvolvimento

Próximos passos

Realizar a implementação do módulo Catálogo de Materiais e Serviços em janeiro de 2017, com programação completa de capacitações, homologação e operação assistida.

Realizar as integrações do e fornecedor com Caixa Econômica Federal e Receita Federal para obtenção online de certidões federais.

Iniciar o desenvolvimento do módulo Plano de Compras, predecessor ao módulo Catálogo de Materiais e Serviços, para que entre em produção em março de 2017.

Implantar o Escritório de Processos

O Escritório de Processos é a unidade funcional responsável por estabelecer regras, padrões e diretrizes necessárias à implantação e continuidade da gestão de processos de negócios. A implantação do Escritório de Processos é uma ação a ser desenvolvida no âmbito do Programa Estadual de Desburocratização e seu portfólio de serviços irá beneficiar todos os órgãos do Poder Executivo Estadual, buscando melhorar a efetividade na entrega dos serviços aos cidadãos, por meio da melhoria de processos.

Público-alvo: O público alvo compreende todos os servidores diretamente envolvidos com a execução de processos no Poder Executivo Estadual.

Iniciativa: Implantar o Escritório de Processos e a Metodologia

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerente: Gisele Fior

Setor responsável: Assessoria de Gestão Estratégica e Desburocratização (67 3318-1324)

Resultados

Os resultados alcançados compreendem a definição da estrutura funcional e organizacional, das competências, da metodologia e do portfólio de serviços oferecidos. Dois macroprocessos, priorizados a partir das iniciativas do Programa Estadual de Desburocratização, estão sendo remodelados como projetos piloto: Compras Governamentais e Gestão da Folha de Pagamento. Esse último se deu através do acompanhamento do trabalho da consultoria Deloitte, que modelou e remodelou os processos da área de Recursos Humanos que possuem impacto direto na Folha de Pagamento da SAD, SED, SES e SEJUSP. A equipe do Escritório atuou acompanhando e garantindo a aderência da metodologia utilizada, com vistas a posterior implementação dos projetos de melhoria. Na elaboração do diagnóstico e na construção do modelo futuro do macroprocesso de Compras Governamentais, houve expressiva colaboração dos servidores das áreas de compras do órgão central (SAD) e das secretarias de origem selecionadas (SED, SEDHAST, SES e SEJUSP). Desde março, quando se iniciaram os estudos para estruturação do Escritório Central de Processos, a equipe teve a assessoria técnica da consultora do Movimento Brasil Competitivo (MBC), Adriane Ricieri, que ministrou uma capacitação inicial para os membros da equipe e, em parceria com a Escola de Governo, o curso de 40 horas/aula sobre "Gestão de Processos Orientada para Resultados" para os servidores do estado. A equipe participou ativamente das discussões e parametrização do módulo de Business Process Management do sistema da SoftExpert adquirido pela Secretaria de Governo, e que servirá como ferramenta de gestão do dia a dia do escritório e automação de processos. A equipe estabeleceu um bom relacionamento com o Escritório Geral de Projetos da SEGOV e com o Escritório de Processos do Detran-MS.

Informações Adicionais

Foi lançada, em setembro, a iniciativa do Fórum Permanente: "Processos - Transformação e Desenvolvimento", evento bimestral que visa fomentar a cultura de Gestão por Processos no Governo do Estado. Para 2017, estão planejados seis fóruns e a terceira edição ocorrerá no dia 31 de janeiro com palestrantes cuja participação é pro bono e as despesas com diária e deslocamento são pagas pelo Governo.

Reavaliação dos Ativos do Estado

A Reavaliação dos Ativos do Estado de MS proporcionará ao Poder Executivo maior agilidade e integridade no tratamento das informações relativas à efetiva gestão do patrimônio imobiliário oportunizando maior controle patrimonial e financeiro disponível ao alcance da estrutura administrativa, em especial ao Controle Interno, por meio da Auditoria Geral do Estado, bem como, ao Controle Externo, por meio do Tribunal de Contas de MS. Com o Sistema de Patrimônio - SISPAT – IMÓVEIS, o usuário terá à disposição informações gerenciais além do acesso a imagens (fotos, mapas georreferenciados, croquis, documentos etc.) dos imóveis.

Iniciativa: Elaborar o Projeto de Reavaliação dos Ativos do Governo de MS.

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Gustavo Henrique Zanella

Setor responsável: Coordenadoria de Gestão Patrimonial (67 3318-1310)

Público-alvo: Dirigentes dos órgãos e entidades, demais servidores públicos do Poder Executivo do Estado de MS envolvidos na gestão do patrimônio imobiliário e usuários do SISPAT - Imóveis

Resultados

- Diagnóstico documental dos bens imóveis do Poder Executivo do Estado de MS; atualização do SISPAT - Imóveis;
- Publicação do decreto de criação da rede de patrimônio imobiliário;
- Projeto de reavaliação do patrimônio imobiliário do Poder Executivo do Estado de MS elaborado.

Próximos passos

- Elaborar o cronograma detalhado completo de reavaliação de cerca de 1500 imóveis para os anos 2017 e 2018.
- Estruturar a Rede de Patrimônio Imobiliário para a condução do projeto de reavaliação.

Implementar a Gestão Documental

Os arquivos são os instrumentos por meio dos quais se tem acesso às informações que permitem o exercício pleno da cidadania e a consolidação da identidade cultural da sociedade. A execução deste projeto possibilitará a produção, a organização, a preservação e a disponibilidade dos documentos em conformidade com a legislação vigente. Não se olvidando de mencionar que as ações deste projeto são medidas necessárias para solucionar ou, ao menos, minorar os efeitos negativos da prática exercida até o momento - perda de informação registrada em documentos - o que dificulta o gerenciamento das informações de forma eficiente e objetiva.

Iniciativa: Implementar a Gestão Documental no Estado

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Doralice Martins

Setor responsável: Superintendência de Gestão Documental (67 3318-1408)

Público-alvo: Diretamente, os servidores públicos estaduais envolvidos com a avaliação e organização dos documentos e, indiretamente, toda a sociedade no que tange ao acesso à informação.

Resultados

As atividades quanto ao tratamento técnico dos arquivos ativos e da massa documental acumulada, possibilitou a liberação de espaço físico, economia, controle e racionalização das informações. Foi realizado o diagnóstico de toda a massa documental do Estado de MS correspondente a 243.138 caixas, tendo sido eliminadas 76.530 caixas, com uma redução de 31,5% da massa documental acumulada. Os trabalhos executados buscou suprir as necessidades dos órgãos da administração estadual na definição de critérios para reduzir ao essencial os documentos acumulados em seus arquivos, sem prejuízo da salvaguarda dos atos administrativos, constitutivos, e extintivos de direitos, das informações indispensáveis ao processo decisório e à preservação da memória institucional e, ainda, cumprir o que determina a legislação federal.

Antes

Depois

Informações Complementares

O Estado de MS, através da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização, deixou de gastar neste ano R$ 3.917.000,00 (três milhões novecentos e dezessete mil), com as atividades realizadas por esta Superintendência. Doou para a reciclagem 172.574 quilos de papel.

Censo previdenciário

O Censo realizado em parceria com o Ministério da Previdência Social teve como objetivo atualizar e consolidar o Cadastro Nacional de Informações Sociais dos Regimes Próprios de Previdência Social, um sistema unificado contendo as informações previdenciárias de todos os servidores públicos do país.

O recadastramento ocorreu na capital entre os dias 18 de abril a 3 de junho de 2016. No interior e para os servidores ativos, aposentados e pensionistas dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no período e 13 de junho de 2016 a 29 de julho de 2016.

Iniciativa: Realizar o recadastramento dos servidores ativos e inativos

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Antônio da Silva Muller

Setor responsável: Superintendência de Editoração do Diário Oficial (67 3318-1420)

O Censo Previdenciário auxiliou a administração pública estadual na elaboração do cálculo atuarial para um planejamento previdenciário consistente; corrigindo possíveis falhas identificadas nos pagamentos, além de melhorar a qualidade dos dados referentes aos servidores ativos e inativos.

Público-alvo: Servidores públicos ativos e inativos do regime próprio de Previdência Social do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

Custos

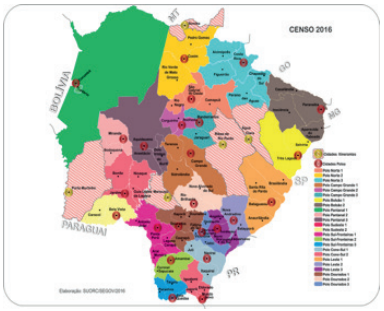
Custo executado: R$ 34.258,25

Resultados

- Banco de dados dos servidores atualizado;
- 99,3% de servidores recadastrados, 0,7 não recadastrados.
- Economia gerada de cerca de R$570.000 (atualizada em novembro de 2016).
- Pagamento bloqueado dos servidores que não realizaram o censo; comprovação de vida.

Próximos Passos

Após seis meses de bloqueio de pagamento em que o segurado não compareça, ocorrerá o desligamento definitivo da folha de pagamento.



Análise de Conformidade da Concessão de Benefícios Previdenciários

Considerando a necessidade de desenvolver um modelo de gestão participativa, desburocratizada, moderna, transparente, com foco em resultados, gerindo os recursos de forma a observar o caráter contributivo e o equilíbrio financeiro e atuarial indispensáveis à sustentabilidade e manutenção dos benefícios previstos em nossa legislação, a Análise de Conformidade da Concessão de Benefícios Previdenciários contribuiu para identificar necessidades e problemas enfrentados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo de MS, definir medidas para garantir a conformidade na concessão de benefícios previdenciários e corrigir eventuais distorções. A pesquisa efetuada na análise citada permitiu à SAD alimentar o Governo do Estado de MS com dados robustos e impactantes para o futuro dos segurados do regime próprio de previdência social de MS.

Iniciativa: Análise de Conformidade na Concessão de Benefícios Previdenciários

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Rosane Aparecida Ferreira Bacha

Setor responsável: Agência de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul- AGEPREV (67 3318-7391)

Público-alvo: Todos os servidores públicos estaduais que se enquadram nos requisitos previstos na legislação pertinente relativa à concessão de benefícios previdenciários, ou seja, os segurados do regime próprio de previdência social do Estado de MS.

Custos

Custo executado: R$ 1.638,00

Resultados

Os resultados da pesquisa, por amostragem estatística aleatória, permitiram a identificação dos gaps ocorridos durante a tramitação de um processo de concessão de benefícios, pontuando a maior incidência de equívocos no ato da instrução do processo,

ou seja, no órgão ou entidade de origem. Em consequência destes resultados, a Diretoria de Benefícios da AGEPREV, acompanhada da gerente deste projeto, ministrou capacitação intitulada - Treinamentos Previdenciários - visando corrigir as deficiências identificadas na pesquisa.

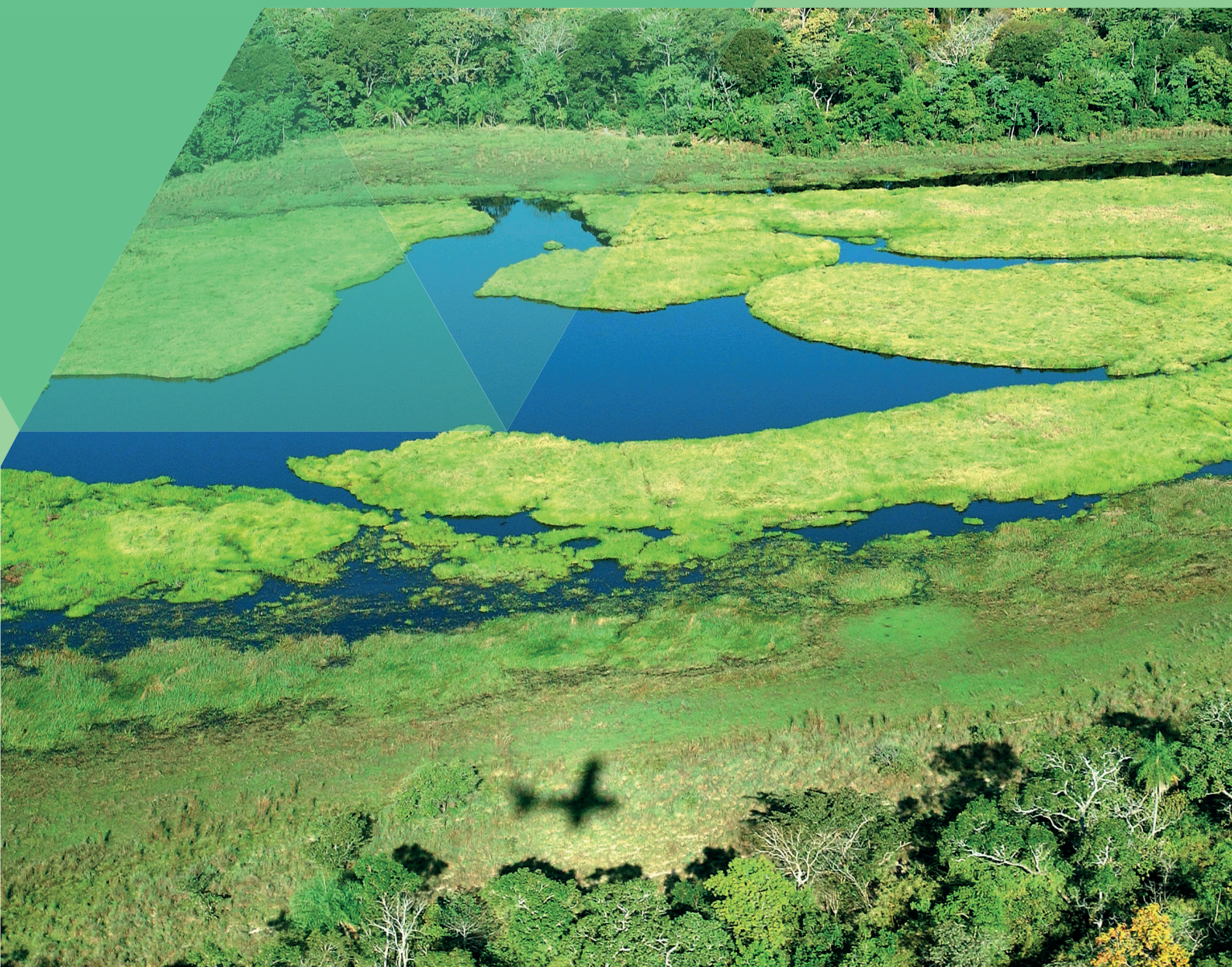
Próximos passos

Monitorar os resultados obtidos nos treinamentos de todos os servidores que compõem as unidades de recursos humanos do poder executivo estadual, identificar as deficiências que foram sanadas e quais ainda demandam atenção por parte da AGEPREV.

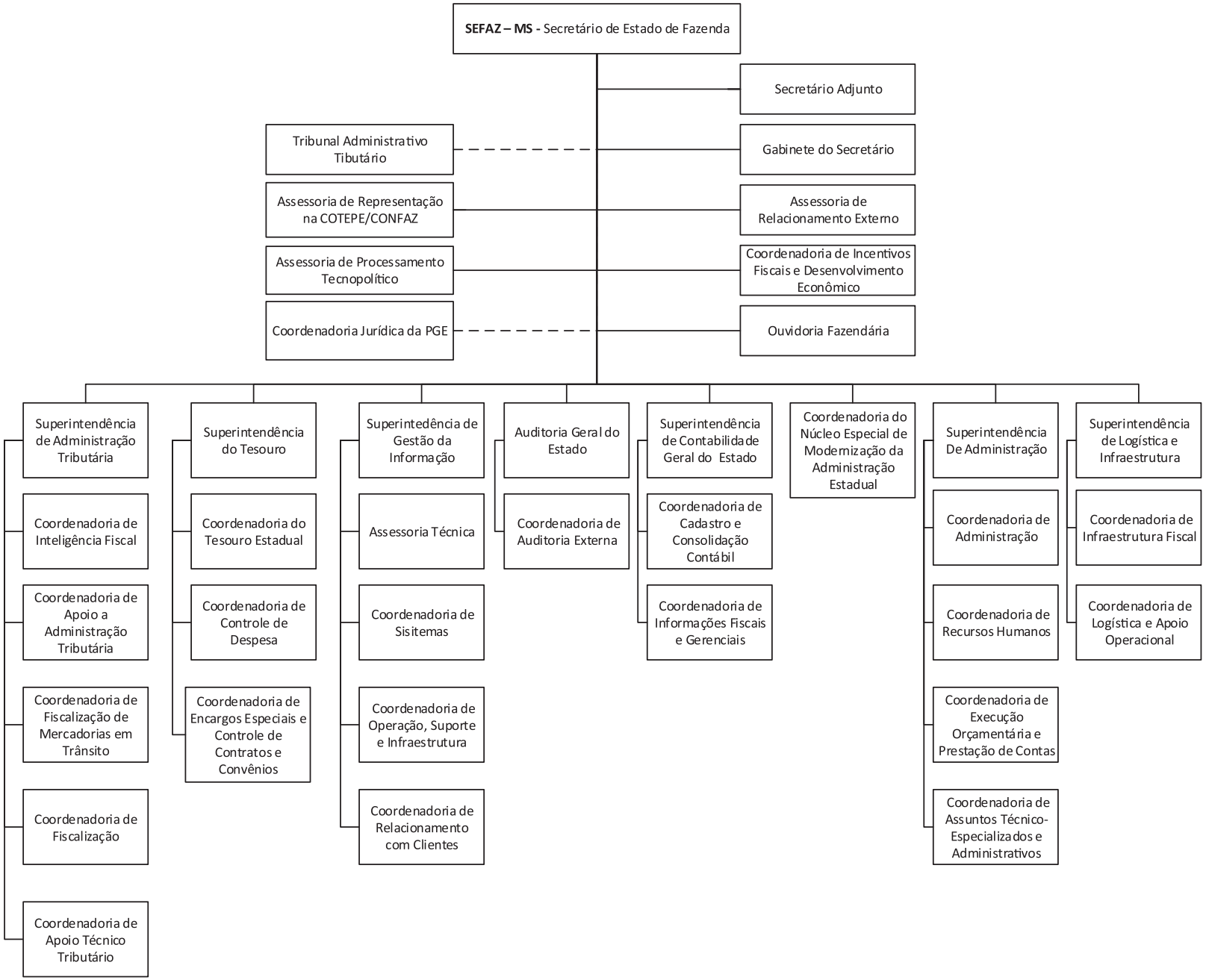
Mensagem à Assembleia Legislativa **2017**

Secretaria de Estado de Fazenda
SEFAZ

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul



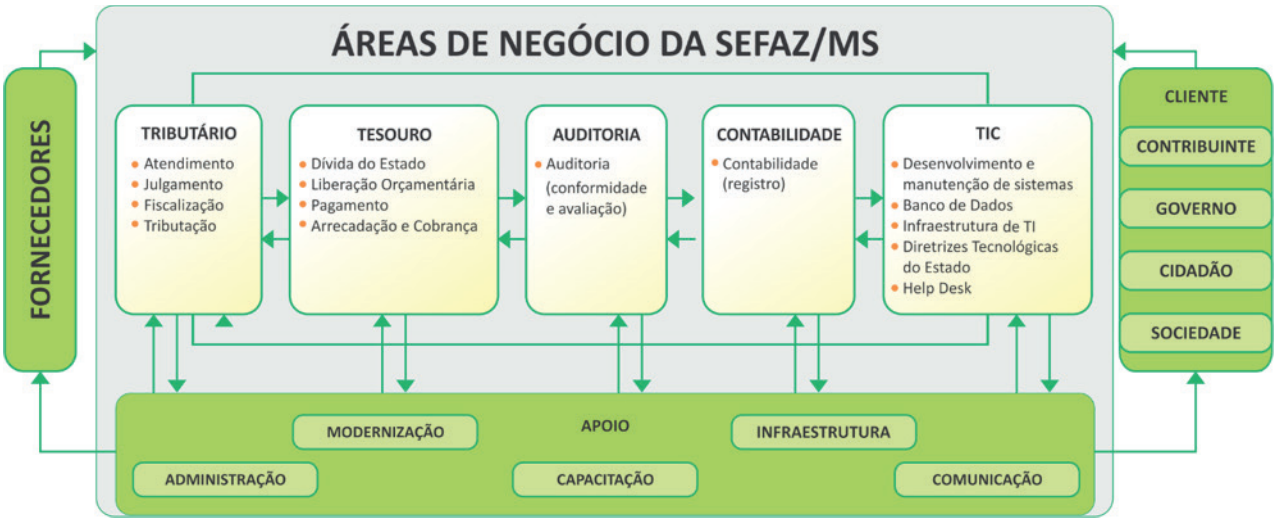
Organograma



A Secretaria de Estado de Fazenda, órgão integrante das Estruturas Meio de Gestão da Administração Estadual do Poder Executivo, tem como competência a gestão das políticas tributárias do Estado, a administração dos recursos financeiros do Tesouro Estadual, o controle quanto à regularidade na realização das receitas e das despesas e a contabilidade dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, bem como o acompanhamento e a coordenação de programas e projetos governamentais.

Atribuições

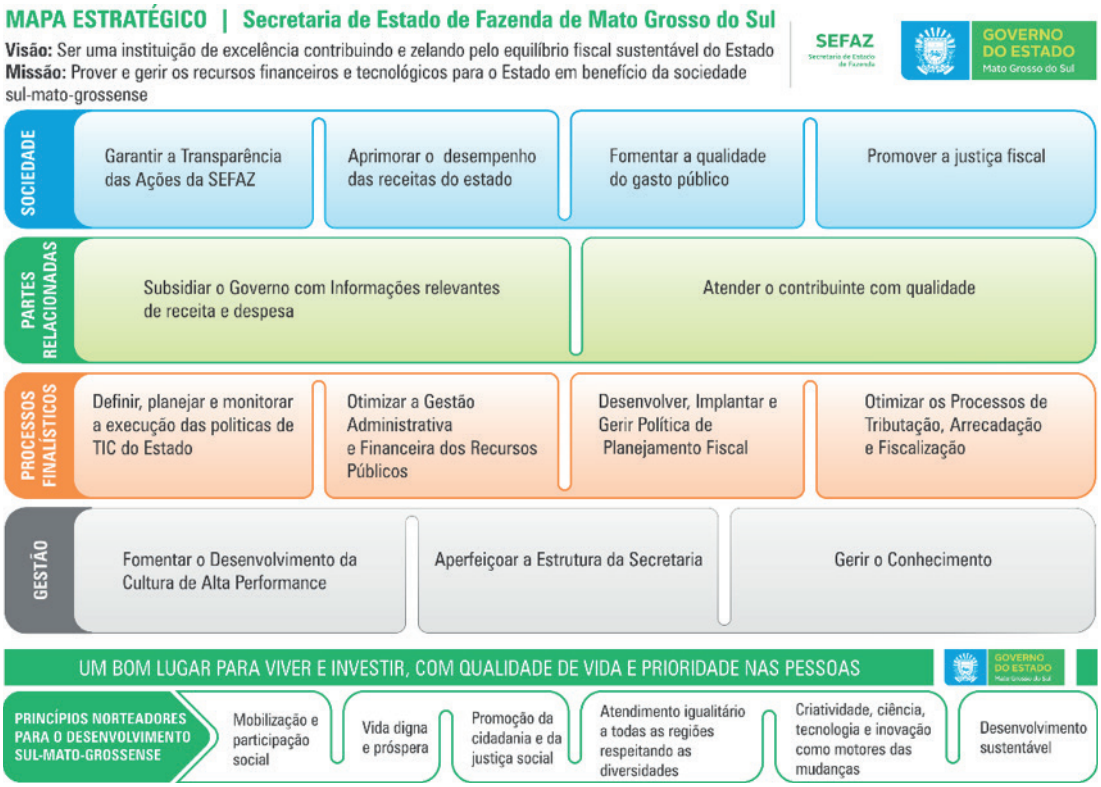
A SEFAZ tem as seguintes áreas de negócio para o Estado, com as respectivas atribuições:



- Planejamento, controle e operacionalização da administração tributária do Estado
- Planejamento, controle e análise dos custos, despesas e investimentos do Estado
- Auditoria Geral do Estado
- Contabilidade Geral do Estado
- Planejamento, controle, coordenação, desenvolvimento e implantação de soluções tecnológicas de comunicação de dados, equipamentos e sistemas de informações para a Administração Estadual, inerentes à Tecnologia da Informação e Comunicação

Direcionadores Estratégicos

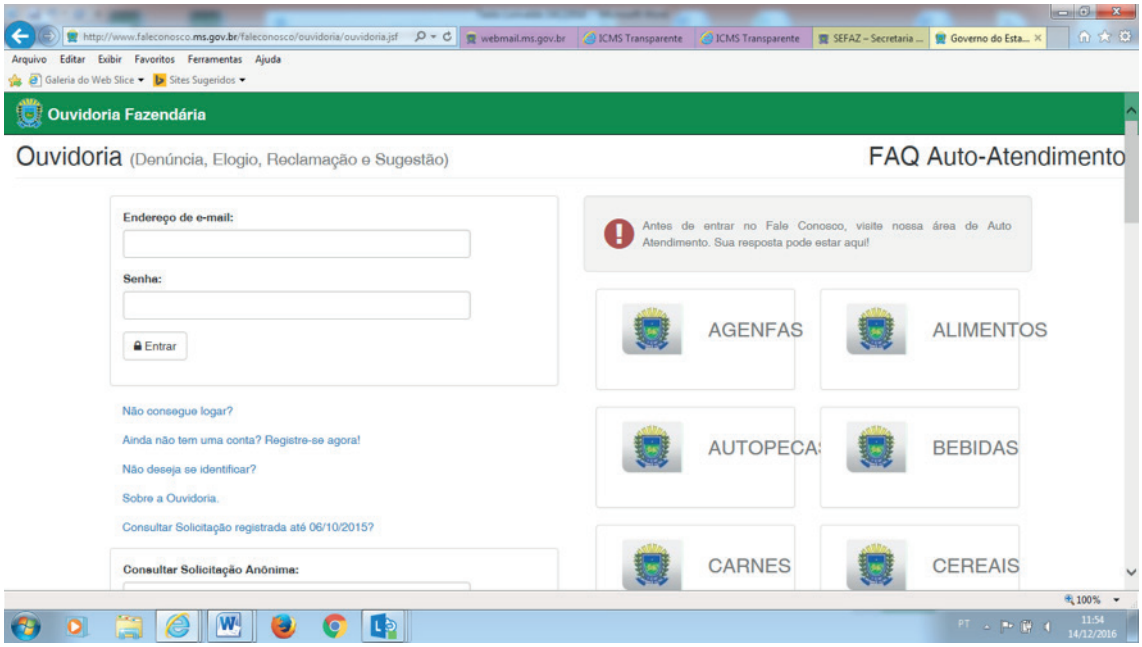
O Mapa estratégico da SEFAZ estabelece as diretrizes de atuação do órgão, conforme abaixo:



Planejamento, controle e operacionalização da administração tributária do Estado

Cabe à Secretaria de Fazenda (SEFAZ) arrecadar tributos para garantir a operação dos serviços públicos prestados pelo Governo do Estado à sociedade sul-mato-grossense. No relacionamento com o contribuinte, a SEFAZ deve oferecer atendimento fácil, eficiente e sem burocracia.

Nesse sentido, a SEFAZ aprimorou a sistemática de atendimento aos contribuintes por meio do desenvolvimento de novas ferramentas de TI e revisão de processos de trabalho. Ilustram essa nova sistemática a consolidação da Ouvidoria Fazendária e a ampliação do Fale Conosco da SEFAZ. A Ouvidoria Fazendária, canal de participação do cidadão-contribuinte na gestão da SEFAZ por meio de manifestações relativas a denúncias, elogios, reclamações e sugestões, registrou 372 manifestações durante os 11 primeiros meses de 2016, das quais 195 foram classificadas como Reclamação e 40 classificadas como Sugestão, indicando pontos de melhoria e balizando ações visando ao aprimoramento do atendimento ao contribuinte-cidadão. Por outro lado, de janeiro a novembro de 2016 houve a ampliação de 4 para 27 assuntos atendidos pelo Fale Conosco da SEFAZ, canal destinado a esclarecer dúvidas de natureza fiscal a partir do sítio da SEFAZ em substituição ao Plantão Fiscal – Disque Fisco, que será desativado em 2017.



Outras iniciativas foram a reestruturação do atendimento ao contribuinte, com o objetivo de aprimorar a sistemática de atendimento aos contribuintes por meio de novas ferramentas de TI e novos processos; implantação da base de fiscalização móvel, com o objetivo de modernizar e reestruturar a fiscalização de mercadorias em trânsito tornando a fiscalização mais célere e eficiente; criação da central de atendimento do ICMS, IPVA e ITCD, visando centralizar o atendimento aos contribuintes com relação a estes tributos, com atendimento presencial e por telefone; aprimoramento da legislação relacionada ao cadastro fiscal Adequação da legislação às necessidades da SEFAZ e dos contribuintes e o Monitoramento e fiscalização de grandes contribuintes e detentores de incentivos fiscais, como forma de melhorar o controle sobre os grandes contribuintes e detentores de incentivos fiscais.

O Escritório de Processos da SEFAZ, sob a gestão da Coordenadoria do Núcleo de Modernização da Administração Estadual (CONEMAE), focou suas atividades na gestão de processos alinhados com o projeto de virtualização. Essa Gestão consiste no mapeamento, documentação e detalhamento dos mesmos, buscando implementar melhorias e inovações a fim de torná-los mais eficientes, eficazes e efetivos e, sobretudo, alinhados aos objetivos estratégicos da instituição.

Principais Processos Trabalhados em 2016:

- Contencioso Administrativo Fiscal
- Solicitação de Abertura de Protocolo - SAP
- Emissão de NFP-e (Nota Fiscal do Produtor Eletrônica)
- Emissão de NFA-e (Nota Fiscal Avulsa Eletrônica)
- Entrega e Devolução de NFP-SE (Nota Fiscal do Produtor Série Especial)

Todos os processos laborados no período possuem relação direta com o Atendimento ao Contribuinte, os quais resultarão em efetivas melhorias quando da conclusão de todas suas fases de modernização. No entanto, destaca-se efetivamente a conclusão da implantação do SAP, que viabilizou ao contribuinte a possibilidade de protocolar seus pleitos administrativos por meio

da internet, podendo fazê-lo de qualquer lugar, o que antes somente era possível de forma presencial na repartição fazendária.

Como parte do processo de modernização da Secretaria, foi investido na melhoria da gestão do conhecimento e aprimoramento de habilidades dos servidores da SEFAZ, tendo sido realizado vários cursos avançados de gestão, dentre eles o APG (Programa de Gestão Avançada da Amana-Key) oferecido pelo grupo Amana-Key, contemplando 53 servidores e o Lider COCh, contemplando 66 servidores, curso de execução financeira e orçamentária para 46 servidores, curso de MBA em gerenciamento de projetos para dez servidores e o curso de mapeamento de processos, para 60 servidores da SEFAZ, com a participação de colaboradores de outras secretarias de Estado.

Foram realizadas dez rodadas de conhecimento e oferecidos cursos de capacitação presencial para 200 novos servidores, dentre outros, além dos cursos EAD:

1. ALIM II, módulo I (COFIMT) - 413 alunos
2. ICMS Transporte - 65 alunos
3. NFe (AFRE 2016) - 46
4. EFD básico (AFRE 2016) - 46
5. ALIM, módulo I (AFRE 2016) - 46

Adicionalmente a EAD apoia a edição do concurso de remoção de 2016 e manutenção dos seguintes links de consulta:

1. Monstrinho (compilação de legislação e informações pertinentes, cujo mantenedor principal é o FTE Marcello Gulim)
2. Dicas de português

O Contrato de Gestão firmado com o Governador do Estado priorizou ações e entregas relacionadas à melhoria da Administração Tributária, contemplando:

- Modernização da fiscalização de mercadorias em trânsito, com a implantação do centro de monitoramento de mercadorias em trânsito implantado;
- Combate à evasão fiscal, com a estruturação da fiscalização contemplando o Simples Nacional, o ICMS do transporte, o Comércio não presencial, com um programa de fiscalização setorial, com relatórios disponibilizados no portal ICMS transparente;
- Desburocratização do processo de emissão da Nota Fiscal do Produtor – Série Especial (NFP/SE), com a disponibilização da funcionalidade de emissão da DAP on-line no Portal do ICMS transparente;
- Desburocratizar o serviço de envio da Declaração Anual do Produtor (DAP), com a disponibilização da funcionalidade de emissão da DAP on-line no Portal do ICMS transparente;
- Implementação do documento fiscal eletrônico do varejo, com a emissão da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) com a disponibilização da funcionalidade de emissão da NFC-e on-line no Portal do ICMS transparente;
- Disponibilização da funcionalidade de abertura de processos (SAP) via internet, com a disponibilização da funcionalidade de registros e abertura de processos on-line no Portal do ICMS transparente
- Desenvolvimento do novo sistema de cobrança de créditos tributários, com a implantação dos módulos de pesquisa de processos, emissão de extratos de débitos fiscais, cálculos, denúncias espontâneas e integração dos contenciosos, permitindo a recuperação de créditos tributários;
- Desenvolvimento do novo Sistema de Análise e Homologação de créditos fiscais da Pecuária, já disponível para utilização

Todas as iniciativas listadas contribuíram significativamente para a melhoria da Administração Tributária no ano de 2016.

Planejamento, controle e análise dos custos, despesas e investimentos do Estado, Contabilidade Geral e Auditoria Geral do Estado

Cabe à Secretaria de Fazenda (SEFAZ) estabelecer a programação financeira de desembolso, da uniformização da padronização de sistemas, procedimentos e formulários utilizados na execução financeira do Estado e a promoção de medidas asseguradoras do equilíbrio orçamentário e financeiro, controlar os gastos públicos relacionados ao ajuste fiscal, à alimentação e ao acompanhamento do processo decisório governamental, com dados relativos ao desempenho financeiro e ao endividamento público, coordenar a execução das atividades de contabilidade geral dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais da administração direta e indireta do Poder Executivo, bem como orientar e consolidar os registros contábeis de competência dos demais Poderes, comprovar a legalidade dos atos praticados pelos gestores de recursos públicos, avaliar os resultados quanto à eficácia, à eficiência e à economicidade das gestões orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional dos órgãos

e das entidades da administração estadual e assessorar os órgãos e as entidades do Poder Executivo, de modo a assegurar a observância das normas legais nos procedimentos de guarda e de aplicação de dinheiro, valores e outros bens do Estado, para garantir a boa gestão dos recursos financeiros do Estado, sejam de quaisquer fontes.

CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO

Neste sentido, a SEFAZ realizou a entrega pactuada no Contrato de Gestão firmado com o Governador do Estado de realizar o aprimoramento do Sistema de Planejamento e Finanças (SPF), tendo gerado relatórios gerenciais para auxílio na elaboração de relatórios resumidos da execução orçamentária e os relatórios de Gestão Fiscal, bem como a apuração do Resultado Primário, já disponíveis no sistema.

Capacitou aproximadamente 150 servidores das áreas de finanças e contabilidade das 78 Unidades Gestoras para execução orçamentária e financeira no SPF- Sistema de Planejamento e Finanças.

Consolidação e emissão de relatórios oficiais (DCASP-Demonstrativos de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) das 78 Unidades Gestoras referente ao Exercício de 2015 de acordo com novos procedimentos do MCASP-Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público:

-Balanço Orçamentário

-Balanço Financeiro

-Balanço Patrimonial

-Demonstração das Variações Patrimoniais

-Demonstrativo de Fluxo de Caixa.

Consolidação e emissão de 20 relatórios das 78 Unidades Gestoras e da Prestação de Contas Anual do Governo referente ao Exercício de 2015 de acordo com a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do MS, n.º 35 de 14/12/2011;

Implantação do módulo da LRF-Lei de Responsabilidade Fiscal com arquivos eletrônicos (XML) para envio ao Tribunal de Contas, atendendo à Resolução n.º 36 de 06/04/2016;

Implantação do Módulo de Conciliação Bancária online no SPF e capacitação de aproximadamente 150 servidores das áreas de finanças e contabilidade das 78 Unidades Gestoras;

Disponibilização de cadernos de relatórios mensais para as UGs, em atendimento a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do MS, n.º 35 de 14/12/2011;

Cumpriu-se todos os prazos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional no envio de informações e ao Tribunal de Contas em atendimento à Instrução Normativa do Tribunal de Contas do MS, n.º 35 de 14/12/2011.

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

No ano de 2016, a Auditoria-Geral do Estado (AGE), órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, que tem por finalidade basilar a orientação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado, contribuindo com o equilíbrio fiscal para o desenvolvimento das ações governamentais, está na estrutura organizacional da SEFAZ, contudo, no mês de novembro de 2016, a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei Complementar, que dispõe sobre a estrutura, organização e atribuições da Controladoria-Geral do Estado. Oportuno registrar que a competência institucional da Auditoria-Geral do Estado, constante no art.82 da Constituição Estadual, foi incorporada pela Controladoria-Geral do Estado, sendo que a nova lei dispõe o que se segue:

> *"Art.3º - A Controladoria-Geral do Estado é função essencial à Administração Pública Estadual, cabendo aos Auditores do Estado, em caráter exclusivo, o desempenho de todas suas atribuições..."*

Durante o ano de 2016, a Auditoria-Geral do Estado efetuou 70 (setenta) Auditorias Ordinárias, sendo 36 concernentes à operação Lama Asfáltica e 34 referentes à Auditoria de Conformidade nos órgãos e entidades do Poder Executivo, que resultaram em Relatórios de Auditoria devidamente formalizados, sendo que os gestores públicos envolvidos foram cientificados dos resultados.

No primeiro semestre de 2016, esta Auditoria-Geral do Estado recebeu da Secretaria de Estado de Infraestrutura, processos referentes às obras de pavimentação de rodovias do Estado, contratadas no período de 2009 a 2013, solicitando a realização de auditoria, sendo que procedeu à emissão de 36 Relatórios de Auditoria (número 01 a 25/2016; 27 a 37/2016), todos concernentes à Operação Lama Asfáltica.

Importante registrar que a atuação da AGE abrangeu apenas atividades de compliance (conformidade) na verificação do cumprimento da legislação e normas aplicáveis, haja vista que não dispõe em seu quadro de auditores de profissionais graduados

nas áreas de Engenharia, Arquitetura e afins. Desta forma, a análise da execução contratual circunscreveu-se aos demonstrativos, relatórios, documentos fiscais, acompanhamento financeiro, entre outros documentos presentes nos processos.

Com relação ao segundo semestre de 2016, o foco foi voltado para Auditorias em Licitações e Contratos Administrativos, visto que constituem a maior parte das demandas da Administração Pública.

Dessa forma, foram realizadas 34 auditorias nos seguintes órgãos e entidades, sendo que 27 se encontram finalizadas e sete estão em andamento, a saber:

UNIDADES GESTORAS AUDITADAS EM 2016 – AUDITORIA GOVERNAMENTAL
Secretaria de Estado de Produção e Agricultura Familiar - SEPAF
Fundo de Regularização de Terras (SEPAF)
Fundo para o Desenvolvimento das Culturas de Milho e Soja (SEPAF)
Fundo Estadual de Terras Indígenas (SEPAF)
Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER
Secretaria de Estado de Habitação – SEHAB
Agência Estadual de Habitação Popular – AGEHAB
Fundo de Habitação de Interesse Social (AGEHAB)
Secretaria de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação – SECTEI
Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul – FCMS (SECTEI)
Fundo de Investimentos Culturais – (FCMS)
Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul – FUNDTUR (SECTEI)
Fundo para o Desenvolvimento do Turismo (FUNDTUR)
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP
Fundo Especial de Reequipamento (SEJUSP)
Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN
Secretaria de Estado de Educação – SED
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico – SEMADE
Fundo de Defesa e Reparação de Interesses Difusos e Lesados (SEMADE)
Fundo Estadual de Apoio à Industrialização (SEMADE)
Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL (SEMADE)
Agência de Regulação de Serviços Públicos – AGEPAN
Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA
Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – AGESUL
Junta Comercial de Mato Grosso do Sul – JUCEMS
Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal – IAGRO
Agência Estadual de Previdência Social - AGEPREV

Ainda se encontram em andamento, em fase de finalização, sete auditorias:

Secretaria de Estado de Saúde – SES
Fundo Especial de Saúde (SES)
Fundação de Serviços de Saúde – FUNSAU
Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ
Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização – SAD
Agência Estadual de Metrologia – AEM/MS
Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MS

Para viabilizar a realização de todas as ações de controle planejadas, e tendo em vista que o objeto analisado, muitas vezes, se

apresenta de maneira pulverizada, é utilizado o método da amostragem, o que viabiliza a obtenção da informação com tempestividade.

Atividades Especiais - No mês de janeiro/2016, entrou em vigor a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, estabelecendo o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSC). Diante da edição da referida Lei e da necessidade de sua regulamentação, foi formado um grupo de estudo no âmbito da Secretaria de Fazenda, com a participação de servidores de vários órgãos/entidades do Estado, bem como desta Auditoria-Geral, cujo trabalho resultou na edição do Decreto Estadual n º 14.494, de 02 de junho de 2016, publicado no DOE nº 9177, de 03 de junho de 2016 e da Resolução SEFAZ nº 2.733, de 06 de junho de 2016, publicada no DOE nº 9179, de 07 de junho de 2016. Além disso, no intuito de dar efetividade as disposições desses diplomas legais e de orientar servidores, OSC e a sociedade em geral, encontra-se em fase de finalização a edição do "Manual de Orientação Sobre Parcerias com Organizações da Sociedade Civil", a fim de veicular as novas regras e procedimentos referentes à seleção, celebração, execução, fiscalização e prestação de contas dessas parcerias.

Transparência Pública - Considerando que o Estado de MS obteve a pontuação de 1,40 em 2015, na primeira avaliação realizada pelo MPF, ficando em último lugar no Ranking Nacional de Transparência, foram implementadas alterações importantes no Portal da Transparência e foi criado o atendimento pelo **Serviço de Informação ao Cidadão - SIC**, com a indicação do canal para o acesso à informação o e-SIC.

Em razão das melhorias, na 2ª avaliação pelo Ministério Público Federal, o Estado obteve a nota 9,10 e na terceira avaliação alcançou a nota 10,0, ambas em 2016, para tanto foram realizadas as seguintes atividades:

1 - Designação do Comitê da Transparência, com a participação da AGE/MS, que procedeu a significativas alterações no Portal da Transparência, tais como, disponibilização de informações Institucionais, maior facilidade de acesso às informações pretendidas, acesso ao Serviço de Informação ao Cidadão (através do e-SIC), entre outros;

2 - A AGE/MS elaborou a minuta de Decreto para regulamentação da Lei de Acesso à Informação-LAI, no Poder Executivo Estadual, sendo aprovado o Decreto n° 14.471, bem como, também participou, posteriormente, da proposta de alteração dessa Lei;

3 - Foi criado o Serviço de Informação ao Cidadão-SIC, com estrutura e gestão sob responsabilidade da AGE/MS, para atender às solicitações de informações dos cidadãos através do SIC/AGE, com distribuição e controle das demandas de todos os Órgãos do Poder Executivo Estadual.

Observatório da Despesa Pública – ODP.MS - Foi firmado em 21 de janeiro de 2016, Convênio com a CGU, para integração de metodologias entre os partícipes, bem como o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, de forma a incrementar as ações de prevenção, de combate à corrupção e de monitoramento das despesas públicas do Estado de MS e da CGU. Houve a participação no treinamento realizado no período de 20 a 24 de junho de 2016, para os Auditores do Estado indicados para composição mínima da equipe exigida pela Política de Certificação da Rede de ODP nos Estados;

Considerando o cronograma das atividades do ODP/MS, estamos finalizando o primeiro relatório do Tema "Compras" definido para os estudos. Essa primeira etapa do treinamento será divulgada no Seminário de Apresentação de Resultado dos Estudos nos dias 07, 08 e 09 de fevereiro de 2017, no auditório do Edifício Sede da CGU, em Brasília/DF.

Acompanhamento e análise dos registros contábeis efetuados no SPF – Sistema de Planejamento e Finanças, dos processos de Prestação de Contas do exercício de 2015 das Unidades Gestoras do Estado (Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos) e emissão do Parecer Técnico Conclusivo 2015, perfazendo 58 Unidades Gestoras e da Prestação de Contas do Governo (consolidação) exercício 2015 e Sistema de Administração Patrimonial, bem como em orientar e recomendar os administradores de bens e recursos púbicos nos assuntos pertinentes às ações do controle interno.

Análise dos registros contábeis efetuados no Sistema de Planejamento e Finanças, no Sistema Gestor de Patrimônio-SISPAT(WEB) e no Sistema de Gestão de Controle de Almoxarifado-GCA. Análise das contas, eventos e procedimentos adotados para verificação da conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, encaminhando orientações para ajustes à Superintendência de Contabilidade Geral do Estado.

Expedição de Notas de Auditoria visando a correção de irregularidades e impropriedades; orientação para aprimoramento de métodos e o cumprimento de normas em observância aos normativos do Tribunal de Contas do Estado.

Auditorias contábeis nas Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos do Estado de MS, com o objetivo de sanar as inconsistências nos registros contábeis para a emissão do Parecer Técnico Conclusivo 2016, perfazendo 62 Unidades Gestoras, Auditorias de Almoxarifado e Patrimônio efetuadas em 13 Unidades Gestoras.

Tecnologia da Informação e Comunicação

Cabe à Secretaria de Fazenda (SEFAZ) o Planejamento, controle, coordenação, desenvolvimento e implantação de soluções tecnológicas de comunicação de dados, equipamentos e sistemas de informações para a Administração Estadual, e a gestão da política de tecnologia do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

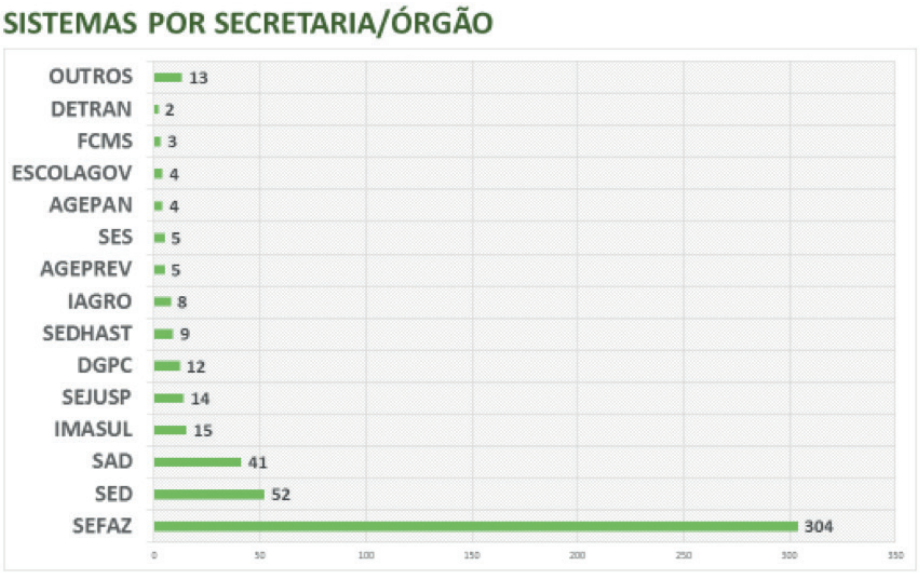
Na área de Tecnologia da Informação e Comunicação de dados, a SEFAZ, por intermédio da Superintendência da Gestão da

Informação – SGI é responsável pelas Políticas de Informática do Estado; definição, implementação, operação e suporte de toda a infraestrutura de processamento e armazenagem de dados do Governo do Estado; além de prestar consultoria em tecnologia da informação a toda a estrutura do Governo do Estado.

Neste sentido, a SEFAZ realizou a entrega pactuada no Contrato de Gestão firmado com o Governador do Estado de realizar a integração de dados e conteúdos para tomada de decisão, com a entrega da estruturação de um servidor de dados consolidados para relatórios e tomadas de decisões realizada, com o processo de controle de qualidade de dados no cadastro de contribuintes e na arrecadação implementado, com a plataforma de Data Discovery, treinamento e institucionalização de estrutura de suporte técnico utilizados e a implantação do modelo de malha fiscal do estado, com a adoção de novas tecnologias de "big data" e "data analytics".

O ano de 2016 foi um ano muito produtivo na área de Tecnologia e Informação para melhorar os resultados tanto para estruturação da Superintendência, nos processos da SEFAZ e de toda a Estrutura de Tecnologia da Informação do Governo do Estado. Foram desenvolvidos novos processos de trabalho, estruturadas novas áreas da Instituição, produzidos novos sistemas, adquiridas e implantadas novas soluções tecnológicas. Foi um ano de avanços e conquistas e apresentamos parte do que foi alcançado como resultados e entregas.

São mantidos 491 Sistemas no âmbito do Governo do Estado, conforme quadro abaixo:



Em 2016, foram atendidas 928 novas demandas dos diversos clientes da SEFAZ/SGI, conforme gráfico a seguir:

PRINCIPAIS ENTREGAS DE TI PARA O GOVENO DO ESTADO EM 2016:

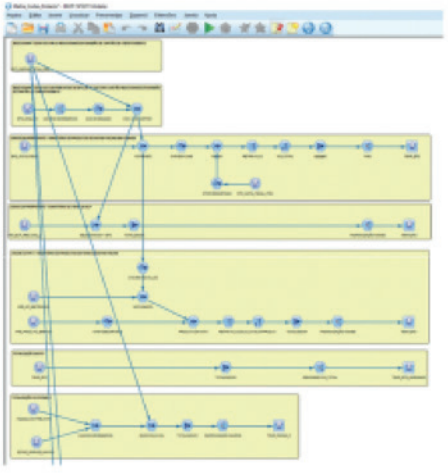
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

MATRÍCULA DIGITAL

PROJETO PESSOA MS

Cadastro único que possibilita identificar uma pessoa, física ou jurídica, em diversos contextos da sua relação com o Estado e fornecer dados para análise cruzada de informações.

SOLUÇÃO INTEGRADA DATA ANALYTICS



Foram desenvolvidos novos portais para diversos órgãos do Governo do Estado, como da Agiosul e Detran;

Foram desenvolvidos vários sistemas para os diversos órgãos do Governo, dentre eles:

SISTEMA DIA - dívida ativa - tributária – módulo IPVA

SISTEMA DIA - dívida ativa – não tributária – módulo custas judiciais

SIGA- GCA – novo sistema de gestão de almoxarifado

SAP - sistema de abertura de protocolo

REDE RUAS – sistema único de assistência social

Downsizing sistema de série especial

Consulta pública para simulação de cálculo do frete mínimo

Novo sistema de análise e homologação de créditos fiscais e restituições

Sistema de monitoramento de estoque de produtos agrícolas

ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA SEFAZ

Com a necessidade de manutenção e melhoria das instalações físicas e estruturais da SEFAZ, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e de atendimento ao contribuinte, foram realizadas várias ações de manutenção dos prédios e instalações da SEFAZ, conforme abaixo:

1 - Processo de conservação e manutenção, com as seguintes entregas:

- Foi feito o diagnóstico de toda a estrutura da Secretaria da Fazenda do Estado, muitas em situação precária de uma forma geral.

- Foi corrigido os itens que estavam causando mais impacto negativo para o bom trabalho dos funcionários.

- Realizada manutenção corretiva em toda a estrutura da SEFAZ.

- Realização de acabamentos finais e pintura dos prédios onde já haviam sido realizados manutenção corretiva. Postos fiscais Lampião Acesso, João André, Jupiá, XV de Novembro, Jupiá e Ofaié. Agência Fazendária de Campo Grande e prédio da Sefaz na rua Sete de Setembro.

- Planejada agenda para executar manutenção preventiva periódica nas unidades da SEFAZ.

2 - Manutenção das balanças rodoviárias.

Foi feito um diagnóstico da situação das balanças e constatado que a empresa contratada não estava cumprindo com o contrato, por isso foi criado um gerenciamento do controle de manutenção bimestral, das balanças instaladas em todos os postos fiscais da SEFAZ, bem como organização de rotas e controle das visitas da empresa contratada para realizar o serviço.

3 - Manutenção, instalação e retirada dos aparelhos de ar condicionado.

- Foi feito o diagnóstico de toda a estrutura de aparelhos de ar-condicionado da Secretaria da Fazenda do Estado onde encontramos muitos problemas como vazamento de água causando infiltrações nas paredes, instalações inadequadas, falta de manutenção corretiva e preventiva. Muitos espaços abertos em paredes sem aparelhos.

- Realizado planejamento e execução para corrigir os problemas. Feito esta execução de manutenção em todas as unidades da SEFAZ.

Fiscalização de mercadorias em trânsito

Iniciativa: Modernizar a fiscalização e monitoramento das mercadorias em trânsito

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Marcelo Monteiro

Setor responsável: Coordenadoria do Núcleo Especial de Modernização da Administração Estadual (CONEMAE)
(67) 3318-3157

Principal fonte de recursos dos Estados, o ICMS é um imposto que demanda grande esforço e recursos para sua fiscalização. Centrando essa questão no trânsito de mercadorias por rodovias, a atividade fiscal exige a presença do poder público em quantidade cada vez maior de lugares e de agentes especializados, o que onera financeiramente a atividade. Nesse sentido, a busca de auxílio tecnológico, que permita a presença estatal a um custo menor, aliada a uma nova gama de possibilidades do uso da informação de forma inteligente justificam a criação de novos modelos e aquisição de equipamentos para este fim.

Para tanto, a Secretaria de Fazenda deu início a uma iniciativa de modernização da fiscalização, que consiste na aquisição de três unidades de fiscalização móvel, a qual contempla atividades de fiscalização. Além disso, oito câmeras de captura de placas veiculares, com o

uso de tecnologia OCR (Optical Character Recognition), para fiscalização serão instaladas nas rodovias do Estado.

Público-alvo: Circulação de Mercadorias

Unidade de fiscalização móvel da SEFAZ/MS

Custos

Custo planejado: R$ 1.700.000,00

Custo executado: R$ 1.100.000,00

Resultados

As três unidades de fiscalização móvel foram adquiridas e estão em operação. Quanto às câmeras OCR, oito foram adquiridas e a Sefaz/MS aguarda autorização da CCR Via MS e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT para iniciar a instalação. Tais ações possibilitam maior eficiência da fiscalização.

Combate à evasão fiscal

Foram desenvolvidos alguns serviços de tecnologia da informação para facilitar o recolhimento espontâneo de ICMS e o monitoramento de contribuintes pelas unidades de fiscalização da SEFAZ/MS, tais como a consulta online de débitos de diferencial de alíquota para não contribuintes (DIFCON), cálculo do valor do Frete Mínimo (pauta fiscal) e inclusão em pendência fiscal automática para os contribuintes omissos de entrega de declaração PGDAS-D e respectivos recolhimentos, dentre outros.

Iniciativa: Combate à Evasão Fiscal

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Valgney Ishimi

Setor responsável: UTRAN
(67) 3318-6446

Público-alvo: contribuintes, auditores e fiscais tributários da Secretaria de Fazenda.

Custos

Não há custos relacionados, visto que foram utilizados recursos humanos da própria SEFAZ/MS e infraestrutura computacional já disponível.

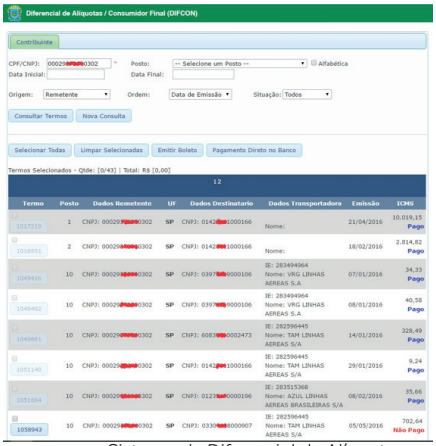
Resultados

Melhora na qualidade de atendimento ao contribuinte, visto que este pode consultar diretamente seus débitos fiscais de ICMS DIFCON pela internet (antes tinha que ligar na transportadora).

Aumento de arrecadação de ICMS DIFCON em 20%.

Monitoramento aprimorado de pequenas e médias empresas (já havia monitoramento para grandes empresas).

Na figura ao lado é apresentado um dos sistemas desenvolvidos neste projeto.



Sistema de Diferencial de Alíquotas ao Consumidor Final (DIFCON)

Solução de processamento e análise de dados

O presente projeto tem como objetivo a melhoria da integração e no processamento de dados pela Superintendência de Gestão da Informação (SGI), por meio:

- Da aquisição de uma solução de Data Analytics (equipamento);
- Da criação de um painel de indicadores do governo (Portal Indicadores MS)
- Da aquisição e implantação de quatro softwares (Cognos, Tableau, SPSS e Netezza)

Iniciativa: Integração de Dados e Conteúdos para apoiar Tomada de Decisão

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Marcos Glienke

Setor responsável: Superintendência de Gestão da Informação (SGI) (67) 3318-3590

Tanto o equipamento quanto os softwares são utilizados pelas áreas de auditoria e fiscalização da Secretaria de Estado de Fazenda.

Público-alvo: auditores e fiscais da Secretaria de Fazenda. Posteriormente, gestores públicos da Secretaria de Fazenda e também de outras secretarias.

Equipamento de processamento de dados adquirido

Custos

Custo planejado: R$ 6.859.884,31

Custo executado: R$ 4.703.000,00

Resultados

O equipamento adquirido, em conjunto com os softwares, permitiu à Secretaria de Fazenda ganhar eficiência na inteligência fiscal, tendo em vista o ganho no tempo de processamento massivo de dados. Operações que levavam horas ou mesmo dias para serem realizadas, podem ser feitas em poucos minutos com o novo equipamento. Mais de 120 servidores foram treinados, entre a equipe de TI, de auditores e de fiscais tributários.

Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e)

A Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), documento fiscal emitido pelo contribuinte varejista para o consumidor final, é decorrência natural da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), e vem substituindo o Cupom Fiscal emitido por equipamento ECF na grande maioria dos Estados. O Estado de Mato Grosso do Sul, em linhas gerais, exige a emissão de NFC-e ou de CF-e-ECF (Cupom Fiscal Eletrônico emitido por ECF Blindado, equipamento este capaz de emitir e transmitir para a SEFAZ esse documento fiscal eletrônico), à escolha do contribuinte varejista, pois seu foco está nos documentos fiscais eletrônicos do varejo, e não na tecnologia em si.

Iniciativa: Implementar o documento fiscal eletrônico do varejo

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Edson Ochigame

Setor responsável: Coordenadoria do Núcleo Especial de Modernização da Administração Estadual (CONEMAE)
(67) 3318-6511

Público-alvo: contribuintes do setor de varejo

Custos

Sem custos de aquisições, diárias e passagens.

Resultados

A primeira nota NFC-e foi emitida em 28 de julho de 2016, pela empresa Gazin. A emissão de NFC-e é obrigatória a partir de 01 de março de 2017, para os contribuintes que faturaram acima de R$ 6.000.000,00 em 2016. Para os que estão na faixa entre R$ 1.8000.000,00 e R$ 6.000.000,00 a partir de primeiro de setembro de 2017. Para os na faixa entre R$ 600.000,00 e R$ 1.800.000,00 a partir de primeiro de março de 2018. E depois de primeiro de setembro de 2018 para quem está na faixa entre R$ 180.000,00 e R$ 600.000,00.

Há, ainda, o site da NFC-e, a cartilha da NFC-e, as FAQs (perguntas mais frequentes, da sigla em inglês) e o assunto da NFC-e no Fale Conosco da Secretaria de Fazenda, para tirar as eventuais dúvidas dos contribuintes, além dos contatos telefônicos.

Os principais ganhos da NFC-e para o contribuinte são:

- Utilização de qualquer impressora não fiscal, térmica ou laser, sem necessidade de autorização pelo Fisco
- Dispensa de credenciamento ou de registro de uso do software emissor de NFC-e
- Uso facultativo de POS (Point Of Sale) ou TEF (Transferência Eletrônica de Fundos).
- Dispensa de autorização prévia do equipamento a ser utilizado
- Dispensa de Intervenção Técnica Credenciada
- Uso de Papel comum e que dispensa certificação
- Menor requisito de tempo de guarda física dos documentos

Página da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica no site da SEFAZ/MS

- Simplificação de obrigações acessórias (dispensa de impressão de Redução Z e Leitura X, Mapa Resumo, Lacres, Comunicação de ocorrências, Cessação, etc.)
- Transferência em tempo real ou on-line da NFC-e
- Flexibilidade de expansão de pontos de vendas nos períodos de alto movimento do comércio, sem necessidade de autorização prévia do Fisco
- Possibilidade de uso de novas tecnologias de mobilidade (emissão em tablet, smartphone, notebook e outros)

Sistema de abertura de processos – SAP

Iniciativa: Disponibilizar a funcionalidade de abertura de processos via Portal ICMS Transparente

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Marlene Cruz

Setor responsável: Unidade de Controle de Agências Fazendárias (UCOAF)
(67) 3389-7763 - Marlene

Em virtude das novas demandas, a ampliação dos canais de atendimento tem se tornado imprescindível para se alcançar o nível de excelência pretendido. Nesse sentido, o atendimento virtual gera diversos benefícios tanto para o contribuinte/cidadão como para o Poder Público.

Assim, a disponibilização de uma ferramenta que possibilite ao usuário solicitar, do conforto da sua casa ou escritório, a prestação dos diversos serviços prestados pela SEFAZ proporciona além de economia de tempo, a uniformização dos procedimentos, a transparência, a efetividade e a agilidade no atendimento.

A funcionalidade recebeu o nome de Sistema de Solicitação Abertura de Protocolo (SAP) por abranger não somente os serviços que formalizam processos, mas também aqueles prestados diretamente pelas Unidades de Atendimento da Sefaz.

A funcionalidade foi desenvolvida não com o objetivo de automatizar todos os procedimentos, mas como uma alternativa ao atendimento presencial, ou seja, o SAP é o "balcão virtual" da Agenfa, na medida em que a ferramenta serve apenas como um canal para a solicitação dos serviços, os quais serão prestados conforme as regras disponibilizadas nos diversos sistemas que compõem o Portal ICMS Transparente ou mesmo outros sistemas ainda não disponíveis na plataforma web. Portanto, o SAP tem por objetivos facilitar o acesso aos serviços da Sefaz e permitir aos contribuintes e contabilistas a opção pela utilização do atendimento virtual, sendo que o único requisito é o usuário estar cadastrado no Portal ICMS Transparente.

Público-alvo

Todos os contribuintes, contabilistas e cidadãos que demandam os serviços prestados pela Secretaria de Fazenda.

Custos

Custo total com diárias no valor de R$ 17.750,00

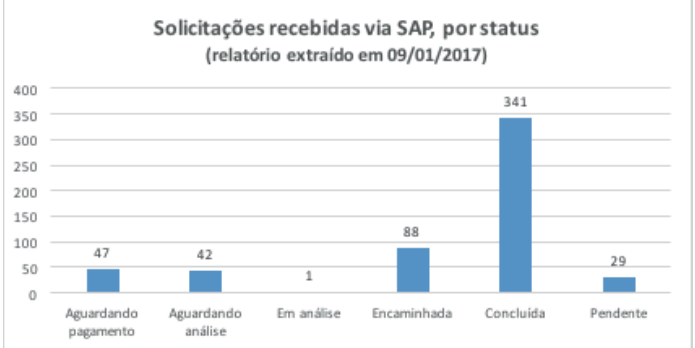
Resultados

Atualmente, o sistema disponibiliza para solicitação virtual um total de 94 serviços, bem como a relação de documentos que o contribuinte precisa apresentar para requerer o serviço, o qual está liberado em produção para todos os usuários desde 15 de setembro 2016.

Print da tela do SAP

Os principais benefícios do sistema, o qual foi desenvolvido integralmente pela Superintendência de Gestão da Informação (SGI/SEFAZ), são, dentre outros, desafogar a carga de trabalho das Agências Fazendárias, permitir que o contribuinte faça a protocolização dos seus pedidos de forma online, impactando positivamente no sentido de permitir comodidade, redução do uso de papel e celeridade aos procedimentos.

Desde a entrada em produção controlada (maio/2016) o total de solicitações somam 548, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Sistema de concessão de créditos fiscais

Iniciativa: Novo Sistema de Análise e Homologação de Crédito Fiscal

Tipo de iniciativa: projeto

Gerente: Cléria Saionara Batista Martins

Setor responsável: Coordenadoria de Apoio Técnico-Tributário – Unidade de Análise e Homologação de Créditos Fiscais (UAHCF) (67) 3318-3263

A Secretaria de Fazenda concede créditos fiscais a pessoas físicas e jurídicas que tenham direito, para posteriormente serem abatidos de valores a serem pagos por meio de tributos.

O projeto do novo sistema de análise e homologação de crédito fiscal está sendo elaborado na plataforma web, dentro do ICMS Transparente[1] beneficiará o Contribuinte Comércio e Indústria (CCI) e o Contribuinte Agropecuária (CAP) cadastrados no portal. O contribuinte pode solicitar o crédito ou restituição de valor pago em qualquer localidade de acordo com interesse do mesmo, necessitando apenas de acesso à internet. Não há necessidade de deslocamento até uma unidade do Fisco Estadual. Todo o processo passa ser virtual, com acompanhamento online, em tempo real, tanto por parte da fazenda quanto do contribuinte – otimizando o trabalho da Secretária de Fazenda. Deixa de existir o trâmite processual físico, agilizando de forma segura a análise das solicitações, assegurada através de perfis específicos de análise e liberação do crédito.

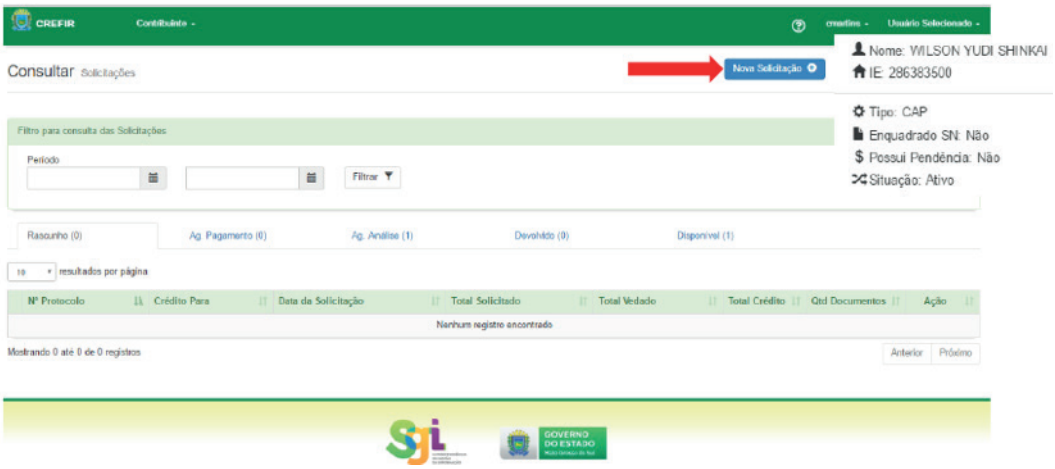
Público-alvo: recursos humanos das Agências Fazendárias e dos setores envolvidos em análise de processos dessa natureza, contribuintes CAP e CCI.

Custos

Sem custo de aquisições, diárias e passagens.

Resultados

O sistema CREFIR reduziu o tempo médio de análise e homologação de crédito passou de 2 anos para 1 hora o que beneficia diretamente o cidadão. Além disso, não há mais utilização de papel, o processo é totalmente virtual – com possibilidade de acompanhamento em tempo real pelo contribuinte. Na próxima fase do projeto, os contribuintes do CCI e FUNDERSUL serão integrados ao sistema.



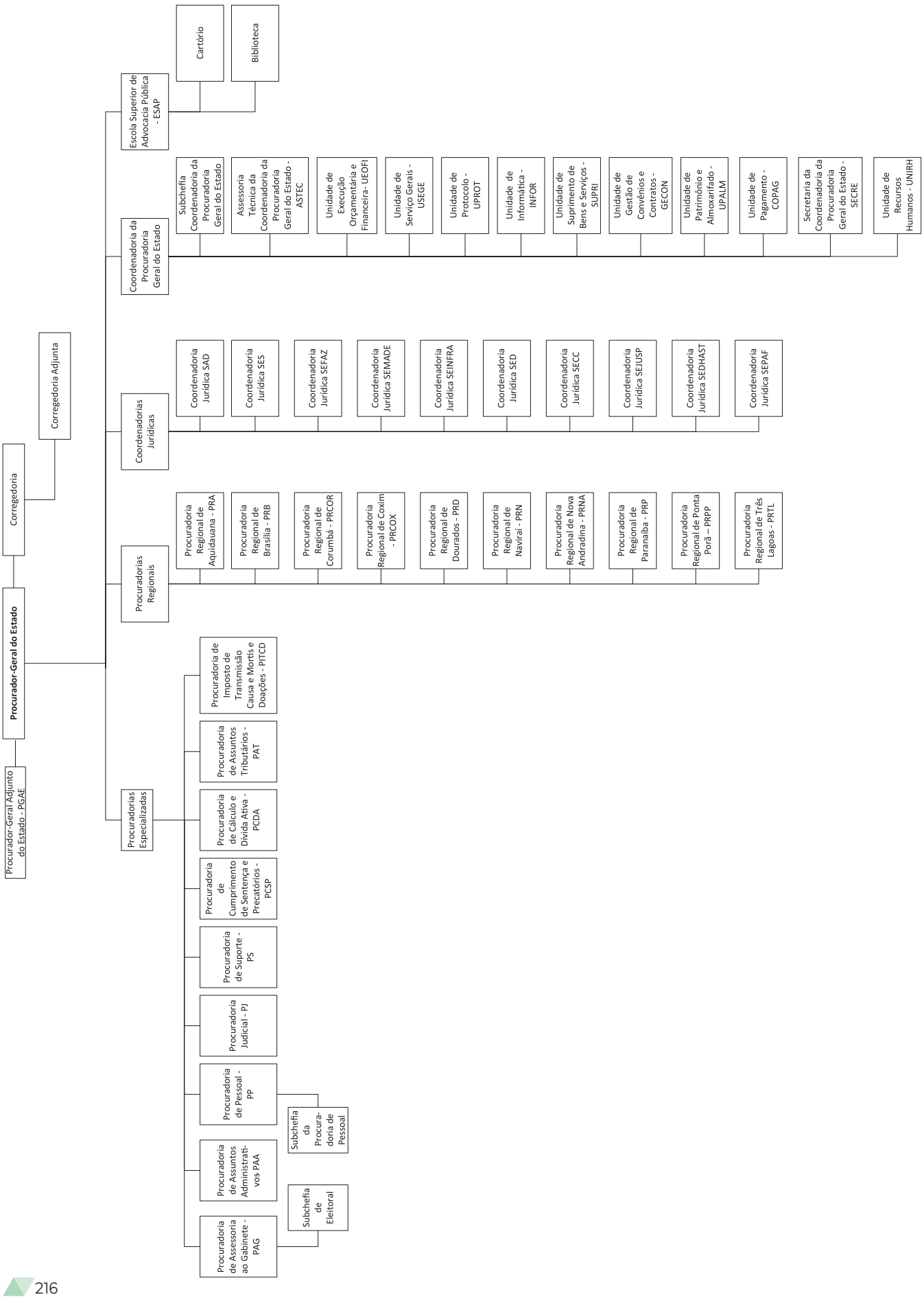
[1] Link do sistema: https://efazenda.servicos.ms.gov.br/e-fazenda/login.aspx

Mensagem à Assembleia Legislativa **2017**

Procuradoria Geral do Estado
PGE

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Organograma



A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) é instituição essencial à Administração Pública Estadual, competindo-lhe a representação judicial e a defesa dos interesses do Estado, do Governador e demais autoridades estaduais. Também compete à PGE consultoria na elaboração legislativa, assessoramento jurídico, coordenação e supervisão técnico-jurídica do Poder Executivo e dos Entes da Administração Estadual e, sem prejuízo das atribuições da Auditoria-Geral do Estado, além do controle da legalidade. Suas atividades são desenvolvidas por meio de Procuradorias Especializadas, Regionais e Coordenadorias Jurídicas

Atribuições

- Defesa Jurídica do Governo

A Procuradoria-Geral do Estado, como instituição essencial à Administração Pública Estadual, realiza em caráter exclusivo a defesa judicial e extrajudicial dos direitos e interesses do Estado.

Dentre as atividades de defesa jurídica destacam-se a cobrança da dívida ativa estadual, a propositura e participação em ações civis públicas em defesa do erário, a indicação ao Governador do oferecimento de ação direta de inconstitucionalidade, a defesa dos interesses do Estado em contencioso administrativo, e a atuação nas ações de mandado de segurança impetrados contra as autoridades públicas estaduais.

- Consultoria Jurídica

Por expressa previsão da Constituição da República, a Procuradoria-Geral do Estado exerce a atividade de consultoria jurídica do Estado. Por intermédio de suas Procuradorias Especializadas e das Coordenadorias Jurídicas instaladas nas Secretarias de Estado, é realizado o assessoramento consultivo de coordenação e supervisão técnico-jurídica do Poder Executivo e da administração indireta.

Na função de consultoria, a Procuradoria-Geral do Estado promove o controle de legalidade dos atos do Poder Executivo e da administração indireta mediante a emissão de pareceres e manifestações jurídicas destinadas a orientar a interpretação administrativa na execução de leis ou de atos da administração em conformidade com a Constituição, assim como realiza a assessoria na elaboração legislativa por meio da análise e elaboração de minutas de projetos de lei.

Direcionadores Estratégicos

a) Eixo Econômico - atuar ativamente na defesa dos interesses do Estado do Mato Grosso do Sul:

- ICMS do gás
- Ações de Precatórios em andamento
- Fundo de Participação dos Municípios
- Guerra Fiscal (ADIs de incentivos fiscais)
- Eficácia na cobrança nos créditos fiscais (tributários e não tributários)

b) Eixo Social - atuar na mitigação de impactos para a sociedade:

- Reduzir custo anual da judicialização da saúde
- Atuar na mitigação dos conflitos entre índios e proprietários

c) Eixo Preventivo - ser eficaz na consultoria jurídica à administração

- Desenvolver parcerias junto às secretarias a fim de mitigar riscos e facilitar processos
- Ser efetivo na atuação em matéria disciplinar e de probidade administrativa
- Atuar na mitigação dos conflitos entre índios e proprietários rurais

Assessoramento ao governador no processo legislativo e aos secretários de estado e atuação judicial em causas relativas à administração pública

- Análise de 185 Projetos de Lei e Emenda Constitucional, encaminhados pela Assembleia Legislativa para análise do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado quanto ao aspecto da legalidade/constitucionalidade.
- No âmbito do consultivo administrativo no ano de 2016, até o dia 31 de dezembro, a Procuradoria-Geral do Estado elaborou 585 Manifestações e/ou Pareceres; 6.301 ofícios; 2.847 despachos decisórios e 8.129 despachos de expediente, com o escopo de instruir e dar andamento aos processos administrativos que deram entrada no órgão. Elaborou também aproximadamente 230 orientações jurídicas, 130 informações administrativas, 250 orientações para cumprimento de decisão judicial.
- Na esfera judicial possui cerca de 79.945 processos ativos.

Medidas administrativas e defesa do estado em ações judiciais com impacto para o tesouro

- Graças à revisão de cálculos no âmbito da PGE o Estado pode economizar, no exercício em curso, a quantia de aproximadamente R$ 64.575.680,38 em 517 processos judiciais, envolvendo 2.257 titulares de créditos, sendo para tanto exigida a elaboração de mais de 2.776 cálculos.

Atuação administrativa e em ações judiciais envolvendo as áreas de saúde, segurança pública, educação, meio ambiente e desenvolvimento do Estado:

- Durante o ano de 2016, foram autorizados 634 Pedidos de Dispensa de Interposição de Recurso (PDIR) e 30 Pedidos de Interposição de Recursos (PIR) para as instâncias superiores, como medidas de controle da atuação judicial, evitando atos de litigância meramente protelatória em assuntos já pacificados pela jurisprudência pátria e proferidas pelo gabinete da PGE. Foram 558 decisões em Manifestações Jurídicas das Procuradorias Especializadas, Regionais e Coordenadorias.

Dívida ativa tributária e não tributária: inscrição, ajuizamento e recuperação de créditos

- Foram inscritas 29.863 CDA - Certidões de Dívida Ativa Tributárias e 3.484 Não-Tributárias, totalizando 33.347 inscrições de créditos tributários e não tributários na Dívida Ativa.
- Houve a recuperação de R$ 16.489.463,25 dos créditos inscritos em Dívida Ativa mais R$ 4.990.259,25 dos débitos protestados.
- Ajuizamento de 1.639 execuções fiscais, sendo 1.242 por dívidas tributárias e 397 de dívidas não tributárias.
- Quitação de 7.959 Certidões de Dívida Ativa Tributárias (CDA´s) e 1.992 Não Tributárias.
- CDA´s suspensas pelo art. 40, da Lei de Execução Fiscal, por inexistência de bens penhoráveis e CDA´s prescritas: 724 Tributárias e 584 não tributárias (No sistema de dívida ativa (mainframe), o relatório de "suspensas pelo artigo da LEF" é o mesmo relatório de "prescritas", ou seja, não existe distinção entre essas duas figuras);
- Atendimento a contribuintes e parcelamentos concedidos: 12.299 (Abril a Setembro)
- CDA´s protestadas: 27.690 manuais/físicas e eletrônicas.
- Petições em execuções fiscais e cautelares fiscais, contestações, impugnação a embargos à execução e à exceção de pré-executividade, interposição de recursos: 2.000.
- Participação em reuniões do Tribunal Administrativo Tributário, por meio do representante da PGE: 95 e expedição de 236 Manifestações.
- Diligências visando a pesquisa de bens de executados/devedores, para análise de situação patrimonial, incluindo requerimentos a repartições públicas de informações e documentos que se fizeram necessários à defesa do Estado: 983. As buscas pelo Detran não são quantificadas, por serem feitas diretamente no sistema.

Fiscalização dos processos de inventários e partilhas de bens para a arrecadação eficiente do ITCD

- Durante o exercício de 2016 foram fiscalizados/analisados 3.559 processos + 117 petições diversas envolvendo o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCD), sendo R$ 124.129.456,88 o valor arrecadado no ano nos Códigos de Receita 110, 120 e 130.

Precatórios e requisições judiciais de pagamentos de pequenos valores

- Até o final de 2016 foram pagos R$ 4.192.738,50 referentes a Requisições de Pequeno Valor (RPV) do Tribunal de Justiça, R$ 165.353,51 de RPV do TRT-24ª Região e R$ 163.674.663,97 de precatórios, totalizando o desembolso com o cumprimento de sentenças judiciais neste ano o valor de R$ 168.032.755,98. (OBS.: Valores aguardando efetivo pagamento)

Movimentação do Cartório/PGE no exercício de 2016

Digitalização de documentos judiciais e processos ajuizados	Quantidade*
Documentos digitalizados (páginas) para o PGE.Net	252.572
Cadastramento de ações no PGE.Net	12.918**
Lançamentos de informações nos processos cadastrados no Pge.Net	85.160
Protocolo de petições contestações e recursos (físico e eletrônico)	51.278
Revisão dos lançamentos e cadastramentos de processos no PGE.Net	16.972
Carga de processos	2.074
Devolução de autos ao Poder Judiciário	3.720
Cópias externas de autos judiciais ou de peças processuais	280

(*) Dados totais do ano de 2016
(**) Ações distribuídas somente no ano de 2016, se levar em consideração as ações inseridas no sistema a quantidade é de 22.380 processos.

Atuar no aprimoramento do Portal da Transparência

Necessidade de aprimoramento do Portal da Transparência, com a regulamentação da Lei Estadual n. 4.416/2013, a qual dispõe sobre a Lei de Acesso à Informação no âmbito de Mato Grosso do Sul. Paralelamente a essa iniciativa foi criado um Grupo de Trabalho multidisciplinar para atuar em outros pontos do Portal da Transparência.
O Portal da Transparência disponibiliza ao cidadão as receitas públicas arrecadadas, as despesas públicas realizadas pelo Poder Executivo Estadual, os relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, os relatórios de prestações de contas anuais do Governador, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, as transferências constitucionais e legais do Estado aos Municípios, relatórios sobre a Dívida Pública, informações sobre as obras pelo Estado, licitações, pessoal, entre outras informações.

Iniciativa: Atuar no aprimoramento do Portal da Transparência

Tipo de iniciativa: Projeto

Gerentes: Ludmila Santos Russi de Lacerda / Rafael Koheler Sanson.

Setor responsável: Procuradoria-Geral do Estado – PGE (3318-2672)

Resultados

O produto final dessa iniciativa foi a minuta de ato normativo para regulamentação da Lei Estadual n. 4.416/2013, culminando com a publicação do Decreto Estadual n. 14.471/2016. Outros resultados podem ser vistos na iniciativa "Portal da Transparência" no capítulo de realizações da SEGOV.

Avaliar a Criação da Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual

O projeto visa a criação de uma Lei estadual estabelecendo instrumentos que possibilitem enfrentar a crise fiscal pela qual passam os Estados e propiciar uma trajetória de regularidade fiscal sustentável a longo prazo.
Trata-se de uma iniciativa de suma importância para o Ajuste Fiscal do Estado, uma vez que importa também em uma mudança institucional com a finalidade de contenção de gastos públicos evitando um desequilíbrio das contas.
A Procuradoria-Geral do Estado atua no assessoramento para a estruturação de uma nova legislação estadual contendo os princípios e regras para a modernização da responsabilidade fiscal no âmbito estadual.

Iniciativa: Avaliar a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Fernando Cesar Caurim Zanele

Setor responsável: Procuradoria Geral do Estado (3318-2672)

Resultados

Minuta do Projeto de Lei já elaborada e encaminhada à Superintendência de Legislação da Casa Civil – SUPLEG

Reestruturar o Resíduo da Dívida

O projeto é de suma importância para o Ajuste Fiscal do Estado. Visa sanear as dívidas do Estado com a União, promovendo um alongamento no prazo para pagamento e propiciando uma diminuição do valor nominal da parcela a ser paga, inclusive através da propositura de ações judiciais pela PGE-MS, podendo ser citado o exemplo do Mandado de Segurança nº 34.141, proposto no STF pelo Estado de MS contra a União e que, em resumo, viabilizou a diminuição/economia de cerca de R$ 100 milhões/mês em parcelas da Dívida Pública do Estado com o ente federal.
Estas medidas possibilitam que o Estado mantenha-se adimplente com as parcelas da dívida e se mantenha capitalizado para o cumprimento de suas obrigações decorrente dos serviços públicos prestados e da contratação de obras públicas.

Iniciativa: Reestruturar o resíduo da dívida

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Fernando Cesar Caurim Zanele

Setor responsável: Procuradoria Geral do Estado (3318-2672)

Resultados

Ingresso de Ação no Supremo Tribunal Federal. Obtenção de liminar no Supremo Tribunal Federal. Assinatura de Acordo da Dívida com a União com a dilação do prazo para pagamento e a diminuição do valor da parcela. Outros resultados podem ser vistos na iniciativa "Resíduo da dívida" no capítulo de realizações da SEGOV.

Estudos Prospectivos em Parcerias Público Privadas

Iniciativa: Estudos Prospectivos em Parcerias Público Privadas

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Carlo Fabrizio Campanile Braga

Setor responsável: Procuradoria Geral do Estado (3318-2672)

Em razão da necessidade de alavancar os investimentos e buscar novas tecnologias na área de infraestrutura, são necessários estudos e ações relacionadas a desenvolver e implementar uma política estratégica em parcerias público privadas.
A Procuradoria-Geral do Estado atua assessorando a SEGOV na análise da legislação que envolve os contratos de concessão e PPP, assim como auxilia na elaboração de alterações legislativas no âmbito estadual e na de minutas de editais e contratos destinados à concretização de parcerias público privadas.
Com o objetivo de implementar a participação direta na estruturação das parcerias público privadas, houve a indicação de um Procurador do Estado para atuar como membro efetivo da Unidade Central de Parcerias Público Privadas do Estado.

Resultados

Regulamentação da Unidade Central de PPP. Lançamento do Edital do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para a universalização do Saneamento Básico. Habilitação de duas empresas como autorizadas para dar início aos projetos de estudo para a universalização do saneamento básico. Outros resultados podem ser vistos na iniciativa “PPP Saneamento Básico” no capítulo de realizações da SEGOV.

Participar ativamente nas questões jurídicas do Consórcio Brasil Central

Iniciativa: Participar ativamente nas questões jurídicas do Consórcio Brasil Central

Tipo de iniciativa: Processo

Gerente: Fernando Cesar Caurim Zanele

Setor responsável: Procuradoria Geral do Estado (3318-2672)

A Procuradoria-Geral do Estado atua de modo ativo no assessoramento do Estado de Mato Grosso do Sul nas questões jurídicas que envolvem o projeto Consórcio Brasil Central.
Este projeto é estratégico para o Estado em várias áreas como: educação, saúde, finanças, segurança pública, etc. Tem como um de seus objetivos fundamentais promover a união dos Estados (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Goiás, Tocantins e Distrito Federal) a fim de formar um bloco comum, possibilitando a reivindicação homogênea dos direitos das unidades da federação junto ao Governo Federal.
Também contribui para a troca de experiências e informações entre os Estados, assim como propicia uma economia na contratação de empresas de consultoria e na realização de compras de bens que sejam comuns aos Estados. Uma das propostas apresentadas pelo Consórcio propõe a criação de uma mercado comum entre seus participantes, que implicaria na simplificação e eficiência na fiscalização e cobrança de impostos.

Resultados

Foram firmados Convênios importantes nas áreas de educação e segurança, como na educação com o Termo de Cooperação com a STUDO+ Educação S.A. Outros resultados podem ser vistos na iniciativa “Brasil Central” no capítulo de realizações da SEGOV.

GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

GOVERNO PRESENTE